

Dinâmicas Territoriais: Portugal na transição do século (xx/xxi)

Teresa Maria Vieira de Sá Marques



Volume 1

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2002**

Dinâmicas Territoriais: Portugal na transição do século (XX/XXI)

Teresa Maria Vieira de Sá Marques

Dissertação apresentada à Faculdade de
Letras da Universidade do Porto, para
Doutoramento em Geografia Humana, sob
a orientação do Prof. Doutor João Ferrão

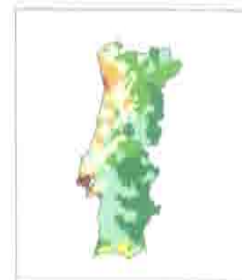
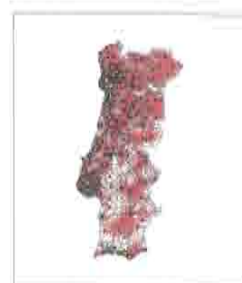
**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2002**

Dinâmicas Territoriais: Portugal na transição do século (xx/xxi)

Teresa Maria Vieira de Sá Marques

Volume 1

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2002



Agradecimentos

Pela forma como se desenvolveu o percurso desta investigação toma-se especialmente difícil enumerar e agradecer a todas as pessoas que comigo colaboraram.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Prof. Doutor João Ferrão, orientador científico deste trabalho, pela grande disponibilidade e partilha do seu saber. Agradeço a forma como soube dosear a orientação científica com os graus de liberdade que sempre me proporcionou. Nunca me senti pressionada, constrangida e limitada, mas muito acompanhada, incentivada e apoiada. Reconheço a importância e a influência do seu saber e as sugestões que tive o privilégio de receber.

À Prof. Doutora Rosa Fernanda vai o meu agradecimento pelo apoio e toda a confiança que ao longo destes anos tem depositado no meu trabalho. Sempre encontrei no Departamento de Geografia um espaço de trabalho em liberdade e com fortes incentivos para a criatividade.

Gostaria neste momento de agradecer também aos belíssimos professores que tive ou que me acompanharam ao longo da minha carreira.

Durante o curso de Geografia os primeiros contactos com as disciplinas do Planeamento vieram com os professores da Faculdade de Engenharia. Aqui evidencio os ensinamentos e a influência do Eng. Taveira e da Prof. Doutora Isabel Breda.

Mais tarde, o mestrado em Lisboa permitiu-me um contacto mais assíduo com o Prof. Doutor Jorge Gaspar. Ainda recordo com saudades as aulas de geografia urbana, sobretudo em torno de Lisboa. Como eu gostaria de repeti-las hoje!

Com o Prof. Arquitecto Nuno Portas surgem os modelos difusos e uma influência que nunca me largou ao longo destes anos. Com ele fiquei a saber que os geógrafos são primos dos arquitectos e aprendi a cultivar os laços disciplinares entre a Geografia e a Arquitectura.

Na *OID da Ave* encontrei a coordenação da Prof. Doutora Elisa Ferreira e importantes ensinamentos de Planeamento Regional. Foi uma porta que se abriu e que se manteve estes anos sempre aberta.

Na *Quatemaire Portugal*, destaco o conhecimento que desenvolvi nas áreas do planeamento e o gosto pelos grandes projectos. Agradeço ao Dr. Rui Azevedo a confiança que sempre depositou em mim.

No *Atlas*, com o Prof. Doutor Pereira de Oliveira aprendi o gosto pela história e reencontrei o meu ambiente universitário.

Por fim, destaco o Prof. Dr. António Figueiredo que é uma das pessoas que mais tem influenciado a minha carreira e que esteve sempre atento ao desenrolar deste processo.

Não basta ter bons professores é preciso também ter bons colegas. No Departamento de Geografia encontrei um ambiente de confiança. Enalteço os apoios incondicionais que sempre recebi da Elsa Pacheco, Fátima Matos, Helder Marques, José Alberto Rio Fernandes, Luís Paulo Martins, Madalena Fonseca e do Mário Fernandes. Dos restantes colegas destaco ainda os meus parceiros do GEDES.

Externamente, a Mariana Brandão, a Eduarda Ferreira, o Fernando Honório e a Ana Carvalho aturaram as minhas infindáveis necessidades, exigências e experiências. A Mariana Brandão foi incansável na colaboração e, por isso, a ela dedico um especial agradecimento.

Institucionalmente quero ainda agradecer a um grande número de instituições e pessoas que apoiaram este trabalho. Destaco a importância da Direcção Geral do Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano, do Instituto Nacional de Estatística e do Departamento de Estatística, do Trabalho, Emprego e Formação Profissional. Sem o apoio destas instituições seria impossível realizar este trabalho.

Da Direcção Geral do Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano sempre recebi uma grande confiança e incentivo para desenvolver a minha investigação sobre o Sistema Urbano e o Ordenamento do Território. Sempre recebi um apoio incondicional do Arq. Biancar e dos seus colaboradores mais próximos, onde destaco a Arqª Maria José Festas e Dra. Graça Almeida.

Do Instituto Nacional de Estatística recebi desde a primeira hora toda a informação necessária para este projecto. A abertura à parceria institucional deve-se ao importante papel do Prof. Doutor Paulo Gomes e dos seus colaboradores mais próximos, onde destaco a Dra. Emilia Saleiro.

O Ministério da Segurança Social e do Trabalho, mais especificadamente o Departamento de Estatística, do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP) realizou apuramentos especiais para este trabalho, demonstrando uma grande disponibilidade para apoiar a investigação.

Mas foram muitas as instituições que forneceram informação para este trabalho e a quem agradeço: o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência da Tecnologia, o Observatório do Comércio, o Instituto do Comércio Externo Português, o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, o Instituto de Gestão da Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública, a Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, o Centro Português das Fundações, a Direcção-Geral das Autarquias Locais, etc.

Por fim, só me resta confidenciar que, nem todos têm a sorte de poder partilhar, também em família, as viagens, os livros, as leituras e o gozo das descobertas! Que sorte que eu tenho... Como é bom viajar tão acompanhada.

Ao Ricardo, ao João e à Mariana só me resta dizer-lhes que as solidariedades nunca se esquecem.

Índice Global

Volume 1

Introdução	1
1. A identificação do objecto de investigação	2
2. O método reflecte a teoria	12
2.1. A complexidade territorial e os modelos multidimensionais	12
2.2. A escolha do método principal	14
2.3. Organização das fases de trabalho	15
2.4. Fontes de Informação	23
3. Organização deste documento	26
 1º Capítulo - Sistema Urbano e Ordenamento do Território	27
I. Contextualização teórica	28
1. Enquadramento	28
2. <i>Edge cities, outers cities ou pós-subúrbios</i> : designações para os novos espaços urbanizados?	31
3. Da industrialização fordista à metrópole industrial ou à cidade-região	36
4. Como conciliar uma visão hierárquica com uma abordagem reticular	40
5. Transformações e histórias de um rural imprevisível	43
 II. Portugal no final do século	49
 1ª Parte – Processos de urbanização na Europa e em Portugal	53
1. Enquadramento	53
2. Portugal na Europa	55
2.1. Originalidade da Europa nos processos de urbanização mundiais	55
2.2. O desenvolvimento das cidades europeias depois de 1950	57
2.3. O desenvolvimento das grandes regiões urbanas	64

3. Processos de urbanização no Continente português: uma análise territorial	67
3.1. O mosaico territorial em transformação – uma análise por freguesias	67
3.2. Sistema urbano e dinâmicas de urbanização	75
2ª Parte – Retratos territoriais no final do século	88
1. Estrutura sócio-demográfica dos residentes	89
1.1. Enquadramento	89
1.2. Portugal face à Europa	91
1.3. Década de noventa: ganhos e perdas na estrutura territorial	93
1.4. Análise territorial	98
2. Os espaços de actividades e emprego	109
2.1. Enquadramento	109
2.2. Produtores e actividades agrícolas	115
2.3. Processos de reestruturação industrial e terciarização	129
2.4. À procura das sínteses globais para as <i>Actividades e o Emprego</i>	143
3. Centralidades e redes no comércio e serviços	157
3.1. Enquadramento	157
3.2. Das hierarquias e das redes à concepção de uma matriz de informação ao serviço das políticas territoriais	160
3.3. Análise territorial	174
4. Mobilidade e infra-estruturas de transporte	197
4.1 A abordagem necessária das infra-estruturas em rede	197
4.2. A abordagem possível das infra-estruturas e da mobilidade	198
4.3. Um processo tardio face à Europa	201
4.4. Análise territorial	203
5. Edificação e habitação	209
5.1. Enquadramento	209
5.2. Dinâmicas em curso	213
5.3. Análise territorial	218
6. Substrato agro-florestal	229
6.1. Enquadramento	229
6.2. As raízes dos sistemas agrícolas dominantes	233
6.3. A Política Agrícola Comum (PAC)	238
6.4. Análise territorial: a manutenção dos grandes contrastes territoriais	244
7. Conclusão	254

Volume 2

2º Capítulo - Competitividade, Conhecimento e Inovação	265
I. Contextualização teórica	266
1. Enquadramento	266
2. Avaliar a pertinência do conceito "Competitividade Urbana e Regional"	268
3. Como se compete numa economia do conhecimento	274
4. Espessura institucional e governança económica	278
5. As cidades geradoras de consumo e de economias de aglomeração	286
II. Condições territoriais para a competitividade, a inovação e o conhecimento	288
1. Capital Humano e Conhecimento Codificado	294
1.1. Enquadramento	294
1.2. As insuficiências na dotação de recursos para a sociedade do conhecimento face à média europeia e a outros países	296
1.3. Um território a várias velocidades em termos da dotação de recursos para a sociedade do conhecimento	298
2. Investigação e Conhecimento	306
2.1. Enquadramento	306
2.2. Portugal face à Europa	309
2.3. A concentração dos escassos recursos humanos e financeiros	311
3. Amenidades e espaços de vida	319
3.1. Enquadramento	319
3.2. Um <i>milieu local</i> atractivo	322
4. Infra-estruturas físicas e redes	329
4.1. Enquadramento	329
4.2. Portugal no contexto Ibérico e Europeu	332
4.3. Um mapa de síntese	340
5. Densidade Institucional	345
5.1. Enquadramento	345
5.2. Análise territorial	347

6. Dos índices de especialização aos <i>clusters</i> territoriais	353
6.1. Enquadramento	353
6.2. Identificação dos potenciais <i>clusters</i> locais	360
7. Meios Urbanos	367
7.1. Enquadramento	367
7.2. Dimensão do mercado e terciarização da economia: Portugal relativamente à Europa	371
7.3. Terciarização da economia portuguesa	373
7.4. Portugal: uma visão territorial	375
8. Estrutura de actividades	381
8.1. Enquadramento	381
8.2. Portugal face à Europa	385
8.3. Indicadores de enquadramento para Portugal	387
8.4. Estrutura de actividades e território	389
9. Qualificações e Emprego	396
9.1. Enquadramento	396
9.2. As insuficiências e as virtualidades do mercado de trabalho português	398
9.3. Uma visão territorial da qualidade do emprego	401
10. Dimensão e dinâmica do tecido empresarial	408
10.1. Enquadramento	408
10.2. Breve leitura da situação em Portugal	411
10.3. Análise territorial	412
11. Investimentos	421
11.1 Enquadramento	421
11.2. Análise territorial	422
12. Desempenho Económico	427
12.1. Enquadramento	427
12.2. Portugal no contexto europeu	428
12.3. Análise territorial	433
13. Conclusão	439

3º Capítulo - Qualidade de vida e bem-estar	450
I. Contextualização teórica	451
1. Enquadramento	451
2. A investigação sobre a qualidade de vida	454
3. Enquadramentos conceptuais	457
II. Leituras territoriais da qualidade de vida e do bem estar	466
1. Educação e aprendizagem	472
1.1. Enquadramento	472
1.2. Portugal e a Europa	475
1.3. Análise territorial	477
2. Trabalho e Qualidade do Emprego	484
2.1. Enquadramento	484
2.2. Emprego em Portugal e na Europa	487
2.3. Análise territorial	490
3. Qualidade e acesso à habitação	497
3.1. Enquadramento	497
3.2. Os problemas do acesso à habitação em Portugal	500
3.3. Análise territorial	502
4. Recursos naturais e urbanização	507
4.1. Enquadramento	507
4.2. Ambiente e políticas urbanas na Europa	511
4.3. Uma análise territorial	513
5. Nível de vida e consumo	519
5.1. Enquadramento	519
5.2. Portugal face à Europa	521
5.3. Análise territorial	522
6. Cultura e lazer	528
6.1. Enquadramento	528
6.2. Portugal na Europa	531
6.3. Os recursos e as dinâmicas culturais no território	532

7. Acesso à saúde	538
7.1. Enquadramento	538
7.2. Portugal na Europa	540
7.3. Análise territorial	541
8. Convivência social	546
8.1. Enquadramento	546
8.2. Portugal no contexto Europeu	549
8.3. Análise territorial	550
9. Conclusão	556
 <i>Conclusão Global</i>	 565
 Bibliografia	 580
Fontes de informação	621
Anexo	624
Índice das figuras	628
Índice dos quadros	630
Índice dos gráfico	632

Introdução

1. A identificação do objecto de investigação

O espaço não é um reflexo da sociedade, é a sociedade. Portanto, as formas espaciais, pelo menos no nosso planeta, são produzidas, tal como todos os outros objectos, pela acção humana. Expressam e realizam os interesses da classe dominante segundo um dado modo de produção e um modo de desenvolvimento específico. Expressam e implementam as relações de poder do Estado numa sociedade historicamente definida. Finalmente, de tempos a tempos, surgem movimentos sociais para desafiar o significado da estrutura espacial e assim tentar novas funções e novas formas.

Manuel Castells, *The City and the Grass Roots* (1983:4)

A geografia de Portugal está a mudar. Os novos desafios mundiais e as tendências para a desigualdade social estão a produzir novas territorialidades. O aumento da diferenciação social e o aparecimento das economias do conhecimento vêm a par de uma nova urbanidade e de uma forma diferente de "fazer cidade".

A economia do conhecimento avança enquanto os sedimentos da economia *fordista* e as "velhas" áreas industriais procuram adaptar-se às dinâmicas de globalização e de diferenciação territorial, onde o local e o global buscam de certa forma integrar-se; o individualismo e o reforço das diferenças sociais reflectem uma sociedade mais segmentada, onde é crucial gerir a liberdade e as capacidades individuais com a necessária justiça social; com o *novo urbanismo* as cidades cresceram, estenderam-se e fragmentaram-se, tomando-se estruturas multifuncionais de grande dimensão, ao mesmo tempo que os outros territórios ficaram abandonados aos seus recursos naturais e procuram recriar uma nova ruralidade.

Que territórios temos no final do século e como é que eles se preparam para os novos desafios?

O território é um *depósito de história*, mas também um recurso insubstituível, um material vital para a construção do futuro. É um produto de interrelações, de uma multiplicidade de trajectórias, e um campo em aberto na medida em que o futuro não está definido.

A nossa capacidade colectiva para influenciar o futuro advém, em larga medida, do esforço que desenvolvemos para o estudar. Se este trabalho puder contribuir de alguma maneira para ajudar a reflectir o presente e a construir o futuro, pensamos que o seu objectivo foi claramente conseguido.

Teorizar sobre a realidade geográfica pressupõe o reconhecimento da sua complexidade, mesmo admitindo que a sua conceptualização será sempre uma das reconstruções possíveis. Do ponto de vista teórico este trabalho não representa uma nova forma de entendimento da realidade geográfica, mas apenas um dos modos possíveis de interpretar e procurar "desbravar" a complexidade geográfica.

Na geografia sempre se assistiu ao desenvolvimento de teorizações que apelam à complexidade do território e que admitem que a definição de um número elevado de dimensões teórico-substantivas pode ajudar a compreender essa complexidade. Vamos adoptar neste trabalho um modelo interpretativo com múltiplas dimensões, conscientes de que subsistem lacunas na interpretação dos fenómenos geográficos. Isto acontece porque o território é complexo e está em permanente transformação.

Ainda que este estudo assente em multi-perspectivas não pretendemos fazer análises cumulativas de factores, mas sim análises estruturais, isto é, uma combinação não aleatória das componentes que compõem uma dada realidade geográfica.

O país está diferente e o território português encontra-se numa fase de recomposição. A reflexão que vamos fazer vai permitir decifrar algumas forças, fraquezas e evoluções. É a partir destas constatações que construímos diferentes imagens possíveis deste território. Elas têm como objectivo renovar e aprofundar a reflexão sobre o desenvolvimento territorial. Ao mesmo tempo, quisemos cruzar na análise geográfica novos conceitos e diferentes abordagens.

Opção pelo tema

Não poderemos deixar de aludir ao facto de os objectivos deste trabalho reflectirem motivações decorrentes da experiência pessoal acumulada e da participação em diversos projectos de pesquisa empírica. Desde 1994 que as análises territoriais e os projectos urbanos têm sido objecto das nossas preocupações científicas e técnicas: o relatório "Rede Urbana Nacional – as Regiões em perda" (1995) fez-nos aprofundar a investigação sobre os processos de despovoamento no interior do País; mais tarde, os *Planos Estratégicos de Cidade* e os *Projectos Urbanos* (entre 1995 e 1997) levaram-nos a concentrar a nossa atenção nas problemáticas intra-urbanas; depois surge o "Estudo do Sistema Urbano Nacional – Cidades Médias" (1997), que nos trouxe novamente para a escala nacional; e, finalmente, o projecto de "Revitalização da Baixa Portuense" (1999) e o estudo "Portugal – Sistema Urbano e Rede Complementar" (2002) fecharam este ciclo.

Assim, fomos ganhando um gosto científico e técnico pela alternância de escala e, sobretudo, pela necessidade de enquadrar as problemáticas locais nos contextos nacionais e europeus. As directrizes teóricas, os instrumentos analíticos e a profundidade das análises iam-se adaptando às escalas de análise e às problemáticas.

No momento em que optámos por iniciar este trabalho de investigação tínhamos uma necessidade clara de "arrumar" o trabalho desenvolvido nos últimos dez anos, desenvolvendo uma reflexão teórico-metodológica abrangente que servisse de "alicerce" à compreensão das dinâmicas territoriais que estão actualmente a atravessar a sociedade, a economia e o urbanismo.

Nos últimos anos a Geografia portuguesa tem dedicado uma especial atenção às problemáticas locais ou aos estudos específicos, negligenciando, em certa medida, a escala analítica nacional. Face aos percursos que vínhamos trilhando nos últimos anos, tinha todo o sentido apostar neste desafio.

A par de motivações provenientes da experiência de investigação e de apoio técnico ao planeamento territorial, foram coexistindo motivações de natureza pedagógica. Estas reflectem um percurso de docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Departamento de Geografia, nas cadeiras de teorias e métodos de análise geográfica e nas áreas de desenvolvimento, planeamento e ordenamento do território. Estas obrigações pedagógicas permitiram que as teorias e os métodos fizessem parte de um convívio constante e consolidassem uma interpenetração e um aprofundamento permanentes.

Esta exposição evidencia a importância que os percursos académico e técnico tiveram na selecção da problemática em investigação. Podemos afirmar que a especificidade do percurso contribuiu claramente para o amadurecimento dos objectivos definidos para este trabalho. Assim, este foi considerado, há cerca de três anos, o espaço e o momento ideais para, finalmente, desenvolver com a necessária profundidade algumas das questões julgadas prioritárias na articulação das dinâmicas territoriais em curso.

Roberto Camagni marcou claramente o desenvolvimento inicial deste trabalho. É um investigador transdisciplinar, com uma clareza e uma capacidade de inovação que sempre nos surpreenderam. A leitura atenta da sua obra marcou definitivamente o início desta investigação como fonte de inspiração teórica e como demonstração da importância dos saberes transversais.

Seguindo os princípios da Comunidade Europeia, Camagni (1997) identifica os principais desafios que se colocam à sociedade europeia:

- no campo sócio-ambiental, o desafio da sustentabilidade;
- no campo económico-institucional, o desafio da globalização;
- no campo político-territorial, o desafio da coesão;

São três grandes desafios oriundos de processos em larga medida espontâneos (mas também, em parte, determinados por decisões políticas e institucionais de grande fôlego) que a sociedade europeia se comprometeu a aceitar.

A sustentabilidade do desenvolvimento deriva da aceitação de uma responsabilidade colectiva em relação às gerações futuras e surge com uma componente sócio-ambiental.

Por sua vez, a globalização é o reflexo dos processos de integração dos mercados internacionais dos bens, dos serviços e dos capitais, e, portanto, é a própria criação de um espaço aberto sem fronteiras.

A coesão económica e social tem vindo a afirmar-se de forma cada vez mais clara nos últimos anos, perante a evidência de uma difícil convergência dos níveis de desenvolvimento, consequência de diferenciações sociais crescentes.

Sustentabilidade, globalização e coesão são conceitos largamente divulgados, mas ainda insuficientemente percebidos pelas diferentes instituições do poder, pelas empresas e pelos cidadãos em geral. Numa tentativa de aproximar as realidades e as dinâmicas a retratar territorialmente, optou-se neste trabalho por uma terminologia diferente, não sabemos se mais ou menos inovadora, mas pelo menos aparentemente mais explícita para a maioria dos actores do desenvolvimento.

Quando abordamos as dinâmicas e a complexidade territoriais pelas vertentes da sustentabilidade, da globalização e da coesão estamos, simultaneamente, a debater os grandes desafios que se colocam ao desenvolvimento. Assim, a matriz de análise deste projecto de investigação territorial vai ser organizada a partir de um triângulo cujos três vértices são:

- O sistema urbano e o ordenamento territorial, onde operam as interacções entre a história e os processos de mudança, perante o desafio da sustentabilidade.
- Os territórios da competitividade, do conhecimento e da inovação, onde operam as empresas e as instituições, perante o desafio da globalização.
- Os territórios da qualidade de vida e do bem-estar, onde operam predominantemente as pessoas e as instituições, perante o desafio da coesão.

Trata-se de uma abordagem às dinâmicas territoriais. Parte-se do *sistema urbano e do ordenamento do território*, que integram a história, os processos em mudança e as morfologias (sociais, económicas, construídas e naturais); passámos então para a análise da *competitividade, do conhecimento e da inovação*, que afectam os territórios das empresas e das instituições; e, por fim, focamos a análise territorial da *qualidade de vida e do bem-estar* dos indivíduos e dos grupos, que constituem, afinal, o grande objectivo do desenvolvimento.



Estes três níveis de reflexão inicial, que vão ser desenvolvidos ao longo deste trabalho, reportam a faces distintas da análise das dinâmicas territoriais e vão revelar uma lógica de articulação entre si que vai conferir a este trabalho uma unidade coerente em que o espaço geográfico é a matriz da reflexão.

Os três pilares da investigação

Os três pilares desta investigação vão ser objecto de uma introdução teórica no início dos respectivos capítulos. Aqui devemos, sobretudo, fazer uma introdução geral.

O primeiro pilar

Os processos de urbanização intensificaram-se nos últimos anos. A cidade abandonou o seu modelo monocêntrico e denso, sobretudo fundado na proximidade física, para passar a ter um modelo apoiado nos deslocamentos automóveis e nas comunicações. A cidade mudou de dimensão e de forma e a dicotomia cidade - campo perdeu sentido. Ao mesmo tempo, as estruturas hierárquicas passam a coexistir com um espaço em rede e os sistemas urbanos hierarquizados evoluem para estruturas urbanas mais policêntricas. Este novo urbanismo, em que a mobilidade ganha um papel central, integra a crise da cidade central e a pulverização das novas formas urbanas.

Enquanto o urbano se estendia e fragmentava, outros territórios intensificavam os processos de perda populacional, social, económica e cultural. São os territórios ao "abandono", onde os recursos agro-florestais persistem e continuam a marcar as paisagens. A diversidade territorial é uma riqueza do nosso país, permitindo que uma nova ruralidade se vá construindo.

Já não se podem identificar necessariamente como rurais aqueles que vivem no campo e como urbanos aqueles que vivem na cidade. As cartas de pertença e a própria consciência que cada um tem do território em que reside ou trabalha, ou que frequenta para outros fins, cruzam-se e interpenetram-se. Mobilidades, consumos, usos, práticas de vida e sentimentos de pertença recriam identidades e consciências individuais ou colectivas muito diferenciadas.

A questão é: como moldar o território face ao novo urbanismo?

O segundo pilar

Com o desafio da globalização, o tema da competitividade territorial passa a ter uma grande importância nas políticas de desenvolvimento regional. No momento actual os factores cruciais para o desenvolvimento são o conhecimento e os factores imateriais associados à criatividade e à capacidade de utilização, de uma forma inovadora, da tecnologia e do conhecimento codificado. Os investimentos devem orientar-se para o capital humano e para o reforço das competências nas áreas da organização, cooperação, planificação, trabalho em rede, enfim, para o desenvolvimento das capacidades individuais e colectivas que possam fomentar o crescimento das competências, do conhecimento tácito, da capacidade de inovação e de empreendimento.

especialmente vinculadas às preocupações de uma política e de uma vida social mais participadas e empenhadas. É por isso que os modelos que promovem a vontade e a iniciativa individual.

O território tem um papel crucial nos processos de construção do conhecimento, na identificação de um conjunto de valores e códigos sociais e no desenvolvimento de modelos de cooperação e de decisão. São espaços de "aprendizagem colectiva", no sentido em que o crescimento é um processo de "socialização", onde está implícito o conhecimento interno às empresas, o conhecimento inerente aos mercados locais de trabalho e todo o conhecimento intrínseco a um determinado contexto local ou regional.

A competitividade não diz só respeito às empresas mas também aos territórios. É no território que elas se localizam e, além disso, é no seu "milieu" que se encontram alguns dos factores fundamentais para as actividades das empresas.

Interessa-nos identificar os territórios mais ricos em capital humano e em capital "relacional", ou aqueles que são identificados como "clusters" ou *meios inovadores*. Além disso, os territórios mais atractivos em termos internacionais para os investimentos móveis. Por outro lado, os territórios menos desenvolvidos, com tecidos produtivos frágeis, excluídos de capital humano e de um "ambiente" propício à aprendizagem colectiva, correm o risco de ficarem, no futuro, excluídos dos processos de desenvolvimento.

A questão é: quais são os territórios da competitividade, do conhecimento e da inovação?

O terceiro pilar

Amartya Sen e Martha Nussbaum, num brilhante livro sobre a *Qualidade de vida*, contribuíram para a estruturação deste terceiro pilar. Aquele tratado reúne filósofos, economistas e sociólogos à volta de uma questão que todos percebemos qual é, mas que não é igual para todos nós. Com este terceiro pilar abrimos uma porta para as questões do desenvolvimento humano e da importância da qualidade de vida e do bem-estar.

A coesão social é atingida com a diminuição das desigualdades e a democratização do acesso a um conjunto de bens e serviços que definem a qualidade de vida moderna. A prosperidade e o desenvolvimento do capital social e individual reforçam a sociedade como centro da vida humana. A ideia de participação e de convivialidade estão também aqui relacionadas.

É por isso que os modelos que promovem a vontade e a iniciativa individual, a responsabilidade e o risco, o bem-estar, a saúde e a educação, defendem uma forte consciência social, em que o cidadão ganha uma nova autonomia e uma nova confiança para desenvolver as suas capacidades de iniciativa e entreajuda. Um dos desafios para a política territorial será encontrar um equilíbrio entre a igualdade (igual acesso aos serviços) e a democracia (direito à diversidade). Talvez a solução seja a equidade de acesso na diversidade de projectos territoriais.

Trata-se de uma abordagem em torno do *Ser, Estar e Ter*: o *Ser* enquanto indivíduos com vontades, capacidades e necessidades próprias, o *Estar* enquanto elementos integrados num meio social e o *Ter* representando o acesso aos factores necessários para o desenvolvimento do capital humano e social.

A questão é: como encontrar o equilíbrio entre a igualdade de acesso e o direito à diversidade?

Depois de analisados estes três níveis de reflexão, que reportam, como já referimos, a faces distintas das dinâmicas territoriais, é o momento de revelar a lógica de articulação que dá consistência a este trabalho.

O objectivo, no final, é propor uma imagem e uma reflexão territoriais do país que sintetizem e integrem as dinâmicas territoriais em curso na transição deste século.

A pertinência prática do Tema

A pertinência do tema exprime-se designadamente nos trabalhos e nos princípios que a União Europeia tem vindo a adoptar nos últimos anos. O *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Europeu* (EDEC) (1999), preparado pelo Comité sobre o Desenvolvimento Espacial para a União Europeia, mais tarde os *Guiding Principles for the Sustainable Development of the European Continent* (2000), preparados pelo Comité dos Ministros do Planeamento do Conselho da Europa (CEMAT), e recentemente o Segundo relatório sobre a coesão económica e social *Unidade da Europa, Solidariedade dos Povos, Diversidade dos Territórios* (2001), preparado pelos serviços da Comissão Europeia, são bons exemplos disso.

O "triângulo mágico" crescimento-ecologia-equidade, como é por vezes designado, ocupa uma posição central nestes documentos, embora a sua conjugação seja uma questão crítica nos processos de desenvolvimento e planeamento. Estes documentos têm uma linguagem espacial própria e apostam claramente nas representações espaciais. A razão de ser do EDEC é identificar uma "visão partilhada do território europeu", propondo uma nova escala para a actividade do planeamento espacial. O seu objectivo é intervir num novo paradigma do desenvolvimento, que aposta na competitividade entre cidades e regiões e, ao mesmo tempo, propõe um melhor equilíbrio entre a competição e a cooperação. O triângulo crescimento-ecologia-equidade é relativamente ambíguo e as relações entre o urbano e o rural deixam transparecer o conflito existente entre uma União Europeia com uma política agrícola forte e um novo discurso claramente urbano. O CEMAT dá uma maior importância às regiões predominantemente agrícolas, reconhecendo a importância do desenvolvimento endógeno rural. O terceiro relatório, acima referido, está vocacionado para as políticas de coesão e trata os problemas da coesão económica e social.

Embora todos dediquem atenção à coesão social e ao desenvolvimento espacial, a competitividade económica é central, confirmando a importância do desafio da globalização nos processos de desenvolvimento.

Palavras-chave como participação, equilíbrio espacial, coesão económica e social, competitividade, sustentabilidade, flexibilidade, subsidiariedade, eficiência e planeamento ecológico são largamente utilizadas nestes documentos. Além disso, os documentos tentam articular um conjunto de "valores essenciais" como liberdade, democracia, igualdade, justiça, solidariedade, diversidade, identidade, bem-estar e respeito pelas paisagens naturais e culturais.

Em Portugal, o "Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006" (PNDES) é um importante documento de estratégia nacional e reflecte as preocupações e os desafios intrínsecos ao espaço europeu.

No entanto, estes documentos criam-nos uma sensação de insatisfação e de distanciamento. Esta investigação surge no seio de algum descontentamento e preocupação pessoais. O discurso regional e nacional descola da realidade que temos e nem sempre mede convenientemente os nossos recursos e capacidades. Integramos as novas linguagens nos discursos e nos documentos de estratégia, mas não fazemos uma reflexão e um debate profundo sobre as questões essenciais.

Cabe à investigação realizada nos meios académicos alimentar, também, essa reflexão.

2. O método reflecte a teoria

2.1. A complexidade territorial e os modelos multidimensionais

A complexidade dos fenómenos territoriais é difícil de ser captada e alcançada. A sua interpretação não se pode limitar a quadros conceptuais exíguos, incapazes de integrar uma visão multidimensional na caracterização dos processos e das realidades geográficas. Assim, já defendemos, do ponto de vista conceptual, a necessidade de desenvolver uma abordagem multidimensional. É agora oportuno alargarmos essa visão à abordagem analítico-metodológica. Independentemente das matrizes teóricas adoptadas, os investigadores das ciências sociais têm vindo progressivamente a consciencializar-se da necessidade de integrar metodologias multidimensionais que sustentem e ajudem os processos de estudo das realidades e dos processos geográficos em jogo.

A complexidade da realidade exige metodologias que agarrem simultaneamente os diferentes factores em causa, para não correremos o risco de sermos reducionistas e parciais nas análises.

Devemos dizer que o suporte teórico que alimentou esta pesquisa só poderia ser atingido através de uma opção metodológica convergente. Havia a necessidade de articular a teoria e o método. O sucesso da investigação é função da relação de interacção entre a teoria e a pesquisa empírica. Da apresentação teórica que vamos desenvolver ao longo dos vários capítulos ressalta a necessidade de se proceder a uma análise relacional, pois só assim se conseguirá captar a especificidade de cada perspectiva analítica e a combinação das diferentes componentes.

Cada uma das perspectivas analíticas detém um valor próprio, mas a inteligibilidade de cada um delas é aferida e esclarecida pela análise estrutural das relações que se vão estabelecer entre as diferentes perspectivas de leitura territorial. A investigação empírica tem de procurar evidenciar essa interdependência entre as diferentes perspectivas.

Quando está em causa aferir a complexidade dos factos geográficos, podemos admitir que o objectivo da investigação será atingido se forem definidas estratégias conceptuais e metodológicas assentes numa coerência multidimensional e se os diferentes indicadores forem trabalhados através de análises relacionais ou estruturais. Isto significa que estamos cientes de que através destas análises

multidimensionais será possível obter bons resultados relativamente ao conhecimento dos factos geográficos.

A realidade geográfica sempre foi complexa, característica que também nos parece desnecessário evidenciar. O que pretendemos aqui defender é que essa complexidade, além de poder ter uma tradução teórica, deve assentar numa demonstração empírica. Nesse sentido, a questão está na definição de uma metodologia capaz de apreender a complexidade dos processos e das realidades territoriais.

Se o quadro teórico reflecte uma conceptualização multidimensional, o sucesso desta investigação empírica depende de certa forma da nossa capacidade de articular a abordagem teórica com as metodologias a utilizar. Depois de termos definido a perspectiva teórica em que se fundamenta este trabalho é necessário adoptar uma abordagem analítica estruturada segundo múltiplas dimensões, passíveis de serem conceptualizadas e codificadas em indicadores. Neste sentido, parece-nos que para atingir os objectivos centrais deste trabalho, que é na sua essência uma pesquisa em torno da complexidade territorial, os métodos multidimensionais são claramente aconselháveis.

Poderíamos ter optado por uma metodologia menos assente nas variáveis quantitativas. Poderíamos ter acreditado nas nossas capacidades intuitivas para ler os processos em curso. Mas, no fim, o que este trabalho representa é uma necessidade de arrumar diferentes perspectivas teóricas e caminhar para a compreensão da complexidade.

Esta opção não significa que acreditemos que este era o único caminho metodológico ou mesmo o mais eficaz. Do nosso ponto de vista, este caminho parece-nos coerente e profundo e, por isso, ele vai mostrar-se eficaz. Se o quadro teórico é abrangente, a análise da informação tem de conseguir reproduzir essa escala analítica. Ao introduzirmos várias problemáticas nos enquadramentos teóricos estávamos implicitamente a optar por uma investigação empírica também com dimensões múltiplas, senão coríamos o risco de sermos demasiado reducionistas face aos objectivos teóricos propostos.

É certo que vamos encontrar dificuldades para conseguir articular convenientemente os conceitos com os instrumentos operacionais. O esforço vai ser grande e, naturalmente, nem sempre obteremos a eficácia desejada.

2.2. A escolha do método principal

Face a este enquadramento parece lógico que optemos por um método multidimensional. Os métodos de análise multidimensional já demonstraram a sua eficácia no tratamento de conjuntos complexos de informação. Estes métodos tratam várias variáveis ao mesmo tempo, o que permite o cruzamento de informação diversificada e uma análise muito rica. A principal virtude destes métodos está na sua capacidade de síntese, pois transformam a informação inicial, extraem as tendências globais e eliminam a informação marginal que perturba a leitura do conjunto.

A análise factorial vai ser aqui utilizada em conjunto com os métodos de classificação, que transformam as proximidades estatísticas entre as unidades geográficas em distâncias euclidianas. O objectivo é encontrar agrupamentos, tendências, oposições e especificidades visualmente imperceptíveis numa vasta base de informação.

Não existe um tipo de análise multidimensional, mas vários. Há uma questão central que os diferencia: as análises factoriais utilizam informação quantitativa enquanto as análises de correspondências usam informação nominal.

Depois de reflectirmos optámos pela segunda, já que qualquer base quantitativa pode ser transformada em nominativa, se os valores forem codificados em classes. Vários factores vão intervir nesta opção e temos consciência do que com ela perdemos e ganhamos.

Uma das questões que pesou nesta escolha foi a qualidade da informação estatística. Em Portugal é relativamente variável. Nos últimos anos houve um aumento significativo no rigor e na organização estatística em Portugal, mas nem todos os produtores de informação garantem a mesma qualidade. Nesse sentido, se cada indicador estiver classificado num número restrito de classes ou modalidades, eliminamos alguns dos problemas inerentes à falta de rigor estatístico. Os valores brutos dos diferentes indicadores passam a ser representados por modalidades. Além disso, a cartografia de cada indicador vai funcionar como um sistema activo de apoio e suporte às análises das diferentes sínteses.

O resultado de uma análise factorial ou de uma análise de correspondências é muito semelhante. A vantagem da segunda é facilitar a interpretação dos resultados, já que os valores estão à partida classificados em modalidades segundo um critério pré-definido. Nos resultados de uma análise de correspondências os agrupamentos

de indicadores vêm organizados segundo a ocorrência das modalidades nos diferentes indicadores e a interpretação fica facilitada. Podemos dizer que depois de classificarmos os indicadores, a análise de correspondências múltiplas permite-nos agrupar os indicadores sem perder de vista as modalidades que estão inscritas em cada mapa, pois os grupos da análise de correspondências reportam-se às modalidades de cada indicador. Se realizarmos uma análise factorial, temos de fazer o exercício de comparação e classificação nos resultados e não nos dados de base, o que é mais complexo e de leitura mais abstracta.

Por outro lado, como refere Bordieu para as questões sociais (1992), valorizámos a análise de correspondências múltiplas pela sua capacidade de análise relacional, pois assenta numa filosofia que correspondente à perspectiva que temos do mundo geográfico. Na sua pesquisa, Bordieu utiliza mais esta técnica de análise do que as análises de regressão múltipla exactamente devido a esta capacidade relacional.

2.3. Organização das fases de trabalho

1ª Fase: Concepção da base de dados de suporte ao Sistema de Informação

Em termos metodológicos definimos os conteúdos do Sistema de Informação a partir, naturalmente, dos objectivos enunciados para este trabalho. Assim, em primeiro lugar o sistema está estruturado em torno das três temáticas principais do trabalho (os três capítulos deste documento):

- *Sistema Urbano e Ordenamento do Território*
- *Competitividade, Conhecimento e Inovação*
- *Qualidade de Vida e Bem-estar.*

Para cada uma das temáticas definimos os objectivos gerais em função do enquadramento teórico apresentado. A partir daí identificou-se um conjunto de domínios a desenvolver. Os domínios foram então desdobrados por sub-domínios em função de vectores analíticos considerados fundamentais para a abordagem a desenvolver. O esquema seguido foi genericamente o seguinte:

Áreas temáticas – são definidas em função dos principais objectivos deste trabalho.

Cada temática está organizada num conjunto de domínios;

Domínios – seguem objectivos específicos inerentes a cada temática. Cada domínio está organizado em diferentes sub-domínios;

Sub-domínios – estruturam as questões centrais que se devem colocar tendo em vista os objectivos identificados. Cada sub-domínio traduz-se, de um ponto de vista operacional, por um conjunto de indicadores;

Indicadores – são variáveis derivadas dos dados brutos que identificam e medem os objectos em observação (taxas, índices, proporções, percentagens).

Concretamente, construímos uma Base de Dados organizada em domínios (tabelas específicas) e geo-referenciada por áreas contíguas (concelhos e freguesias), pontos discretos (áreas urbanas) e linhas discretas (estradas e rios). Na área temática *Sistema Urbano e Ordenamento do Território* utilizámos como unidades de análise as freguesias e as áreas urbanas; na *Competitividade, Conhecimento e Inovação* e na *Qualidade de Vida e Bem-estar* optámos pelos concelhos.

A necessidade de identificar duas escalas diferentes no primeiro capítulo advém de dois motivos. Em primeiro lugar, optámos pelas freguesias porque consideramos que os concelhos são uma escala não adequada ao tratamento das questões do ordenamento do território. A macro-estrutura territorial a que Portas (2002) se refere no seu trabalho sobre *Políticas Urbanas*, pode ser observada, segundo a nossa opinião, através dos tratamentos a esta escala¹. Por outro lado, em termos territoriais o *Sistema Urbano* é o "esqueleto" de suporte deste território, portanto, tem sentido a selecção de uma escala adequada a este nível de tratamento. Optámos pela definição das áreas urbanas dado tratar-se de uma identificação que abarca todos os concelhos e segue uma metodologia comum² - definida conjuntamente pela Direcção-Geral do Ordenamento Territorial e o Desenvolvimento Urbano (DGTDU) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

¹ As escalas recomendadas para o tratamento das questões do planeamento e ordenamento do território são maiores ou iguais a 1/10 000. Teria sido interessante o uso das *secções e sub-secções estatísticas* (do INE: Instituto Nacional de Estatística); no entanto, não era possível obter informação suficiente para sustentar essa escala de análise.

2ª Fase: Definição das modalidades em cada indicador

Tendo à partida definido que o método de correspondências múltiplas iria ser aplicado no decorrer deste trabalho, mais concretamente em cada domínio de pesquisa, era pertinente definir o método a utilizar na categorização dos indicadores. Para resolver esta questão metodológica hesitámos entre dois métodos: usar um método de classificação estatístico aplicado a cada indicador (por exemplo, o método hierárquico – *K Means*) ou optar pela cartografia de todos os indicadores segundo o método do *Natural Break*.

Para melhor nos fundamentarmos realizámos um conjunto de testes aplicando os dois métodos aos mesmos indicadores e comparando os resultados. Assim, chegámos à conclusão de que o método estatístico de classificação – *K Means* – diferencia melhor os valores intermédios e agrupa os casos extremos, enquanto o método cartográfico – *Natural Break* – individualiza os valores extremos e agrupa os valores intermédios. Naturalmente que são os dois correctos, a questão coloca-se em saber qual é o mais adequado à análise que estamos a elaborar. A opção dirigiu-se para o segundo método, porque o nosso trabalho pretende que os valores extremos fiquem bem individualizados no ordenamento do território, na qualidade de vida e nas questões de competitividade, pois é aí que se colocam em geral os maiores problemas ou potencialidades do sistema territorial.

A necessidade de classificar cada indicador determinou a montagem de um sistema de informação geográfico de suporte ao desenvolvimento deste trabalho. A cartografia de todos os indicadores constituiu um trabalho árduo mas virtuoso, pois constituiu um teste à validade e à qualidade da informação em análise, permitindo excluir todos os indicadores que pela nossa experiência e conhecimento do território demonstrassem que algo tinha corrido mal no levantamento ou organização daquela informação estatística.

3ª Fase: Técnicas estatísticas utilizadas

Tendo em consideração que um dos objectivos centrais deste trabalho é encontrar perfis de unidades geográficas que correspondam às situações-tipo mais frequentes para cada domínio de análise, optou-se por aplicar uma metodologia estruturada em três etapas principais:

² No capítulo 1 deste trabalho retomámos esta questão.

- 1) análises factoriais de correspondências múltiplas (ACM) – técnica estatística multivariada e utilizada pelas ciências sociais;
- 2) análises de classificação das unidades geográficas com base nos resultados da etapa anterior;
- 3) análise da descrição dos grupos classificados.

Cada domínio vai ser objecto de uma análise de correspondências múltiplas, seguida de uma classificação e de uma análise da descrição dos grupos identificados.

Análise de correspondências múltiplas (ACM)

A análise de correspondências múltiplas permite analisar um universo de i unidades geográficas descritas por y variáveis nominais. A análise de correspondências múltiplas dirige-se a matrizes multidimensionais e torna legível a estrutura relacional que caracteriza as diferentes dimensões. A ACM garante no *output* a estrutura do *input*. Trata-se de uma metodologia que recorre muito à componente geométrica das apresentações.

Assim, a primeira leitura da tabela de dados faz-nos associar duas nuvens de pontos, sendo uma definida por i unidades geográficas e outra pelos Y indicadores ou variáveis.

A análise de correspondências permite descrever a estrutura da relação entre as linhas da matriz de dados (unidades geográficas) e as colunas (conjunto de modalidades que definem cada um dos indicadores). É possível proceder à representação geométrica de todos os pontos dos dois conjuntos (linhas e colunas da matriz de dados), criando uma nuvem de pontos num espaço multidimensional. No cruzamento da linha com a coluna encontramos um valor X_{ij} que é a modalidade (normalmente identificada pela classe na cartografia). Ainda que estas modalidades tenham neste exercício uma transcrição numérica, em termos de análise de ACM elas não vão possuir propriedades numéricas.

A primeira tabela de dados (de cada domínio) é transformada numa nova tabela de dados, em que as linhas continuam a representar as unidades geográficas e as colunas passam a representar as modalidades inscritas em cada indicador. Do cruzamento das linhas com as colunas surge o X_{ik} , que pode assumir o valor 1 (se a

modalidade ocorre na unidade geográfica) ou o valor 0 (se a modalidade não ocorre na unidade geográfica). No final temos um quadro disjuntivo completo.

Procurámos que em cada domínio todas as variáveis tivessem o mesmo número de modalidades, de modo a que todas as variáveis revelassem a mesma importância. Por isso, a grande maioria dos indicadores possui oito modalidades.

O estudo dos indivíduos e das variáveis qualitativas dá origem a três famílias de objectos: unidades geográficas, variáveis e modalidades. O objectivo é identificar proximidades:

1. Proximidade entre unidades geográficas

Um dos objectivos é a definição de uma tipologia de unidades geográficas. Assim, as unidades geográficas estão mais próximas quando possuem mais modalidades em comum.

2. Proximidade entre modalidades de variáveis diferentes

Podemos também estudar as modalidades: duas modalidades associam-se se tiverem tendência para estar presentes ou ausentes em simultâneo num conjunto significativo de unidades geográficas. Por outro lado, duas modalidades são próximas se tiverem comportamentos muito semelhantes relativamente às outras, o que significa que partilham o modo como a elas se associam.

3. Proximidade entre duas modalidades da mesma variável

Neste caso há uma semelhança entre os grupos de unidades geográficas que possuem essas modalidades a caracterizá-los (uma vez que são exclusivas).

Passemos então ao desenvolvimento da metodologia definida.

Todas as variáveis identificadas para cada domínio de análise foram seleccionadas como *variáveis activas* (indicadores pertinentes para a definição dos comportamentos em cada domínio de análise). Nesta análise foram integradas todas as modalidades definidas na cartografia de cada variável (independentemente da sua frequência). A inércia é relativa aos 20 factores mais representativos, de modo a alcançarmos o máximo de inércia explicada, sem distorcer a constituição dos grupos de variações "aleatórias" de inércia de factores fracos.

Cada factor é descrito pelos elementos mais significativos. Podem ser os indivíduos, as modalidades, as variáveis, as frequências. Os elementos característicos são

ordenados pelas coordenadas. As modalidades foram ordenadas pelo "valor-teste" e na descrição dos factores seleccionaram-se as modalidades com valor-teste superior a 2.

Depois de termos obtido 20 factores para cada domínio de análise, aplicámos uma análise de classificação.

Análise de classificação

Utilizámos uma classificação mista. Inicialmente fizemos uma classificação por *Centros Móveis* (com sete interações para a formação dos grupos) e uma classificação *Hierárquica Ascendente* para a consolidação dos grupos classificados. Estes métodos agrupam as unidades geográficas a partir da medição das proximidades entre cada par de unidades (distâncias euclidianas). Aplicámos estes métodos nos Scores dos 20 primeiros factores da ACM anterior. Considerámos relevantes todos os agrupamentos "estáveis" de indivíduos, independentemente da sua dimensão.

Análise de descrição dos grupos

Optámos pela partição do *dendrograma de classificação* após verificação das melhores partições automáticas (maiores níveis de diferenciação inter-grupos). Fizemos duas partições, uma com poucas classes (2 a 4) e outra mais desagregada (mais de 5, inclusive).

Em seguida seleccionámos, para cada grupo da partição definida, as modalidades de resposta mais representativas segundo um critério estatístico de sobre-representação (*V-test* – valor da modalidade no grupo face ao valor da modalidade no conjunto do universo, ponderado pelo número total de indivíduos). As modalidades de resposta foram ordenadas de forma decrescente pelo *valor-teste*.

Em seguida seleccionámos as modalidades mais consistentes na caracterização do perfil do grupo. Assim, considerámos em primeiro lugar as modalidades com um *valor-teste* superior a 2 que tivessem ocorrido em mais de 50% das unidades geográficas inscritas em cada grupo ou com um *valor-teste* superior a 4 e tivessem ocorrido em 25% a 50% das unidades geográficas pertencentes a cada grupo. Só esporadicamente (quando o número de modalidades era muito restrito num domínio) foram consideradas todas as modalidades com *valor-teste* superior a 2.

De forma a descrevermos os resultados das nossas análises, elaborámos para cada domínio (Esquema dos resultados da análise): um quadro síntese; uma legenda explicativa e uma Figura.

O *quadro síntese* descreve os grupos - que denominamos classe 1, classe 2, classe 3, - segundo as variáveis e as modalidades mais significativas para a caracterização de cada grupo ou classe.

A legenda faz uma leitura descritiva do *quadro-síntese*, apresenta o perfil-tipo de cada grupo ou classe e dá a cada um deles uma designação.

A Figura, com dois mapas (um com um número restrito de grupos ou classes e outro com um grupo superior), identifica os perfis-tipo das unidades geográficas. O mapa com um número superior de classes corresponde à legenda colocada na página ao lado.

O quadro-síntese, a legenda e o mapa são realizados para a partição com maior número de grupos ou classes (mais de 5, inclusive). Para a partição com 2 a 4 grupos ou classes é realizado um pequeno mapa complementar, que é colocado na mesma página do mapa anterior.

Aplicámos esta metodologia a cada domínio. No final, juntámos os resultados de todos os domínios de cada área temática (ou capítulo) e aplicámos novamente a metodologia estatística descrita para chegarmos a uma síntese por área temática.

É com base nestas sínteses temáticas que vamos conceber um mapa-síntese no final deste trabalho.

ESQUEMA DOS RESULTADOS DA ANÁLISE

Quadro Síntese

Quadro Síntese 3.7. Acesso à Saúde

Ord. Indicador	Valor	Classe	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
				Modalidade	Valor teste	Modalidade	Valor teste	Modalidade	Valor teste	Modalidade	Valor teste	Modalidade	Valor teste	Modalidade	Valor teste	Modalidade	Valor teste	Modalidade	Valor teste
Recursos existentes																			
2	0,1	Nível 2	Comar Centro de Saúde /100 hab.	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1
3	0,1	Nível 2	Comar Centro de Saúde /100 hab.	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1
4	3,7	Nível 4	Comar hospitaleiro /100 hab.	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1
5	3,7	Nível 4	Comar hospitaleiro /100 hab.	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1
6	74	Nível 6	Taxa de ocupação das camas	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 2	3										
7	5,8	Nível 4	Total de camas existentes /100 hab.	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1										
8	7,2	Nível 4	Farmacêuticos /1000 hab.	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1										
9	3,2	Nível 4	Médicos /1000 hab.	Nível 1	1	Nível 2	1	Nível 1	1										
10	0,2	Nível 2	Médicos especialistas /1000 hab.	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1										
11	0,3	Nível 2	Consultas médicas particulares /1000 hab.	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1										
12	0,08	Nível 4	Consultas médicas sem. permanente /1000 hab.	Nível 1	1														
13	2,6	Nível 4	Farmácias /10000 hab.	Nível 1	1	Nível 1	1	Nível 1	1										
14	0,14	Nível 3	Serviços de análises clínicas privados /hab.	Nível 1	1														
Condições de saúde																			
15	0,3	Nível 4	Consultas de clínica geral em centros de saúde /hab.	Nível 1	1														
16	0,1	Nível 4	Consultas de saúde materna/mulheres 15-64 anos	Nível 1	1														
Estabelecimentos																			
17	0,2	Nível 2	Óbitos por acidentes de trânsito /1000 hab.	Nível 1	1														
18	0,24	Nível 3	Óbitos por d. cérebro-vasculares /10000 hab. >25 anos	Nível 1	1							Nível 2	1						
19	0,1	Nível 3	Óbitos por d. cérebro-vasculares >25 anos	Nível 1	1														
Condições de saúde em cada classe				24		71		39		44		21		56		20		4	

Legenda

Classe mais alta
Classe mais baixa
Zero ou sem informação
A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor teste é superior ou igual a 3
A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor teste é superior ou igual a 4

Nota:
A designação dos indicadores está detalhada de forma mais completa na lista de indicadores

Legenda

Em termos globais, podemos considerar que o mapa relativo ao acesso à saúde permite evidenciar uma divisão territorial, separando três tipos de situações:

- Situações desfavoráveis a nível nacional
- Situações razoáveis a nível nacional
- Situações favoráveis a nível nacional

Em termos mais específicos, consideram-se três tipos de situações:

Oferta de recursos de saúde inexistente (classe 1)

A ausência de centros de saúde e hospitais, os consultórios médicos particulares e o serviço de ambulâncias, clínica hospitalar não representam situações. O número de consultas de clínica geral por habitante nos Centros de Saúde não é bastante significativo. Em termos de estatísticas vitais é de relevo a relevância que ganha a forte incidência dos óbitos cerebro-vasculares e a forte importância das doenças por acidente e por acidente de trabalho.

Oferta de recursos de saúde praticamente inexistente (classe 2)

Esta classe é relativamente semelhante à anterior. A situação é melhorada pelo facto de existir um pequeno número de médicos e médicos especialistas disponíveis.

Muito pouca oferta de recursos de saúde (classe 3)

Passam a existir alguns Centros de Saúde com camas. O número de camas por 100 habitantes é muito baixo, mas a taxa de ocupação é fraca. Nesta classe é ainda de relevo a relevância que por vezes apresentam os consultos de saúde materna nas mulheres com 15 a 64 anos.

Pouca oferta de recursos de saúde (classe 4)

A presença de centros nos Centros de Saúde aumenta um pouco face à classe anterior. Mas os consultórios médicos com serviço permanente continuam a ser praticamente inexistentes. No entanto, o número de farmácias por 1000 habitantes é bastante alto. Em termos globais o contexto continua a ser de grande fragilidade no domínio dos equipamentos e recursos humanos de saúde.

Situação um pouco mais favorável nos recursos de saúde (classe 5)

Com esta classe entramos num outro tipo de análise em termos de saúde. As condições existentes nos Centros de Saúde relativamente ao número de pessoas residentes são poucas. Não se evidenciam situações especiais relativamente aos outros indicadores de saúde.

Razoável concentração de recursos de saúde (classe 6)

As boas hospitais começam a ter alguma relevância na caracterização desta classe e os recursos humanos (médicos e médicos especialistas) passam a apresentar alguma importância na melhoria da oferta de recursos de saúde. A situação em termos de recursos de saúde melhores face às classes anteriores.

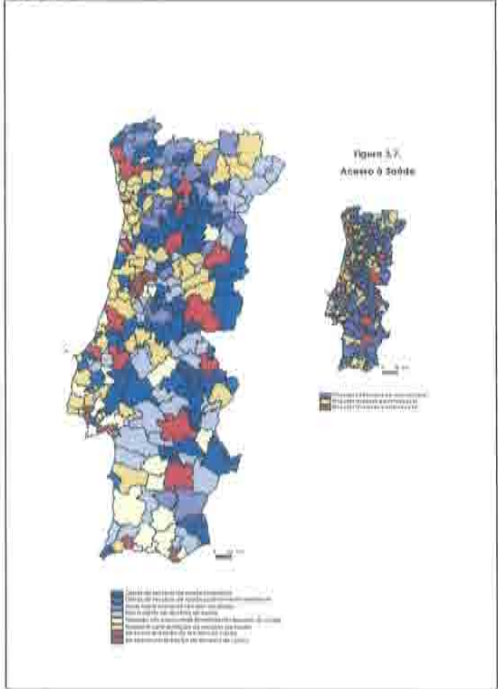
Alta concentração de recursos de saúde (classe 7)

A caracterização desta classe é muito semelhante à da anterior. No entanto, os indicadores relativos à melhoria do nível de saúde e do bem-estar começam a apresentar alguma importância. A situação é bastante mais positiva do que nas classes anteriores.

Excelente concentração de recursos de saúde (classe 8)

Salvo raras exceções, os recursos humanos oferecem os níveis de oferta por população residente muito altos. Os Centros de Saúde, por população residente, farmácias, médicos e médicos especialistas apresentam valores muito elevados nesta classe.

Figura



2.4. Fontes de Informação

O levantamento da informação só foi possível através de um contacto directo e demorado com os principais fornecedores de Informação em Portugal. Procurámos organizar e sistematizar um conjunto de informação dispersa por várias instituições de âmbito nacional. O percurso foi árduo, mas permitiu-nos fazer uma avaliação global da informação existente em Portugal e, sobretudo, avaliar a acessibilidade à informação existente. Contactámos diferentes Ministérios, percorremos diversificados gabinetes, trocámos impressões com distintos especialistas de informação. Esperámos e desesperámos à espera de informação. Mas o balanço global foi claramente positivo.

Devemos salientar ainda a disponibilidade de alguns produtores de informação para realizarem apuramentos específicos que sustentassem os objectivos deste trabalho. Assim, a informação referente ao emprego nas empresas e na administração pública e na educação é em larga medida fruto de apuramentos especiais. A qualidade e as lacunas de informação em Portugal são analisadas ao longo dos domínios deste trabalho e as fontes de informação estão descritas no final deste documento. No entanto, é oportuno fazermos um comentário geral às principais fontes de informação utilizadas.

O Instituto Nacional de Estatística constituiu, como seria de prever, o principal produtor e organizador de informação, possuindo uma base de informação relativamente diversificada e de boa qualidade. Nos últimos anos esta Instituição tem feito grandes avanços na organização e na qualidade do serviço que presta. O *Recenseamento Geral da População*, o *Recenseamento Geral da Habitação*, o *Inventário Municipal*, o *Anuário Estatístico*, o *Recenseamento Geral da Agricultura*, a *Estatística da Construção e da Habitação* e o *Ficheiro Geral de Empresas* foram as principais fontes de informação utilizadas. Em relação ao Instituto Nacional de Estatística tínhamos grandes expectativas no que se refere às fontes de informação ainda pouco testadas, designadamente no *Inventário Municipal* (por freguesias). Esta informação mostrou-se fundamental, mas está orientada para os serviços essenciais e é claramente insuficiente para a avaliação dos serviços mais especializados. Além disso, num momento em que as redes funcionais têm geometrias variáveis, o *Inventário Municipal* é limitador no processo de levantamento da informação (questiona apenas o local principal – e não os locais - de destino para a satisfação de cada função). O *Recenseamento Geral da Agricultura* foi uma fonte fundamental para a leitura da ocupação do solo e para a avaliação de alguns

processos em curso no mundo rural. Trata-se de uma fonte de informação ainda muito pouco utilizada pelos especialistas das áreas do ordenamento do território, mas que contém uma qualidade e uma profundidade que são fundamentais para a leitura dessas matérias. Os *Anuários Estatísticos* tiveram nos últimos anos uma evolução muito boa, sobretudo pela sistematização de informação dispersa em diferentes publicações estatísticas (Estatísticas da Cultura, Estatísticas da Saúde, Estatísticas da Educação, etc.). A *Estatística da Construção e da Habitação*³ constitui uma fonte de informação complementar ao *Recenseamento Geral da Habitação* e é crucial para o acompanhamento dos processos nos períodos inter-censitários. O *Ficheiro das Empresas* foi utilizado paralelamente com informação do Ministério da Segurança Social e do Trabalho. A correlação entre as duas bases é alta (+0,91), o que é um razoável indicador de convergência entre as duas fontes de informação.

O Ministério da Segurança Social e do Trabalho, mais especificadamente o Departamento de Estatística, do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP), forneceu-nos informação crucial para este trabalho e realizou apuramentos especiais definidos segundo objectivos específicos. Devemos salientar o apuramento realizado por freguesias dos Quadros de Pessoal e a avaliação das dinâmicas entre 1991 e 1998 dos trabalhadores nas empresas.

O Ministério da Educação possuía um sistema de informação que não correspondia às necessidades da nossa pesquisa. De forma a ultrapassar diversas lacunas foram realizados alguns apuramentos especiais (abandono, retenção e aproveitamento escolar) que responderam claramente aos nossos objectivos.

O Ministério da Ciência e do Ensino Superior possui uma base relativamente bem estruturada e com fácil acesso através dos sites da *Fundação de Ciência e Tecnologia* e do *Observatório da Ciência e Tecnologia*. A informação está disponível por instituições (Instituições do Estado, Instituições do Ensino, Instituições sem fins lucrativos e empresas). Não tendo havido disponibilidade do Ministério para nos fornecer informação ao nível do concelho⁴, foi necessário geo-referenciar todas as instituições a partir das moradas⁵. Seria interessante que o Ministério passasse a organizar informação sobre redes institucionais na área da investigação.

A lista de produtores de informação contactada é extensa: Observatório do Comércio e Instituto do Comércio Externo Português, Gabinete de Política Legislativa e

³ Comparando os resultados da informação por concelho e freguesia, chegámos à conclusão de que esta informação só deve ser utilizada depois de 1998, pois antes não tem rigor estatístico à escala de freguesia.

⁴ A disponibilidade deveu-se à escassez de Recursos Humanos.

Planeamento do Ministério da Justiça, Instituto de Gestão da Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano; Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Centro Português das Fundações, Direcção-Geral das Autarquias Locais, etc.). O que tornou custoso e demorado este trabalho de levantamento foi a dispersão da informação e a sua difícil acessibilidade. A qualidade da informação oficial é variada, mas na sua globalidade é boa, sendo, no entanto, necessário aumentar a sua visibilidade e acessibilidade.

Mesmo com uma nota positiva, há lacunas de informação que é necessário resolver rapidamente. Ao longo do trabalho vamos apontar diferentes lacunas, em função dos domínios em análise, mas tem sentido neste enquadramento fazermos algumas anotações mais pertinentes. Uma das mais marcantes diz respeito à base institucional. É relativamente complicado e demorado o levantamento das instituições sociais, económicas, culturais, etc. Além disso, ainda é mais difícil obtermos informação sobre essas instituições: os recursos humanos e financeiros, objectivos, principais projectos e parceiros institucionais. Neste trabalho não há um desenvolvimento das questões da governança⁵ porque as lacunas de informação não permitem um tratamento desta matéria com a necessária profundidade.

Por outro lado, as redes em Portugal também carecem de informação sistematizada. Pensamos que é necessário trabalhar esta matéria, reunindo esforços entre o Instituto Nacional de Estatística e o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, porque as mobilidades para o trabalho são fundamentais para o planeamento e o ordenamento do território. Além disso, há, como veremos mais à frente, um campo de trabalho fundamental em torno das redes físicas (água, saneamento, eléctricas, digitais) que em Portugal não é possível desenvolver.

Por fim, devemos comentar a falta, em Portugal, de informação com qualidade na área do Ambiente. Esta área está pouco desenvolvida neste trabalho, pois a informação sobre Ambiente ou não tem qualidade ou não está disponível com uma desagregação espacial passível de ser trabalhada à escala da freguesia ou do concelho. As Estatísticas do Ambiente são claramente insuficientes.

Devemos ainda referir que utilizámos também informação não oficial, por exemplo, as *Páginas Amarelas da Portugal Telecom*, de forma a suprir algumas lacunas ou aprofundar alguns tratamentos.

⁵ Para a realização dessa tarefa socorremo-nos da Lista das Páginas Amarelas on-line e, em último caso, tivemos de contactar telefonicamente a própria instituição.

3. Organização deste documento

Este trabalho organiza-se em três capítulos e uma conclusão final. Os capítulos intitulam-se:

- *Sistema Urbano e Ordenamento do Território*
- *Competitividade, Conhecimento e Inovação*
- *Qualidade de Vida e Bem-Estar*
- *Conclusão Final*

Os três primeiros capítulos são constituídos por um enquadramento teórico, uma proposta de abordagem analítica, um desenvolvimento por domínios e uma conclusão.

Em cada capítulo identificam-se os domínios de análise. O desenvolvimento dos domínios compreende um esquema relativamente comum:

- um breve enquadramento, onde se identificam a pertinência do domínio e os seus objectivos;
- em seguida são identificados os vectores analíticos (ou sub-domínios) e os indicadores ou variáveis a tratar. As metodologias adoptadas na construção dos indicadores são aí desenvolvidas;
- depois faz-se uma descrição da situação de Portugal face à União Europeia sempre que for pertinente e houver informação disponível;
- finalmente, apresentam-se algumas notas conclusivas.

⁶ Esta questão é levantada no Capítulo 2, mas reflectindo as carências enunciadas.

1º Capítulo

Sistema Urbano e Ordenamento do Território

I. Contextualização teórica

1. Enquadramento

Este capítulo procura fazer uma leitura do mosaico territorial português e dos processos em curso, para ficarmos melhor apetrechados para gerir de uma forma mais eficiente a multiplicidade dos desafios que se colocam no futuro, contribuindo para a valorização deste bem colectivo que é o território.

A análise dos processos de urbanização e metropolização nos últimos decénios evidencia aparentes contradições e muitos factos novos que é necessário perceber e ordenar. Estamos a atravessar um período de reestruturação económica e urbana. Surge uma nova morfologia urbana, aparecem novas estruturas económicas e a estrutura social está em transformação.

Na análise emerge uma diversidade de espaços e de realidades em alteração que torna difícil teorizar. Além disso, a bibliografia disponível também alimenta alguma confusão. Por um lado, abundam as análises globais sobre ruralidade e urbanidade e, por outro lado, estudos que, mesmo que sejam aprofundados, pecam por ficar pelas abordagens locais. A articulação entre estas duas temáticas corresponde a uma questão teórica e empírica que nos preocupa, pois é determinante para o conhecimento das dinâmicas sociais, económicas e territoriais, das lógicas de poder e das estratégias dos diversos actores.

Rever a história, mesmo ao de leve, das últimas décadas de urbanização e de êxodo rural é suficiente para concluir que a passagem de uma sociedade rural para a da urbanidade não foi uma evolução simples e semelhante em termos espaciais. Os últimos vinte/trinta anos surpreenderam pelo ritmo das mudanças. Mas o que é que afinal se alterou? E o que é aparentemente estrutural, e faz com que a riqueza da diversidade se mantenha, sobreviva e se multiplique? Portanto, o objectivo aqui não é classificar o "rural" e o "urbano", que cada vez tem menos sentido e utilidade, mas sobretudo conhecer melhor o mosaico territorial português, as dinâmicas em curso e as representações territoriais em presença.

Estamos conscientes de que os processos cruzam-se, interagem, mas também estão sujeitos à natureza mais efémera ou mais rígida dos elementos que os compõem. Assim, as matrizes mais rígidas, que insistem em persistir na estruturação territorial, devem também ser objecto de reflexão.

Desde meados do século XIX até ao presente, a geo-história realça diferentes ritmos económicos e culturais⁷. Os ciclos de cerca de 50 anos⁸ parecem definir uma certa periodização no capitalismo urbano-industrial. Cada ciclo começa por um período de crescimento e expansão económica, a seguir vêm os momentos das crises onde há os processos de reestruturação e, finalmente, na recuperação das crises, inicia-se um novo ciclo. As análises clássicas dos ciclos económicos foram complementadas por novos trabalhos, que evidenciaram as dimensões sociais, políticas, ideológicas, culturais e espaciais desses mesmos ciclos. Com isto queremos afirmar que acreditamos que há uma coerência ou uma interligação entre a produção dos espaços económicos e os processos de urbanização.

Em termos teóricos e meramente introdutórios, podemos identificar três períodos de reestruturação e de grandes mudanças no capitalismo urbano-industrial.

O primeiro período está ligado à cidade industrial competitiva, de finais do século XIX, com um modelo relativamente mais "opaco", mas que separa as áreas residenciais dos trabalhadores das áreas das classes mais altas. As ruas alargam-se e diferenciam-se funcional e socialmente e as cidades estendem-se. O Estado entra em campo traçando as avenidas, as praças e os jardins urbanos, separa o público do privado, os espaços interiores dos exteriores e afecta funções.

A partir dos anos vinte a forma urbana torna-se mais complexa. É o período do abandono dos campos e a fuga para a cidade industrial. A noção de especialização é fundamental. Há uma selectividade do espaço a partir das fábricas, habitações, escritórios, sedes, armazéns, lojas e espaços públicos organizados numa forma concêntrica, dando origem aos processos de *suburbanização*, com zonas mais ou menos homogêneas. O espaço urbano está fragmentado no uso do solo e em termos sociais. *Corbusier* e a *Carta de Atenas* são a demonstração máxima desta tendência. É um urbanismo Fordo-Keynesiano-Corbusiano. É a expressão de uma racionalidade simplificada no planeamento urbano, no zonamento monofuncional, nas armaduras

⁷ Ascher (2001) fala de três períodos: o 1º período entre o fim da Idade Média e o início da revolução industrial; o 2º período é dedicado à cidade industrial; o terceiro período inicia-se a partir de finais dos anos sessenta e inícios de setenta. Para Soja (2000), com a revolução industrial inicia-se a terceira revolução urbano-industrial e actualmente estamos na quarta revolução urbana.

⁸ Houve muitas tentativas para compreender estes ciclos de cinquenta anos, desde Kondratieff a Hobsbawm, Schumpeter, Keynes, Mandel, Rostow e geógrafos da área do planeamento como Peter Hall, Brian Berry e Ron Johnston. Exemplifiquemos os ciclos de Kondratieff: o primeiro ciclo ocorreu na Inglaterra, entre 1780 e 1840, com o têxtil e o carvão. O segundo decorreu entre 1840 e 1895 na Inglaterra, no noroeste da Europa e nos EUA, com a siderurgia, o caminho de ferro e os produtos metálicos. No terceiro ciclo, as tecnologias inovadoras aparecem nos produtos mecânicos e eléctricos, químicos e na indústria automóvel no noroeste da Europa e nos EUA (1895-1948). Em 1948 entra-se no quarto ciclo, com a indústria atómica, electrónica pesada, química orgânica e máquinas / utensílios complexos, na Europa ocidental, nos EUA e no Japão. Actualmente (1992), estamos no quinto ciclo, cujos centros inovadores à escala mundial são a Europa ocidental, os EUA, o Japão e alguns países asiáticos, dominando a micro-electrónica e as biotecnologias.

urbanas hierarquizadas, nos centros comerciais e nas zonas industriais adaptadas à produção. O Estado está em força nos serviços públicos e na habitação social.

O terceiro ciclo inicia-se nos anos sessenta e inícios de setenta, e ainda perdura. A cidade fordista apresentava uma dispersão acentuada, os subúrbios tinham aumentado e os centros antigos entraram em degradação e abandono. Até aos anos sessenta quase todas as teorias explicitamente urbanas estavam envolvidas numa procura de regularidade e de ordem, em torno de um equilíbrio e de uma evolução contínua. Quando esta ordem começou a falhar, as teorias deixaram de conseguir explicar o que estava a acontecer e o que podia ser feito. Uma nova estrutura urbana começou a emergir. Muitos académicos descrevem esta fase como pós-fordista, pós-keynesiana, pós-industrial ou pós-moderna.

Em linhas muito gerais, esta é a geo-história recente do urbanismo ocidental. Analisar o território português, mesmo numa grande escala, vai realçar as marcas, ou os multi-estratos, que se foram acumulando no território português. O objectivo não é fazer a história urbana ou rural do país, mas sim tentar apreender, no início do século XXI, um *puzzle* ou um mosaico territorial que se foi construindo ao longo de séculos, e que nos últimos vinte anos parece ter sentido como que uma revolução urbana extraordinária. Este primeiro capítulo vai assim andar à descoberta do território português, procurando evidenciar a sua riqueza e o seu valor estratégico, e mostrar alguns dos processos recentes e/ou em curso, para depois arguir algumas questões pertinentes para a gestão deste território.

De forma a compreendermos melhor os processos em acção e a geo-história do território português, é fundamental olhar para as dinâmicas gerais, designadamente as seguintes:

- os paradigmas teóricos da revolução urbana contemporânea, para compreender a cidade "pós-moderna";
- os processos económicos, para percebermos os impactos da "urbanização-fordista" e das dinâmicas económicas recentes;
- os espaços das hierarquias e das redes na constituição dos espaços de proximidade e os sistemas urbanos regionais e nacionais;
- os espaços "não urbanos", para reflectirmos sobre o "pós-rural", olhando para história e dando atenção à carga simbólica das representações;

- por fim, a simbólica dos territórios, pois acreditamos que a construção do futuro também depende das imagens construídas em torno de uma *nova cidade* e de um *novo rural*, e das novas necessidades que se reportam a esse território.

2. *Edge Cities*, *Outers Cities* ou Pós-subúrbios: designações para os novos espaços urbanizados?

Os novos espaços urbanos aparecem como resposta a uma série de novas exigências e novas mudanças tecnológicas, sociais e económicas. Certos autores defendem que os processos de urbanização dos últimos vinte anos se distinguem das formas de desenvolvimento modernas, ou do fim do período moderno, e que o que se está a verificar nas cidades ou à volta delas deve ser interpretado como um "fenómeno de urbanização pós-moderna". Outros consideram que só estamos num período mais avançado da modernidade⁹. Para compreender a riqueza e a complexidade da urbanização actual, é necessário não só analisar as formas físicas, mas também tentar perceber a construção social e económica do espaço, os seus códigos e a simbólica dos espaços das representações.

Soja (2000), citando Chambres, define a metrópole pós-moderna como um modo de vida contemporâneo marcado por continuidades profundas e imutáveis com o passado. Este é um ponto de partida importante para a análise dos processos de urbanização em curso e para a estrutura territorial presente: os novos processos de urbanização não são inteiramente originais; são o prolongamento ou a extensão do urbanismo moderno e modernista, mas existem dinâmicas que parecem novas ou pelo menos diferentes. Não interessa aqui discutir se os processos de urbanização devem ou não ser denominados pós-modernos, o que importa é tentar perceber o que é original.

Não há dúvida nenhuma de que importantes mudanças ocorreram na vida urbana desde os anos 70; se são pós-modernas ou não, depende do significado atribuído a este termo. Segundo o crítico literário Terry Eagleton (1987, citado por Harvey, 1999), o modernismo universal é identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planeamento racional e na standardização do conhecimento e da produção. O pós-modernismo, em contraste, privilegia a heterogeneidade e a

⁹ Segundo Ascher, entrámos numa terceira fase da modernidade, com várias designações: "modernidade radical", "modernidade avançada", "sobremodernidade".

diferença como forças libertadoras para a redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a indeterminação e uma intensa desconfiança relativamente a todos os discursos universais e totalizadores estão presentes na actualidade.

Para Ascher (2000 e 2001), a modernidade assenta na individualização¹⁰, na racionalização¹¹ e na diferenciação social¹², e é preferível falar de "modernização" em vez de "modernidade" porque se trata de um processo e não de um estado estático. Não estamos assim na "pós-modernidade", mas num estado mais avançado do processo de modernização, que pode ser designada por "sobremodernidade"¹³.

Exurbia (1962), *Edge City* (Garreau, 1991), *Outer City* (Herrington, 1984), *Troisième Ville* (Mongin, 1995), *Ville Archipel* (Viard, 1994), *Métapolis* (Ascher, 1995), *Ville Éclatée* (Haumont & Lévy, 1998), *Ville Émergente* (Dubois-Taine, G. e Chalas, Y., 1997) e *Pulp Urbanscape* (Gaspar, 1999) são uma demonstração do vocabulário inventado para sintetizar os resultados dos processos de urbanização contemporâneos. Deste léxico, tão rico e diversificado, a *Edge City* é o conceito mais divulgado e, por isso, será aqui mais referenciado neste enquadramento teórico.

Com a *Edge City* os americanos decidiram mudar quase todas as suas rotinas de trabalho, divertimento e vivência. Foram criados novos centros de emprego em locais que antes eram subúrbios residenciais ou mesmo campo. A *Edge City* é mais que um espaço físico, é um estado de espírito, é a procura do futuro dentro de nós (Garreau, 1991).

Primeiro registou-se a suburbanização da América, especialmente no pós-Guerra Mundial. Mais tarde, nos anos sessenta e setenta, foi o comércio que abandonou a cidade. Hoje estão a mudar os locais de emprego. A *Edge City* representa uma geração com valores individuais, que alterou a forma de viver e as rotinas dos indivíduos e que está ainda em construção.

Michael Dear (1995: 21-26) faz uma crítica geral ao planeamento modernista e depois concentra-se em Los Angeles como o arquétipo do urbanismo pós-moderno. O autor encontra, na emergência da procura da unidade e do controlo, as origens do racionalismo no urbanismo americano. Dear considera que na construção da cidade modernista ocorreu uma separação entre os processos de urbanização capitalista e a

¹⁰ A representação do mundo faz-se não a partir de um grupo mas a partir do indivíduo.

¹¹ Substituição progressiva da tradição pela razão na determinação dos actos.

¹² Trata-se de um processo de diversificação das funções dos indivíduos e dos grupos no meio de uma sociedade. Ela foi muito impulsionada pela divisão técnica e social do trabalho. A diferenciação produz diversidade e desigualdades entre grupos e indivíduos. A sociedade torna-se cada vez mais complexa.

¹³ Assim, usaremos os termos *pós-moderno* e *sobremoderno* indiscriminadamente, procurando com os dois conceitos retratar os processos de urbanização contemporâneos.

teoria do planeamento, entre o material e o espiritual, entre a modernização e o modernismo.

À medida que a acumulação e os investimentos urbanos se deslocam para a periferia dos grandes centros tradicionais e que há uma desconcentração das funções urbanas a "periferia" tem de ser reanalisada. As *Edge Cities* representam no nosso imaginário a periferização do centro (o centro vai para a periferia) ou a centralização da periferia (a periferia ganha centralidade).

Zukin (1995) descreve as periferias como as paisagens do poder, através do desenvolvimento da "symbolic economy". Assim, as *Edge Cities* não são as margens, os limites da cidade, mas podem representar novas vantagens concorrenciais, sendo escolhidas pelas acessibilidades ou pela qualidade envolvente. É expressiva a afirmação de que as cidades estão a ser criadas nos seus antigos limites e que a *Edge City* põe as pessoas nesses limites (Garreau, 1991). As periferias podem constituir os novos lugares de trabalho da era da informação. Liberdade, individualismo e democracia estão no centro destas reflexões.

No entanto, o desenvolvimento de "exúrbios" está naturalmente associado a discursos e realidades culturais muito diversificados, que vão traduzir-se em diferentes conotações culturais da urbanização contemporânea. Nos Estados Unidos, é a representação de uma sociedade dinâmica e conquistadora e a força da classe média, os *Bobos da pós-modernidade* (Brooks, 2001).

Dear (1995) diz ser necessário para compreender a estrutura de Los Angeles uma sensibilidade pós-moderna, uma nova forma de ver, que perspetive a cidade a partir de baixo. Afirma que não há uma realidade única na cidade e que a chave para entender a sua vida social é olhar para a microgeografia ao nível da rua. Existem hoje contrastes gritantes entre a prosperidade de alguns centros ou de algumas periferias e o abandono ou a desintegração social de outros centros ou de outras periferias.

Dear afirma que são necessárias novas formas de criar cidade, na medida em que há um certo conformismo no urbanismo pós-moderno, uma ausência de uma vontade civil ou de uma intencionalidade colectiva, e o sistema obsoleto e modernista de planeamento da cidade mostra-se incapaz de influenciar a morfologia e a estrutura social. Ascher (2001) considera que uma nova fase de modernização das sociedades ocidentais está a originar modificações profundas no modo de conceber, realizar e gerir as cidades, dando origem a um novo urbanismo que denomina *neo-urbanismo*. Algumas das questões podem ser designadamente estas: como conceber ou planear os espaços quando se baralham as distinções entre a cidade e o campo, entre o

público e o privado, entre o local e o global? Qual é o novo sentido para a densidade, a continuidade, a diversidade, a distância quando a mobilidade (de bens, pessoas, informação) aumentou estrondosamente? De que forma as novas redes de comunicação determinam que repensemos os paradigmas que usávamos?

No entanto, há razões para sermos prudentes na assimilação não crítica da experiência americana. Segundo Oatley (2001), primeiro deve pensar-se nas especificidades locais relativamente às realidades sócio-económicas e políticas, de seguida há que realçar a interpretação cultural desta forma de desenvolvimento. A grande maioria dos trabalhos desenvolvidos sobre a evolução exurbana contemporânea referem-se ao contexto americano, designadamente o exemplo de Los Angeles, que é definida como a cidade pós-moderna por excelência e como a representação da cidade no futuro.

O crescimento abrupto de Los Angeles a partir de um conjunto de cidades e aldeias, transformando-a numa das maiores regiões metropolitanas, concede um lugar especial na história e na geografia da construção da cidade (Soja e Scott, 1996). No entanto, o que este "lugar" representa tem sido sempre uma questão controversa: Los Angeles deve ser vista como um caso excepcional, um tipo de cidade persistentemente peculiar e impossível de reproduzir, ou pelo contrário, é um paradigma, uma ilustração, das características essenciais e generalizáveis da urbanização do final do séc. XX? Uns vêem Los Angeles como uma espécie de utopia urbana e de sonho americano, outros olham para ela como um pesadelo. Eu vi Los Angeles como a expressão urbanística de uma sociedade e de uma urbanidade diferente. Não me pareceu pesadelo nem utopia, mas um urbano que nunca tinha imaginado, uma extensão difícil de descrever, uma baixa densidade e uma ordem aparente que nunca tinha antes identificado a partir da bibliografia disponível. É preciso ver Los Angeles para perceber o que é afinal a extensão urbana americana.

Na medida que em as cidades são o resultado dos processos de expansão e mobilidade do capital, vão reestruturando a base económica num contexto em que os processos globais são mediatizados pelas diversidades e especificidades locais. Assim, os processos de acumulação do capital não determinam necessariamente as mesmas formas urbanas. Não tem lógica procurarmos por todo o lado as *Edge Cities* ou as *Outer Cities*. Los Angeles é um caso único mesmo nos Estados Unidos.

Segundo Garreau (1991), cada cidade americana cresceu seguindo a moda de Los Angeles, sentindo-se as maiores mudanças dos últimos 100 anos na forma como se construíam as cidades. Nesta afirmação falta algum rigor, dado que mesmo nos EUA

as cidades não apresentam todas o mesmo tipo de desenvolvimento. Na Europa, universalizar os processos americanos de urbanização seria ignorar as tradições, as especificidades locais, sobretudo em alguns países europeus onde o planeamento tem uma importante força reguladora e a propriedade pública dos terrenos é marcante.

Há que ter em atenção uma série de factores nas cidades europeias: as paisagens herdadas dos urbanistas pré-industriais ou as paisagens urbanas do século XIX são factos desconhecidos nas cidades americanas; as particularidades das políticas nacionais e locais relativamente à gestão de solos e à maior ou menor dominância da propriedade pública do Estado; os distintos contextos de crescimento económico, tão diferenciado entre os países e as regiões; os diversos ritmos de abandono das *downtowns* ou dos centros das cidades consolidadas e os distintos ritmos e formas de crescimento das *Edge Cities* ou dos extensos espaços de suburbanização.

O próprio Garreau afirma que o crescimento económico é crucial na construção das formas de crescimento urbano. Na Europa, a diversidade dos contextos económicos e institucionais proporciona diferentes formas urbanas.

Comparemos muito sinteticamente os processos de suburbanização na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, o progresso da industrialização levou à intensificação dos processos de suburbanização, marcados pela desconcentração da população e das actividades económicas e animados sobretudo pelos promotores privados. Desde 1950 que se fala da *metropolis* (Vancé citado in Walker, 1981). Se inicialmente o movimento para os subúrbios foi marcado por uma êxodo residencial das elites, mais tarde tomou-se um movimento em massa, levando à dispersão dos empregos e à transformação da cidade numa "cidade suburbana". Em 1964 Webber (Webber, 1996) afirma que as noções de cidade e de região estavam tradicionalmente associadas a objectos físicos, actividades, populações em interacção, entidades administrativas, à noção de individualidade territorial, logo localizadas. No entanto, as novas acessibilidades romperam com a noção de "lugar" e Webber fala de um "domínio urbano" não localizado, que não é uma aglomeração nem um território, mas que reflecte um conjunto heterogéneo de pessoas comunicando num espaço. No Reino Unido existia, e existe, um sistema forte de planeamento da ocupação do solo e valores evidentes em torno da protecção do ambiente. As cinturas verdes (*green belts*) são uma expressão clara de uma vontade de limitar o crescimento urbano. Os próprios processos de desconcentração foram guiados pelo Estado através da criação de *news towns* no pós-guerra ou pelos

processos de transferência dos empregos para as pequenas aglomerações ou para as zonas rurais, longe das grandes cidades.

Nos países com estruturas de planeamento urbano mais brandas, onde os promotores e proprietários fundiários têm uma liberdade de acção mais especulativa nas margens das cidades, os processos de suburbanização encontram, logicamente, melhores condições para se estenderem. Há países ou territórios que têm tradições de urbanização mais densa ou mais dispersa, o que vai determinar também as formas urbanas contemporâneas.

Para interpretar correctamente a evolução urbana ocorrida nas últimas décadas na Europa, temos de considerar o intervalo de tempo que separa a evolução do crescimento urbano da Europa do Norte e Ocidental do crescimento verificado na Europa do Sul e de Leste. O recente crescimento da população nas cidades da Europa do Sul e de Leste é o reflexo de um *boom* económico que alastrou de norte para sul e, posteriormente, para leste, traduzindo-se por uma transição urbana mais tardia nestas áreas. Esta constatação irá ser novamente abordada mais à frente.

3. Da industrialização fordista à metrópole industrial ou à cidade-região

As relações entre as dinâmicas urbanas e económicas são complexas e difíceis de compreender e interpretar. A fragmentação urbana é acompanhada por uma fragmentação produtiva.

Lacour (1998) identifica três questões que mostram a necessidade de articular dinâmicas urbanas e dinâmicas de emprego¹⁴: a primeira liga-se aos debates em torno dos processos de globalização e das dinâmicas de metropolização; a segunda está marcada pela produção teórica sobre externalidades e economias de aglomeração, onde se debate os factores que levam as populações e as actividades a concentrarem-se em certas grandes cidades, enquanto outros autores associam à dimensão urbana a fragmentação social e o desemprego; a terceira questão liga-se com o sucesso da nova geografia económica e a previsão de que a economia se concentra cada vez mais nas actividades de serviços, que são a base do emprego e que englobam a maioria das pessoas nas cidades modernas.

¹⁴ Esta abordagem será posteriormente desenvolvida.

Os processos de urbanização que caracterizaram as últimas décadas do século XX foram acompanhado por processos de industrialização e, mais recentemente, pela terciarização da economia. Em termos territoriais poder-se-ão identificar processos de especialização ou de diversificação e detectar níveis de *turbulência* (criação/destruição de emprego ou empresas) mais ou menos intensos em função dos processos económicos em curso. Assistimos a importantes alterações nas estruturas de actividades e de emprego nos centros das cidades, à emergência de novos espaços de emprego comercial ou de serviços nas periferias urbanas e ao desenvolvimento dos serviços de proximidade nos territórios periféricos.

As investigações evidenciam as fragmentações, as diferenciações espaciais e a importância das lógicas locativas das actividades e das evoluções do emprego na construção de novos mosaicos territoriais. Assim, surgem novas articulações, ou desarticulações, entre os sistemas residenciais e os sistemas de emprego. De forma a compreendermos os processos funcionais e as dinâmicas de emprego em curso é fundamental conhecer as mudanças estruturais que fazem com que as cidades se transformem cada vez mais em centros de consumo e menos em centros industriais, traduzindo a passagem de uma sociedade da produção para uma sociedade de consumo, conhecimento e serviços.

Entre 1920 e 1940, e mais tarde com o *boom* económico e demográfico do pós-guerra, instala-se um modelo de desenvolvimento capitalista assente na produção e consumo de massa, na suburbanização e num contrato social largamente estabelecido.

A cidade da revolução industrial está implicitamente ligada ao reforço da mobilidade de pessoas, informações e produtos. As cidades tiveram de adaptar-se às novas exigências de produção, de consumo e de trocas de mercadorias. É o período da construção das grandes redes de água e saneamento, de electricidade, gás e telefone. Grandes vias de comunicação e grandes áreas de construção respondem às novas necessidades de consumo. Os transportes urbanos suportam as necessidades de mobilidade provocadas pela dilatação dos espaços urbanos. O automóvel vem alimentar ainda mais essas necessidades individuais e sustentar a extensão urbana. Em termos de planeamento é o momento das zonagens monofuncionais, das redes urbanas hierarquizadas, dos centros comerciais, das zonas industriais e das grandes vias de circulação. Esta revolução urbano-industrial não eliminou a cidade pré-existente e o anterior edificado demonstrou capacidade de resistência e de readaptação.

Como refere Scott (1998: 14), a industrialização trouxe uma reorganização maciça do espaço interno de cada país, determinando um desenvolvimento concentrado em algumas áreas e deixando outras virtualmente intocadas. O resultado foi, desde os primeiros movimentos do desenvolvimento capitalista, um padrão intra-nacional de desigualdades territoriais. Apostou-se em actividades que criaram grandes aglomerações e que se tornaram importantes pólos de crescimento nacional. A produção em massa e o fordismo foram os responsáveis pelo grande desenvolvimento dos anos 50 e 60.

A industrialização fordista baseou-se nos sectores dos pólos de crescimento (*propulsive growth pole sectors*) ligados a poderosas economias de escala interna, tendo gerado concentrações maciças de capital e de trabalho a nível urbano ou regional. Não eram as únicas nem as principais actividades, mas eram a vanguarda do crescimento económico nacional.

Nos anos setenta, o sistema de produção de massa fordista entra em crise com a concorrência da indústria japonesa e dos novos países industrializados e com a realocação industrial para novas áreas geográficas. Surgiram os novos sectores da alta tecnologia, das indústrias orientadas para o consumidor e dos serviços às empresas e às pessoas. Há um novo paradigma tecnológico, com formas mais flexíveis de produção e com um trabalho mais personalizado. Assim nasceram as economias locais com uma nova base espacial e funcional (Scott, 1998: 20-23).

Estas mudanças implicaram importantes alterações geográficas: o surgimento de novos espaços e regiões industriais e a globalização da actividade económica. Há uma mudança de escala na economia, com o reforço das escalas supranacionais e intra-nacionais em detrimento da escala nacional, e as relações entre o Estado e a economia alteram-se. Mas, como refere Scott, não se pode dizer que houve uma liquefação do espaço. Nas áreas metropolitanas os processos de desenvolvimento e crescimento acentuaram-se com a globalização, e estas são hoje em dia unidades fundamentais do novo mosaico global das economias locais/regionais. Em geral, as novas áreas de industrialização (e inovação) são as áreas de urbanização emergentes, ambas integradas em áreas metropolitanas ou em espaços metropolitanos (Gaspar, 1999).

A concentração tende a verificar-se nas actividades que enfrentam mercados instáveis e que se especializam na qualidade do produto e na inovação, mais do que no custo. A dispersão em geral acontece num tipo oposto de actividades. Além disso, os serviços são muito mais concentrados que a indústria.

No novo mapa da geografia económica, a actualidade é um complexo multi-estrato composto por resíduos locativos de actividades que incorporam diferentes épocas ou fases de crescimento económico, que procuram agora o seu espaço de reestruturação ou integração na economia pós-fordista. Simultaneamente, emerge um novo sistema económico, com uma nova estrutura de actividades (moda, joalharia, publicações, cinema, televisão, multimédia, música, etc.), que se localizam sobretudo em concentrações urbanas densas, ainda que possam apresentar um padrão de dispersão.

De acordo com Peter Hall (2001), visualiza-se uma estrutura policêntrica urbano-regional nas grandes cidades: o centro tradicional com os serviços mais antigos (bancos, seguros, administração pública, as indústrias culturais, actividades artesanais intensivas em *design*); os novos centros de negócios localizados muitas vezes em áreas residenciais de prestígio (com as sedes de algumas empresas, por exemplo), uma *edge city* que resulta da relocação de serviços em consequência da pressão e dos preços especulativos nos centros tradicionais; as *edge cities* mais afastadas para a localização de escritórios e centros de investigação; e, por fim, alguns pequenos centros especializados, geralmente direccionados para a educação, entretenimento, desporto, exposições e centros de congressos. A cidade-região afirma-se na escala global e internamente estende-se ao longo de milhares de quilómetros quadrados.

O sistema mundial de regiões consolida-se numa nova divisão do trabalho, as regiões vão-se diferenciando e especializando em termos económicos e a tendência é para uma bifurcação social ao nível local e consequente reforço das tensões sociais. [Nos Estados Unidos, em Hong Kong e em Singapura já é clara uma especialização económica, mas na Europa essa especialização ainda está em construção].

A regulação internacional e a regulação local parecem substituir o papel do Estado, ainda que em termos internacionais este último continue a ainda legitimar muitos dos acordos ou instituições internacionais. Como refere Scott (2001), algumas funções reguladoras passaram para níveis de resolução espacial mais altos e outras para níveis mais baixos, e surgiram novas formas regionais de organização económica e política (*global city-regions*).

4. Como conciliar uma visão hierárquica com uma abordagem reticular

As centralidades de comércio e serviços e os espaços de emprego surgem como elementos fundamentais na organização dos territórios, pelas mobilidades quotidianas que determinam, pela diferenciação sócio-económica que arrastam e pelas dinâmicas que promovem. Os espaços de consumo multiplicaram-se e o reforço da mobilidade veio revolucionar as redes de conectividade.

Começemos pelas hierarquias, para depois percebermos as redes.

Desde os equipamentos ou serviços mais raros, próprios dos centros ou cidades mais importantes, até ao pequeno comércio quotidiano disperso por todo o território, os equipamentos hierarquizam-se pela densidade, pela raridade e pela amplitude de população que servem. Concentram-se em lugares definindo uma hierarquia de pólos de atracção: as metrópoles, as cidades médias, os centros urbanos complementares, as pequenas centralidades.

As abordagens em torno da estruturação do espaço e das relações entre os lugares levam-nos à teoria dos Lugares Centrais e aos modelos hierarquizados inspirados nos trabalhos de *Christaller* e de *Losch*.

Um espaço determinado divide-se em células servidas por centros mais ou menos distribuídos e acessíveis; é o modelo dos "lugares centrais" bem conhecido. Na sua formulação elementar, este modelo é multicelular e não hierarquizado. Na teoria, as cidades condensam a mesma oferta de serviços; elas são equidistantes e servem áreas em forma de hexágonos justapostos; elas estão ligadas por uma malha (estradas em três direcções, seis saídas do centro urbano). Mas os serviços (incluindo aqui também o comércio) não são sempre da mesma natureza, são muito variáveis em quantidade e frequência; a oferta concentra-se segundo diferentes níveis de raridade (serviços quotidianos, semanais, raros,...) e a dimensão da clientela necessária à sua rentabilidade. O modelo torna-se imediatamente hierarquizado e fractal: uma grande cidade serve uma grande área onde estão localizadas uma diversidade de cidades de dimensão média (que concentram serviços menos raros), as quais servem uma área onde se localizam outros centros (que concentram serviços banais).

O espaço de acção de uma cidade define-se sobretudo pela força económica, política e administrativa que exerce sobre um determinado espaço. O espaço de influência de uma cidade é também um lugar de relacionamento desta cidade com

outras. As relações de proximidade não desapareceram, no entanto, estas relações são suportadas por relações banais induzidas pelo comércio e pelos serviços à população, que não são funções capazes de modificar o lugar da cidade no seio dos sistemas urbanos.

Numa economia-mundo, o papel sobretudo das metrópoles está condicionado pelo seu posicionamento, o seu lugar no aparelho produtivo mundial. As cidades não são só pilares da organização territorial regional e nacional, mas inserem-se ao mesmo tempo em redes de trocas/relacionamento com outras cidades e outros territórios. Segundo a sua dimensão, em face das funções económicas, sociais e administrativas que desenvolvem, as cidades jogam papéis variáveis e simultâneos em diferentes contextos territoriais, o que significa que têm uma tarefa crucial na estruturação do território, com escalas de acção variáveis. Isto mostra que a cidade desenvolve, simultaneamente, relações de conectividade com outras cidades a nível internacional, nacional e relações de proximidade (relações com os espaços e centros vizinhos).

A questão está como operacionalizar esta dupla "rede-hierarquia". A estruturação dos territórios segundo princípios de contiguidade e de proximidade articula-se com a nova estruturação em rede segundo princípios de conectividade. De um território aureolar passámos para um território reticular. Haverá ou não uma dualidade entre as ligações de complementaridade/cooperação (as ligações horizontais) e as ligações de dominância /dependência (as ligações verticais)?

Uma estrutura reticular não exclui a existência de polaridades e de espaços de relacionamento hierarquizados. Num momento em que o policentrismo e a multipolaridade parecem dominar os paradigmas da organização territorial, avança-se para uma análise multidimensional da importância dos serviços e do comércio na estruturação territorial. Uma geografia das redes passa, naturalmente, por uma geografia das polaridades.

A hierarquia urbana opera no quadro de uma rede urbana, quer dizer, no quadro de todas as cidades e centros urbanos de um território. Assim, podemos falar da existência de níveis de funções associadas a diferentes escalas espaciais. Na escala nacional e regional, as dimensões populacional, funcional e económica reflectem uma posição na hierarquia (a dimensão pode ser medida pelo número de habitantes ou por outras variáveis de stock). Considerando as metrópoles num espaço mundial, as hierarquias reportam-se ao posicionamento das metrópoles tanto nas respectivas redes como na economia internacional, avaliada pela concentração de actividades

financeiras e direccionais, e ainda na rede de acessibilidades (qualidade dos serviços aéreos e ferroviários).

Com a generalização da urbanização e o desenvolvimento de novas acessibilidades, a hierarquia urbana tem mudado de significado. Para compreender as novas formas de rede é necessário ter em conta que as centralidades reflectem diferentes fluxos e espaços de pertença. Assim, constroem-se territórios multidimensionais ou redes de geometria variável, desde as centralidades de proximidade até aos pólos das redes internacionais.

As relações entre cidades não se limitam a sistemas de subordinação ou dependência. As relações de complementaridade e de cooperação, que muito gradual e lentamente se têm vindo a verificar, sobretudo em torno de estratégias de localização de equipamentos ou infra-estruturas e na defesa de problemas ou estratégias comuns, excluem mais ou menos a ideia de hierarquia e, sobretudo, de subordinação.

Mesmo tendo em consideração esta geometria variável, devemos salientar que, ao contrário das organizações empresariais, as hierarquias urbanas são muito persistentes e tendem a fazer perdurar a estruturação urbana. Assim, os sistemas urbanos são uma forma de organização com uma história, com uma dinâmica própria, e isso dá-lhes perenidade (Pumain e Robic, 1996).

Concluindo, a hierarquia hoje em dia não tem o mesmo significado que tinha há trinta anos, ainda que as redes de cidades se organizem de uma forma hierárquica. A crítica ao modelo dos lugares centrais assenta na crítica a uma hierarquia fundada em áreas de mercado justapostas. A minimização dos percursos a percorrer está posta em causa com a diminuição dos custos de transporte e o reforço da acessibilidade e da mobilidade. Novas motivações desencadeiam os movimentos e os consumidores cruzam-se num espaço pluri-nodal. Por outro lado, os serviços básicos têm vindo a localizar-se na proximidade dos serviços raros, criando complementaridades e aumentando os níveis de concorrência com as lógicas de organização tradicional.

Claro que, atendendo à perenidade e à inércia inerentes aos sistemas urbanos, as modificações nas estruturas urbanas fazem-se lentamente. A estabilidade das redes urbanas contrasta com o carácter efémero das redes de empresas. No entanto, novas redes de transporte, de informação e de inovação podem ser elementos fundamentais nos processos de mudança. A emergência de novas centralidades e novas especializações fora do limite tradicional da cidade arrasta consigo um espaço

reticular, desenvolvendo relações de complementaridade e concorrência, justapondo-se e combinando-se com as relações hierárquicas.

A todas as escalas geográficas aparecem transformações a impor-se. À escala intra-urbana, as redes técnicas (infra-estruturas viárias) marcam e estruturam claramente o território urbano. Às escalas local e regional, a complexidade tem aumentado e as redes têm vindo a diversificar-se e a sobrepor-se: o centro da cidade histórica compete com as novas centralidades suburbanas, os novos centros concorrem entre eles, o contínuo metropolitano colide e interrelaciona-se com o urbano difuso e policêntrico, o campo atrai novos serviços e a cidade central perde outros. Os nós das redes multiplicaram-se. Assim, criaram-se novas premissas na construção de configurações urbanas polinucleadas e na criação de organizações espaciais ecléticas.

Esta complexidade aumenta quando os indivíduos e os *grupos sociais* fazem emergir diferentes territorialidades construídas a partir de diversificadas representações territoriais e formas alternativas de usufruir e relacionar-se neste espaço pluri-nodal. Se os homens de negócios se movimentam num território de aeroportos e de redes de teletrabalho, os grupos mais desfavorecidos sentem fortemente o custo e a morosidade dos transportes, mesmo num território relativamente próximo.

5. Transformações e histórias de um rural imprevisível

A revolução informacional e tecnológica não suprime nem a indústria nem a agricultura, mas reestrutura as duas, tanto no real como no imaginário, tal como a extensão dos processos de urbanização para longe do centro da cidade não está a extinguir a cidade (Hervieu e Viard, 2001). Assim, para compreendermos o que vai e o que está a acontecer aos campos é preciso pensar nas novas alianças a construir entre os espaços densa e extensamente ocupados e os espaços cada vez mais desocupados ou ocupados de uma forma muito difusa e pouco densa. Nestes últimos incluem-se as áreas ditas naturais, o património cultural disperso, as florestas classificadas, as vilas e aldeias "autênticas" e os espaços agrícolas. O colorido das paisagens e das práticas sociais que elas incorporam tem uma força simbólica e uma capacidade identitária que não devem ser de forma alguma subestimadas: em Inglaterra há uma relação muito enraizada com a natureza, que é fundadora de uma nova modernidade; outras países olham para o campo através de modelos mais

agrários ou mais multifuncionais. Se é verdade que há um "sentimento" crescente, ou pelo menos uma maior consciência, acerca do valor do património rural existente, também sabemos que o futuro é incerto.

A oposição entre o "rural" e o "urbano" era avaliada pela densidade populacional e pelo tipo de povoamento. O rural estava associado à agricultura e à natureza e, ultimamente, ao turismo rural ou ao turismo natureza. Mas o rural tem significados diferentes e encarna histórias muito diversificadas no contexto europeu.

Os países europeus partilham uma história de sociedades originariamente agrárias e posteriormente de economias industriais capitalistas, e todos conheceram o êxodo rural e os processos de urbanização (Jovillet, 1997). No entanto, os processos de industrialização foram diferentes (mais precoces ou mais tardios, extensivos ou concentrados) e criaram resultados espaciais diversificados. Em função da história e dos modos de a viver, o "urbano" e o "rural" adquiriram diferentes valores, formas e conteúdos. Assim, não há um "campo" por si só longe da sua história, mas há um *rural* que procura em cada país, ou em cada região, as suas marcas ou o seu passado para construir o seu futuro (Hervieu e Viard, 2001).

Também o debate social e político em torno do rural varia muito segundo os países, estando quase ausente em Portugal e Espanha, onde as transformações exigidas pela PAC levaram a discussão para os planos económico e político. Na Alemanha não parece ser um tema muito importante, excepto no que se refere às questões sobre a PAC e o GATT. Na França e no Reino Unido o rural sempre teve uma grande importância, pelo menos simbólica, e é muito debatido. Na Holanda a ausência de debate deve-se à extrema industrialização da agricultura.

De uma maneira geral, no início os problemas do ambiente não estavam associados ao campo. Foram os movimentos ecologistas que trouxeram uma conotação ambiental aos conflitos trazidos pela urbanização e pela industrialização, em que o campo é visto como vítima. As transformações do campo, com o desenvolvimento de um rural residencial, industrial, turístico, equipado e acessível, não suscitaram muitas reacções sociais, excepto em França e na Grã-Bretanha (devido ao seu grande valor simbólico) e na Bélgica e na Holanda (pela importância económica e pela conflitualidade que se gerou nos usos do espaço).

A referência ao ambiente só foi destacada quando a agricultura passou a ser considerada como fonte de problemas ambientais, pondo em causa o valor natural do espaço rural. Tudo isto vai coincidir com a crise da agricultura e a sua subordinação às medidas agro-ambientais comunitárias. A partir de então, observa-se

um grande consenso entre todos os países relativamente aos problemas do ambiente imputados à agricultura. O século XX ganhou o desafio da produtividade e da necessidade de aumentar a produção agrícola, mas arrastou uma pesada herança ambiental, da poluição dos aquíferos ao esgotamento dos solos: a segunda metade do século vinte fez cair o mito dos "equilíbrios" – o binómio produção agrícola/natureza (Marques, 2000).

A expansão suburbana, a dispersão das indústrias, a multiplicação das vias de comunicação rápidas, o desenvolvimento dos equipamentos de lazer, etc., provocam uma pressão sobre os espaços e as paisagens rurais. Hoje os cidadãos procuram no campo, cada vez mais, as compensações aos inconvenientes das cidades, ao mesmo tempo que os campos vão sendo "desnaturalizados". A partir daí produzem-se evoluções muito diversificadas:

- o rural desliga-se do agrícola em termos de actividades e de população activa na agricultura, pois diversifica-se e sobretudo terciariza-se;

- a agricultura desliga-se do rural à medida que se torna "industrial", pois especializa-se e orienta-se para o mercado;

- os campos nem sempre se podem identificar com um ambiente de qualidade, pois são muitas vezes vítimas de agressões poluentes vindas do exterior ou da própria intensificação dos processos de produção agrícola (por exemplo, uso dos pesticidas);

- o rural torna-se um espaço expectante, acessível para a localização de residências ou de outras actividades, oferecendo um quadro de vida alternativo ao urbano;

- o rural é identificado como uma reserva de recursos naturais e, como consequência, é classificado por via normativa.

No entanto, o campo continua a ser o lugar privilegiado da relação sociedade-natureza. Nos últimos vinte/trinta anos assistimos à passagem de uma micro-sociedade organizada em torno de aldeias e vilas baseadas, na vizinhança e no inter-conhecimento para novos tipos de territórios, não necessariamente herdados do passado, nos quais surgem novas ligações sociais, novas *culturas do território*. Trata-se de uma urbanização dos campos. Os anos sessenta-setenta ficaram na Europa marcados pela necessidade de uma autonomia do ordenamento rural. Os anos noventa foram marcados pela crença na *inteligência colectiva*, na capacidade e vontade dos actores locais e no poder do desenvolvimento local. O poder local tem

vindo progressivamente a querer assumir o seu rumo e a definição dos cenários e das prioridades de desenvolvimento.

Em face deste contexto analisemos sinteticamente a realidade rural na Grã-Bretanha e em França, para mais tarde reflectirmos sobre Portugal.

Grã-Bretanha: o rural como espaço simbólico

Na Grã-Bretanha¹⁵, o campo, a natureza, o espaço rural e o ambiente rural ocupam desde a revolução industrial do séc. XVIII um lugar supremo na cultura inglesa. Naturalista e estético, por um lado, nostálgico e arcaico, por outro lado, o olhar da sociedade britânica sobre os seus campos é uma das características mais marcantes desta população essencialmente urbana (Buller, 1997). Trata-se de uma ideologia rural e ambiental que inspirou as políticas na agricultura e no urbanismo desde o séc. XIX e que se transmitiu até à actualidade através de uma forte relação entre a sociedade e o mundo natural (Short, 1991, citado por Buller). A Grã-Bretanha é assim um país singular, mais de 80% da população reside nas cidades e a agricultura não tem nenhuma importância (só representa 1% do PIB e no emprego não tem significado). Apesar disto, a população possui uma forte identificação com o campo e o ambiente. Aqui o rural perdeu a sua importância económica e populacional e manteve-se em termos simbólicos. Buller afirma que a sociedade britânica é urbana nos factos mas rural no espírito.

Desde meados do séc. XIX que a população é maioritariamente urbana. No entanto, a extensão da zona peri-urbana das grandes cidades constituiu, a partir dos anos 20, o ponto de partida de um processo de urbanização novo. Esta urbanidade adopta uma forma cada vez mais desconcentrada. Nos anos 50, 60 e 70, as cidades e os pequenos centros dos campos registaram taxas de crescimento superiores aos centros das cidades e às grandes aglomerações. Trata-se de uma urbanização desconcentrada. Nos anos 80, a amplitude desta desconcentração começa a chegar às áreas rurais mais distantes e aparece com outra forma: *contra-urbanização* ou *rurbanização*, para distinguir do anterior processo de *peri-urbanização*. As categorias sócio-profissionais da população rural não se distinguem significativamente das da população urbana, dominando o sector terciário, que representava em 1991 cerca de 35% da população activa residente em meio rural (Buller, 1997). Num país fortemente urbanizado, não é por acaso que a maioria das leis sobre o urbanismo e a protecção do ambiente rural são redigidas essencialmente para proteger o espaço rural contra a urbanização e para manter a separação essencialmente estética entre a cidade e o campo.

¹⁵ Esta reflexão é baseada em Buller (1997).

A noção contemporânea de campo está interligada com a antiga estrutura social rural baseada em grandes proprietários fundiários. O valor patrimonial e o sentido de responsabilidade na defesa do ambiente e das colectividades rurais partem de uma desconfiança relativamente ao crescimento urbano e aos seus impactos sobre a paisagem. No final do séc. XIX, houve um declínio dos grandes proprietários e emergiu a necessidade de abertura dos campos aos cidadãos. A implementação de uma política de protecção do ambiente rural pelos poderes públicos nacionais e locais começou já no final do séc. XIX. Os movimentos ecologistas e, mais tarde, a proliferação de associações, essencialmente urbanas, de defesa do ambiente ou do espaço rural são determinantes na construção dos actuais valores ambientais. Após a Segunda Guerra Mundial criaram-se os parques nacionais, as reservas e as zonas protegidas. E desde os anos setenta que se generalizaram os objectivos de protecção do mundo rural. Nos anos noventa, o discurso assenta na necessidade de criar um sistema rural sustentável. Os projectos e os contratos proliferam numa tentativa de proteger e manter os recursos naturais (as terras, a biodiversidade, a natureza), um quadro de vida rural e um conjunto de amenidades muito procuradas pelos urbanos. As áreas protegidas englobam 22% do território nacional (9% pelos Parques nacionais e 13% pelas paisagens de beleza natural excepcional).

A ruralidade é sobretudo um bem, cujo sentido e valor são determinados por posicionamentos sociais e culturais, sendo por isso sobretudo um bem de consumo, mais do que de produção. O campo britânico tem um sentido simbólico e ideológico que ultrapassa a realidade (demográfica ou económica), mas que é construído sem população e como parques de paisagens onde, aparentemente, a agricultura e os agricultores desapareceram.

França: dos campos agrícolas ao verde rural

A sociedade francesa¹⁶ tem atitudes contraditórias e ambivalentes em relação ao seu espaço rural. Por um lado, atribui-lhe uma importância particular porque faz justiça às suas raízes agrárias ou porque valoriza a agricultura moderna; por outro lado, considera-o como *território arcaico e em vias de extinção*. Segundo Jollivet (1997) esta ideia prevaleceu durante muito tempo, como se o país não soubesse conciliar o seu desenvolvimento urbano-industrial e a importância da sua herança agrária. A sensibilidade ambiental surgiu com o saber da geografia e da história agrária, que valorizam a diversidade e a riqueza paisagística da França, sobretudo numa óptica de recursos.

Nos anos 60 e 70 o rural passa a ser o lugar de uma *sociabilidade autêntica* (Jollivet, 1997) e a França cobriu-se de parques nacionais e de reservas naturais¹⁷. O êxodo rural provocado pela modernização da agricultura e a difusão no espaço rural de populações residenciais não agrícolas (implantação de actividades industriais e terciárias ou extensão das cidades) alteraram a composição social dos espaços rurais e a população agrícola tornou-se minoritária. Os modos de vida também foram alterados e o espaço rural transformou-se num espaço residencial e terciarizou-se. A população urbana começou a procurá-lo mais, como uma espécie de compensação, aumentando o turismo rural (que já não é procurado apenas por intelectuais e burgueses). A agricultura é cada vez mais aliada a outras actividades complementares, como o turismo e os serviços. Com a crescente pressão sobre o rural, surgem as contradições entre a protecção e o turismo, por um lado, e a urbanização, pelo outro.

Hoje em dia, através da referência ao ambiente está em construção uma nova representação do rural. Como afirma Jollivet, trata-se de *fazer do campo um parque para os cidadãos, mas é um parque à francesa e não um parque à inglesa*. A França é um território muito carregado de história e os espaços naturais protegidos são o lugar privilegiado, nos planos simbólico e prático, do contacto da sociedade com a natureza.

Em França, tal como em muitos outros países, o Estado desinteressou-se do rural a partir do momento em que este deixou de ser um lugar fundamental para o combate político, um espaço cada vez com menos população. Mas três outros actores colectivos continuam a esforçar-se por manter o debate sobre o rural: os políticos que dependem dos votos da população rural, os agricultores e as associações que lutam pelo desenvolvimento local.

¹⁶ Esta reflexão é baseada em Jollivet (1997), Hervieu e Viard (1996 e 2000) e Viard (2000).

¹⁷ A primeira lei que instaurou uma verdadeira política nesta matéria data de 1930, mas é na década de sessenta e setenta que há uma clara evidência de uma nova política em torno do ambiente-natureza.

II. Portugal no final do século XX

Proposta de abordagem analítica

Os processos de urbanização desenvolveram-se de diversas formas nas últimas décadas. Esses processos tomam dimensões e modos diferentes de país para país. O Reino Unido, a Alemanha e os Países Baixos são países densos e com uma urbanização muito antiga. A França, a Itália do Norte, a Áustria e a Espanha juntaram-se mais tarde ao grupo anterior, e sentindo recentemente um processo intenso de urbanização e de formação de grandes regiões urbanas. Em Portugal, tal como no sul da Itália, na Irlanda, na Grécia e na Suécia, uma parte do território está ainda atravessar um intenso processo de *suburbanização*.

As metrópoles e as cidades alongaram-se. Os espaços de residência alargaram-se, as distâncias percorridas são cada vez maiores e novas morfologias urbanas apareceram. O tecido urbano perdeu continuidade e ficou mais fragmentado, as habitações misturaram-se com as actividades industriais e comerciais e estenderam-se pelas áreas rurais. Os limites entre as cidades e os campos diluíram-se; novas centralidades periféricas apareceram; a cidade perdeu a sua centralidade radial e o urbano espraiou-se.

Nas áreas mais urbanizadas este processo fez com que as metrópoles, as cidades e mesmo os pequenos centros urbanos se integrassem em sistemas aparentemente policêntricos, nos quais a vida quotidiana se interliga, podendo-se residir, trabalhar, educar os filhos e passar os tempos de lazer em ambientes urbanos muito diversificados. Ligados a estes processos de extensão, de descontinuidade, de heterogeneidade e de multipolaridade, novas morfologias e novas funcionalidades apareceram.

A cidade tradicional densa, de contornos nítidos e com um centro de gravidade bem definido permanece, mas em articulação com novos espaços urbanizados, de maior ou menor extensão, polarizados ou não por outros pequenos centros. Neste contexto de forte urbanização, por vezes, os modelos tradicionais de povoamento difuso parecem estar a ser integrados ou assimilados pelos processos de metropolização.

A mobilidade facilita e contribui para esta dispersão. A oferta de comércio e serviços vai diversificando e criando novas centralidades, que os indivíduos frequentam em função das circunstâncias e das opções individuais. Cria-se uma rede de relações

mais articulada e mais extensa. Com as novas mobilidades, novos centros emergem, novas funções urbanas surgem e constroem-se novas conjugações e configurações territoriais.

Ao mesmo tempo, um vasto território sofre um intenso processo de despovoamento e aparente imersão. Nestas áreas a grande maioria dos pequenos centros urbanos já entraram num processo de perda, com o "campo" a ter cada vez menos massa demográfica e, também por isso, menos capacidade para alimentar o crescimento urbano. Entretanto, na última década algumas cidades médias começaram a mostrar alguma capacidade para travar os processos de despovoamento em curso e aumentaram significativamente de população residente, demonstrando a sua capacidade de ancoragem territorial.

Será que se temos na memória a imagem correcta do país que somos e que estamos a construir? De que forma se enquadram os processos de urbanização em curso nas dinâmicas urbanas europeias? A imagem de um território marcado pela dicotomia litoral e interior será verdadeira? A imagem de uma extensa mancha urbanizada entre Setúbal e Viana do Castelo estará correcta? Onde estão os territórios abandonados?

O que se pretende apresentar é um pequeno contributo para a análise das transformações complexas em curso, procurando retratar a diversidade territorial para melhor nos prepararmos para a crucial tarefa do ordenamento territorial.

É essencial analisar as transformações no sistema urbano nacional e em todo o contexto territorial envolvente. O objectivo é fazer uma leitura do território para reflectirmos sobre o ordenamento territorial. Dividimos esta análise em duas partes:

- a primeira parte trata dos processos de urbanização na Europa e em Portugal, sobretudo nos últimos cinquenta anos;

- a segunda parte, mais extensa, inclui um conjunto de análises sobre a estrutura e as dinâmicas territoriais na última década do século XX, realçando as relações existentes entre:

- a) a localização da residência das pessoas, do trabalho e do comércio e dos serviços;

- b) as mobilidades que permitem as inter-relações espaciais e funcionais;

- c) os processos que determinam a ocupação do solo ou o seu abandono.

Relativamente ao primeiro objectivo identificam-se três domínios de análise:

1. Estrutura sócio-demográfica dos residentes
2. Actividades e emprego
3. Centralidades e redes

Relativamente ao segundo estruturámos um domínio de análise:

4. Mobilidade e infra-estruturas de transporte

Relativamente ao terceiro identificámos dois domínios de análise:

5. Edificação e habitação
6. O substrato agro-florestal.

Todos os domínios vão incorporar três escalas analíticas. Em primeiro lugar, faz-se um enquadramento de Portugal e, sempre que se mostrar pertinente, da Europa. Em segundo lugar abordamos o território a partir dos processos visíveis ao nível das freguesias. Em terceiro lugar, fazemos uma leitura do Sistema Urbano do Continente português a partir de uma análise por área urbana.

A análise do sistema urbano vai permitir precisar as dinâmicas temporais em função da dimensão populacional dos aglomerados urbanos, da sua distribuição geográfica e, por vezes, de uma terminologia mais ou menos vulgarizada nos últimos anos em Portugal, que são as áreas metropolitanas, as cidades médias e os centros urbanos da rede complementar. As cidades médias e os centros urbanos da rede complementar estão definidos no PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM (segundo os Despachos do MPAT nº6/94 e 7/94, DR II Série, 26 de Janeiro¹⁸).

Em 1998 foi aprovada uma *Tipologia de Áreas Urbanas* pela 158ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística, na reunião plenária de 3 de Julho de 1998, e posteriormente publicada no Diário da República, II Série, de 11 de Setembro. A metodologia foi desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estatística e pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano. A tipologia realizada baseia-se na unidade da freguesia e reconhece três tipos de áreas/freguesias: as áreas *predominantemente urbanas*, as *medianamente urbanas* e as *predominantemente rurais*. Como em Portugal não estão identificadas as

¹⁸ Este programa tinha como objectivo a "Valorização das Cidades Médias" e a "Valorização dos Centros Urbanos da Rede Complementar". O Despacho de 55/94, publicado na II Série do Diário da República de 27.05.94, define as cidades médias elegíveis no âmbito do subprograma 1.

delimitações das áreas urbanas dos Centros Urbanos¹⁹, optou-se por considerar que: *área urbana* de cada concelho corresponde a todas as freguesias *predominantemente urbanas* localizadas nesse concelho; relativamente aos concelhos que não possuem qualquer freguesia *predominantemente urbana*, serão *áreas urbanas* do concelho as freguesias *mediamente urbanas*, pois na maioria dos casos são freguesias que apresentam níveis de urbanidade razoáveis e são a sede do concelho. Quando se faz referência a cidades médias e a centros urbanos estamos a designar indicadores construídos para a *Área Urbana* de cada concelho.

¹⁹ Recentemente (2002) o INE, em colaboração com as Câmaras Municipais, fez uma delimitação das cidades portuguesas.

1ª Parte – Processos de urbanização na Europa e em Portugal

Analisar a estruturação do território do Continente português passa, como já referimos, por uma compreensão global das dinâmicas e dos processos em curso nos últimos cinquenta anos. Esta primeira parte tem como objectivo principal a contextualização dos processos de urbanização na Europa.

1. Enquadramento

As dinâmicas populacionais nos últimos cinquenta anos contribuíram claramente para as disparidades sócio-espaciais presentes no final do século XX. Que originalidades podem ser detectadas no processo de urbanização europeia? De que forma Portugal se integra nas dinâmicas de urbanização da Europa? Em Portugal, quais são os territórios que têm vindo progressivamente a perder população? O que aconteceu aos espaços metropolitanos? Quais são as áreas urbanas que se evidenciam pelo seu dinamismo?

Os desenvolvimentos das cidades são particularmente flutuantes. As oscilações traduzem ajustamentos contínuos de um sistema espacial aonde todas as cidades estão em interacção, dando lugar a evoluções interpenetráveis. Assim, é necessário avaliar as dinâmicas durante um período razoável de tempo para não fazermos juízos precipitados acerca de evoluções conjunturais; além disso, devem ser tratadas várias cidades para dar mais solidez à análise.

Neste sentido, vamos iniciar esta abordagem com uma breve síntese dos processos de urbanização na Europa, de forma a enquadrarmos e compreendermos melhor a situação portuguesa. Na Europa os processos de urbanização e os contextos económicos são muito diversificados, o que levanta diferentes questões ao ordenamento do território e ao planeamento urbano. É nesse contexto que Portugal se situa e é a partir daí que devemos realizar as nossas reflexões.

Estando ao dispor da investigação uma grande diversidade de indicadores estatísticos fundamentais para a avaliação dos processos de diferenciação territorial, a pesquisa vai debruçar-se unicamente sobre dois tipos de indicadores: a população residente e a variação de população.

Em primeiro lugar, vamos situar a Europa no Mundo e Portugal no contexto europeu. Para isso mostrou-se pertinente: encontrar a originalidade urbana europeia nos processos de urbanização mundiais; analisar o desenvolvimento das cidades da Europa nos últimos cinquenta anos, de forma a contextualizarmos o processo de urbanização português; por fim, constatar que o desenvolvimento de grandes regiões urbanas na Europa manifesta-se com diferentes morfologias.

Em segundo lugar, procuramos sistematizar as dinâmicas populacionais nos últimos cinquenta anos no Continente português, primeiro por freguesias e depois por áreas urbanas.

Em termos de fontes estatísticas, optámos pela Base – GEOPOLIS para as comparações mundiais e pelos Recenseamentos da População do INE para a abordagem territorial nacional.

Vários conceitos vão ser utilizados neste capítulo que devem ser desde já esclarecidos. O termo *urbanização* será aqui usado no sentido restritivo de concentração demográfica crescente ou de expansão da população urbana e a expressão *contra-urbanização* indica o processo territorial oposto. *Periurbanização* ou *suburbanização* utilizam-se quando o crescimento demográfico se desenvolve nas coroas dos centros das cidades, podendo corresponder a uma *urbanização* relativa ou absoluta. O termo *desurbanização* refere-se à perda de população nos centros das cidades e a expressão *declínio urbano* utiliza-se quando há uma diminuição da população residente nos centros urbanos. *Despovoamento* é um conceito sobretudo usado quando as dinâmicas populacionais são regressivos em áreas não urbanas. No entanto, a *desurbanização* e o *declínio urbano* implicam também despovoamento mas nas áreas urbanas.

Estes processos são relativamente bem visíveis nas análises à escala da freguesia. A distribuição geográfica dos indicadores referidos põe em evidência as matrizes territoriais em permanência, as novas configurações do fenómeno urbano e as diferentes intensidades de perda ou ganho populacional.

A análise das áreas urbanas vai permitir precisar as dinâmicas temporais em função da distribuição geográfica dos aglomerados e da estruturação das áreas metropolitanas e de todo o sistema urbano no seu conjunto, incluindo, portanto, as cidades médias e os centros urbanos da rede complementar.

Lista de indicadores identificados²⁰ para a análise territorial:

1	Variação relativa da população residente, entre 1950 e 1960
2	Variação relativa da população residente, entre 1960 e 1970
3	Variação relativa da população residente, entre 1970 e 1981
4	Variação relativa da população residente, entre 1981 e 1991
5	Variação relativa da população residente, entre 1991 e 2001

2. Portugal na Europa

2.1. Originalidade da Europa nos processos de urbanização mundiais²¹

De todos os continentes, a Europa é aquele que estava em 1991 mais urbanizado, pois cerca de 64% da população residia em aglomerações com mais de 10 000 habitantes²². Se considerarmos a Europa ocidental, a taxa de urbanização sobe para os 74% (aglomerações com mais de 10 000 habitantes). Só as regiões do Pacífico, da Austrália-Nova Zelândia e do Japão-Coreia do Sul têm taxas de urbanização mais elevadas. Segundo dados do World Bank relativos a 2001, na União Europeia a percentagem de população a residir em áreas urbanas era de 73% em 1981 e em 2001 77%, demonstrando a relativa estabilização das taxas de urbanização.

Outra originalidade da Europa é a grande frequência de cidades sobre o seu território. Segundo Cattán e outros (1994), na Europa a distância média que separa as cidades é 13 quilómetros, enquanto nos Estados Unidos a distância passa para 48 quilómetros e na Ásia é cerca de 29Km.

²⁰ Em todas as décadas foram criados ou alterados os limites administrativos de diversas freguesias. De forma a não alterar a dimensão das áreas urbanas de cada concelho ao longo das décadas e a não avaliar dinâmicas com base em freguesias irreais, foi necessário fazer o levantamento de todas as alterações registadas e montar uma base de freguesias comum às cinco décadas. Para isso foi preciso, por vezes, agregar freguesias para que os cálculos ficassem correctos. Deve, no entanto, referir-se que estas agregações implicaram que algumas das áreas urbanas contabilizem mais freguesias que as que foram identificadas em 1991, de forma a poderem ser operacionalizados os referidos cálculos de variação populacional durante as cinco décadas consideradas. Em anexo estão descritas as alterações das freguesias entre 1950 e 2001.

²¹ Estas reflexões introdutórias baseiam-se na análise da Base de Dados GEOPOLIS, na cartografia realizada e nos diversos trabalhos de síntese elaborados por Moriconi-Ebrard (1993, 1994 e 2000), Balroch (1985) e Cattán e outros (1994).

²² François Moriconi-Ebrard construiu uma base de dados para as cidades mundiais – Base GEOPOLIS – muito rigorosa, assente numa definição morfológica de aglomeração urbana. Esta base contempla as aglomerações com mais de 10 mil habitantes. De forma a manter a validade e o rigor da Base GEOPOLIS, a delimitação vai sendo actualizada, o que permite fazer comparações temporais a partir de uma delimitação constante, designadamente a mais recente. Além disso, consegue incorporar informação sobre as cidades antigas, recorrendo a documentação diversa.

Outra distinção da urbanização europeia está na importância das pequenas e médias cidades. Nos Estados Unidos e na Ásia (com taxas de urbanização semelhantes) as aglomerações com mais de 200 mil habitantes concentram 75% da população urbana e mais de metade da população total (dois terços no Japão). Na Europa estas grandes cidades só representam metade da população urbana (56%) e também metade da população total.

Além disso, as maiores cidades da Europa são igualmente mais pequenas. Se considerarmos as cidades com mais de 200 mil habitantes, a dimensão média das cidades na Europa é de 800 mil habitantes, enquanto nos Estados Unidos e no Japão é de 1,3 milhões. As maiores cidades da Europa são mais pequenas que as maiores cidades da América e do Japão. Em 2000, as maiores cidades do mundo eram Tóquio, Nova York e Séoul, com 20 a 30 milhões de habitantes (respectivamente 29,896 milhões, 24,719 milhões e 20,674 milhões), enquanto Paris e Londres andavam entre os 9 e os 10 milhões de habitantes (respectivamente, 9,850 milhões e 9,166 milhões).

Assim, na Europa as cidades maiores são de menor dimensão e a importância das pequenas e médias cidades é superior, o que vai originar uma configuração hierárquica urbana especial. Esta diferente estruturação deve-se à história urbana dos diferentes continentes. As cidades europeias foram criadas na sua maioria na época romana ou na Idade Média, reguladas pelos meios de transportes da altura, enquanto as cidades americanas são fruto de meios de transportes mais recentes (caminho de ferro e depois o automóvel), o que permitiu um maior espaçamento entre as cidades. A inércia do sistema determina que os traços antigos continuem a perdurar.

O policentrismo é, assim, uma das características históricas do Sistema Urbano Europeu.

**QUADRO 1.1. População urbana²³ dos principais países desenvolvidos
(em percentagem da população total), entre 1800 e 1980**

	1800 ²⁴	1850	1910	1950	1970	1980 ²⁵
Alemanha	9	15	49	53	68	75
Inglaterra	23	45	75	83	81	79
Bélgica	18	34	57	64	71	70
Espanha	13	(18)	(38)	(55)	70	73
França	12	19	38	48	68	69
Itália	17	(20)	(40)	(56)	65	65
Holanda	37	39	53	75	83	82
Portugal	16	(16)	16	25	22	34
Roménia	7	(11)	16	28	47	56
Suécia	7	7	23	45	62	64
Suíça	6	12	33	48	59	58
Jugoslávia	10	(10)	10	16	37	44
EUROPA	12	19	41	51	64	67
URSS	(6)	(7)	(14)	(34)	54	61
Estados Unidos	5	14	42	57	66	65
Canadá	6	8	32	46	56	58
Austrália	-	(8)	(42)	59	79	80
Japão	(14)	(15)	18	38	72	82
Conjunto dos países	11	16	32	46	62	66

NOTA: Os números entre parêntesis comportam uma margem de erro muito maior do que os restantes dados.
Fonte: BAIROCH, Paul (1985: 288).

No contexto europeu e mundial, Portugal em 1800 tinha um índice bastante razoável de população urbana. No entanto, um século depois, em 1910, já são evidentes os atrasos de urbanização do nosso país. Entre 1800 e 1910, enquanto a Europa está a sentir um processo acelerado de urbanização, Portugal mantém a percentagem de população urbana. Em termos meramente comparativos, entre 1800 e 1910, a taxa de urbanização em Portugal mantém-se na ordem dos 16%, enquanto em Inglaterra o valor sobe de 23% para 75%, reflectindo os fortes impactos dos processos de industrialização. Os anos 30 representam para a Europa o período de estabilização da população urbana (entre 1930 e 1950 a taxa de urbanização sobe ligeiramente, de 46% para 49%).

2.2. O desenvolvimento das cidades europeias depois de 1950

Entre os finais da segunda grande guerra e os anos setenta e oitenta a Europa ocidental transita de um sistema de povoamento rural para um sistema de povoamento urbano característico de uma economia assente na indústria e no terciário. Entre 1950 e 1970 registou-se um forte crescimento demográfico ("baby

²³ Considera-se como urbana a população que vive em cidades de 5000 ou mais habitantes.

²⁴ Taxas muito aproximativas.

²⁵ Dados preliminares.

boom" do pós-guerra) e um forte êxodo rural levando a um intenso crescimento da população urbana em toda a Europa. Este ciclo de expansão urbana coincide com um forte crescimento económico, a modernização dos sistemas produtivos, o desenvolvimento de novas infra-estruturas e o aumento da capacidade de consumo. Independentemente do tamanho das cidades, as taxas de evolução foram maximizadas sobretudo na década de sessenta e oitenta.

Na Europa, nos anos setenta os processos de *suburbanização* e de crescimento das áreas periféricas das grandes aglomerações começaram a não conseguir equilibrar a redução da população residente nas "cidades centrais", o que conduziu ao denominado processo de *desurbanização*, termo conhecido no modelo de "ciclo de vida das cidades".

Na Inglaterra estes processos são precoces. A população urbana atinge a percentagem máxima em 1950 (83% da população total). No entanto, analisando o consumo de espaço pelas cidades verifica-se que estas consomem cada vez mais espaço e continuam a estender-se. Esta extensão da cidade levou à diminuição das densidades nos centros das grandes cidades e a uma densificação dos subúrbios.

Este fenómeno era acompanhado, e em certa medida explicado, pelos novos modelos de localização industrial e pela crise que afectou diversos sectores industriais localizados nas grandes aglomerações. Aparentemente houve uma tendência nos países avançados para a *industrialização não metropolitana*. Certas regiões não centrais, pequenas cidades e espaços rurais, possuíam um conjunto de condições favoráveis à localização industrial, surgindo assim fenómenos associados aos *distritos industriais* ou *meios inovadores* como novas formas organizativas e territoriais de sucesso. Estes processos favoreceram o surgimento da designada tendência para a *contra-urbanização*.

Na Europa, nos anos setenta e oitenta são as cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes que apresentam as mais elevadas taxas de evolução, enquanto as cidades com mais de 500 mil habitantes apresentam taxas mais moderadas (equivalentes a metade da média global).

QUADRO 1.2. Evolução da população nas cidades da Europa Ocidental (*)

Classes de População (nº de habitantes)	Variação média anual da população urbana (%)				
	Nº de Unidades Urbanas - 1990	1950-60	1960-70	1970-80	1980-90
10 mil a 20 mil	2242	1.30	1.38	0.81	0.36
20 mil a 50 mil	1107	0.90	1.53	0.90	0.39
50 mil a 100 mil	362	1.38	1.59	0.70	0.42
100 mil a 200 mil	184	1.41	1.60	0.73	0.35
200 mil a 500 mil	106	1.36	1.52	0.56	0.28
Mais de 500 mil	67	1.36	1.16	0.39	0.18
Total	4068	1.23	1.45	0.81	0.37

(*) CEE, Áustria, Suíça, Países Escandinavos

Fonte: Moriconi-Ebrard, citado por Cattán e outros, 1994:120.

Os dados relativos às "aglomerações urbanas" europeias mostram que o fenómeno da estabilização ou redução demográfica é, sobretudo, uma realidade do norte da Europa (veja-se a evolução demográfica de Londres e de Manchester, no pós-guerra). Os dados mais recentes, relativos aos anos 80 e 90, mostram um alargamento do fenómeno em direcção às áreas meridionais e, em particular, à Itália (por exemplo, Roma e Milão), a Espanha (veja-se Madrid e Barcelona), a Portugal (Lisboa) e à Grécia (Atenas).

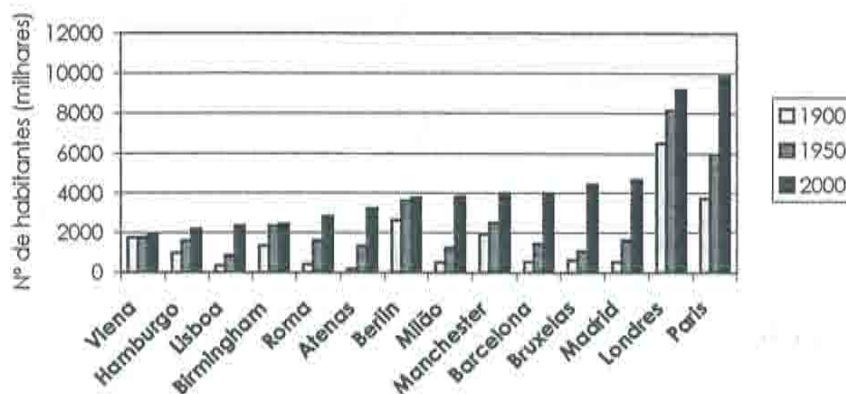
O ciclo de difusão de norte para sul do crescimento urbano está associado aos diferentes ritmos de transição de uma economia assente no sector agrícola para uma economia industrial e posteriormente terciária. O êxodo rural foi mais tardio nos países do sul da Europa e, consequentemente, o crescimento urbano atrasou-se relativamente aos países do norte da Europa. A evolução do crescimento urbano segundo os países reflecte bem as diferenças espaciais. A Inglaterra, a Holanda e a Bélgica foram dos primeiros a começar a baixar (taxas mais altas na década de cinquenta). Em França, Espanha e Grécia as taxas de evolução mais altas verificaram-se na década de sessenta, enquanto Portugal e a Irlanda atingem o seu pico de taxa de crescimento nos anos setenta.

Assim, analisando a variação na segunda metade do século XX, o crescimento demográfico urbano foi muito mais forte nos países do sul da Europa do que nos países do Norte, o que levou a uma alteração clara do peso demográfico urbano no espaço Europeu.

Por outro lado, a construção europeia, que ocorreu a partir de meados dos anos 80, pôs em acção processos de revitalização urbana. O aumento do clima de competição internacional e a integração crescente dos mercados financeiros e dos serviços (dois sectores de vocação urbana) estimularam a procura de localizações

metropolitanas por parte de grandes empresas nacionais e multinacionais, e desta forma determinaram novas formas organizativas sócio-económicas e territoriais.

GRÁFICO 1.1. População nas principais aglomerações urbanas da Europa (em delimitação histórica)



Nota: cálculos do autor.

Fonte: Moriconi-Ebrard, 2000.

Delimitação histórica – Delimitação realizada nos diferentes anos em análise por Moriconi-Ebrard (2000).

Estes processos implicaram alterações profundas no tipo de funções e de sectores, nos níveis de instrução exigidos, na intensidade de utilização do factor trabalho, na procura de qualidade urbana, etc.. Assim, não basta analisar os níveis de concentração demográfica no final do século para conseguir interpretar os fenómenos actuais e os processos em curso.

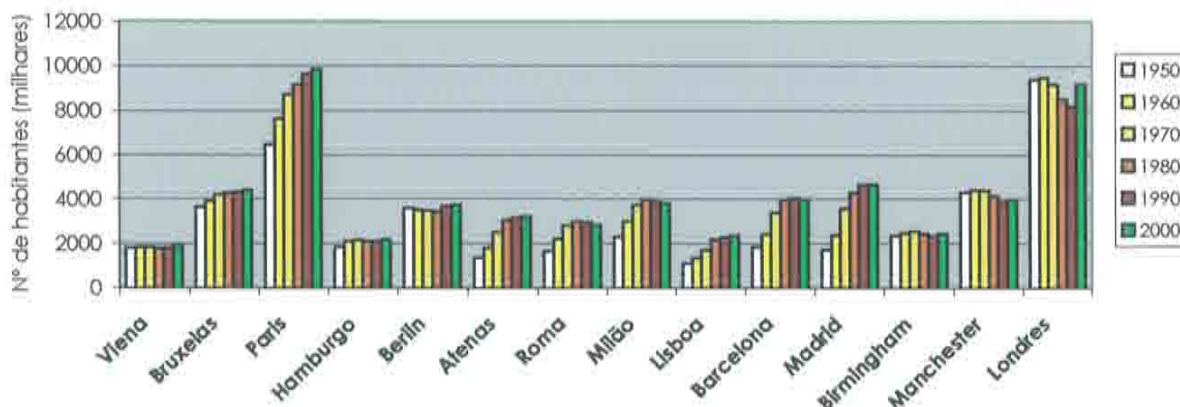
Os temas da reabilitação urbana são hoje em dia centrais nos processos de urbanização. Uma primeira verificação do êxito de uma revitalização urbana pode ser encontrada desde há já algum tempo nas cidades americanas. Graças às novas políticas de relançamento económico e ambiental e ao desenvolvimento de mecanismos espontâneos de desenvolvimento das actividades terciárias, vimos a ocupação global de Nova York recomeçar a crescer a partir de finais dos anos setenta. E a população também voltou às zonas centrais das grandes áreas metropolitanas americanas, seguindo processos bastante selectivos, conhecidos na literatura como fenómenos de *gentrification*²⁶.

²⁶ São sobretudo algumas camadas da população com rendimento médio-alto e elevado grau de qualificação, com unidades familiares frequentemente formadas por uma só pessoa (*yuppies* ou *young urban professionals*) ou núcleos familiares sem filhos (*twinkies: two incomes no kids*) que preferem os núcleos

As recentes estatísticas demográficas sobre o crescimento de algumas cidades americanas e europeias (Base Geopolis) confirmam que estão em curso processos de *reurbanização* (designadamente em Nova York, Boston, San Diego, Los Angeles, São Francisco e Berlim, Munique, Frankfurt, Londres, Amesterdão, entre outras).

Camagni (1996) demonstra pela observação da evolução de alguns indicadores imobiliários que desde meados dos anos oitenta, os preços de venda e de arrendamento têm vindo a aumentar nos centros de algumas cidades provando que estão em curso processos de *reurbanização*. Estes processos de *reurbanização* são muito selectivos e dominam em algumas grandes cidades de vocação internacional, mas nem sempre são visíveis nos indicadores demográficos.

GRÁFICO 1.2. Número de habitantes nas principais aglomerações urbanas da Europa- 1950 a 2000
(População >= 2 milhões de habitantes)



Fonte: Base Geopolis - delimitação constante das aglomerações (2000).
Nota: cálculos do autor.

Analisando a evolução demográfica das grandes metrópoles europeias e dos centros urbanos com mais de 50 mil habitantes, entre 1950 e 2000, destacam-se pelo menos três tipos de trajetórias urbanas (figura 1.1):

- um grupo de cidades estabilizou o seu crescimento mais cedo, nos anos 60 e 70. Neste grupo podemos mencionar Londres, Manchester, Birmingham, Hamburgo e Berlim. Pode ver-se este tipo de crescimento nas cidades nórdicas, inglesas e algumas alemãs;

históricos das cidades com uma concentração de oferta cultural e intensos níveis de sociabilidade urbana,

- um grande número de cidades destacam-se pelo seu crescimento vigoroso, sobretudo na década de 50, 60 e 70. Este crescimento é sobretudo frequente no sul da Europa, na quase totalidade das grandes cidades espanholas, em Lisboa, num número muito significativo das cidades do sul da França e em algumas cidades dispersas pela Europa. Neste grupo, só Madrid, Barcelona e Lisboa ultrapassam um milhão de habitantes, as restantes cidades têm uma dimensão mais restrita. Os ritmos de crescimento diminuíram ou estabilizaram e a população residente estabilizou na década de oitenta;

- as cidades do leste da Europa apresentam taxas de crescimento urbano muito fortes até aos anos 80 e 90 e depois começaram a estabilizar ou a travar os ritmos do seu crescimento. Aparentemente, os processos de urbanização foram um pouco mais tardios do que os dos países do sul da Europa.

Além disso, a variabilidade das taxas de evolução demográfica é muito mais ampla nos países meridionais (Espanha, França, Itália, Grécia e da Irlanda) do que nos países setentrionais (Dinamarca, Alemanha e ainda em menor medida a Bélgica e a Holanda). Estes últimos apresentam uma maior estabilidade.

É neste contexto europeu que devem ser enquadradas as dinâmicas urbanas e territoriais portuguesas.

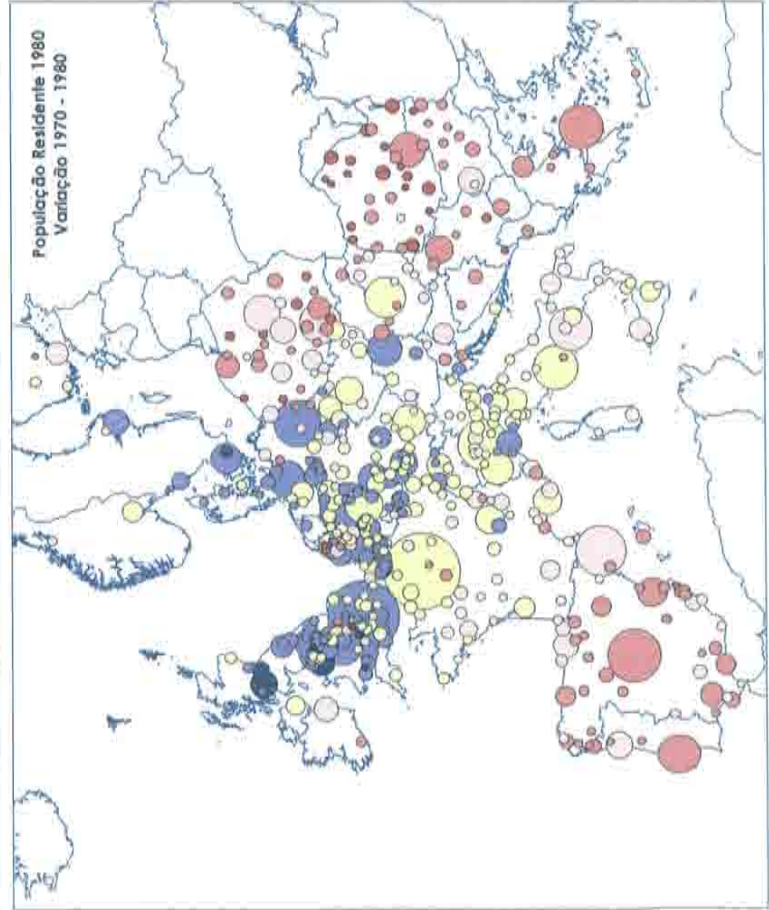
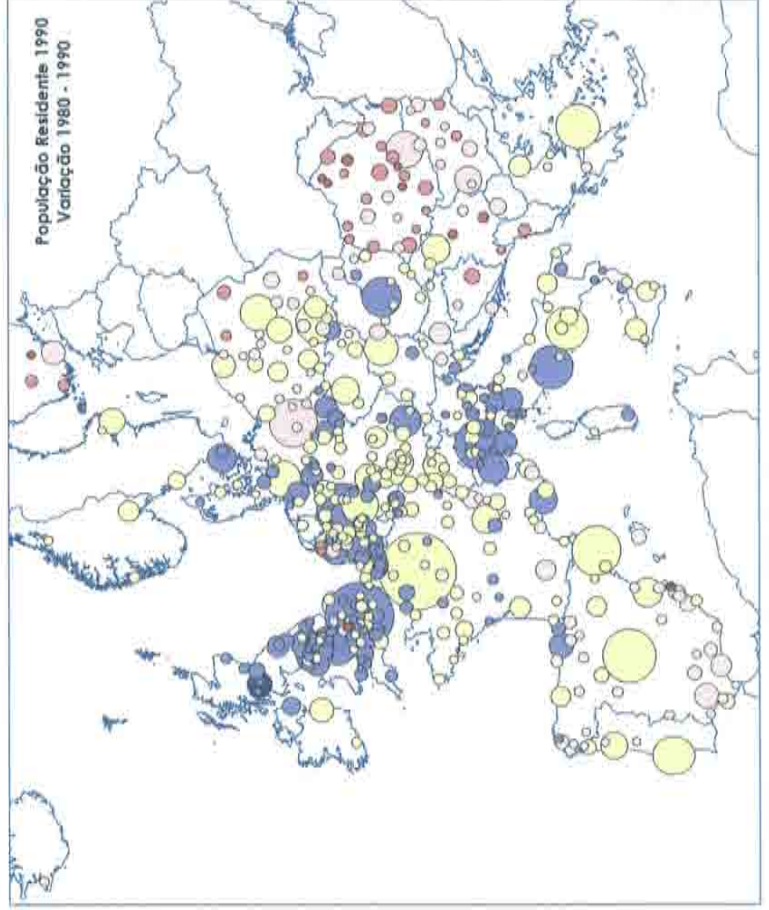
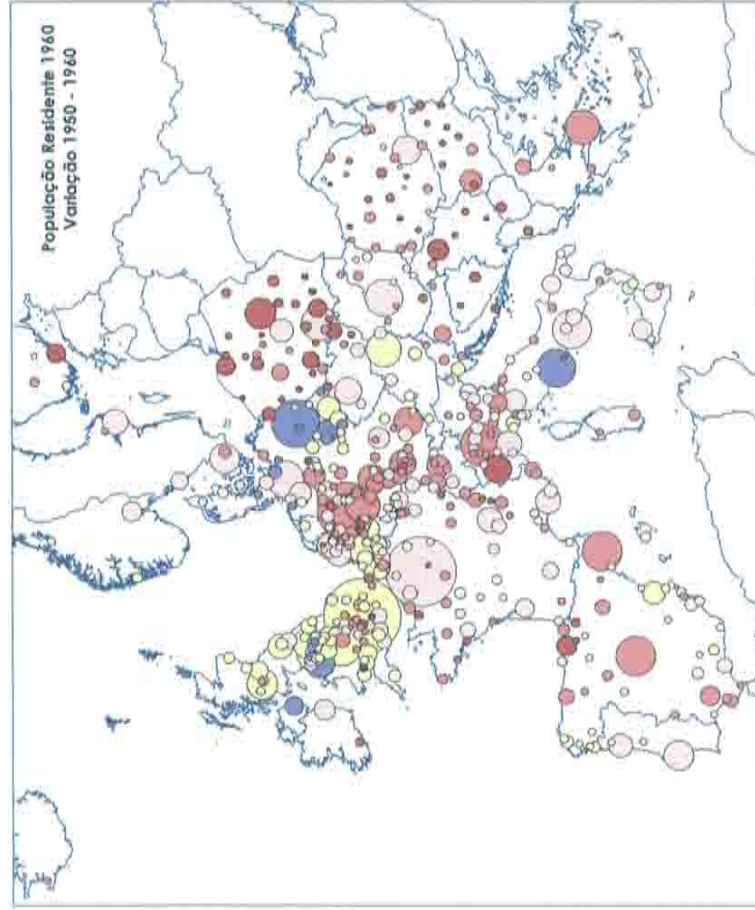
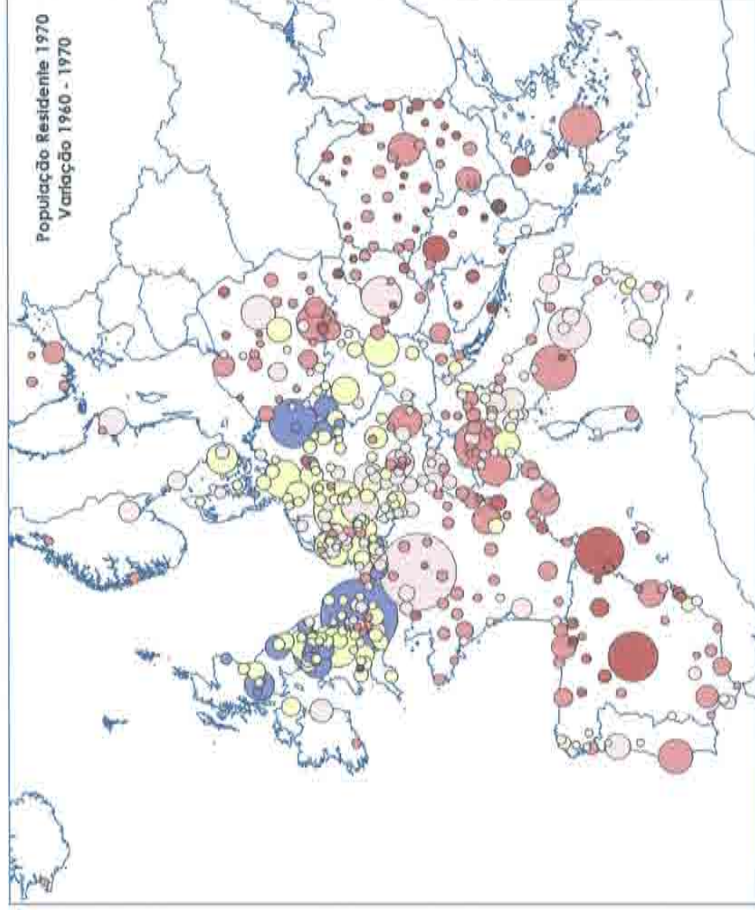
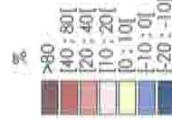


Figura 1.1.
População
Residente nas
Aglomerções
Urbanas da Europa

População residente nas
aglomerações urbanas
(milhares de habitantes)



Variação da população
residente nas aglomerações
urbanas



Limite Administrativo
NUT2

FONTE: Base de dados
Geopolis; Aglomerações
Urbanas com mais
de 50 mil habitantes
em 1990.

0 300 Km

2.3. O desenvolvimento das grandes regiões urbanas

Das grandes aglomerações urbanas passe-se para a avaliação do desenvolvimento das grandes *regiões urbanas*. Em todos os países são evidentes fortes processos de metropolização e, portanto, de desenvolvimento difuso e de processos de implantação residencial em vastas regiões metropolitanas.

No entanto, os processos de metropolização manifestam-se de diferentes formas mesmo no seio do mesmo país, em função dos diversos contextos geográficos. Na Europa evidenciam-se, designadamente, três tipos:

-processos de metropolização de carácter difuso, sobretudo em França, Itália e Portugal (Porto), com a densidade demográfica no centro a diminuir. Estes processos de dispersão repetem-se também nas escalas urbanas inferiores, no seio de grandes manchas de metropolização.

-processos de metropolização de carácter concentrado manifestam-se, por seu lado, em países como a Espanha (Madrid e Barcelona), Grécia (Atenas), Portugal (Lisboa) e Irlanda (Dublin);

-processos de difusão e união das redes urbanas regionais, na ausência de grandes aglomerações monocêntricas, manifestam-se na Alemanha centro-meridional. São processos de urbanização relativamente uniformes no território, de menor intensidade e densidade em relação ao caso anterior. Processos similares, mas com características diferentes, podem encontrar-se na Holanda e na Bélgica.

Camagni (1996) realça ainda as tendências de implantação em certos espaços litorais. São áreas com fortes processos de crescimento demográfico, com importantes recursos paisagísticos e naturais e com elevada capacidade de atracção de investimentos turísticos e, por tudo isto, muito atractivas em termos residenciais.

Estes processos devem ser lidos no contexto europeu. Em 1950, Londres e Paris encontravam-se no leque das dez maiores cidades do Mundo, respectivamente no terceiro e sexto lugares a nível mundial (depois de Nova York e Tóquio, que estavam em 1º e 2º lugar), com cerca de 9,4 e 6,5 milhões de habitantes (Base Geopolis). Entre 1950 e 2000 a situação altera-se completamente, Londres passa para 23ª (9,2 milhões de habitantes) e Paris para 20ª (9,8 milhões de habitantes), enquanto Nova York e Tóquio se mantêm no pódio, respectivamente com cerca de 30 e 25 milhões de habitantes. Esta síntese ilustra os ritmos de evolução urbana a nível mundial e a relativa estabilização dos ritmos de crescimentos das maiores cidades europeias.

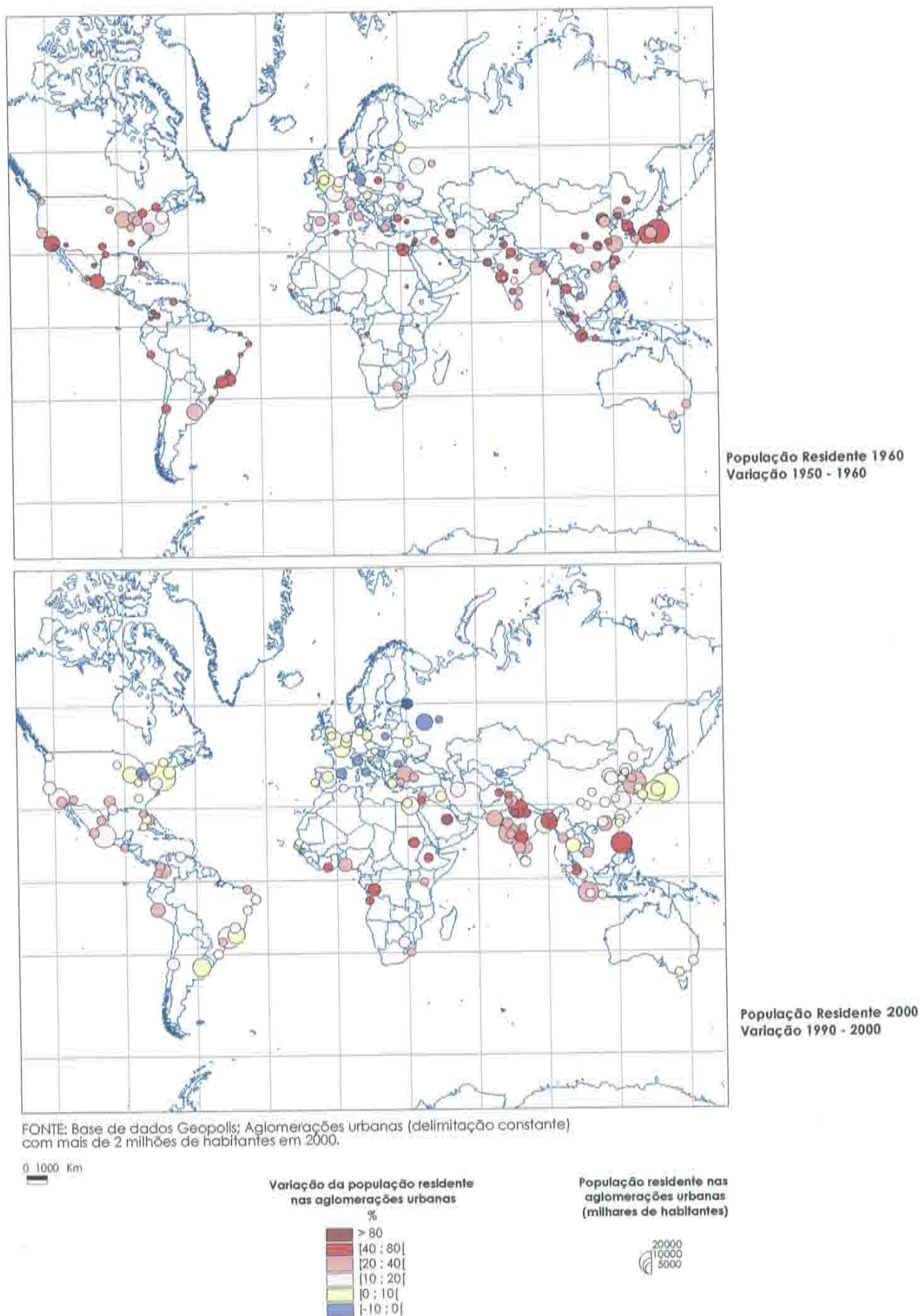
A análise cartográfica das dinâmicas urbanas das grandes aglomerações do Mundo²⁷ (figura 1.2), nas décadas de cinquenta e de noventa, é bem ilustrativa da força urbana presente a nível mundial, sobretudo no sul e leste da Ásia. A Europa perdeu a vitalidade urbana que a caracterizou e estabilizou as taxas de urbanização. Os Estados Unidos da América acompanham de perto os ritmos de evolução europeia. Não é objecto deste trabalho uma análise mundial dos processos de urbanização em curso, queremos simplesmente enquadrar Portugal na Europa e a Europa no Mundo de forma a compreendermos melhor os processos de urbanização portuguesa. Pensamos que esse objectivo foi alcançado.

Principais conclusões:

- Observou-se um crescimento e densificação dos centros das cidades (até aos anos 50 ou 60), seguido de um duplo movimento de *desdensificação-desconcentração* dos centros e extensão e urbanização das periferias, que fez as cidades construídas estenderem-se geograficamente. Este movimento propagou-se das cidades do norte da Europa para as do sul, e das grandes cidades para as pequenas cidades.
- Entretanto, surgiu na Europa um segundo fenómeno nos últimos vinte anos. Apareceu um novo modelo de organização espacial em torno das implantações sobretudo residenciais, observável principalmente nas grandes cidades. Houve um desenvolvimento da urbanização que aparenta um carácter difuso, descontínuo (do ponto de vista da contiguidade do construído) e de baixa densidade, ainda que organizado à volta de algumas macro-estruturas. Apareceu, como já referimos, a *edge city*, *ville éclatée*, *ville éparpillée*, *ubiquitous city*, etc.
- Na criação de grandes áreas metropolitanas ou regiões urbanas (ou espaços metropolitanos) podem identificar-se processos de metropolização de: morfologia concentrada; carácter difuso ou disperso mas com um pólo central; difuso com incorporação de uma rede policêntrica sem um pólo central. Nas áreas litorais também se estão a sentir intensos processos de urbanização de carácter linear, dada a atractividade residencial destas áreas.

²⁷ Fonte: Geopolis: Aglomerações com mais de 2 Milhões de habitantes em 2000.

Figura 1.2. População Residente nas Grandes Aglomerações Urbanas do Mundo



3. Processos de urbanização no Continente português: uma análise territorial

Como podemos verificar, Portugal atravessou um processo de urbanização mais tardio que a Europa do Norte. Se analisarmos as dinâmicas populacionais nos últimos cinquenta anos em Portugal, torna-se possível aprofundar e identificar os diferentes ritmos de urbanização em termos territoriais²⁸.

3.1. O mosaico territorial em transformação – uma análise por freguesias

Nos últimos anos assistiu-se a algumas modificações do modelo de organização territorial que só uma análise espacial por freguesia e temporal por década pode evidenciar. Independentemente da marca mais vincada que cada década possa ter deixado no território, todas elas tiveram a sua originalidade e vão contribuir para o mosaico territorial presente nos dias de hoje.

Duas décadas realçam-se neste período de cinquenta anos por razões opostas. A década de sessenta está associada a elevadas perdas demográficas (o forte período da emigração portuguesa) e a década de setenta sentiu um forte crescimento populacional (o período do retorno populacional das ex-colónias). Por outro lado, a década de noventa demonstra uma vitalidade que pode ser indiciadora de novas dinâmicas em curso. Neste sentido, antes de apresentarmos uma síntese territorial dos processos em curso nos últimos 50 anos vamos mencionar sinteticamente as dinâmicas parciais (figura 1.3).

Na década de cinquenta a população residente no Continente aumentou 4,5%, mas foram sobretudo as áreas urbanas que cresceram em termos populacionais. Globalmente, uma boa parte do Continente aumentou de população residente, sobressaindo a coroa metropolitana de Lisboa e o Noroeste português. As freguesias que ganham população residente mostram um território estilhaçado, sendo a contiguidade dos processos de urbanização mais intensa no litoral. Este é o retrato das dinâmicas populacionais do nosso País no pós-guerra.

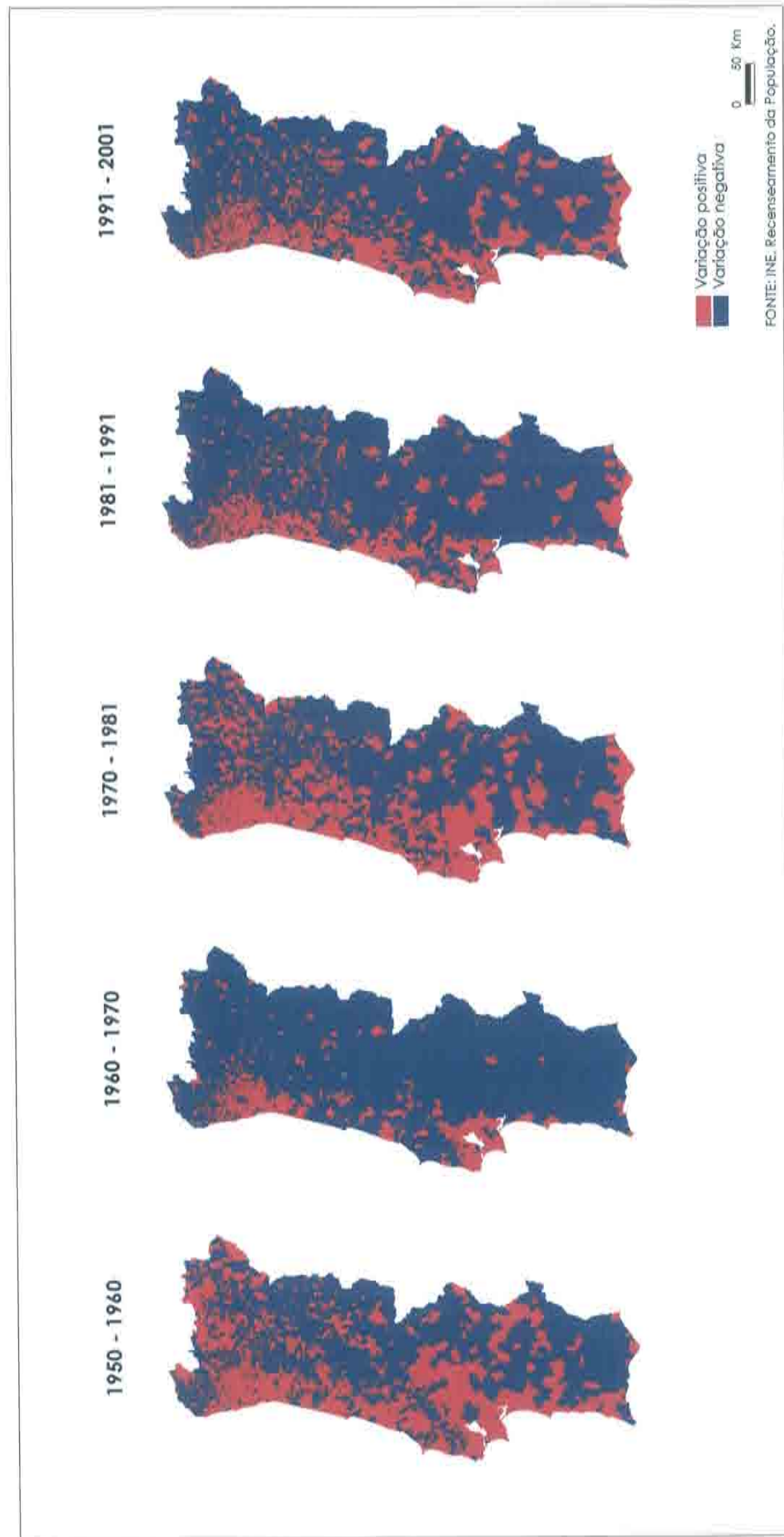
²⁸ Este domínio apoia-se nos contributos da geografia portuguesa, muito especialmente nos trabalhos de João Ferrão, Jorge Gaspar e Teresa Barata Salgueiro e Álvaro Domingues, José Alberto Rio Fernandes, Mário Fernandes e Teresa Marques. Além disso, Abílio Cardoso e Nuno Portas, de outras disciplinas, sempre fizeram parte das nossas referências para estas matérias.

Os anos sessenta foram dramáticos nas perdas populacionais. Um vasto território nacional sentiu intensas regressões demográficas ao mesmo tempo que a metrópole de Lisboa e o Noroeste continuavam a aumentar. A *suburbanização* impõe-se claramente numa vasta área em torno de Lisboa e do Porto e a *desurbanização* dos centros começa a intensificar-se, com algumas freguesias centrais de Lisboa e Porto a perderem população (em Lisboa diminuem mais do que no Porto). A imagem das perdas e dos ganhos na década de sessenta reflecte claramente a "imersão" de uma grande superfície do país. No interior, só um pequeno número de freguesias resistem ao surto regressivo. É o grande período de êxodo rural e de emigração, em que a perda populacional não é exclusiva das áreas interiores, mas atinge claramente o litoral em todo o Alentejo e quase todo o Algarve. Entre Lisboa e Aveiro os ganhos e as perdas vão alternando, contrariando a ideia da existência de um litoral dinâmico. No interior, são as freguesias centrais designadamente de Bragança, Castelo Branco, Seia, Boticas, Macedo de Cavaleiros, Guarda, Évora e Beja que resistem e conseguem aumentar a sua massa demográfica.

Nos anos setenta o território ganha uma nova onda de expansão demográfica, a população residente aumenta 16,6%, e os processos de urbanização estendem-se a uma grande fatia do território nacional (a população residente nas freguesias urbanas aumentou 26,6%). No entanto, o Alentejo e o Centro interior continuam a sentir perdas populacionais muito significativas. O Norte, sobretudo o Norte urbano, ganha claramente peso demográfico e é sobretudo a faixa intermédia entre o litoral e o interior que perde mais população residente. O Algarve, depois de ter registado perdas dramáticas na década de sessenta, viu o peso populacional aumentar claramente em quase todo o seu território. Mas os processos de *suburbanização* são sobretudo intensos nas freguesias envolventes a Lisboa.

Nos anos oitenta as dinâmicas positivas são mais contidas e os territórios em perda demográfica continuam a registar perdas da mesma ordem de grandeza. A população residente no seu conjunto estabiliza (0,4%), o interior em perda estende-se novamente e as áreas que ganham circunscrevem-se. Os processos de *urbanização* em torno de Lisboa e no Noroeste perderam intensidade relativamente à década anterior. As intensidades dos processos de despovoamento mantêm-se mas alastram. Os pequenos centros, sobretudo do interior, não conseguiram resistir aos processos demográficos negativos e começaram também eles a perder residentes. O Algarve resiste e o seu litoral urbaniza-se intensamente.

Figura 1.3. Variação da população residente, por freguesia



Nos anos noventa os processos de urbanização voltam a intensificar-se e a estender-se e a população residente aumenta cerca de 5%. São sobretudo as áreas urbanas que ganham importância. Nesta década algumas áreas urbanas das cidades médias e de alguns centros urbanos demonstraram algum vigor, já que aumentaram a sua população residente. Comparando com a década anterior, os processos de urbanização intensificaram-se e estenderam-se por todo o litoral. Os processos de desurbanização continuam a ser visíveis nos centros das duas metrópoles mas, a intensidade das perdas atenuou-se. Os fenómenos de *suburbanização* são também visíveis em algumas cidades e centros urbanos, designadamente do interior. Podemos mencionar, a título meramente exemplificativo, Chaves, Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Covilhã, Portalegre, Évora e Beja. As freguesias centrais dos pequenos centros mostram-se mais dinâmicas ou então estabilizaram a população residente.

Depois deste registo descritivo é oportuno tentar sistematizar os processos em curso e procurar tipificar os dinâmicas registados, para melhor conhecer as realidades em construção.

A imagem que sistematiza a evolução populacional nos últimos cinquenta anos é bem esclarecedora dos processos territoriais em acção (figura 1.4).

1 – Um vasto território do Continente tem registado processos de despovoamento ou de urbanização pouco intensa;

2 – Duas importantes e extensas áreas, uma em torno do Porto e a outra de Lisboa, retratam os intensos processos de *suburbanização* dos últimos anos;

3 – Evidenciam-se de uma forma muito dispersa pequenas "ilhas", umas mais pequenas e outras um pouco mais visíveis, demonstradoras de processos de crescimento populacional mais activos.

Uma análise mais fina identifica sete categorias evolutivas que permitem uma interpretação mais profunda dos processos em curso.

Uma coroa em torno de Lisboa evidencia os intensos processos de *suburbanização* sentidos nos últimos cinquenta anos. É uma mancha contígua, claramente desenhada, que circunscreve o centro da cidade de Lisboa. São as áreas mais dinâmicas do Continente, com processos de *suburbanização* mais intensos. No centro desta mancha realça-se o centro de Lisboa com ritmos de crescimento negativos, mostrando os intensos processos de *desurbanização* que afectaram a cidade central desde os anos sessenta.

Em torno do Porto evidencia-se de igual forma uma extensa área com ritmos de crescimento populacional elevados, mas inferiores aos registados na coroa de Lisboa. Trata-se de um processo de urbanização mais difuso e estendido, e aparentemente mais fragmentado. Esta área estende-se, mais ou menos, entre Braga e Aveiro, ainda que possam visualizar-se algumas "crateras" (freguesias menos dinâmicas). A cidade central também perde população residente, mas a *desdensificação* afectou uma área relativamente restrita.

Entre as duas áreas anteriores desenvolve-se um extenso manto, mais ou menos recortado, traduzindo crescimentos populacionais fracos ou perdas pouco significativas.

No Algarve evidenciam-se intensos processos de *urbanização linear*, que têm afectado com uma intensidade variável as diferentes freguesias ao longo da costa.

Depois fica um extenso território a perder claramente população residente ao longo dos últimos cinquenta anos. O despovoamento exprime-se com diferentes intensidades ao longo do território. Neste contexto, as áreas de fronteira e as de montanha aparentam níveis muito preocupantes nas perdas populacionais. Uma vasta área do País está a ser abandonada pelos seus residentes. O que normalmente denominamos como interior regressivo ganha aqui uma força e uma continuidade espacial e temporal que esclarece o conteúdo desse conceito comum.

Neste território em despovoamento umas pequenas "luzes" de esperança acendem-se, retratando algumas freguesias que resistem e conseguem mesmo aumentar a população residente. São sobretudo freguesias das áreas urbanas das Cidades Médias, designadamente Bragança, Vila Real, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Évora, etc.

Quadro Síntese 1.4. Dinâmicas Populacionais entre 1950 e 2001

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7	
				Classes (%)	Valor-teste	Classes (%)	Valor-teste	Classes (%)	Valor-teste	Classes (%)	Valor-teste	Classes (%)	Valor-teste	Classes (%)	Valor-teste	Classes (%)	Valor-teste
1	4,5 %	-3 a +7	Var. rel. pop. res. 1950 - 60.	< 25	14	-14 a -8	8	-3 a +7	4			-3 a +7	15	7 a 24	23	7 a 24	3
1	4,5 %	-3 a +7	Var. rel. pop. res. 1950 - 60			-8 a -3	6									> 24	18
2	-2,9 %	-3 a +7	Var. rel. pop. res. 1960 - 70	< 25	23	< 25	8		18	-14 a -8	8	-3 a +7	19	7 a 24	32	> 24	27
2	-2,9 %	-3 a +7	Var. rel. pop. res. 1960 - 70				10										
3	16,6 %	7 a 24	Var. rel. pop. res. 1970 - 81			< 25	29	< 25	19	-8 a -3	29	-3 a +7	18	7 a 24	20	> 24	23
3	16,6 %	7 a 24	Var. rel. pop. res. 1970 - 81			< 25	4	-14 a -8	17			7 a 24	12	> 24	12		
4	0,4 %	-3 a +7	Var. rel. pop. res. 1981 - 91	< 25	19	< 25	25	-14 a -8	25	-8 a -3	31	-3 a +7	26	7 a 24	29	7 a 24	7
4	0,4 %	-3 a +7	Var. rel. pop. res. 1981 - 91				10		11					-3 a +7	2	> 24	22
5	4,9 %	-3 a +7	Var. rel. pop. res. 1991 - 01			< 25	25	-14 a -8	13	-14 a -8	11	-3 a +7	20	7 a 24	24	7 a 24	5
5	4,9 %	-3 a +7	Var. rel. pop. res. 1991 - 01	< 25	24	< 25	11							-3 a +7	3	> 24	20

Legenda:

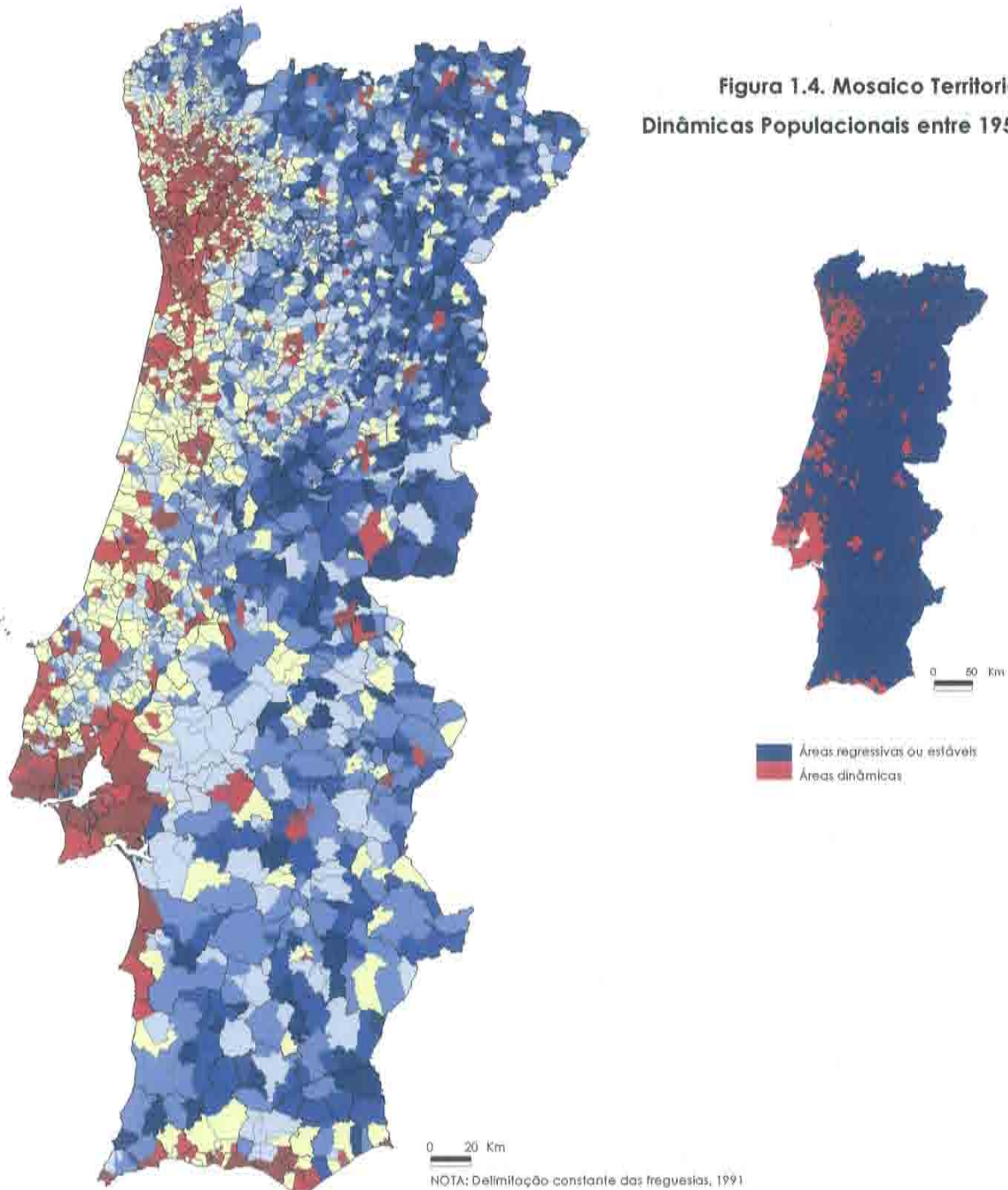
- Classe mais alta
- Classe onde está incluída a taxa de evolução zero
- Classe mais baixa

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2
A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

Figura 1.4. Mosaico Territorial
Dinâmicas Populacionais entre 1950 e 2001



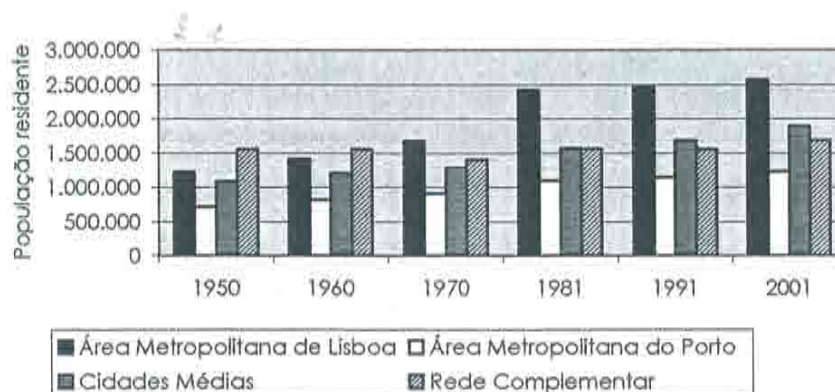
- Áreas altamente regressivas entre 1950 e 2001
- Áreas regressivas na década de 50 e altamente regressivas entre 1960 e 2001
- Áreas regressivas entre 1960 e 2001
- Áreas um pouco regressivas entre 1960 e 2001
- Áreas com dinâmicas relativamente estáveis entre 1950 e 2001
- Áreas dinâmicas entre 1950 e 2001
- Áreas muito dinâmicas entre 1950 e 2001

3.2. Sistema urbano e dinâmicas de urbanização

Metrópoles, cidades médias e centros urbanos da rede complementar²⁹

No Continente a população residente aumentou de 7,9 milhões para 9,9 milhões entre 1950 e 2001. A população residente nas áreas urbanas subiu claramente, passando de 58% para 75%, ou seja, de 4,57 para 7,41 milhões de habitantes. O Continente urbaniza-se e reforça territorialmente as suas diferenças populacionais. A população residente nas áreas urbanas da Área Metropolitana de Lisboa aumenta 112%, a do Porto 73%, as cidades médias 75% e as áreas urbanas da rede complementar uns escassos 9%. No total, a população urbana aumentou 62%, enquanto a população total do Continente ficou pelos 25%.

GRÁFICO 1.3. População residente nas áreas urbanas, entre 1950 e 2001



Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1950, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.

Nota: Cálculos do autor

²⁹ Área urbana de cada concelho corresponde a todas as freguesias predominantemente urbanas desse concelho; os concelhos que não possuem qualquer freguesia predominantemente urbana, serão as áreas urbanas do concelho as freguesias mediantemente urbanas. As áreas urbanas metropolitanas são as freguesias predominantemente urbanas dos respectivos concelhos metropolitanos.

QUADRO 1.3. População residente nas áreas urbanas³⁰, entre 1950 e 2001.

População Residente	1 950	1 960	1 970	1 981	1 991	2 001
Continente	7 895 153	8 251 175	8 008 000	9 337 660	9 375 926	9 869 343
Áreas Urbanas	4 571 490	4 975 394	5 253 784	6 640 217	6 831 176	7 407 061
Áreas Não Urbanas	3 323 663	3 275 781	2 754 216	2 697 443	2 544 750	2 462 282
Áreas Urbanas - % do total CONT	58	60	66	71	73	75
Evolução da População		1950/60	1960/70	1970/81	1981/91	1991/01
Continente		4,5	-2,9	16,6	0,4	5,3
Áreas Urbanas		8,8	5,6	26,4	2,9	8,4
Áreas Não Urbanas		-1,4	-15,9	-2,1	-5,7	-3,2

Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1950, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001. Cálculos do autor.

Os processos de urbanização foram sobretudo intensos na AML, que passou de 15,5% da população do Continente para cerca de 26% em 2001. O ritmo de urbanização da AMP foi menos intenso: em 2001 as freguesias predominantemente urbanas somavam 12,5% da população residente do Continente, o que é menos de metade de Lisboa.

As cidades médias aumentaram o seu peso populacional de 1 milhão de habitantes para 1,9 milhões, ou seja, de 13,7% da população do continente para 19,2%.

Os centros urbanos da rede complementar perderam alguma importância relativa (19,7% para 17,1%), mas em termos absolutos as diferenças foram positivas (de 1,553 milhões passaram para 1,679 milhões).

Em 1950 residiam em áreas urbanas 4,5 milhões de habitantes, em 1991 6,8 milhões e em 2001 7,4 milhões. As modificações na repartição da população são muito diferenciadas, pois enquanto uns territórios registam aumentos muito fortes, outros estabilizaram ou entraram em declínio.

³⁰ Como já referimos, "área urbana" de cada concelho corresponde a todas as freguesias predominantemente urbanas desse concelho; os concelhos que não possuem qualquer freguesia predominantemente urbana, serão as áreas urbanas do concelho as freguesias mediantemente urbanas. As áreas urbanas metropolitanas são as freguesias predominantemente urbanas dos respectivos concelhos metropolitanos.

QUADRO 1.4. População residente nas áreas urbanas das áreas metropolitanas, das cidades médias e da rede complementar, entre 1950 e 2001.

	1 950	1 960	1 970	1 981	1 991	2 001
Área Metropolitana de Lisboa	1 221 035	1 407 271	1 670 123	2 420 708	2 457 187	2 590 792
Área Metropolitana do Porto	712 425	811 598	906 255	1 089 686	1 139 506	1 231 438
Cidades médias	1 084 581	1 207 648	1 278 954	1 569 585	1 685 339	1 895 657
Rede complementar	1 553 449	1 548 877	1 398 452	1 560 238	1 549 144	1 689 174
Continente - Urbano	4 571 490	4 975 394	5 253 784	6 640 217	6 831 176	7 407 061
Continente - Total Geral	7 895 153	8 251 175	8 008 000	9 337 660	9 375 926	9 869 343

Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1950, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.
Cálculos do autor.

QUADRO 1.5. População residente nas áreas urbanas das áreas metropolitanas, das cidades médias e da rede complementar, percentagem do total do Continente, entre 1950 e 2001.

	1 950	1 960	1 970	1 981	1 991	2 001
Área Metropolitana de Lisboa (% do total CONT)	15,5	17,1	20,9	25,9	26,2	26,3
Área Metropolitana do Porto (% do total CONT)	9,0	9,8	11,3	11,7	12,2	12,5
Cidades médias (% do total CONT)	13,7	14,6	16,0	16,8	18,0	19,2
Rede complementar (% do total CONT)	19,7	18,8	17,5	16,7	16,5	17,1
Total urbano - (% do total CONT)	58	60	66	71	73	75

Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1950, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.
Cálculos do autor.

QUADRO 1.6. Evolução da população residente nas áreas urbanas das áreas metropolitanas, das cidades médias e da rede complementar, entre 1950 e 2001.

	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91	1991/01
Área Metropolitana de Lisboa (%)	15,3	18,7	44,9	1,5	5,4
Área Metropolitana do Porto (%)	13,9	11,7	20,2	4,6	8,1
Cidades médias (%)	11,3	5,9	22,7	7,4	12,5
Rede complementar (%)	-0,3	-9,7	11,6	-0,7	9,0
Total - áreas urbanas do Continente (%)	4,5	-2,9	16,6	0,4	8,4

Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1950, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001.
Cálculos do autor.

As dinâmicas de urbanização por dimensão das áreas urbanas

Analisando as dinâmicas populacionais por dimensão populacional das áreas urbanas, as conclusões descritas vão ser confirmadas e novas realidades são evidenciadas.

Os pequenos centros (com menos de 10 mil habitantes) perderam alguma da sua importância relativa como espaços residenciais. Assim, em 1950 residiam aí 10% da população do Continente e em 2001 esse valor desce para 6,5%. Esta queda regista-se em termos relativos mas também absolutos.

Os centros urbanos de dimensão intermédia (entre 10 mil e os 100 mil habitantes) perderam também peso residencial relativo (de 32,6% passaram para 29,6% da população do Continente), mas não perderam em termos absolutos. Em 1950 residiam nesses centros urbanos 2,5 milhões de habitantes e em 2001 2,9 milhões. Relativamente a este escalão é de salientar a perda de importância dos centros urbanos de 10 a 20 mil habitantes, que acompanham os ritmos dos pequenos centros (com menos de 10 mil habitantes).

É nos centros urbanos com mais de 100 mil habitantes que os processos vão ser mais intensos, sobretudo no escalão entre os 100 mil e os 200 mil habitantes. Isto representa sobretudo a intensificação dos processos de urbanização nas periferias das áreas metropolitanas, que implicam o alastramento das áreas urbanas e o seu reforço residencial. A população residente nestas áreas passa de 15,1% em 1950 para 38,7% em 2001. Os processos intensificaram-se a partir da década de sessenta.

A partir da década de setenta é o escalão seguinte que vai sobressair (200 mil a 500 mil habitantes) e em 2001 estes centros albergam 9% dos residentes do Continente. O escalão mais elevado (mais de 500 mil habitantes), que representa Lisboa, perde a sua importância como espaço residencial no contexto do Continente. Em 1950 residiam aí cerca de 10% da população do Continente e em 2001 o valor relativo desce para cerca de 6%. Em termos absolutos passa-se de 777 mil habitantes para 556 mil.

Concluindo, a estrutura territorial alterou-se claramente. Se em 1950 a estrutura urbana estava organizada por um conjunto de áreas urbanas compreendidos entre os 2 mil e os 100 mil habitantes, onde sobressaíam centros com 20 a 50 mil habitantes e Lisboa com quase 800 mil, em 2001 a pirâmide muda e as áreas urbanas periféricas metropolitanas impõem-se como espaços residenciais, as áreas urbanas de dimensão intermédia (20 a 50 mil habitantes) ganham ainda mais força e Lisboa, centro da grande metrópole, perde a expressão residencial de outros tempos.

QUADRO 1.7. População residente nas áreas urbanas segundo a dimensão das áreas urbanas municipais, percentagem do total do Continente, entre 1950 e 2001.

	1950	1960	1970	1980	1990	2001
menos de 2.000	29 867	32 198	42 109	42 450	39 670	39 586
2.000 a 5.000	277 224	270 047	291 478	276 028	268 690	256 707
5.000 a 10.000	493 277	478 746	399 127	308 435	368 503	358 933
10.000 a 20.000	902 370	771 274	744 200	822 080	677 041	595 914
20.000 a 50.000	1 083 690	1 217 433	1 176 630	1 183 745	1 177 684	1 439 015
50.000 a 100.000	593 098	943 464	826 994	937 000	894 914	890 475
100.000 a 200.000	133 760	157 357	721 721	1 486 489	1 933 653	2 350 762
200.000 a 500.000	281 139	303 420	306 176	776 053	807 627	911 012
mais de 500.000	777 065	801 455	745 349	807 937	663 394	564 657
Total - Áreas Urbanas	4 571 490	4 975 394	5 253 784	6 640 217	6 831 176	7 407 061
Total - Continente	7 895 153	8 251 175	8 008 000	9 337 660	9 375 926	9 869 343

Fonte: INE – Recenseamentos da População, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001
Cálculos do autor.

QUADRO 1.8. População residente nas áreas urbanas segundo a dimensão das áreas urbanas municipais, entre 1950 e 2001.

Dimensão da área urbana (% do total do CONT)	1950	1960	1970	1980	1990	2001
menos de 2.000 habitantes	0,4	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4
2.000 a 5.000	3,5	3,3	3,6	3,0	2,9	2,6
5.000 a 10.000	6,2	5,8	5,0	3,3	3,9	3,6
10.000 a 20.000	11,4	9,3	9,3	8,8	7,2	6,0
20.000 a 50.000	13,7	14,8	14,7	12,7	12,6	14,6
50.000 a 100.000	7,5	11,4	10,3	10,0	9,5	9,0
100.000 a 200.000	1,7	1,9	9,0	15,9	20,6	23,8
200.000 a 500.000	3,6	3,7	3,8	8,3	8,6	9,2
mais de 500.000	9,8	9,7	9,3	8,7	7,1	5,7
Total - Áreas Urbanas	57,9	60,3	65,6	71,1	72,9	75,1
Total - Continente	100	100	100	100	100	100

Fonte: INE – Recenseamentos da População, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001
Cálculos do autor.

A estrutura urbana em transformação

As transformações que as variações da população absoluta por área urbana determinam na estruturação do sistema urbano do Continente vão ser matéria de uma análise breve neste ponto.

Comparando a estrutura das áreas urbanas por dimensão populacional de 1950 com 2001 (figura 1.5) obtemos uma imagem sintética das transformações urbanas em curso nos últimos cinquenta anos. A metrópole de Lisboa em 1950 era um grande centro residencial perante uma periferia urbana inexistente. A metrópole do Porto, com uma

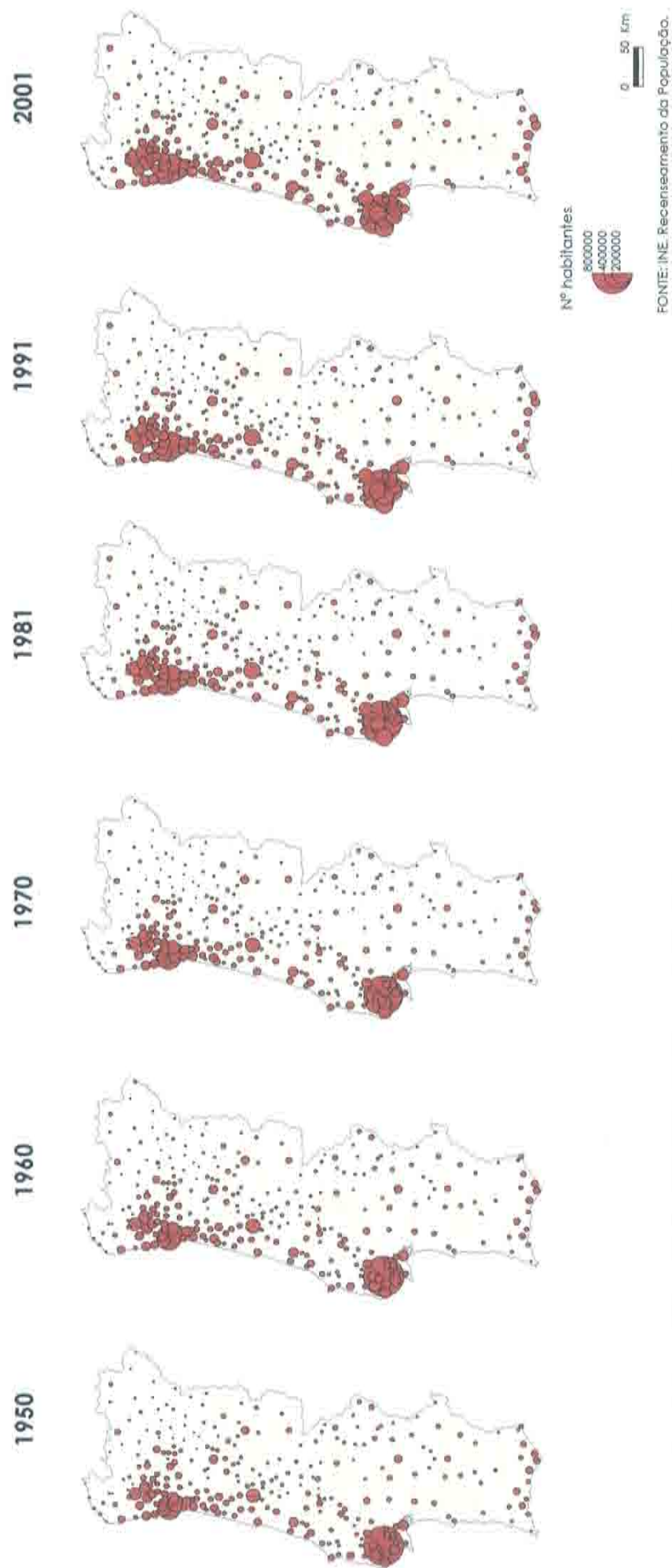
dimensão muito inferior, estava rodeada já por uma estrutura policêntrica de pequenos centros.

Podemos confirmar novamente que a metrópole de Lisboa manifesta um processo de *metropolização* de carácter concentrado. O centro da metrópole (concelho de Lisboa) aumenta de população na década de cinquenta e setenta, mas nas décadas de sessenta, oitenta e noventa os processos de *desurbanização* são muito intensos, como já referimos, fazendo a população global da cidade de Lisboa diminuir. Lisboa perde quase 144 mil habitantes de 1981 para 1991 e cerca de 106 mil habitantes de 1991 para 2001. As áreas urbanas envolventes à cidade de Lisboa vão urbanizar-se intensamente nos últimos cinquenta anos e reforçar o modelo concentrado desta metrópole. A década de sessenta foi crucial para o modelo actual.

Confirma-se que a metrópole do Porto manifesta um processo de *metropolização* de carácter difuso. Os processos de *desurbanização* começaram a sentir-se mais tarde e a cidade só perde população residente nas últimas duas décadas, com ritmos relativos e intensidades absolutas mais moderados. Por outro lado, os centros urbanos envolventes e uma extensa rede de centros estende-se para norte (sobretudo) e para sul com dinâmicas populacionais claramente positivas.

Nestas cinco décadas em análise os anos setenta e os anos noventa salientam-se pelos seus ritmos positivos. Na década de setenta, se excluirmos as áreas metropolitanas, sobressai o dinamismo de algumas cidades médias, designadamente Braga-Guimarães-Vila Nova de Famalicão, Paredes, Santa Maria da Feira, Aveiro-Ílhavo, Coimbra, Leiria-Marinha Grande, Faro, Olhão, Loulé, Portimão e Viseu, entre outros.

Figura 1.5. População residente por centro urbano



Reflexões para uma síntese em torno do sistema urbano

O mapa síntese das dinâmicas urbanas nos últimos 50 anos (figura 1.6) traduz de uma forma clara os processos urbanos no Continente português.

Em primeiro lugar evidenciam-se Lisboa e as áreas urbanas envolventes, com a força dos processos de *desurbanização* da cidade central e de *suburbanização* das periferias, já enunciados. Lisboa perde 18% da população residente na década de oitenta e 16% na década de noventa, aparentando uma "crise" e um carácter repulsivo próprio das áreas históricas. Em contrapartida, as periferias aumentam vertiginosamente de população residente sobretudo na década de 50, 60 e 70, quebrando um pouco o dinamismo na década de 80. As variações de população chegam a ultrapassar na década de 70 os 100% (o crescimento de Amadora e Oeiras foi brutal). Nenhuma outra área do Continente aumenta tanto em termos absolutos e relativos. Da cidade de Lisboa dos anos 50 passamos para a aglomeração urbana do final do século.

Em torno do Porto os processos são menos violentos. A cidade central perde população residente mas a ritmos mais aceitáveis e as periferias crescem claramente, mas as dinâmicas são mais moderadas (dominam percentagens inferiores a 30%). Por outro lado, também é perfeitamente visível a extensão dos processos de *urbanização*. O modelo policêntrico dos anos 50 acentua-se nos últimos cinquenta anos e os processos de metropolização assimilam as centralidades e dinâmicas envolventes. Assim, um aglomerado de população urbana concentra-se entre Braga e Aveiro, demonstrando um importante dinamismo demográfico, enquanto a cidade do Porto perde população.

No litoral destaca-se ainda Coimbra relativamente a uma área envolvente menos dinâmica. A norte da aglomeração urbana de Lisboa prolifera uma estrutura policêntrica de pequenos e médios centros com dinamismos diferenciados. Podemos realçar, designadamente, Santarém/Cartaxo/Almeirim e Torres Vedras, Caldas da Rainha, Alcobaça, Marinha Grande/Leiria, Ourém, Tomar, Abrantes e Entroncamento e Torres Novas.

No interior, Bragança, Mirandela, Vila Real, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco Évora, Beja e outros pequenos centros urbanos foram nos últimos 50 anos importantes focos de retenção de população face às áreas rurais envolventes em grande perda. Além destas áreas urbanas, podemos verificar que os pequenos centros demonstram

uma interessante capacidade para suster as tendências regressivas das freguesias envolventes, pois a população residente parece ter estabilizado.

No litoral Algarvio as dinâmicas confirmam o processo de urbanização linear já mencionado.

Quadro Síntese 1.6. Dinâmicas Populacionais entre 1950 e 2001

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
				Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste	Modalidades	Valor-teste
1	8,8	Nº nível 7	Var. rel. pop. res. 1950 - 1960		2		7	nível 4	4	nível 6	4	nível 7	10	nível 8	6			nível 10	6
1	8,8	Nº nível 7	Var. rel. pop. res. 1950 - 1960							nível 5	3			nível 9	3			nível 9	3
2	5,6	Nº nível 7	Var. rel. pop. res. 1960 - 1970				5		6	nível 5	5	nível 7	7	nível 8	7			nível 10	7
2	5,6	Nº nível 7	Var. rel. pop. res. 1960 - 1970							nível 4	5	nível 6	4	nível 9	5				
3	26,4	Nº nível 9	Var. rel. pop. res. 1970 - 1981									nível 9	3	nível 9	5			nível 10	5
3	26,4	Nº nível 9	Var. rel. pop. res. 1970 - 1981							nível 6	3	nível 9	3	nível 9	5				
4	2,9	Nº nível 6	Var. rel. pop. res. 1981 - 1991	nível 7	3	nível 4	6	nível 5	4	nível 6	3	nível 8	3	nível 7	6	nível 9	7		2
4	2,9	Nº nível 6	Var. rel. pop. res. 1981 - 1991			nível 4	4	nível 6	4	nível 7	3	nível 8	3	nível 8	3				
5	7,9	Nº nível 7	Var. rel. pop. res. 1991 - 2001			nível 4	3	nível 4	2	nível 5	3	nível 6	4	nível 7	6	nível 9	7		
5	7,9	Nº nível 7	Var. rel. pop. res. 1991 - 2001			nível 6	3	nível 4	9	nível 5	5	nível 7	3	nível 8	4	nível 10	3		
Nº de Áreas Urbanas incluídas na classe				5		36		41		95		48		37		7		9	

Legenda:

PC: Peso no Contínente

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

A modalidade ocorre em menos de 25% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

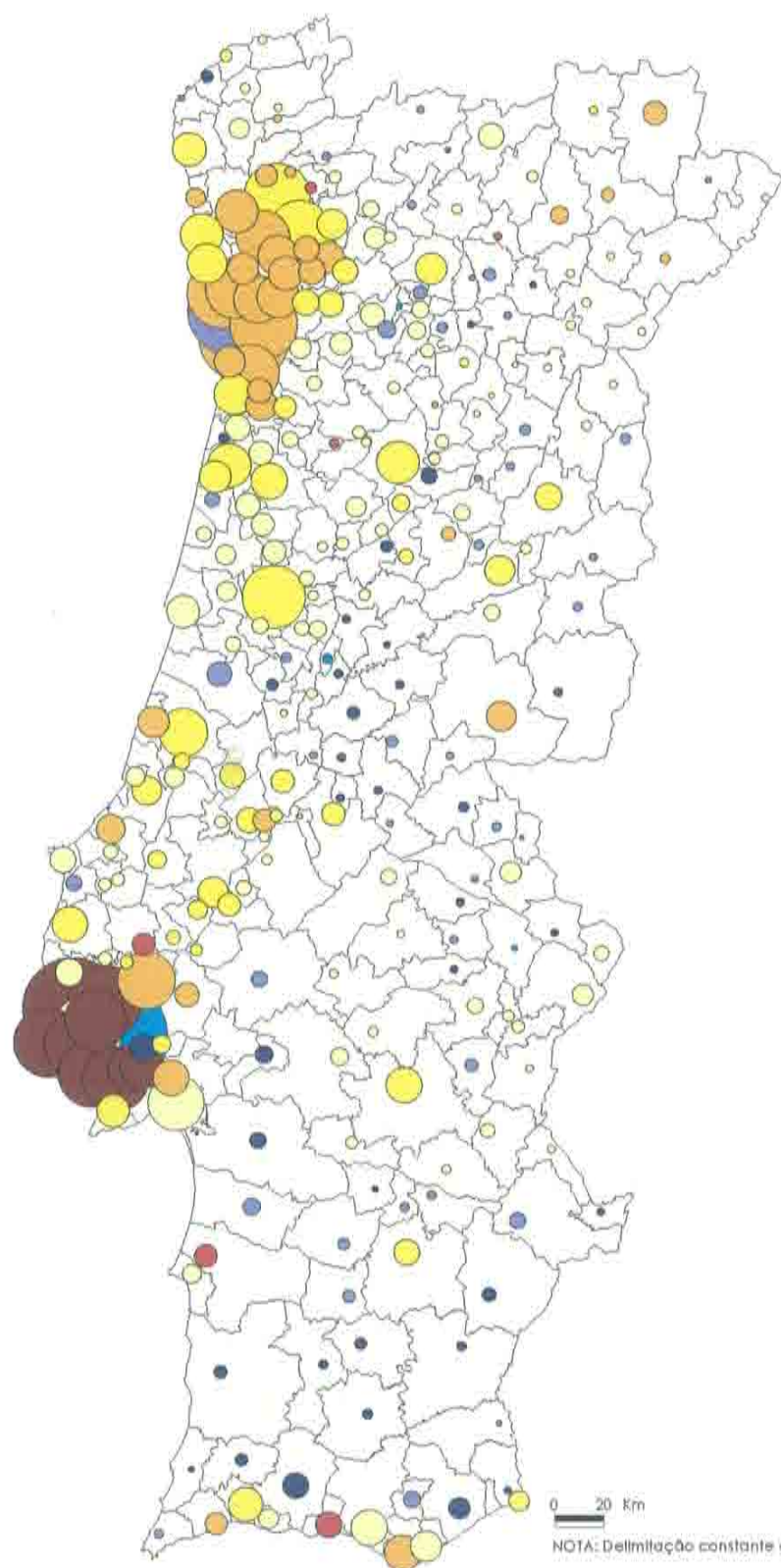
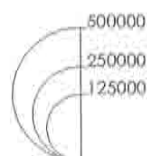


Figura 1.6. Sistema Urbano
Dinâmicas Populacionais
entre 1950 e 2001

População residente na
 área urbana, 2001



- Áreas urbanas dinâmicas nos anos 70 e bastante regressivas nas últimas duas décadas
- Áreas urbanas regressivas ganham alguma vitalidade nos anos 90
- Áreas urbanas regressivas mesmo na última década
- Áreas urbanas com dinâmicas baixas, positivas ou negativas, nos últimos 50 anos
- Áreas urbanas tendencialmente dinâmicas
- Áreas urbanas claramente dinâmicas nos últimos 50 anos
- Áreas urbanas muito dinâmicas nos últimos 20 anos
- Áreas urbanas muito dinâmicas entre 1950 e 1991

Algumas conclusões estratégicas:

- O despovoamento e a urbanização continuam a intensificar-se. A imagem de um território marcado pela dicotomia litoral e interior é simplista. A extensão da urbanização entre Setúbal e Viana do Castelo também não é uma evidência clara e contínua.
- A extensa mancha despovoada está salpicada por muito pequenas concentrações urbanas, com dinâmicas diversificadas.
- A *região urbana ou cidade-região do Porto* é o resultado de um processo de metropolização extensivo e da expansão das estruturas difusas de povoamento existentes: uma bolsa urbana emerge no Noroeste, com uma forma definida, demonstrando as dinâmicas em curso nas últimas décadas.
- A *região urbana ou cidade-região de Lisboa* cresce tendo como modelo um processo de metropolização de carácter intensivo: uma força residencial evidencia-se sempre em torno de Lisboa, com uma forma clara e com um crescimento demográfico muito acentuado e concentrado.
- Os centros das metrópoles, sobretudo Lisboa, perdem população residente, reflectindo os processos de *desurbanização* que afectam a *cidade histórica* fruto da repulsão residencial exercida por alguns centros de cidade.
- Entre as duas *regiões urbanas* sentem-se processos de urbanização aparentemente fragmentados (áreas mais dinâmicas contrapõem-se com outras regressivas). A estrutura urbana em crescimento é polinucleada (alguns centros urbanos têm evidenciado a sua importância residencial) e selectiva (dinâmicas diversificadas). Aveiro, Coimbra e Leiria destacam-se pela dimensão e dinamismo.
- As cidades de dimensão intermédia demonstraram um importante dinamismo populacional sobretudo na última década, enquanto alguns pequenos centros urbanos das áreas em perda diminuíram a massa populacional.
- No Norte interior, os processos de despovoamento são muito intensos e só alguns centros urbanos conseguem resistir às perdas populacionais envolventes.
- No Centro, a estrutura urbana policêntrica de cidades de dimensão intermédia consolidou-se pelas dinâmicas populacionais registadas nas últimas décadas, designadamente na última. No interior a tendência é claramente regressiva, mas as cidades médias resistem e aumentam de população.
- No Alentejo, só algumas cidades médias resistem às perdas populacionais que se verificaram nos últimos cinquenta anos na região.
- No Algarve, afirma-se e estende-se uma estrutura urbana linear ao longo da costa.
- Em termos globais, nos últimos cinquenta anos o sistema urbano bipolarizou-se em torno das duas regiões urbanas, a maioria das cidades médias aumentaram a sua dimensão residencial e os pequenos centros da rede complementar do interior ou estabilizaram ou enfraqueceram a sua importância populacional.
- As cidades médias são elementos cruciais na construção de uma estrutura de sustentação dos territórios em perda e na afirmação de um sistema urbano policêntrico.

2ª Parte – Retratos territoriais no final do século XX

As cidades contemporâneas são cada vez menos sistemas com uma coerência interna para passarem a ser vistas como uma amálgama de processos, muitas vezes disjuntivos, de heterogeneidade social, de mobilidades cruzadas, de ritmos quotidianos e de percursos variáveis. Esta natureza variada e plural é reconhecida nos últimos 15-20 anos pela teoria urbana, mas é difícil de decifrar no sentido de construir um discurso coerente sobre o ordenamento do território.

Nos últimos dois decénios, os processos de urbanização sofreram uma alteração fundamental. Os limites das cidades já não são definidos e visíveis. A cidade alarga-se e difunde-se no território envolvente; o campo circundante perde as suas características específicas e a continuidade dos espaços naturais ou agrícolas é interrompida pelas urbanizações "espalhadas", pelas infra-estruturas ou pelas actividades económicas. O termo "cidade", que evocava um ambiente compacto e uma elevada densidade de relações de proximidade, já não corresponde a essa realidade pois as cidades históricas espraíram-se, as relações funcionais locais tornaram-se complexas e em geral regionais e as interações casa-trabalho prolongaram-se pelos espaços interurbanos. A suburbanização ou a periurbanização estenderam-se e foram consolidando um híbrido, uma "não-cidade" e um "não-campo" ou uma "nova cidade" ou um "novo campo". Será que estão a surgir um novo urbanismo e um novo ruralismo?

Como afirma Camagni (1996), estamos a construir um território diferente da dicotomia *cidade-campo* do passado, mas será que passamos a conceber um território que facilita e desenvolve as interações sociais e económicas e promove o desenvolvimento sustentável. Complementarmente, segundo Bernardo Secchi (2001), construir o futuro é trabalhar com as características da cidade contemporânea, modificando-as. Isto resume o espírito que o planeamento territorial deve ter nos dias de hoje. Enfim, trata-se de um desafio muito complexo e de uma tarefa difícil de implementar.

Como já referimos, este capítulo vai organizar-se em seis domínios de análise:

1. Estrutura sócio-demográfica dos residentes;
2. Actividades e emprego;
3. Centralidades e redes no comércio e serviços;
4. Mobilidade e infra-estruturas de transporte;
5. Edificação e habitação;
6. Substrato agro-florestal;

1. Estrutura sócio-demográfica dos residentes

Os processos de urbanização e despovoamento sentidos nos últimos 50 anos tiveram impactos vinculados sobre a geografia social das áreas urbanas e dos territórios – demografia, padrões de estratificação social, distribuição de rendimentos e modos de vida quotidianos. Quais são os centros das nossas cidades a perder a função residencial e a ficar despovoados? Quem são os habitantes que resistem ou não conseguem mudar? Quais são os novos residentes dos centros das cidades? Que tipo de pessoas e famílias residem nos novos espaços urbanizados? Quais as morfologias sociais que persistem e as que emergem? E no rural, mais ou menos abandonados, que residentes ficaram? E quem são os novos residentes?

1.1. Enquadramento

Nas cidades, sobretudo nas grandes, a tendência tem sido para a crescente heterogeneidade demográfica e social, induzida pelo êxodo rural e pelas migrações de grande escala. As aglomerações urbanas são os focos privilegiados para estes movimentos, pela oferta de oportunidades de vida que proporcionam.

Por outro lado, a distância entre os ricos e os pobres tem vindo a aumentar em termos económicos, sociais e culturais, sobretudo nas grandes cidades. Nos anos 90, registou-se um aumento das disparidades sociais nos países industriais desenvolvidos, quer nas grandes quer nas pequenas cidades. A globalização intensifica estes processos, ao estimular o crescimento de ocupações muito bem remuneradas e a proliferação de empregos muito pouco especializados nas grandes cidades (Sassen, 2001).

A fragmentação social estende-se também aos espaços menos povoados. Alguns locais ficaram quase sem residentes e são, sobretudo, os mais velhos e os menos instruídos que resistem. Outros estão a urbanizar-se, as dinâmicas regressivas estão a

inflectir e os novos residentes mesclaram a sociedade local. Nos territórios sem gente aparecem pequenas "ilhas" que podem simbolizar novas gerações.

Grandes alterações nos modos de vida têm contribuído para que os espaços residenciais se tenham alterado tanto nos últimos anos. O centro das cidades perderam funcionalidade residencial e as opções individuais e familiares dirigem-se para os novos espaços urbanizados. O reforço da mobilidade e as dinâmicas do espaço construído, que trataremos à frente, são factores que interagem com esta problemática, pois criam opções residenciais cada vez mais longínquas dos centros das cidades. Entretanto, alguns espaços rurais perdem parte dos seus residentes enquanto outros mostram-se muito atractivos para uma nova residência. Enfim, os espaços de residência alteraram-se e as fragmentações socio-demográficas são um indicador disso mesmo.

Os processos de suburbanização e *periurbanização* devem-se a factores relativamente evidentes. No que diz respeito à residência, as principais razões que implicaram a dispersão foram: o declínio da qualidade ambiental e degradação do património construído na cidade histórica; a evolução dos gostos e dos estilos de vida que dão preferência aos alojamentos novos em construções em altura ou a casas unifamiliares com pequeno jardim; o preço mais baixo para construir em novas áreas do que para reabilitar o stock construído existente na cidade consolidada; as maiores oportunidades e menores constrangimentos burocráticos e de regulamentação urbanística nos espaços periféricos; a forte mobilidade que o automóvel proporciona nos movimentos pendulares ou nas deslocações em geral.

Analisar a heterogeneidade social resultante era o objectivo que nos movia ao conceber este domínio de análise. Interessava-nos procurar no espaço residencial as fragmentações e as continuidades sociais que os processos de urbanização e desruralização estão a provocar.

No entanto, a informação de que dispomos neste momento não nos permite fazer uma análise que siga os vectores analíticos fundamentais. O Recenseamento Geral da População de 2001, recentemente publicado, poderá no futuro sustentar uma abordagem mais consistente. Não vamos, no entanto, deixar de tentar efectuar este exercício metodológico com a informação que dispomos.

Para fazer face aos objectivos enunciados, só possuímos, por freguesia, de informação sobre as características da população e das famílias. Conseguimos calcular os volumes e as densidades, as dimensões da família, as características sociais (em termos de estrutura etária e níveis de instrução) e as dinâmicas registadas na última

década. Estamos ainda muito longe de um leque de indicadores de geografia social mas, sobretudo, perto da caracterização demográfica da população residente. Será então esta opção que vamos tomar na impossibilidade de realizar uma tarefa mais profunda.

Lista de indicadores identificados, desagregados por freguesias e por área urbana:

Dimensão e densidades	
1	População residente, peso no continente, por freguesia, em 2001
2	Famílias clássicas, peso no continente, por freguesia, em 2001
3	Densidade populacional, por freguesia, em 2001
Famílias	
4	Pessoas por família clássica, por freguesia, em 2001
5	Famílias com 1 ou 2 pessoas relativamente ao total de famílias clássicas, por freguesia, em 2001
6	Famílias com mais de 3 pessoas relativamente ao total de famílias clássicas, por freguesia, em 2001
Estrutura etária	
7	População residente com idade entre 25 e 64 anos, por freguesia, em 2001
8	Índice de dependência jovem - População residente com menos de 15 anos relativamente à população residente entre 15 e 64 anos, por freguesia, em 2001
9	Índice de dependência de idosos - População residente com mais de 65 anos relativamente à população residente entre 15 e 64 anos, por freguesia, em 2001
Instrução escolar	
10	População residente a frequentar o ensino relativamente à população residente com menos de 25 anos, por freguesia, em 2001
11	População residente com o ensino superior por 1000 residentes com mais de 25 anos, por freguesia, em 2001
12	População residente com o ensino secundário, médio ou superior por 1000 residentes com mais de 15 anos, por freguesia, em 2001
Dinâmicas da década de 90	
13	Variação relativa da população residente, por freguesia, entre 1991 e 2001
14	Variação relativa das famílias clássicas, por freguesia, entre 1991 e 2001
15	Variação relativa da densidade populacional, por freguesia, entre 1991 e 2001
16	Variação absoluta da população residente, por freguesia, entre 1991 e 2001
17	Variação absoluta da densidade populacional, por freguesia, entre 1991 e 2001
18	Variação absoluta das famílias clássicas, por freguesia, entre 1991 e 2001

Nota: A base por área urbana ainda contempla mais dois indicadores: Nascimentos por 1000 residentes (1997) e os Óbitos por 1000 residentes (1997), respectivamente com o código 19 e 20.

1.2. Portugal face à Europa

A estrutura demográfica portuguesa evoluiu muito rapidamente nos últimos trinta anos. A esperança de vida à nascença³¹ aumentou, a taxa de crescimento natural diminuiu, a população envelheceu e os indicadores demográficos aproximaram-se rapidamente dos níveis europeus.

Nos últimos trinta anos regista-se um recuo dos padrões tradicionais de nupcialidade, fecundidade e organização familiar, com importantes reflexos na estrutura social da população residente portuguesa. Verificou-se uma quebra da fecundidade, da

³¹ INE, Indicadores Demográficos e Movimento da População, Valores Nacionais.

natalidade e da mortalidade infantil³². A taxa de crescimento da população está muito próxima dos valores da União Europeia. O número de divórcios continua a aumentar³³ e os casamentos não católicos triplicaram nos últimos trinta anos³⁴. A dimensão média das famílias diminuiu de 3,3 pessoas por família, em 1981, para 2,9, em 2001. Novos modelos familiares surgiram mas ainda estamos longe dos padrões europeus: o número de pessoas a residir em famílias só com um adulto ou o número de crianças a residir só com um adulto continuam a ser muito mais baixos que os valores médios da União Europeia.

Em termos de migrações, de país emissor dos anos sessenta Portugal passou a ser sobretudo receptor. Primeiro, foram os *retornados* portugueses das ex-colónias, depois os residentes dos PALOP e ultimamente os originários dos países da Europa de Leste. Estes fluxos tiveram e estão a ter fortes reflexos na estrutura social portuguesa, ao nível da estrutura etária, e dos níveis de instrução e dos modos de vida.

Portugal passa de uma estrutura etária jovem para uma relativamente semelhante à média da União Europeia. Em 2001, 17% da população portuguesa tem mais de 65 anos (União Europeia: 16%), enquanto 32% tem menos de 25 anos (União Europeia: 29%). Os que tinham menos de 15 anos representavam em 1960 cerca de 29% e em 2001 descem para 17%. Relativamente à instrução escolar, e apesar do elevado esforço desenvolvido nas últimas décadas no sentido da massificação da educação em Portugal, continuamos a ser um dos países menos instruídos da Europa. As taxas de participação na escolarização são das mais baixas e os níveis escolares atingidos também.

QUADRO 1.9. Quadro comparativo: Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País - Valor Mais Baixo	País - Valor Mais Alto		
População							
População, em milhões - 2000	a	10,2	377,508	Luxemburgo	0,4	Alemanha	82,2
Densidade populacional - 2001	b	111,8	179,2*	Irlanda	55,6	Holanda	473,2
Taxa de crescimento médio anual da população (%) - 2001	b	0,25	0,28*	Espanha	0,12	Holanda	0,75
Taxa de óbitos por 1000 habitantes - 2000	b	10,5	9,9*	Irlanda	8,2	Dinamarca	11,3
Taxa de nascimentos por 1000 habitantes - 2000	b	11,6	11,3*	Itália	9,1	Irlanda	14,0
Taxa de fertilidade (nascimentos por mulher) - 2000	a	1,5	1,5	Itália	1,2	França	1,9

³² Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o índice de fecundidade desceu de 2,1 (1981) para 1,5 (1997) em Portugal, a taxa de natalidade desceu de 15,3‰ (1981) para 11,6‰ (1999) no Continente, a taxa de mortalidade infantil desceu de 21,4‰ (1981) para 5,9‰ (1998) no Continente.

³³ Aumentaram de 1960 para 1994, de 749 para 13 580 divórcios por ano, segundo INE. A taxa de *divorcialidade* aumentou de 0,7‰ em 1981 para 1,8‰ em 1999 em Portugal.

³⁴ 9% dos casamentos em 1960 e 30% em 1994. A taxa de nupcialidade diminui de 7,7‰ em 1981 para 6,9‰ em 1999, em Portugal.

Famílias							
Média de pessoas por família - 2000	a	2,9	2,4	Suécia	2,0	Espanha	3,0
Pessoas a residir em famílias de um só adulto (%) - 1997	a	4	11	Portugal e Espanha	4	Dinamarca	17
Pessoas a residir em famílias de dois adultos com crianças dependentes (%) - 1997	a	35	36	Alemanha e Áustria	31	Luxemburgo	41
Pessoas a residir em famílias de três ou mais adultos com crianças dependentes (%) - 1997	a	25	14	Holanda	7	Espanha	28
Crianças (0 a 14 anos) a residir em famílias só com 1 adulto - 2000	a	4,7	9,7	Espanha	2,8	Bélgica	10,9
Estrutura etária e escolaridade							
Dependentes na população em idade activa - 2000	b	0,5	0,5*	Espanha	0,5	Suécia	0,6
População com menos de 15 anos (%) - 2000	a	17	17	Itália	14	Irlanda	22
População com 15 a 24 anos (%) - 2000	a	15	12	Itália	14	Irlanda	17
População com mais de 65 anos (%) - 2000	a	16,7	15,8	Irlanda	12,5	Itália	17,9
População com 25 a 29 anos que completaram uma educação superior ao secundário (%) - 2000	a	37,6	75,6	Portugal	37,6	Suécia e Finlândia	86,8
Taxa de participação na escolarização (todos os níveis) nas idades entre os 18 e os 24 anos, 1998/99 (%) - 2000	a	37,0	43,0	Luxemburgo	22,0	Finlândia	53,0

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - World Development Indicators 2002.

* Média calculada a partir dos valores dos diferentes países da União Europeia

1.3. Década de noventa: ganhos e perdas na estrutura territorial

Antes de passarmos a uma análise territorial mais rica, tem sentido avaliarmos as grandes mudanças estruturais. Como qualquer síntese, ela incorre de um conjunto de imprecisões que só mais tarde uma avaliação territorialmente mais desagregada poderá elucidar.

Entre 1991 e 2001 sentiram-se um conjunto de processos que tiveram impactos na estruturação global da distribuição da população residente: a *desurbanização* dos centros metropolitanos (com perdas populacionais significativas em termos absolutos e relativos³⁵); os processos de *suburbanização* das periferias (com ganhos muito relevantes³⁶); as cidades médias como realidades ganhadoras³⁷; os concelhos da rede complementar como situações perdedoras na estruturação global, ainda que não tenham perdido população residente em termos absolutos³⁸, reflectindo em parte o despovoamento dos concelhos interiores. Enfim, na estruturação global são perdedoras os centros metropolitanos e os concelhos da rede complementar e são ganhadoras as periferias metropolitanas e as cidades médias.

³⁵ Cálculos por concelhos: Lisboa passou de 7,1% da população do Continente para 4,2% e o Porto de 3,2% para 2,2%. Lisboa perdeu cerca de 100 mil habitantes e o Porto cerca de 40 mil.

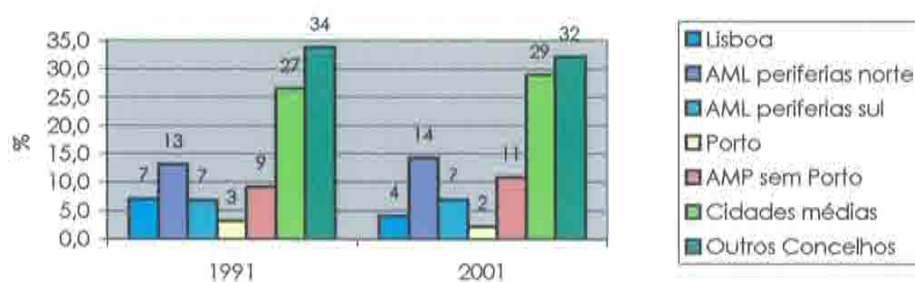
³⁶ Cálculos por concelhos: sem o centros metropolitanos, as periferias de Lisboa e do Porto somavam 29,2% em 1991 e em 2001 32,4% da população do Continente. As periferias metropolitanas de Lisboa ganharam 240 mil habitantes (sobretudo a periferia - norte, com mais 170 mil habitantes). Os concelhos metropolitanos periféricos do Porto ganharam 132 mil habitantes.

³⁷ Cálculos por concelhos: de 26,6% passaram a somar 29% da população do Continente. As cidades médias ganharam mais 200 mil habitantes entre 1991 e 2001.

³⁸ Cálculos por concelhos: de 33,9% em 1991 passaram para 32,2% para 2001, ainda que em termos absolutos tenham aumentado no total 50 mil habitantes. Em Lisboa, os mais jovens, com menos de 25 anos, eram em 1991 29,1% e em 2001 descem para 24,3%; no Porto, a descida é de 32,4% para 27,1%.

A estrutura geral do povoamento pouco se alterou na última década: nos concelhos das áreas metropolitanas (em 2001) residia 40% da população residente do Continente (39,5% em 1991); nos concelhos das cidades médias 27% (26,5% em 1991); nos restantes cerca de 33% (34% em 1991).

GRÁFICO 1.4. Estrutura da População Residente por áreas, em 1991 e 2001



Fonte: Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

Relativamente à estrutura etária, os processos enunciados tiveram naturalmente implicações. Em primeiro lugar, é de salientar o envelhecimento da estrutura global da população portuguesa, como já referimos. Existem hoje menos jovens (0-14 anos) e mais idosos (mais de 65 anos) e a estrutura de dependências alterou-se.

Tendo presente as mudanças estruturais a nível nacional, é de salientar territorialmente o seguinte: o envelhecimento dos centros metropolitanos pelo reforço do peso dos que têm mais de 65 anos³⁹; as periferias metropolitanas perdem sobretudo a juventude nos anos noventa, com os menores de 15 anos a diminuírem significativamente⁴⁰; as cidades médias viram as suas estruturas etárias a ficar mais maduras; os restantes concelhos perderam percentualmente muito nas camadas mais jovens. Assim, em 2001 vamos ter:

³⁹ Cálculos por concelhos: em 1991 Lisboa tinha 18,8% de população com mais de 65 anos e em 2001 esse valor sobe para 23,6%. No Porto passa de 14,8 para 19,4%.

⁴⁰ Cálculos por concelhos: em 1991 a periferia norte de Lisboa tinha 19,4% de população com menos de 15 anos (a periferia metropolitana sul tinha 19,3%) e em 2001 esse valor desce para 16,0% (e na periferia sul para 15,3%). No Porto passa de 16,9 para 13,1%.

-os centros metropolitanos claramente envelhecidos (em Lisboa 23,6% da população tem mais de 65 anos, no Porto um pouco menos, 19,4%);

-as periferias de Lisboa com uma estrutura etária marcada pela importância da população adulta (25 a 65 anos), enquanto a periferia do Porto demonstra uma juventude superior ao valor do Continente;

- as cidades médias com uma estrutura relativamente semelhante ao Continente, ainda que um pouco mais jovem;

-os concelhos da rede complementar claramente envelhecidos (20,5% da população com mais de 65 anos).

QUADRO 1.10. População residente por estrutura etária (%), 2001

Concelhos:	total	menos de 15 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	mais de 65 anos
Lisboa	7,1	14,2	14,9	52,1	18,8
AML - periferias norte	13,2	19,4	16,2	54,8	9,6
AML - periferias sul	6,8	19,3	15,8	54,0	10,9
Porto	3,2	16,9	16,5	51,8	14,8
AMP sem Porto	9,2	21,1	17,7	52,1	9,1
Cidades médias	26,6	21,2	17,3	49,3	12,2
Outros concelhos	33,9	19,8	15,4	47,7	17,1
CONTINENTE	100,0	19,7	16,3	50,3	13,7

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

Nota: cálculos por concelhos, realizados pelo autor

A estruturação dos níveis escolares da população residente podem ser razoáveis indicadores das estruturas sociais dessa população. No Continente português cerca de 8% da população (com mais de 10 anos) é analfabeta e 11% possui o ensino superior. Se, por um lado, os concelhos da rede complementar concentram quase 50% dos analfabetos, por outro lado, as áreas metropolitanas concentram as populações mais qualificadas.

A AML (com 27,1% da população residente do Continente) possui 40,4% da população com o ensino superior e a AMP (com 12,5% da população do Continente) tem 15,5% da população com o ensino superior. Os centros das metrópoles têm a estrutura de qualificações mais favoráveis, mas os espaços periféricos metropolitanos são os territórios que concentram um maior número absoluto de pessoas com o ensino superior.

QUADRO 1.11. População residente analfabeta e com o ensino superior (%), 2001

Concelhos:	População total	População com mais 10 anos Analfabeta	População com o Ensino Superior
Lisboa	7,1	4,0	12,9
AML - periferias norte	13,2	8,0	19,7
AML - periferias sul	6,8	5,7	7,8
Porto	3,2	1,5	5,3
AMP sem Porto	9,2	6,1	10,2
Cidades médias	26,6	25,5	25,8
Outros concelhos	33,9	49,3	18,3
CONTINENTE	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001

Nota: cálculos por concelhos, realizados pelo autor

Na década de noventa importantes alterações sentiram-se nas estruturas familiares. O número de famílias aumentou 16%, mas as pequenas famílias (com uma ou duas pessoas) subiram brutalmente (35%), enquanto as famílias com 3 ou mais elementos só aumentaram 3,5%. Em termos territoriais as grandes mutações registaram-se nas áreas metropolitanas: nos centros das metrópoles houve uma queda brutal das famílias de maiores dimensões (diminuíram 23% em Lisboa e 18,5% no Porto) e nos espaços periféricos metropolitanos subiram brutalmente as pequenas famílias (58% e 55% nas periferias norte e sul de Lisboa; 74% nas periferias do Porto). As cidades médias registaram um importante aumento das pequenas famílias (mais 41,5%).

Nos centros das metrópoles as famílias constituídas por uma ou duas pessoas dominam relativamente às restantes estruturas familiares (em Lisboa 62% das famílias, no Porto 54%). Nas periferias de Lisboa cerca de 52% das famílias têm três ou mais elementos, enquanto nas periferias do Porto o valor sobe brutalmente para 62%. Nas cidades médias também dominam as famílias com três ou mais indivíduos (58,8%), mas nos restantes concelhos há um relativo equilíbrio, com as famílias maiores a dominarem (52,6%).

Conclusões: dinâmicas sócio-demográficas na década de noventa (1991 / 2001)

- Os centros metropolitanos perderam população residente (Lisboa -15% e Porto -13%), sobretudo jovem (perdas superiores a -25%) e ganharam população idosa (7% Lisboa e 14% o Porto). Relativamente às famílias, elas diminuíram em Lisboa (-4,3%), mas não no Porto (1,4% mais), aumentaram as pequenas famílias (+13% em Lisboa e +28% no Porto) e diminuíram claramente as famílias com 3 ou mais elementos (-23% em Lisboa e -18,5% no Porto). Cerca de 25% da população de Lisboa e 22% do Porto possuem níveis de instrução altos (pelo menos o ensino superior).
- As periferias metropolitanas não são homogéneas, no entanto, há denominadores comuns. Na década de noventa aumentaram de população residente (de 11,5% a 15,5%) e envelheceram. Foram sobretudo as idades com mais de 25 anos que aumentaram, pois os mais jovens diminuíram um pouco (reflexo das perdas de natalidade). Os que têm mais de 65 anos aumentaram mais de 40%, reflectindo o próprio envelhecimento da população residente e, talvez, alguma atractividade desencadeada pelas periferias sobre as populações mais idosas. As famílias com 1 ou 2 pessoas aumentaram também brutalmente (58% na margem norte de Lisboa e 55% na margem sul, e 74% nas periferias do Porto). Em relação às instruções superiores, as periferias apresentam níveis iguais ou superiores à média do Continente (média do Continente 11%, a margem norte de Lisboa apresenta 15%).
- A heterogeneidade metropolitana é já uma evidência. A margem norte de Lisboa concentra mais população (14%) que a margem sul e do que as periferias do Porto. As periferias do Porto têm uma estrutura etária mais jovem que as de Lisboa. A margem sul de Lisboa concentra, em termos relativos, mais analfabetos (6,3%), enquanto a margem norte de Lisboa aparece relativamente mais qualificada, com mais residentes com o ensino superior (cerca de 15 % da população residente, enquanto a margem sul tem apenas 12%). As estruturas familiares nas periferias de Lisboa possuem, mais ou menos, a mesma estrutura, mas nas periferias do Porto as famílias com 3 ou mais elementos são claramente dominantes (62%, enquanto em Lisboa rondam os 52%).
- Na década de noventa, os concelhos das cidades médias aumentaram de população residente, em termos relativos, menos que as periferias metropolitanas mas muito mais que os restantes concelhos. As estruturas etárias envelheceram a um ritmo superior à média do Continente. Em relação às estruturas familiares, o número de famílias cresceu a um ritmo superior à média do Continente, mas inferior às áreas metropolitanas periféricas. Aumentaram sobretudo as pequenas famílias (mais 41,5%). A estrutura de instrução da população residente nestas áreas é relativamente semelhante à do Continente.
- Relativamente aos restantes concelhos, verificamos que aumentaram pouco de população (1,6%, enquanto o Continente cresceu 5,3%), envelheceram porque diminuíram brutalmente os mais jovens (nasceram menos porque a população residente tem uma estrutura envelhecida) e os mais velhos continuam a crescer. Por fim, são concelhos com populações menos qualificadas (têm percentualmente mais analfabetos e menos pessoas com o ensino superior).

1.4. Análise territorial

As dinâmicas sintetizadas ajudam-nos a perceber melhor a diversidade dos processos e das intensidades das mudanças, mas escondem uma diversidade territorial que é necessário encontrar. Vamos começar por analisar o mosaico territorial por freguesias, para depois visualizar o sistema urbano nacional.

1.4.1.O mosaico territorial da estrutura sócio-demográfica dos residentes⁴¹

Observando o mapa (figura 1.7), apercebemo-nos da sua heterogeneidade territorial e da simplicidade e fraqueza das descrições anteriores.

A macro-estrutura desenhada no pequeno mapa procura evidenciar três classes diferenciados:

- em primeiro lugar, um extenso território do Continente, sobretudo localizado no interior, está em perda. São as áreas regressivas residenciais, pouco densas e com populações com estruturas etárias envelhecidas, níveis de instrução muito baixos e residindo em famílias de pequena dimensão;

- em segundo lugar aparecem as áreas de transição, também muito estendidos. São áreas mais ou menos atractivas em termos residenciais, com populações com estruturas etárias intermédias e níveis de instrução relativamente baixos;

- por fim, surgem os territórios mais atractivos, sinalizando pequenas áreas com maior ou menor contiguidade. A população residente está a crescer, as estruturas etárias são mais jovens, os níveis de instrução são razoáveis e as famílias têm dimensões moderadas.

Estas três classes permitem visualizar de uma forma eficiente os "estilhaços" e a baixa densidade residencial, mas também escondem uma realidade sócio-demográfica mais complexa que é necessário esclarecer. Assim, foi construído um mapa com treze classes⁴² (figura 1.7).

No mapa evidenciam-se claramente as duas áreas metropolitanas com estruturas residenciais completamente diferenciadas.

A aglomeração urbana de Lisboa realça-se pela extensão da mancha mais densa, pela identificação da cidade central e pela fragmentação evidenciada pela

⁴¹ Este domínio integra reflexões designadamente de Ferrão (1996); Gaspar (1992, 1998); Guerra (1998); Guerra (2002) e Salgueiro (2000).

⁴² A descrição das características de cada classe é realizada numa legenda extensa na página adjacente ao mapa, como já foi referido.

heterogeneidade de classes que se cruzam para definir uma estrutura híbrida no que se refere às características sócio-demográficas dos seus residentes. Mais densa na margem norte, mais estendida e difusa na margem sul, a aglomeração urbana espalha-se até Vila Franca de Xira (para norte) e Sesimbra e Setúbal (para sul). No centro em perda, é mais densa, envelhecida, com famílias pequenas e com populações instruídas. A dimensão populacional e a diversidade social nesta conurbação metropolitana poderão ser um dos espelhos **da nova ordem urbana**. É um compósito social só insuficientemente detectado, dada a fraca diversidade dos indicadores disponíveis, mas já claramente visível. Na coroa externa (em Sintra, Loures, Barreiro e Moita, designadamente) parecem estar-se a juntar diferentes fragmentos, uns mais densos e povoados, outros menos povoados e possivelmente mais verdes.

A aglomeração urbana do Porto é aparentemente mais difusa, mais híbrida, menos densa mas mais estendida. A cidade central tem uma dimensão mais restrita e a coroa suburbana também é menos estendida. No entanto, uma extensa mancha alarga-se, assimilando pequenos núcleos mais densos (centros urbanos ou freguesias centrais de cidades médias) e criando uma estrutura social híbrida. A mancha tem grandes proporções e está visivelmente a estender-se.

Se nos anos sessenta o intenso êxodo rural determinou a transferência de uma cultura rural para a cidade, que se foi depois desanuviando com as novas gerações, nos anos noventa o urbano alastra-se para o rural e a urbanidade invade o campo.

Entre as duas conurbações metropolitanas surge-nos um manto mais ou menos fragmentado, com estruturas sócio-demográficas relativamente heterogéneas. Realçam-se pequenos aglomerados urbanos, de dimensões variáveis e características diferenciadas, como por exemplo Aveiro e o seu entorno, Coimbra mais a sul, depois Leiria-Marinha Grande e alguns pequenos centros. No Algarve desenha-se a *língua* costeira, demonstrando as maiores densidades residenciais.

Passando agora para os territórios interiores, num outro extremo, evidenciam-se algumas freguesias socialmente marginalizadas. São áreas repulsivas, que foram perdendo população residente, ficando os mais velhos e os menos instruídos que passaram a viver sozinhos. São terras sem gente, abandonadas pelos seus antigos habitantes. Uns partiram, outros morreram. Se os territórios das conurbações metropolitanas ou das regiões urbanas reflectem a força da atractividade e dos crescimentos naturais, estas áreas são o espelho da emigração, da repulsão e, por fim, da morte dos mais idosos. As áreas menos povoadas estão, sobretudo, junto à fronteira

ou em zonas de montanha. Realçam-se novamente a Serra Algarvia, as Beiras Interiores e parte do Vale do Douro.

Em termos regionais, visualizamos um Norte muito heterogéneo, fortemente marcado pela extensão residencial e difusa em torno do Porto e as perdas residenciais nas áreas de fronteira. A Região Centro aparece fragmentada mas polinucleada (Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco). Lisboa e Vale do Tejo projecta-se numa metrópole densa, híbrida e em clara extensão. A Região do Alentejo tem uma estrutura sócio-demográfica frágil, com um povoamento organizado em torno de um pequeno número de freguesias. No Algarve é perfeitamente visível a passagem da Serra para o litoral, em degraus cada vez mais densos e povoados.

A extensão residencial nas cidades médias é perfeitamente visível nesta escala de análise, designadamente, em Vila Real, Viseu, Coimbra, Leiria e Évora, demonstrando que os processos de *suburbanização* não são específicos das grandes cidades.

Quadro Síntese 1.7. Estrutura Sócio-demográfica dos Residentes

Cód. Indicador	Valor Contínua	Classe Contínua	Indicadores	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8	Classe 9	Classe 10	Classe 11	Classe 12	Classe 13
3	110,4 %	nível 1	Densidade populacional	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1
3	110,4 %	nível 1	Densidade populacional	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1
1	9.833.408 N°	-	PC população residente	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1
1	9.833.408 N°	-	PC população residente	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1
2	3.585.472 N°	-	PC famílias residentes	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1
2	3.585.472 N°	-	PC famílias residentes	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1	nível 1
8	24,5 %	nível 2	Índice de dependência das idosas	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2
8	24,5 %	nível 2	Índice de dependência das idosas	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2
8	23,4 %	nível 4	Índice de dependência jovem	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
8	23,4 %	nível 4	Índice de dependência jovem	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
7	33,5 %	nível 2	População residente com 25 a 64 anos / tot pop	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2
7	33,5 %	nível 2	População residente com 25 a 64 anos / tot pop	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2
4	2,7 %	nível 4	População residente com 25 a 64 anos / tot pop	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
4	2,7 %	nível 4	População residente com 25 a 64 anos / tot pop	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
4	53,9 %	nível 2	Pessoas por família	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2
4	53,9 %	nível 2	Pessoas por família	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2	nível 2
8	46,1 %	nível 4	Famílias com três ou quatro pessoas / tot fam	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
8	46,1 %	nível 4	Famílias com três ou quatro pessoas / tot fam	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
10	67,4 %	nível 5	Pop. residente a frequentar o ensino / pop < 25 anos	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5
10	67,4 %	nível 5	Pop. residente a frequentar o ensino / pop < 25 anos	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5
12	327,9 %	nível 5	Pop. residente c/ ens. sec., méd., superior / pop > 15 anos	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5
12	327,9 %	nível 5	Pop. residente c/ ens. sec., méd., superior / pop > 15 anos	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5
11	154,2 %	nível 5	Pop. residente com o ensino superior / pop > 25 anos	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5
11	154,2 %	nível 5	Pop. residente com o ensino superior / pop > 25 anos	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5
16	49,9 %	nível 4	Pop. residente com o ensino superior / pop > 25 anos	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
16	49,9 %	nível 4	Pop. residente com o ensino superior / pop > 25 anos	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
13	4,9 %	nível 5	VAR REL da densidade populacional (91/01) - (*)	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5
13	4,9 %	nível 5	VAR REL da densidade populacional (91/01) - (*)	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5
14	18,7 %	nível 5	VAR REL da população residente (91/01) - (*)	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5
14	18,7 %	nível 5	VAR REL da população residente (91/01) - (*)	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5	nível 5
17	5,1 %	nível 4	VAR REL das famílias residentes (91/01) - (*)	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
17	5,1 %	nível 4	VAR REL das famílias residentes (91/01) - (*)	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
16	457,482 N°	-	VAR ABS da densidade populacional (91/01) - (*)	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
16	457,482 N°	-	VAR ABS da densidade populacional (91/01) - (*)	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
16	457,482 N°	-	VAR ABS do PC população residente (91/01) - (*)	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
16	457,482 N°	-	VAR ABS do PC população residente (91/01) - (*)	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
18	565,143 N°	-	VAR ABS do PC Famílias (91/01) - (*)	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4
18	565,143 N°	-	VAR ABS do PC Famílias (91/01) - (*)	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4	nível 4

Legenda:

PC: Peso no Contínua

Classe não dita

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-índice é superior ou igual a 2

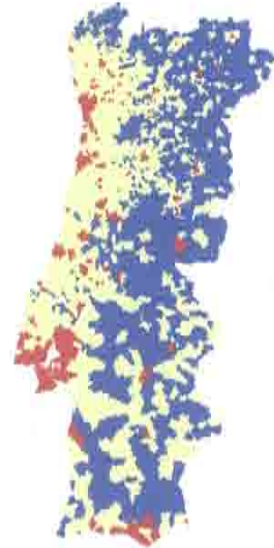
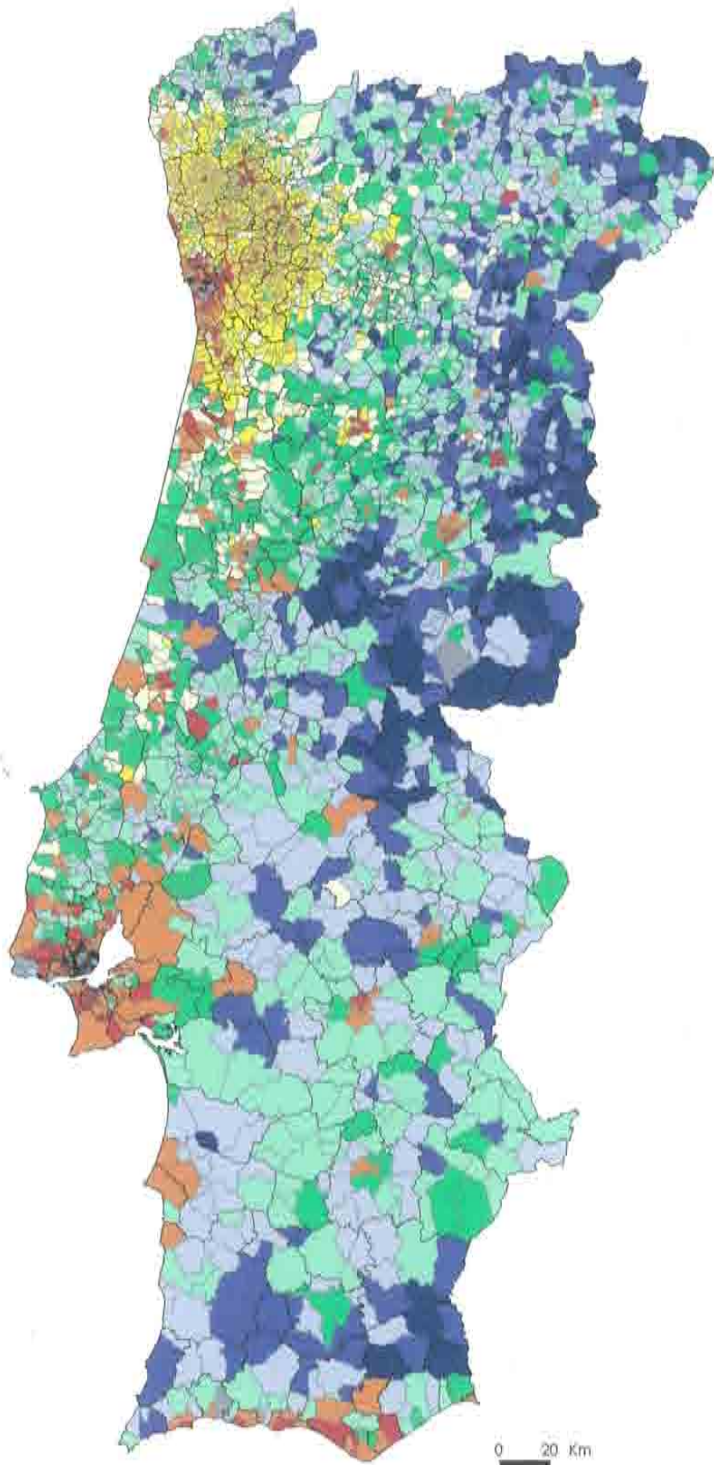
A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-índice é superior ou igual a 4

Nas modalidades de valiação (*) esta marcha dinâmica a classe onde está incluído o zero, as classes a seguir são negativas e a seguinte positiva

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

**Figura 1.7. Mosaico Territorial
Estrutura Sócio-demográfica
dos Residentes**



- Áreas regressivas em termos residenciais
- Áreas razoavelmente atractivas em termos residenciais
- Áreas atractivas em termos residenciais

- Grandes perdas populacionais num contexto de baixas densidades, famílias isoladas, população muito envelhecida e com níveis muito baixos de escolaridade
- Perdas populacionais num contexto de baixas densidades, famílias isoladas, população envelhecida e com níveis baixos de escolaridade
- Pequenas perdas populacionais num contexto de baixas densidades, população um pouco envelhecida e com níveis baixos de escolaridade
- População residente quase estabilizou num contexto de baixas densidades e estruturas familiares e etárias mais equilibradas
- População residente estabilizou num contexto de baixas densidades, estruturas etárias mais equilibradas e famílias um pouco maiores
- Características sócio-demográficas globalmente mais favoráveis que os valores de referência do Continente
- Densidades razoáveis associam-se a dinâmicas positivas num contexto de famílias de razoável dimensão e com estruturas etárias razoavelmente jovens
- Densidades razoáveis associam-se a dinâmicas populacionais positivas num contexto dominado por famílias de grande dimensão e estruturas etárias claramente jovens
- Densidades e dinâmicas razoavelmente altas num contexto onde dominam populações em idade adulta razoavelmente instruídas, que residem em famílias de razoável dimensão
- Densidades altas e dinâmicas populacionais muito altas num contexto onde dominam populações em idade adulta e instruídas, que residem em famílias de razoável dimensão
- Densidades e dinâmicas populacionais muito altas num contexto onde dominam populações em idade adulta e muito instruídas, que residem em famílias de razoável dimensão
- Densidades elevadas e grandes percentagens de população residente num contexto onde dominam populações em idade adulta e muito instruídas
- Densidades muito elevadas num contexto de perda populacional e com uma fraca representatividade dos jovens, mas onde dominam populações muito instruídas

1.4.2. O sistema urbano da estrutura sócio-demográfica dos residentes

A leitura sócio-demográfica realizada a partir das áreas urbanas vai sobretudo esclarecer a estrutura e a dimensão dos processos em curso (figura 1.8).

Evidenciam-se, novamente, as duas *conurbações metropolitanas* ou *regiões urbanas*, com estruturas sociais diferenciadas. Em Lisboa volta a salientar-se a cidade central densa, com cerca de 500 mil habitantes mas em perda, e as periferias muito populosas e muito dinâmicas. As periferias de Lisboa destacam-se pela sua capacidade residencial, sobretudo de adultos em idade activa e com níveis de instrução médios ou altos (Cascais, Oeiras, Sintra, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira, Almada e Seixal). Uma segunda coroa, um pouco menos populosa e dinâmica, inclui Mafra, Torres Vedras, Benavente, Alcochete, Moita, Montijo, Setúbal, Palmela e Sesimbra. Algumas áreas urbanas apresentam tendência para travar o seu crescimento ou para apresentar dinâmicas regressivas, como Lisboa (já referida) e o Barreiro e Amadora – o centro da metrópole e a 1ª geração de subúrbios (industriais).

No Porto a região urbana é mais diversificada. São áreas urbanas com residentes mais jovens, famílias maiores, níveis de instrução mais diversificados e densidades variáveis (designadamente, no Ave). Nesta estrutura metropolitana identificam-se cinco tipos de áreas urbanas, num total de nove definidas para todo o território nacional. Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Valongo e Gondomar constituem a coroa mais densa, populosa e dinâmica, com taxas de natalidade altas, com estruturas etárias relativamente maduras e níveis de instrução intermédios ou altos. Depois vêm as estruturas urbanas menos densas, mas mais jovens e com famílias um pouco maiores, no Vale do Ave e parte do Sousa. O Vale do Sousa é mais frágil, menos dinâmico e com uma densidade populacional mais baixa.

Fora destas duas grandes estruturas realçam-se Coimbra e Leiria, pela dimensão, densidade e dinamismo; no Norte interior a estrutura urbana residencial é sustentada por Vila Real, Chaves, Bragança e ainda Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Na Região Centro a estrutura urbana é polinucleada e diferenciada, com Coimbra e Leiria a destacarem-se claramente e ainda o eixo Guarda-Covilhã-Fundão, Castelo Branco e Aveiro-Águeda; no Alentejo o sistema urbano é frágil. Évora e Beja evidenciam-se, mas Portalegre, Elvas e Sines-Santiago de Cacém são áreas com um fraco posicionamento na estrutura regional; no Algarve a estrutura urbana organiza-se em torno de áreas urbanas intermédias, como Lagos, Portimão, Lagoa, Albufeira, Loulé, Faro e Vila Real de Santo António.

Entre as duas *regiões urbanas* temos uma estrutura residencial polinucleada: tendencialmente a *região urbana do Porto* está a espalhar-se em todas as direcções, com mais destaque para sul; Coimbra (e as áreas urbanas envolventes) e Leiria evidenciam-se claramente pela dimensão, densidade, dinamismo e pelos níveis razoáveis de instrução da população; depois, mais a sul, realçam-se as estruturas residenciais de Pombal, Caldas da Rainha, Santarém, Ourém e Entroncamento.

Algumas conclusões estratégicas:

- A heterogeneidade sócio-demográfica nas áreas metropolitanas não se pode resumir à oposição entre centro e áreas periurbanas. As cidades médias e a rede complementar do Programa PROSIURB também são uma classificação que esconde diferentes realidades urbanas. Assim, as conclusões enunciadas anteriormente devem ser aprofundadas a partir de uma análise territorial mais fina e, sobretudo, de um leque de indicadores mais rico.
- A *região urbana de Lisboa* realça-se pela sua dimensão populacional, dinamismo e densidade populacional. Na margem norte é mais densa e intensa, na margem sul é mais difusa. O centro da metrópole continua a constituir uma importante área residencial do País, pela população e pelo número de famílias que aí residem. Devemos ainda salientar que algumas áreas urbanas apresentam tendência para travar o seu crescimento ou para dinâmicas regressivas.
- A *região urbana do Porto* aparentemente é mais híbrida na estrutura sócio-demográfica. A cidade central perde alguma população e envelhece, mas diminui a população relativamente instruída. Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Valongo e Gondomar constituem a coroa mais densa, mais populosa, mais dinâmica, com taxas de natalidades mais altas, com estruturas etárias relativamente adultas e níveis de instrução intermédios ou altos. Depois vem a estrutura urbana menos densa, mas mais jovem e com famílias um pouco maiores, no Vale do Ave e parte do Sousa (este ainda mais frágil, menos dinâmico e com uma densidade populacional mais baixa).
- Entre as duas regiões urbanas desenvolve-se uma estrutura policêntrica, onde se destacam Aveiro-Águeda, Coimbra e Leiria
- Nas restantes áreas: a Região do Alentejo é a que apresenta uma maior fragilidade, pois só Évora e Beja se realçam; a Região Centro destaca-se novamente com um sistema residencial policêntrico; no Norte Interior a estrutura urbana residencial demonstra nesta década alguma capacidade para sustentar a região; o Algarve desenha-se em torno de uma estrutura urbana linear relativamente activa.

Quadro Síntese 1.8. Estrutura Sócio-demográfica dos Residentes

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8		Classe 9	
				Modalidade des	Valor teste	Modalidade des	Valor teste	Modalidade des	Valor teste	Modalidade des	Valor teste	Modalidade des	Valor teste	Modalidade des	Valor teste	Modalidade des	Valor teste	Modalidade des	Valor teste	Modalidade des	Valor teste
3	291,6	%	Densidade populacional	nível 1	3	nível 1	7	nível 1	4	nível 2	6										
1	7.372.778	Nº	PC população residente	nível 1	2	nível 1	6	nível 1	4					nível 4	6	nível 6	6	nível 9	5	nível 6	2
1	7.372.778	Nº	PC população residente													nível 7	6	nível 1	3	nível 6	2
2	2.704.590	Nº	PC famílias residentes											nível 3	5	nível 6	5			nível 6	
9	21,6	%	Índice de dependência dos idosos	nível 3		nível 1	5	nível 1	4	nível 4	5	nível 1	7			nível 1	5			nível 1	2
9	21,6	%	Índice de dependência dos idosos	nível 3		nível 3	11	nível 5	9	nível 3	4										
6	23,2	%	Índice de dependência jovem	nível 4				nível 2	6												
7	54,8	%	Pop. residente 25 - 64 anos / pop. resid.	nível 7		nível 7	9	nível 2	9	nível 7	4	nível 3	6	nível 2	7	nível 3	7	nível 3	2		
4	2,7	%	Pessoas por família	nível 3		nível 2	4	nível 2	7	nível 2	4	nível 3	7								
6	54,5	%	Famílias com 3 ou 4 pessoas / tot. fam.	nível 3		nível 2	9	nível 2	7	nível 6	6	nível 3	10								
5	45,5	%	Famílias com 1 ou 2 pessoas / tot. fam.	nível 4		nível 3	9	nível 2	7	nível 3	7	nível 1	11								
10	62,3	%	Pop. resid. a frequentar o ensino / pop. < 25 anos	nível 2		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5								
12	513,3	%	Pop. resid. com ensino sec.-méd.-sup. / pop. > 15 + anos	nível 3		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5			nível 7	3	nível 6	4	nível 6	
11	185,9	%	Pop. resid. com ensino superior / pop. > 25 anos	nível 4		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5			nível 6	4	nível 6	4	nível 6	
19	11	%	Nascerimentos por 1000 residentes	nível 4		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5			nível 6	4	nível 6	4	nível 6	
20	9,3	%	Óbitos por 1000 residentes	nível 3		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5			nível 1	3				
20	9,3	%	Óbitos por 1000 residentes	nível 3		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5								
15	7,9	%	Var. rel. da densidade pop. 91/01 (*)	nível 3		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5								
13	7,9	%	Var. rel. da densidade pop. 91/01 (*)	nível 3		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5								
14	23,5	%	Var. rel. das famílias residentes 91/01 (*)	nível 3		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5			nível 6	4	nível 6	4	nível 6	
17	21	%	Var. abs. da densidade pop. 91/01 (*)	nível 3		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5			nível 6	4	nível 6	4	nível 6	
17	21	%	Var. abs. da densidade pop. 91/01 (*)	nível 3		nível 3	5	nível 3	6	nível 4	5	nível 1	5			nível 6	4	nível 6	4	nível 6	
16	541047	Nº	Var. abs. do PC pop. residente 91/01 (*)	nível 4		nível 4	5	nível 4	6	nível 4	3	nível 5	4	nível 5	9	nível 7	5	nível 2	5	nível 7	3
18	513896	Nº	Var. abs. do PC pop. residente 91/01 (*)	nível 4		nível 4	5	nível 4	6	nível 4	3	nível 5	4	nível 5	8	nível 7	5	nível 2	5	nível 7	3
Áreas Urbanas incluídas em cada classe				6		35		88		63		17		49		16		3		1	

Legenda:

PC: Peso no Contínente

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 30% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 30% das unidades incluídas na classe e o valor teste é superior ou igual a 4

Nos indicadores de variação (*) esta mancha simboliza a classe onde está incluído o zero, as classes a azul são negativas e a vermelho positivas

Notas:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

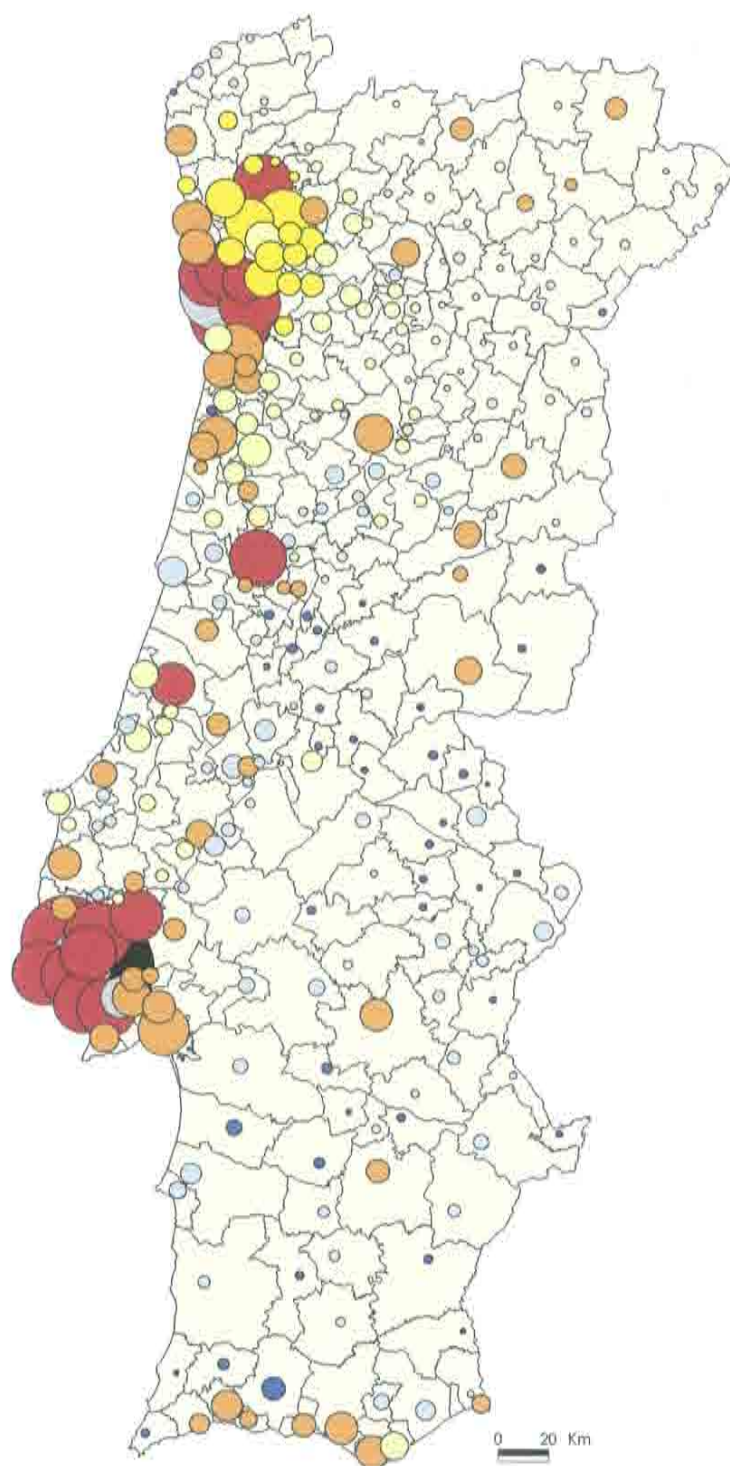
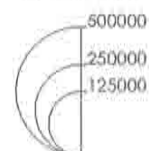


Figura 1.8. Sistema Urbano
Estrutura sócio-demográfica
dos residentes

População residente na
 área urbana, 2001



- Áreas urbanas muito pequenas e em perda, com uma população muito envelhecida e estruturas familiares de muito pequena dimensão
- Áreas urbanas muito pequenas e estáveis, com uma população envelhecida e famílias de pequena dimensão
- Áreas urbanas muito pequenas e estáveis, com uma população um pouco envelhecida
- Áreas urbanas de média dimensão, pouco dinâmicas e de fraca densidade populacional
- Áreas urbanas de média dimensão, dinâmicas, com uma população jovem e famílias de considerável dimensão
- Áreas urbanas de média dimensão, muito dinâmicas e com uma população com níveis de escolaridade superiores
- Áreas urbanas de considerável dimensão residencial, densas e muito dinâmicas, onde residem sobretudo adultos com níveis de escolaridade média ou superior
- Centro metropolitano de média dimensão residencial, muito denso e regressivo
- Centro metropolitano de grande dimensão residencial, muito denso e fortemente regressivo

2. Os espaços de actividades e emprego

A grande cidade é o lugar de mobilização de força de trabalho e de articulação entre os sistemas residenciais e os sistemas de emprego. As ligações entre o novo urbanismo e as dinâmicas de emprego ou as lógicas que afectam a localização das indústrias e dos serviços preocupam-nos neste domínio. Os locais de emprego são elementos estruturadores do território, pelas morfologias e funcionalidades que desenvolvem e pelos movimentos que desencadeiam. Como evoluem as formas de emprego e de trabalho? Depois do declínio das actividades agrícolas e dos processos de industrialização, que novas actividades têm nos dias de hoje importância na estruturação territorial? Até que ponto as "velhas" e as "novas" actividades marcam a diferenciação do espaço? Será que os processos de metropolização e despovoamento, detectados anteriormente são intensificados pelo perfil e pela importância da localização das actividades? De que forma o emprego ou as actividades fragmentam os espaços urbanos e rurais?

2.1. Enquadramento

As nossas referências culturais estiveram durante muito tempo marcadas pela revolução industrial e pelo crescimento urbano, pois durante anos os processos de urbanização associaram-se aos processos de industrialização. Mais tarde, a crise urbana veio também associada à crise industrial. Muitas das cidades europeias eram, até há cerca de trinta anos (por exemplo, Paris, Londres), ricas em emprego na indústria pesada e a crise *fordista* teve grandes reflexos nesses espaços urbanos.

Nesta perspectiva é natural que a saída da crise urbano-industrial pudesse também fundamentar-se em lógicas da economia industrial. A bibliografia é rica nas descrições da descentralização produtiva, dos *meios inovadores* e dos *distritos industriais*, entre muitas outras referências. O objecto central dessa literatura não se dirigia à cidade ou ao urbano, mas estava orientada para a crise industrial e para os processos de globalização e de construção do pós-fordismo.

Nos últimos anos o discurso voltou-se novamente para a alternância dos ciclos económicos e implicitamente para a cidade, mais concretamente para a grande cidade. Apareceram então as investigações sobre a articulação entre as estruturas urbanas e os sistemas produtivos, ou entre os processos de metropolização e a globalização da economia.

A situação urbana em Portugal é muito diferente da Alemanha, do Reino Unido e dos Países Baixos, países mais densos e que foram urbanizados muito mais cedo, como já

referimos. O nosso país é menos denso e sentiu os processos de urbanização mais intensivos nos últimos cinquenta anos. Isto significa que, enquanto o país se industrializava e o consumo aumentava, os processos de urbanização também se desenrolavam. A urbanização deu-se ao mesmo tempo que o "fordismo" se instalava e o automóvel proliferava. Com efeito, os meios de transporte rápidos e das telecomunicações contribuí para a dilatação, as distribuições irregulares das densidades, as descontinuidades e as polinuclearidades de actividades e emprego.

Na Grã-Bretanha, desde meados do século XIX que a população é maioritariamente urbana, como já referimos. O campo britânico é construído sem população e também não tem significado económico. Em França, nos anos 60 e 70 a população dos espaços rurais tornou-se minoritariamente uma população agrícola. A *rurbanização* associou-se à terciarização e o turismo e os serviços juntaram-se às actividades agrícolas. Em Portugal, a agricultura teve um importante significado populacional até à integração do nosso país na CEE.

Portugal permaneceu durante muito tempo um país essencialmente rural, tanto pela população agrícola como pelas estruturas económicas. Segundo José Silva Lopes (1996), *abandonaram o sector da lavoura cerca de 600 mil activos entre 1960 e 1973 e mais outros tantos entre 1973 e 1992*. Em trinta anos a força de trabalho neste sector diminuiu para um terço. Em 1981, o Recenseamento Geral da População registava cerca de 704 mil residentes activos na agricultura, produção animal, caça e silvicultura em Portugal, mas em vinte anos esse valor desce para 216 mil (2001). O sector primário representava em 1960 cerca de 26% do PIB e em 1995 desce para 4%.

O processo de industrialização arrancou de uma forma sustentada só nos anos 50. Em 1960 as indústrias transformadoras produziām quase um quarto do PIB e ocupavam cerca de um quinto da população activa. Portanto, o país manteve-se essencialmente agrícola até muito tarde e os processos de industrialização foram também tardios.

O território nacional está hoje em dia numa fase de recomposição produtiva e espacial. As mutações desencadeadas pela integração europeia e pela mundialização da economia estão a dar origem a uma nova fisionomia da nossa geografia. Esta recomposição reflecte também os processos de industrialização e de terciarização tardios e põe em relevo dinâmicas recentes localizadas.

O objectivo deste capítulo é identificar territorialmente as actividades e os empregos. Assim, depois de se privilegiar o local de residência como factor crucial na construção

dos territórios, passa-se à análise das actividades e das características do emprego na estruturação territorial.

As actividades económicas dominantes e os níveis de instrução dos activos contribuem para a construção da morfologia social e económica do território. Assim, resulta um mosaico diferenciado de actividades e de empregos em termos urbanos e territoriais. A perda de importância da agricultura e, mais tarde, da indústria interage com a proliferação das actividades de comércio e serviços. O território molda-se, mantendo as marcas ou "cicatrizes" que vão sendo geridas, revitalizadas ou abandonadas. Com estas mutações alteram-se as estruturas de qualificações e as morfologias sócio-económicas.

Em primeiro lugar, vamos concentrar as nossas atenções nos processos territoriais que acompanharam a desruralização da sociedade e da economia portuguesa. Em seguida, direccionamos os nossos objectivos para os processos de desindustrialização e terciarização territorial. No final, procuramos apresentar um retrato territorial das actividades e do emprego. Para o desenvolvimento destes objectivos foram concebidas diferentes matrizes de indicadores.

Relativamente ao primeiro objectivo, definimos um sub-domínio analítico que se intitula **Produtores e População Agrícola**, que vai analisar as estruturas e as dinâmicas que afectam as populações ligadas ao sector agro-florestal⁴³. Preocupa-nos designadamente o seguinte:

- encontrar os territórios onde as actividades agrícolas continuam a ser importantes para uma percentagem significativa da população residente;
- verificar as ligações entre as actividades agrícolas e os outros sectores (pluriactividade e o plurirendimento);
- observar as estruturas sociais (idades e instruções) dos que se mantêm ligados a estas actividades;
- analisar as dinâmicas em curso para prospectar as tendências territoriais.

Lista de indicadores identificados por freguesia:

Produtores e População Agrícola

- 1 População agrícola (1999) relativamente à população residente (2001), por freguesia
- 2 População agrícola, peso no continente, por freguesia, em 1999
- 3 Produtores agrícolas singulares, peso no continente, por freguesia, em 1999
- 4 Densidade de população agrícola, por freguesia, em 1999

Estrutura social (etária e níveis de instrução)

- 5 QL - Produtores agrícolas singulares com menos de 40 anos, por freguesia, em 1999
- 6 QL - Produtores agrícolas singulares com mais de 55 anos, por freguesia, em 1999
- 7 Produtores agrícolas singulares com menos de 40 anos, peso no continente, por freguesia, em 1999
- 8 QL - Produtores agrícolas singulares com o nível de instrução básico, por freguesia, em 1999

⁴³ Utilizamos o Recenseamento Geral da Agricultura, para 1989 e 1999.

9	QL - Produtores agrícolas singulares com o nível de instrução secundário, por freguesia, em 1999
10	QL - Produtores agrícolas singulares com o nível de instrução superior, por freguesia, em 1999
Plurirrendimento e pluriactividade	
11	Produtores agrícolas singulares a tempo completo, peso no continente, por freguesia, em 1999
12	QL - Produtores agrícolas singulares a tempo parcial (tempo de trabalho entre 0% e 50%), por freguesia, em 1999
13	QL - Produtores agrícolas singulares a tempo parcial (tempo de trabalho entre 50% e 100%), por freguesia, em 1999
14	QL - Produtores agrícolas singulares a tempo completo, por freguesia, em 1999
15	QL - Produtores agrícolas singulares em que a actividade exterior remunerada é a principal forma de rendimento, por freguesia, em 1999
16	QL - Produtores agrícolas singulares em que a actividade exterior remunerada é uma forma de rendimento secundária, por freguesia, em 1999
Dinâmicas	
17	Variação relativa da população agrícola, por freguesia, entre 1989 e 1999
18	Variação relativa dos produtores agrícolas singulares, por freguesia, entre 1989 e 1999
19	Variação relativa dos produtores agrícolas singulares a tempo parcial (tempo de trabalho entre 0% e 50%), por freguesia, entre 1989 e 1999
20	Variação relativa dos produtores agrícolas singulares a tempo parcial (tempo de trabalho entre 50% e 100%), por freguesia, entre 1989 e 1999
21	Variação relativa dos produtores agrícolas singulares a tempo completo, por freguesia, entre 1989 e 1999

Nota: QL - Quociente de localização calculado relativamente ao valor registado no Continente.

Para a concretização do segundo objectivo, definimos um sub-domínio analítico que se intitula **Emprego na Indústria e Serviços** e, para isso, foi construída uma matriz de informação organizada a partir das seguintes preocupações:

-medir o volume e a densidade de emprego, para encontrar os territórios das actividades;

-verificar a dimensão das estruturas industriais e terciárias, para localizar os processos de industrialização e terciarização;

-caracterizar a morfologia social do emprego (níveis de instrução e presença da mulher no mercado de trabalho), para encontrar as fracturas ou as contiguidades sócio-económicas;

-visualizar as dinâmicas em curso, para prospectivar as tendências territoriais.

Lista de indicadores identificados, por freguesia:

Dimensão e densidade	
22	Total de emprego, peso no continente, por freguesia, em 1997
23	Densidade de emprego, por freguesia, em 1997
24	Emprego nas empresas com mais de 200 trabalhadores, peso no continente, por freguesia, em 1997
25	Número médio de pessoas ao serviço, por freguesia, em 1997
26	Densidade de emprego nos Serviços, por freguesia, em 1997
27	Densidade de emprego na Indústria Transformadora, por freguesia, em 1997
Emprego e Actividades	
28	Emprego na Indústria Transformadora, peso no continente, por freguesia, em 1997
29	QL - Emprego na Indústria Transformadora relativamente ao total, por freguesia, 1997
30	Emprego no Comércio a Retalho e na Restauração, peso no continente, por freguesia, em 1997
31	QL - Emprego no Comércio a Retalho e na Restauração relativamente ao total, por freguesia, 1997
32	Emprego no Terciário (excluindo comércio a retalho e restauração), peso no continente, por freguesia, em 1997

- 33 QL - Emprego no Terciário (excluindo comércio a retalho e restauração) relativamente ao total, por freguesia, em 1997

Estrutura social do emprego

- 34 QL - Emprego feminino relativamente ao total de emprego, por freguesia, em 1997

- 35 QL - Trabalhadores por conta de outrem com habilitações superiores relativamente ao total, por freguesia, em 1997

- 36 QL - Trabalhadores por conta de outrem com habilitações inferiores relativamente ao total, por freguesia, em 1997

Dinâmicas

- 37 Variação absoluta dos Trabalhadores por conta de outrem, por freguesia, entre 1992 e 1997

- 38 Variação absoluta dos Trabalhadores por conta de outrem com habilitações superiores, por freguesia, entre 1992 e 1997.

Nota: QL - Quociente de localização calculado relativamente ao valor registado no Continente.

Para atingir o terceiro objectivo e realizar uma síntese global, optámos por juntar as duas listas de indicadores identificadas anteriormente e montar uma base única, por freguesias. Com esta **síntese** pretendemos visualizar o **mosaico territorial das Actividades e do Emprego**.

A cidade, e muito especialmente a grande cidade, está no centro dos debates em tomo do desenvolvimento nos últimos 10 anos. As preocupações analíticas que devem orientar uma abordagem urbana andam à volta da necessidade de evidenciar as estruturas funcional e de emprego do sistema urbano nacional, de forma a realçar as disparidades e a construir uma reflexão, não deixando que os processos ultrapassem a nossa capacidade de intervenção sobre o ordenamento territorial.

Nas cidades é também crucial não esquecer a componente do emprego público, designadamente na educação, na saúde, nas autarquias. Nas cidades médias e nos pequenos centros urbanos do interior estas estruturas são os grandes empregadores locais. Mantendo o seu papel de "empregadores sociais", o emprego público aparece como um importante amortecedor do desemprego e é um recurso para as áreas de forte despovoamento e de fraca iniciativa empresarial. Nas metrópoles, sobretudo na capital, a sua força é proporcional à centralização do poder público. A reorganização territorial de certos serviços colectivos (designadamente na área da saúde e do ensino superior) contribuíram claramente para as actuais configurações da armadura urbana. Estes empregos tiveram um papel crucial na qualificação dos empregos locais e na animação económica e social de algumas cidades médias (designadamente, a importância das Universidades).

Para a elaboração de **uma síntese urbana das Actividades e Emprego**⁴⁴, concebeu-se uma matriz de informação organizada em tomo dos seguintes objectivos:

⁴⁴ Este domínio integra reflexões designadamente de Cavaco (1985), Domingues (1993), Ferrão (vários), Fonseca (2001), Gaspar (vários), Lopes (1996), Mansinho e Schmidt (1997), Marques (2000), Mendes (1994 e 1999), etc.

- medir o volume e a densidade de emprego;
- observar a estrutura de actividades presente nas diferentes áreas urbanas;
- caracterizar a morfologia social do emprego (níveis de instrução e presença da mulher no mercado de trabalho);
- sentir as dinâmicas em curso.

Lista de indicadores identificados por área urbana:

Dimensão e densidade

- 1 Total de emprego, peso no continente, por área urbana, em 1997
- 2 Emprego nas empresas com mais de 200 trabalhadores, peso no continente, por área urbana, em 1997 (NOTA)
- 3 Densidade de emprego, por área urbana, em 1997
- 4 Densidade da população agrícola, por concelho, em 1999
- 5 Número médio de pessoas ao serviço, por área urbana, em 1997

Actividades - dimensão e estrutura

- 6 Emprego no Terciário (excluindo comércio a retalho e cafés), peso no continente, por área urbana, em 1997
- 7 Emprego na Indústria Transformadora, peso no continente, por concelho, em 1997
- 8 Emprego Público, peso no continente, por concelho, em 1996
- 9 População agrícola, peso no continente, por concelho, em 1999
- 10 QL - Emprego na Indústria Transformadora relativamente ao total (indústria e terciário), por área urbana, em 1997
- 11 QL - Emprego no Terciário (excluindo comércio a retalho e cafés) relativamente ao total (indústria e terciário), por área urbana, em 1997

Estrutura social do emprego

- 12 QL - Trabalhadores por conta de outrem com habilitações superiores relativamente ao total, por área urbana, em 1997
- 13 QL - Trabalhadores por conta de outrem com habilitações inferiores relativamente ao total, por área urbana, em 1997
- 14 QL - Emprego feminino, por área urbana, em 1997

Perfis de emprego relativamente à população residente

- 15 População agrícola (1999) relativamente à população residente (2001), por concelho
- 16 Emprego Público por 1000 habitantes, por concelho, em 1996
- 17 Emprego nas empresas por 100 residentes, por área urbana, em 1997
- 18 Emprego nas empresas por 100 residentes, por concelho, em 1997

Dinâmicas

- 19 Variação absoluta dos Trabalhadores por conta de outrem, peso no continente, por concelho, entre 1992 e 1997
- 20 Variação absoluta dos Trabalhadores por conta de outrem, peso no continente, por área urbana, entre 1992 e 1997
- 21 Variação absoluta dos Trabalhadores por conta de outrem com habilitações superiores, peso no continente, por concelho, entre 1992 e 1997
- 22 Variação absoluta dos Trabalhadores por Conta de Outrem com habilitações superiores, peso no continente, por área urbana, entre 1992 e 1997
- 23 Variação relativa da população agrícola, por concelho, entre 1989 e 1999

Nota: QL - Quociente de localização calculado relativamente ao valor registado no Continente.

2.2. Produtores e actividades agrícolas

2.2.1. Portugal face à Europa

Nos anos 80 Portugal era o país da União Europeia com a maior percentagem de população rural (World Development Indicators, 2002), cerca de 71% da população total. A Espanha (27%), França (27%) ou a Inglaterra (11%) já tinham menos de 30%. A queda da população agrícola nos últimos vinte anos foi brutal, tendo passado de 71% para cerca de metade (34%) entre 1980 e 2000. Mesmo assim, Portugal continua a ser um país fortemente rural relativamente à média dos países da União Europeia.

A análise da distribuição do emprego em Portugal e na União Europeia confirma esta ideia. Há uma elevada percentagem de população empregada na agricultura e na indústria, demonstrando o atraso da terciarização do país face à União Europeia.

GRÁFICO 1.5. Emprego por sectores de actividade (%)



Fonte: Eurostat Yearbook, 2002.

Analisemos a situação comparativa de alguns países europeus. No Reino Unido, a população rural representa 11% (valor que se mantém de 1980 para 2000) enquanto, que o emprego na agricultura fica pelos escassos 1,5% (em 2000), demonstrando que "countryside" é um espaço construído sem população. Em França, a população rural é muito mais significativa, com 24% da população total (em 2000 eram 27%), enquanto que o emprego na agricultura é 4%; o rural define-se através da cultura camponesa; na Holanda, o emprego na agricultura fica-se pelos 4% devido à extrema industrialização da agricultura. Na Finlândia, 41% da população reside em espaços rurais (em 2001), mas o emprego agrícola é mais baixo (7%), o que simboliza sobretudo uma forma de povoamento.

As situações são claramente muito diversificadas e na Europa do sul o desenvolvimento rural é o reflexo da história de cada país e dos processos de industrialização e de urbanização tardios. Na Espanha, dada a heterogeneidade sócio-política, temos uma pluralidade de fisionomias do rural, reflectindo as trajectórias sociais, económicas e culturais de cada região. O rural está ligado à agricultura, mas a agricultura moderna, o turismo, a segunda habitação e a preservação do ambiente conjugam-se nas matrizes territoriais. A Grécia apresenta os índices de emprego agrícola mais altos da Europa, espelhando o atraso da industrialização e terciarização da sua economia.

QUADRO 1.12. Quadro comparativo: Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15 *	País - Valor Mais Baixo		País - Valor Mais Alto	
População rural na população total (%) - 1980	b	70,56	27,78	Bélgica	4,57	<u>Portugal</u>	70,56
População rural na população total (%) - 2001	b	34,40	22,89	Bélgica	2,61	Finlândia	41,03
Emprego na Agricultura - % - 2000	a	12,5	4,3	Reino Unido	1,5	Grécia	17,0
Emprego na Indústria - % - 2000	a	34,9	29,0	Luxemburgo	21,0	<u>Portugal</u>	34,9
Emprego nos Serviços - % - 2000	a	52,6	66,8	<u>Portugal</u>	52,6	Luxemburgo	76,8

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - World Development Indicators 2002.

* Média calculada a partir dos índices dos diferentes países da União Europeia.

2.2.2. Dos campos agrícolas aos espaços rurais sem agricultores

No último decénio, seguindo ritmos e intensidades territorialmente diversificadas, grandes modificações se sentiram no mundo rural. O êxodo rural dos anos 60 e 70, a atractividade das actividades industriais e terciárias e as transformações internas na agricultura (com a inserção de Portugal na Comunidade Europeia) determinaram globalmente uma diminuição drástica da população agrícola familiar e do número de produtores singulares.

Apesar do êxodo rural e das implicações que daí resultaram no aumento dos salários agrícolas, os níveis de vida da população agrícola mantiveram-se abaixo dos patamares médios da população activa nos outros sectores de actividade⁴⁵. Na década de oitenta esta distância mostrou tendências para aumentar e contribuir para um maior agravamento das disparidades (Lopes, 1996). Em termos de produtividade os ganhos são insuficientes e os preços agrícolas tendem a aumentar. Os problemas de rendibilidade da agricultura agravam-se com a integração de Portugal na política

⁴⁵ A política de desenvolvimento industrial baseava-se na manutenção dos preços agrícolas a um nível muito baixo, de forma a conter os salários industriais.

agrícola da CE e os preços agrícolas portugueses não conseguem competir no mercado europeu.

A modernização da agricultura portuguesa ficou muito aquém das expectativas, ainda que os métodos de trabalho tenham melhorado na sua globalidade. Os sistemas de garantias e de apoio aos preços agrícolas da política comunitária implicaram uma especialização da produção agrícola, ainda que lenta, e a procura de nichos de competitividade em certas áreas. O reforço da especialização só aconteceu quando as perspectivas de comercialização eram boas ou os factores "naturais" determinavam vantagens locativas especiais. Por outro lado, as limitações à produção, impostas pela PAC, fizeram com que a agricultura retrocedesse face à floresta e à protecção das paisagens.

Concluindo, globalmente registaram-se reduções drásticas da população agrícola, os níveis de produtividade não subiram aos ritmos necessários, o peso relativo do produto interno bruto agrícola na economia portuguesa tem diminuído e a percentagem nas exportações continua a ter uma fraca expressão. Mas a tendência parece orientar-se em dois sentidos (Marques, 2000): por um lado, a especialização e o reforço da competitividade em determinadas áreas e em certos produtos; por outro lado, a extensa marginalização e o abandono das actividades e das superfícies agrícolas.

Em seguida vamos apresentar globalmente os processos em curso.

a) Menos agricultores e densidades menores

O processo de *desruralização* implicou uma quebra vertiginosa do número de pessoas ligadas às actividades agro-florestais. Por outro lado, o abandono dos "campos" tem levado o debate para a avaliação da intensidade dos processos de despovoamento. Afinal quantos deixaram as actividades agrícolas? Quais são as áreas do país em que as densidades da população agrícola continuam altas e quais são aquelas que já atingiram um limiar mínimo que os processos de regressão já não se sentem?

No Continente português cerca de 1 milhão e 123 mil pessoas residem em explorações agrícolas e perto de 946 mil exercem actividade agrícola, ainda que a grande maioria a tempo parcial. O número de assalariados permanentes a tempo completo (incluindo os dirigentes) ronda os 32 mil (englobando as situações de tempo parcial, são 57 mil).

Em 1989, a população agrícola familiar rondava os 1,792 milhões de indivíduos e em 1999 passa para 1,123 milhões, acusando uma diminuição drástica de -37,34%. O número de produtores também passa de 543 976 para 375 938 indivíduos, com uma

diminuição de cerca de 31%. A distribuição espacial da perda de população e de produtores agrícolas abrange grande parte do território do Continente, só conseguindo resistir algumas freguesias do Alentejo, do interior sul do Centro, e de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A população agrícola familiar passou de 19% da população residente em 1989 para cerca de 12% em 1999⁴⁶, demonstrando a diminuição da importância das actividades agrícolas. Este indicador é uma boa expressão, em termos territoriais, da presença da agricultura nos espaços rurais⁴⁷ (por exemplo, na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro atinge os 44%).

A densidade populacional nas áreas rurais está no centro do debate do mundo rural. Em termos de densidade de população agrícola, os valores diminuíram de 20,1 para 12,6 indivíduos por km² de 1989 para 1999. Esta quebra é compreensível, porque os altos valores de população agrícola em 1989 são em grande parte justificados pelo atraso em que se encontrava a nossa agricultura. No entanto, a diversidade territorial evidencia a presença de "campos" fortemente despovoados, com fraca densidade de população agrícola e com produtores envelhecidos, que contrastam com territórios agrícolas "vivos", com produtores mais jovens e com população residente suficiente para a manutenção e o progresso dessa actividade. Esta heterogeneidade vai naturalmente contribuir para a construção de diferentes mosaicos rurais.

Relativamente aos produtores a tempo completo, a redução foi muito acentuada pois passaram de 118 mil para 63 mil, tendo diminuído 46%, o que significa que passaram para quase metade. Os produtores a tempo completo apresentam índices mais altos que o Continente no Alentejo e no Noroeste. Entre 1989 e 1999, os produtores a tempo completo passam de 22% para 16% do total dos produtores. Por fim, os assalariados a tempo completo ou parcial também diminuíram nos últimos anos.

⁴⁶ A população agrícola refere-se a 1989 e 1999, anos de Recenseamento Geral da Agricultura, e a população residente refere-se a 1991 e 2001, anos de Recenseamento da População.

⁴⁷ Em termos de contiguidade espacial distinguem-se algumas áreas do Norte - o Minho Limal e Trás-os-Montes e Douro -, grande parte da região Centro - com destaque para Dão Lafões, Serra da Estrela, Cantanhede e concelhos contíguos, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e sobretudo Pinhal Interior Sul -, alguns concelhos ou freguesias do Oeste e da Lezíria do Tejo, algumas áreas do Alentejo - destaque para Nisa, Portalegre e Moura - e os concelhos interiores do Algarve.

b) Uma estrutura social em mudança (estrutura etária e níveis de instrução)

Importantes mudanças sociais estão a registar-se no mundo rural. As estruturas etárias da população agrícola estão a alterar-se, assim como os níveis de instrução. Relativamente aos produtores a situação também não é a mesma de há dez anos. Afinal o que é que mudou? Até que ponto a população agrícola tem ligações à própria agricultura? Que implicações tiveram os processos de *urbanização* e *desruralização* da nossa sociedade na distribuição do trabalho agrícola familiar?

O envelhecimento do mundo rural está expresso nas idades dos produtores singulares e da população agrícola familiar. Em 1999, só 4% dos produtores tinham menos de 35 anos (em 1989 eram 6%), enquanto 66% possuía mais de 55 anos (em 1989 eram 58%). Relativamente à população agrícola familiar, em 1999 33% tinham menos de 35 anos (em 1989 eram 42%) enquanto 43% possuía mais de 55 anos (em 1989 eram 34%). O comportamento espacial destes indicadores demonstra que os processos de envelhecimento e rejuvenescimento não são homogéneos, demonstrando, em parte, as diferentes perspectivas que o sector agrícola pode representar para a base económica local/regional⁴⁸.

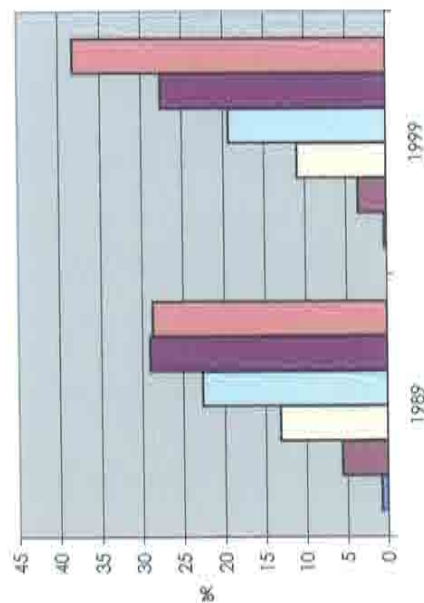
Os níveis de instrução escolar dos produtores poderão ser indicadores da capacidade de reestruturação e modernização do sector. Em termos globais, os índices melhoraram na última década, embora a grande maioria dos produtores singulares continuem a ter uma instrução escolar baixa⁴⁹ (só 8% tem o 3º ciclo ou 9º ano, ou mais) e para a quase totalidade dos produtores a formação profissional agrícola seja exclusivamente proveniente da prática (94%). Os índices mais altos de instrução escolar dos produtores destacam claramente o Alentejo.

⁴⁸ Em 1999, o nível de envelhecimento da população agrícola é sobretudo visível na região Centro (em particular no interior sul) e no Algarve (oriental), e a juventude é expressiva na população agrícola no Noroeste, acompanhando o perfil da população residente.

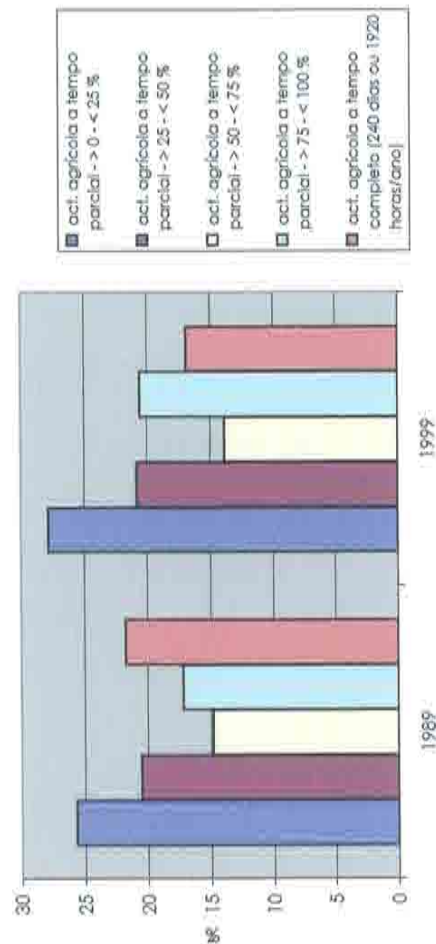
⁴⁹ Em 1999, no Continente, 16% não sabe ler nem escrever, 18% só sabe ler e escrever e 51% tem a 4ª classe ou equivalente.

Gráfico 1.6. Estrutura etária e tempo dedicado à actividade agrícola dos produtores singulares e população agrícola familiar, 1989 e 1999

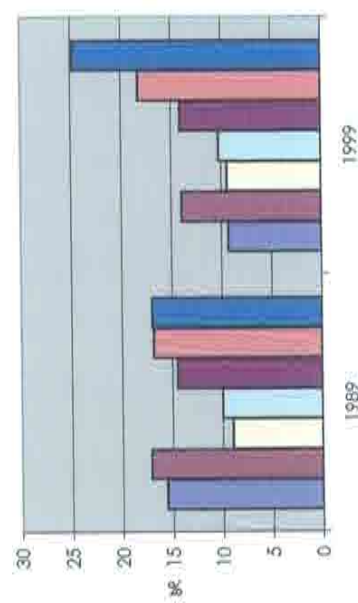
Produtores singulares por estrutura etária



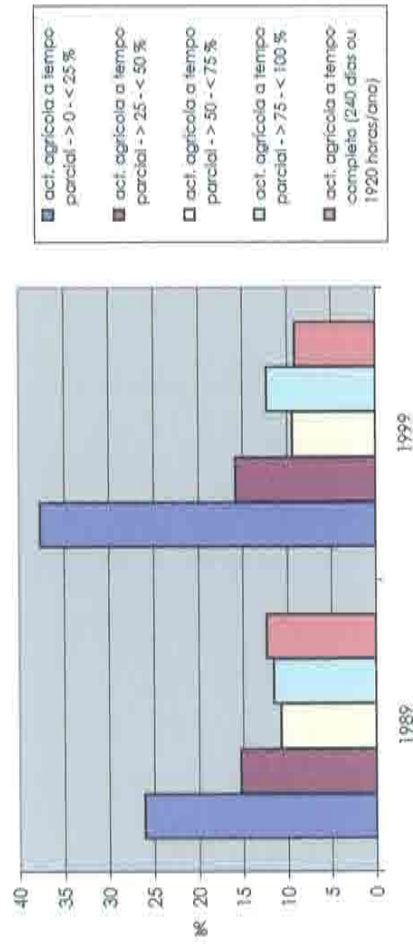
Produtores singulares por tempo dedicado à actividade agrícola



População agrícola familiar por estrutura etária



População agrícola familiar por tempo dedicado à actividade agrícola

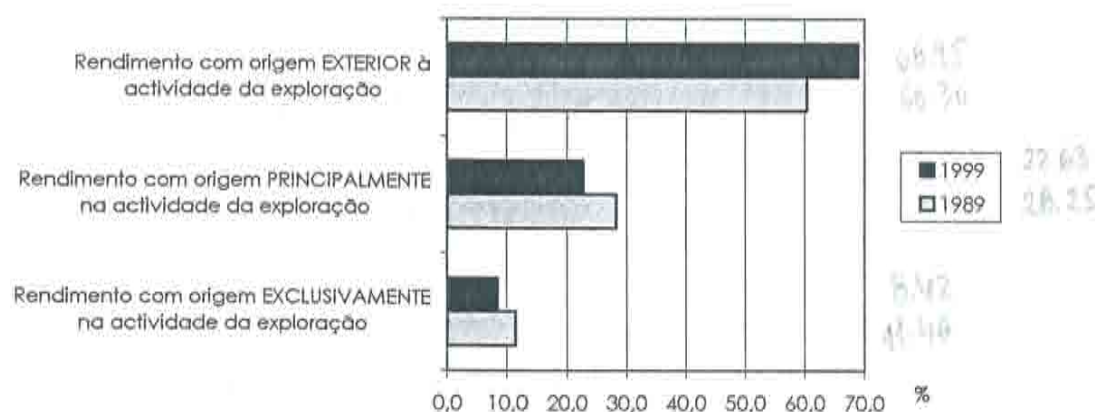


c) Pluriactividade e plurirendimento: uma sobrevivência

No final do século XX há menos população agrícola e menos produtores agrícolas, mas em termos relativos a pluriactividade e o plurirendimento continuam a estar presentes em todas as áreas do país. As ligações entre agricultores e não agricultores reforçam-se (trabalha-se na indústria ou serviços e na agricultura) e, assim, são cada vez menos os que se dedicam exclusivamente à agricultura ou que sobrevivem só com os rendimentos dessa actividade. Analisemos os números que nos comprovam esta realidade.

Em 1999, só 17% dos produtores se dedicava à actividade agrícola a tempo completo (em 1989 eram 22%) estando 49%⁵⁰ a tempo parcial (menos de 50% do tempo). Relativamente à população agrícola familiar, só 9%⁵¹ se dedica a tempo completo às actividades agrícolas, enquanto que 38%⁵² lhes destina apenas metade do tempo. A importância da pluriactividade está presente em todas as áreas do Continente, tanto na população familiar como no produtor. A pluriactividade e a ligação a outras actividades não agrícolas estão também expressos quando 26% da população agrícola e 17% dos produtores têm uma actividade principal fora da agricultura (sobretudo na indústria, construção ou no comércio).

GRÁFICO 1.7. Origens do rendimento do agregado doméstico do produtor singular



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1989 e 1999.

⁵⁰ Em 1989 eram 46%.

⁵¹ Em 1989 eram 12%.

⁵² Em 1989 eram 26%.

As actividades exteriores à exploração agrícola têm uma importância crucial como forma principal ou complementar de remuneração do agregado doméstico. Pela análise das origens do rendimento do agregado doméstico do produtor singular verificamos que os rendimentos com origem exclusiva ou principal na actividade da exploração são minoritários e que entre 1989 e 1999 aumentaram os agregados domésticos que sobrevivem sobretudo com rendimentos exteriores à actividade da exploração agrícola. Em 1999, menos de 10% dos agregados domésticos dos produtores sobrevivem exclusivamente da exploração agrícola.

As estratégias de pluriactividade em algumas zonas, por exemplo no Noroeste, poderão ser uma forma de sobrevivência da própria agricultura.

Na população agrícola familiar, entre 1989 e 1999 subiu vertiginosamente a importância da população sem qualquer actividade agrícola na exploração (de 24% passa para 38%), representando os membros da família que não dedicam nenhum do seu tempo à exploração. Isto pode ter pelo menos dois significados opostos. Por um lado, representa o reforço da especialização da exploração e do nível empresarial da mesma, onde a organização do trabalho coabita mal com ajudas familiares esporádicas; por outro lado, a urbanização da nossa sociedade implica o próprio abandono das actividades, sobretudo por parte dos membros familiares mais jovens.

2.2.3. Análise territorial: Produtores e População Agrícola⁵³

O mundo da agricultura ocupa uma multiplicidade de pessoas que é preciso conhecer, através do seu número, da densidade, da estrutura social ou do tempo que dedicam às actividades agrícolas. O objectivo é tentar sistematizar alguns perfis territoriais mais comuns. Duas grandes clivagens podem detectar-se no território português (figura 1.9 - mapa pequeno):

- por um lado, num contexto de elevada ou razoável densidade de população agrícola, registaram-se fortes perdas de produtores e população. Todo o Norte e Centro ocidental e algumas áreas dispersas pelo país perderam vertiginosamente população e produtores agrícolas na última década. São os territórios mais densos e povoados do Norte e Centro que sentiram na última década os níveis mais intensivos de regressão das actividades agrícolas. São áreas muito povoadas e densas, onde havia um excesso de população nas actividades agrícolas. A modernização da agricultura implicou alterações nos métodos de trabalho, o que naturalmente teve

⁵³ Este sub-domínio integra reflexões de Cavaco (1983 e 1984); Marques (2000); Lopes (

reflexos na diminuição da população activa agrícola. Por outro lado, a atractividade exercida pelas actividades industriais e terciárias mobilizou muita população e contribuiu para as actividades agrícolas passassem a ser desenvolvidas com uma diferente ocupação (a tempo parcial ou completo, conforme os condicionalismos locais);

- por outro lado, um extenso território regista decréscimos mais atenuados, num contexto de fraca densidade de população e produtores agrícolas. Eventualmente algumas destas áreas rurais poderão ter perdido população agrícola abaixo dos níveis admitidos e os campos poderão ter ficado abandonados. É uma questão a que uma análise a esta escala dificilmente poderá responder, pois está relacionada com uma multiplicidade de factores que só uma reflexão a um nível mais próximo das explorações poderia precisar.

Analisemos agora com mais profundidade o mosaico de produtores e população agrícola (figura 1.9).

Em primeiro lugar sobressaem os territórios em grande perda de população e de produtores agrícolas e com razoável densidade ("manchas a azul" no mapa). Nestas áreas não estão em causa limiares de densidade mínima, porque em geral são áreas relativamente povoadas. Nesta extensa área podem identificar-se três tipos diferenciados:

- os territórios em que o abandono das actividades agrícolas foi intensíssimo (variações da população agrícola familiar inferiores a -60%) e só resistiram os pequenos produtores singulares mais idosos e menos instruídos (*mapa - classe em azul escuro*). Estão nesta posição as explorações localizadas nas áreas suburbanas de Lisboa e do Porto, simbolizando o avanço da *urbanização* e a diminuição vertiginosa do número de explorações e de população com actividades agrícolas. Por outro lado, Pampilhosa da Serra pode simbolizar perdas registadas em áreas rurais menos densas implicando o "abandono dos campos" ⁵⁴;

- pode visualizar-se também uma coroa mais periférica (*mapa - azul ligeiramente mais claro*), que retrata perdas igualmente muito elevadas de população e de produtores agrícolas, mas onde resistiram sobretudo os produtores a tempo completo. Nesta situação encontram-se algumas freguesias dos concelhos de Matosinhos, Maia, Vila do Conde, Póvoa do Varzim ou Arouca, entre muitas outras. São sobretudo áreas muito produtivas (onde as margens brutas por superfície agrícola e por exploração são

altas), que podem justificar a dedicação à agricultura a tempo completo por parte de alguns produtores agrícolas (designadamente as explorações orientadas para a produção de leite);

- surge, por fim, uma extensa área (*mapa – classe a azul mais claro*) com perdas relativamente semelhantes à classe anterior, mas onde a agricultura é realizada por produtores sobretudo a tempo parcial. Em algumas destas áreas a atractividade de outros sectores (indústria ou terciário) desencadeia processos de pluriactividade e plurirendimento muito significativos. Nas explorações com margens brutas menos significativas, pode não justificar-se uma dedicação a tempo completo por parte dos produtores agrícolas.

Uma quarta classe aparece (*mapa – classe a castanho*) a retratar um extenso território caracterizado por uma elevada percentagem de população agrícola na população residente. Esta classe representa Trás-os-Montes e Alto Douro, a Beira interior e algumas áreas do Alentejo ou do Algarve. As perdas de população agrícola na última década foram menos intensas e as actividades agrícolas continuam a ter uma forte representatividade. A população agrícola é relativamente idosa e os produtores dedicam-se à agricultura a tempo parcial (menos de 50% do tempo). São áreas que, como já vimos, sofreram um intenso processo de despovoamento, onde ficaram os mais velhos que agora dedicam menos tempo às actividades agrícolas. São os *campos que foram abandonados aos mais velhos*.

Um extenso *manto mesclado em verde* estendendo-se no mapa desde a Região Centro (sobretudo litoral), passando pelo Oeste e Vale do Tejo, Alentejo e acabando no Algarve, onde podemos detectar três classes diferentes. As duas classes a "verde mais escuro no mapa" representam os territórios que concentram uma percentagem razoável de população residente ligada às actividades agrícolas. Os produtores têm níveis de instrução baixos, dedicam-se à agricultura sobretudo a tempo parcial e desenvolvem uma actividade exterior à exploração que constitui o principal meio de rendimento. Fundamentalmente, o que diferencia uma classe da outra é uma questão de quantidade, pois algumas freguesias concentram um maior número de produtores e de população agrícola. São *campos vivos* segundo a expressão de Kayser (1996).

Finalmente, isola-se uma classe pelas suas particularidades. São algumas freguesias à volta de Évora (e eventualmente dispersas no Noroeste ou na Serra da Estrela, em Manteigas e Gouveia), que concentram produtores com níveis de instrução mais altos

⁵⁴ Só recorrendo ao trabalho de campo poderá confirmar-se, ou não, esta hipótese. Dada a particularidade da situação, este concelho poderia ser objecto de um estudo mais preciso, que vamos preservar para uma

(com o ensino superior ou secundário), em geral com mais de 40 anos e outra actividade exterior que constitui a principal fonte de rendimento. É uma classe que tem alguma extensão e contiguidade no Alentejo e, aparentemente, pode significar processos de *reurbanização*⁵⁵.

Algumas conclusões estratégicas:

- As actividades agrícolas perdem importância no mundo rural (a nível de ocupação, emprego e de rendimentos). A estrutura etária envelheceu. Os níveis de instrução não se alteraram significativamente e as actividades agrícolas passaram a ser desenvolvidas sobretudo a tempo parcial. A pluriactividade e o plurirendimento subiram percentualmente, o que significa que cada vez mais as actividades agrícolas são complementares de outras actividades. A construção civil e as indústrias transformadoras são as principais actividades complementares.
- Se em certos territórios a pluriactividade poderá estar a contribuir para a manutenção das actividades agrícolas, noutras áreas a diminuição da população agrícola significa o abandono e a degradação ambiental.
- Em termos territoriais evidenciam-se dois perfis: no Noroeste extenso, a população agrícola não tem grande importância relativa na população residente e o abandono das actividades agrícolas foi muito intenso na última década, mas a densidade de população agrícola é geralmente significativa; numa extensa área do Continente português a importância da população com actividades na agricultura é geralmente razoável na população residente local e na última década a *desruralização* parece ter sido menos significativa que na classe anterior.
- Em Trás-os-Montes e Alto Douro e na Beira Interior o peso da população agrícola na população residente é muito alta, demonstrando a dependência da população local das actividades agro-florestais. São os *campos abandonados aos mais velhos*.
- No Centro litoral, parte de Lisboa, e Vale do Tejo, em certas áreas do Alentejo e no Algarve a população agrícola é significativa localmente, são os *campos "vivos"*.
- Em torno de Évora, sobretudo, num contexto de baixa densidade, realçam-se os produtores de instruções médias ou superiores cujos rendimentos não provêm principalmente da exploração.

futura investigação.

⁵⁵ Aparentemente, esta situação pode ter vários significados, em função das áreas em questão, que precisam de ser confirmados. Hipóteses para uma pesquisa futura: no Alentejo pode estar a acontecer uma transferência de propriedade das explorações agrícolas para proprietários não agrícolas, alimentando processos de *reurbanização* (a aquisição dos montes no Alentejo é uma prática relativamente divulgada e sobretudo alimentada pela classe intelectual e a classe média-alta de Lisboa ou pelos residentes nas cidades médias alentejanas); pode representar a aquisição de propriedades agrícolas nas periferias de Lisboa tendo em vista futuros projectos imobiliários e estando ainda expectantes (em Sintra, Setúbal e Seixal); no Noroeste podem ser sobretudo produtores, residentes ou não no local, que se dedicam à agricultura a tempo parcial nas propriedades herdadas (são as quintas ou as pequenas quintas do Minho); em Gouveia e Manteigas são, eventualmente, as pequenas propriedades de férias ou de fim de semana na Serra.

Quadro Síntese 1.9. Produtores e População Agrícola

Cod. Indicador	Valor Contínua	Classe Contínua	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7	
				Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste
1	11,42 %	nível 2	% Pop. agrícola na pop residente	nível 1	20	nível 2	5	nível 4	4	nível 3	22	nível 3	7	nível 3	5	nível 1	12
1	11,42 %	nível 2	% Pop. agrícola na pop residente	nível 1	9	nível 3	8	nível 4	4	nível 4	13	nível 4	6	nível 4	4	nível 2	4
4	12,62 %	nível 2	Densidade da pop. agrícola familiar	nível 1	28	nível 3	5	nível 3	10	nível 5	17	nível 3	4	nível 4	4	nível 1	8
17	-37,6 %	nível 3	Var. rel. população agrícola 89-99 - (*)	nível 1	24	nível 3	10	nível 3	14	nível 4	17	nível 3	6	nível 3	3		
17	-37,6 %	nível 3	Var. rel. produtores agrícolas 89-99 - (*)	nível 1	15	nível 3	9	nível 3	12	nível 5	15	nível 3	6	nível 3	4		
18	-46,6 %	nível 3	Var. rel. - Prod. singular a tempo completo - (*)	nível 1	6	nível 3	7	nível 3	7	nível 7	13	nível 3	6	nível 3	4		
21	-27,5 %	nível 3	Var. rel. - Prod. singular a tempo parcial (0-50%) - (*)	nível 1	7	nível 3	21	nível 3	13	nível 8	13						
19	-27,5 %	nível 3	Var. rel. - Prod. singular a tempo parcial (0-50%) - (*)	nível 1	30	nível 2	6	nível 2	16	nível 2	15	nível 3	26	nível 3	31	nível 1	13
20	-26 %	nível 3	Var. rel. - Prod. singular a tempo parcial (50-100%) - (*)	nível 1	26	nível 2	3	nível 2	18	nível 2	14	nível 3	20	nível 3	17		
2	1,123,418 N°	-	PC Pop. agrícola	nível 1	5	nível 3	6	nível 3	16	nível 3	8	nível 3	11	nível 3	24	nível 4	24
2	1,123,418 N°	-	PC Pop. agrícola	nível 1	15	nível 1	4	nível 1	12	nível 2	6	nível 2	11	nível 2	7	nível 3	11
3	375,938 N°	-	PC Prod. agrícolas singulares	nível 1	11	nível 1	3	nível 1	10	nível 3	5	nível 3	6	nível 3	8	nível 5	15
3	375,938 N°	-	PC Prod. agrícolas singulares	nível 1	19	nível 4	5	nível 3	10	nível 2	4	nível 2	10	nível 2	4	nível 4	8
11	63,488 N°	-	PC Prod. singulares a tempo completo	nível 1	11	nível 1	3	nível 1	10	nível 3	4	nível 3	7	nível 3	4	nível 2	22
7	30,953 N°	-	PC Prod. singulares a tempo completo	nível 1	19	nível 4	5	nível 3	10	nível 2	5	nível 2	5	nível 2	20	nível 1	12
8	60,8 %	nível 2	QL Prod. singular - inst. básica	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
8	60,8 %	nível 2	QL Prod. singular - inst. básica	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
9	2,2 %	nível 2	QL Prod. singular - inst. secundária	nível 1	11	nível 1	3	nível 1	10	nível 3	5	nível 3	6	nível 3	8	nível 5	15
9	2,2 %	nível 2	QL Prod. singular - inst. secundária	nível 1	11	nível 1	3	nível 1	10	nível 3	5	nível 3	6	nível 3	8	nível 5	15
10	2,6 %	nível 3	QL Prod. singular - inst. superior	nível 1	11	nível 1	3	nível 1	10	nível 3	5	nível 3	6	nível 3	8	nível 5	15
10	2,6 %	nível 3	QL Prod. singular - inst. superior	nível 1	11	nível 1	3	nível 1	10	nível 3	5	nível 3	6	nível 3	8	nível 5	15
5	7,9 %	nível 4	QL Prod. singulares 25 a 40 anos	nível 1	19	nível 4	5	nível 3	10	nível 2	5	nível 2	5	nível 4	20	nível 1	7
5	7,9 %	nível 4	QL Prod. singulares 25 a 40 anos	nível 1	19	nível 4	5	nível 3	10	nível 2	5	nível 2	5	nível 4	20	nível 1	7
4	65,85 %	nível 5	QL Prod. singulares 55 e mais anos	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
14	16,9 %	nível 3	QL Prod. singular a tempo completo	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
14	16,9 %	nível 3	QL Prod. singular a tempo completo	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
12	48,7 %	nível 5	QL Prod. singular a tempo parcial (0-50%)	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
12	48,7 %	nível 5	QL Prod. singular a tempo parcial (0-50%)	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
13	34,4 %	nível 4	QL Prod. singular a tempo parcial (50-100%)	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
13	34,4 %	nível 4	QL Prod. singular a tempo parcial (50-100%)	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
15	27,7 %	nível 4	QL Prod. singular - activ. ext. remunerada principal	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
15	27,7 %	nível 4	QL Prod. singular - activ. ext. remunerada principal	nível 1	11	nível 3	3	nível 3	7	nível 3	4	nível 3	6	nível 3	17	nível 4	7
16	1,9 %	nível 2	QL Prod. singular - activ. ext. remunerada secundária	nível 1	12	nível 3	6	nível 3	4	nível 3	4	nível 3	7	nível 3	6	nível 6	5

Legenda:

PC: Peso no Contínua
QL: Quociente de localização

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

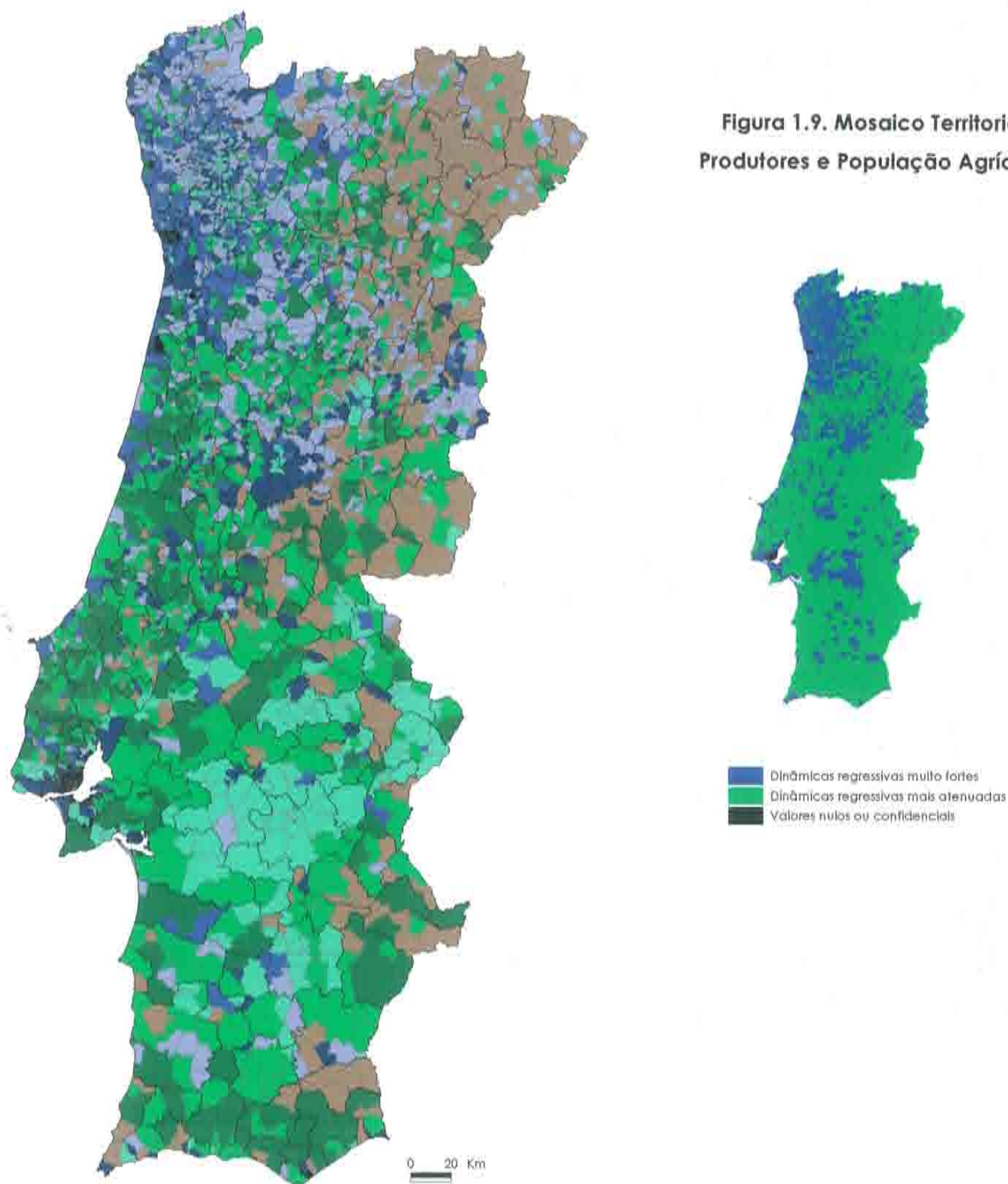
A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nos indicadores de variação (*) esta mancha simboliza a classe onde está incluído o zero, as classes a azul são negativas e a vermelha positivas

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

**Figura 1.9. Mosaico Territorial
Produtores e População Agrícola**



- Num contexto de forte regressão das actividades agrícolas, resistem os produtores idosos
- Num contexto de regressão das actividades agrícolas, resistem os produtores agrícolas a tempo completo
- Num contexto de regressão das actividades agrícolas, resistem os produtores agrícolas a tempo parcial
- Num contexto ligeiramente regressivo, a população agrícola continua a ter uma forte representatividade na população residente
- Razoável representatividade, em termos locais e nacionais, dos produtores e da população agrícola
- Forte representatividade de produtores e de população agrícola, com produtores mais jovens e a tempo completo
- Num contexto de fraca densidade de população agrícola, evidenciam-se os produtores com instrução média e superior
- Valores nulos ou confidenciais

2.3. Processos de reestruturação industrial e terciarização

1.3.1. Enquadramento

As tendências territoriais na localização do emprego nas décadas de oitenta e noventa vão apresentar muitas características semelhantes às lógicas locativas residenciais. Também neste caso, destacam-se os processos desenvolvidos nas áreas urbanas extensas. Os territórios das actividades económicas não vão ser ainda mais restritivos e contidos territorialmente que os espaços da residência. Assim, os processos de *suburbanização* não são especificamente residenciais, afectando também as actividades. Podem enunciar-se algumas das razões que contribuíram para a *suburbanização* da indústria, do comércio e dos serviços:

- os custos de instalação inferiores e a disponibilidade de terrenos para actividades mais exigentes nas periferias concorrem com as áreas centrais da cidade, mais caras e com espaços mais contidos;

- a possibilidade de usufruir nas áreas periféricas de acessos fáceis às principais redes de infra-estruturas viárias contrastam com as dificuldades de acesso aos centros das cidades;

- o desenvolvimento de novos modelos de comércio e de lazer, baseados na utilização do automóvel e fortemente consumidores de solo, favorecem as periferias em detrimento das áreas centrais;

- a *suburbanização* da residência contribui para a difusão do pequeno comércio e dos serviços de proximidade nas áreas residenciais periféricas;

- as limitações de carácter urbanístico e ambiental favorecem a *periferização* de algumas actividades em prejuízo novamente do centro;

- as actividades menos qualificadas e com menores capacidades de suportar os custos da centralidade são expulsas para as periferias.

Em termos sectoriais, a indústria está afastar-se das grandes cidades, mas em simultâneo procura não se distanciar muito do ambiente metropolitano. No sector terciário, em toda a Europa está a sentir-se um processo intenso de terciarização, que segue os processos de *suburbanização* residencial. Por outro lado, os serviços às empresas e a localização das sedes sociais primeiro procuraram o centro das grandes cidades, mas ultimamente têm vindo a optar por uma localização periférica (por exemplo, a sede do Banco Comercial Português, no Porto).

Assim, na *velha* e na *nova cidade* as actividades nascem e morrem, outras mudam ou voltam, criando uma *turbulência* urbana muito activa. As regiões urbanas são os espaços da reestruturação industrial e comercial e da emergência de novas actividades e serviços. A diversidade urbana está expressa nas actividades e no emprego: das grandes empresas às pequenas; das grandes superfícies de distribuição ao pequeno comércio e aos serviços de proximidade; das velhas actividades às actividades inovadoras; dos empregos qualificados às estruturas pouco exigentes. Temos uma heterogeneidade de actividades e de empregos nas regiões urbanas que descreve lógicas locativas sedimentadas ao longo da história. A fragmentação coabita e alimenta-se da "turbulência", através da criação e destruição de estabelecimentos e empregos (Sassen, 2000). Esta "turbulência" não é específica das grandes áreas urbanas, pois verifica-se em todas as cidades, mas é aí que ela tem uma maior dimensão.

2.3.2. Apresentação global dos processos em curso no Continente português

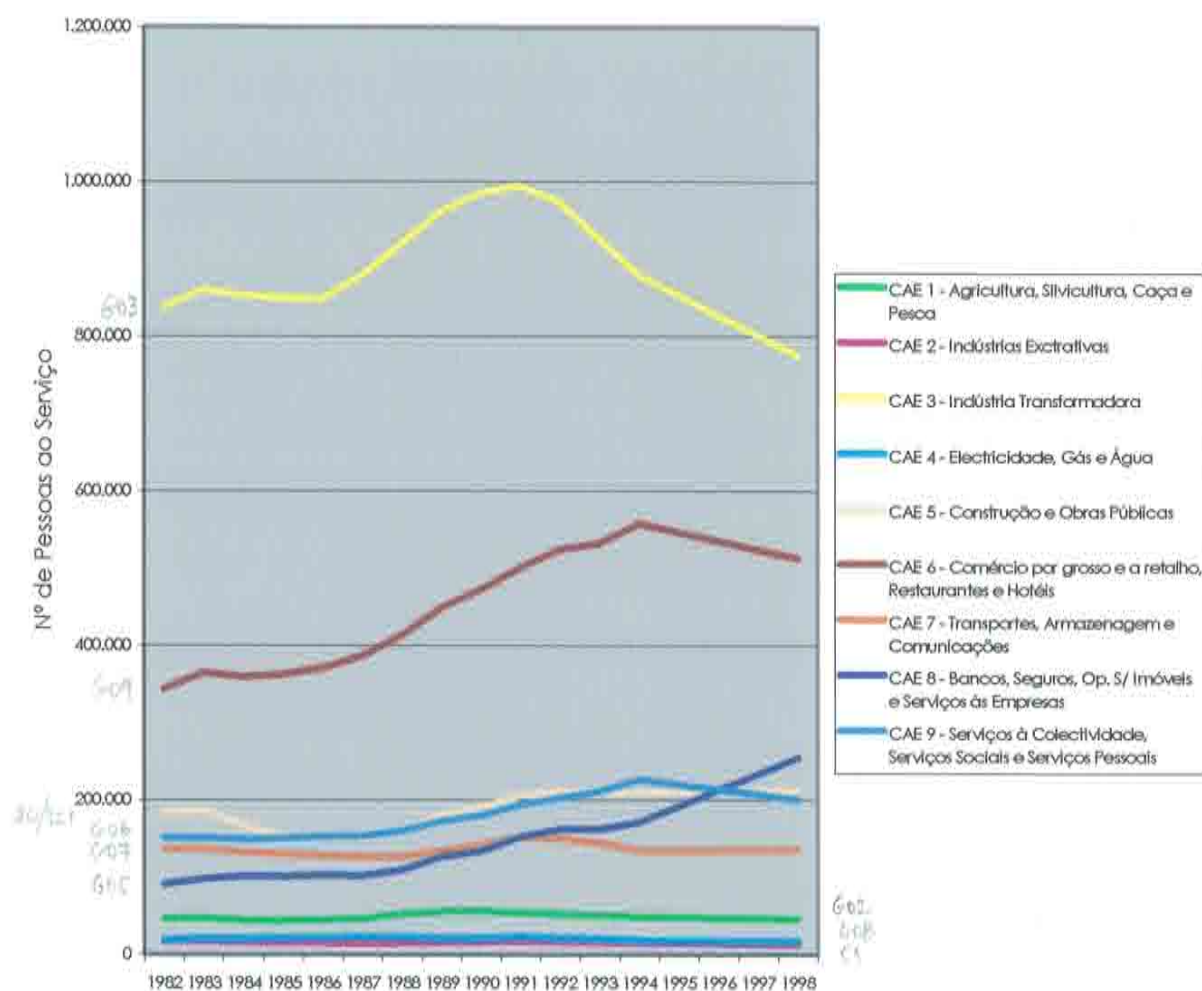
Na última década, Portugal sentiu uma reestruturação das actividades económicas muito significativa. A variação do emprego estrutural **entre 1982 e 1998**⁵⁶ resultou num saldo positivo de cerca de 340 mil empregados, (gráfico 1.8). Em termos sectoriais registaram-se importantes alterações: a indústria transformadora sobe até 1991 e depois perde abruptamente emprego (entre 1991 e 1998, mais de 200 mil empregos), enquanto que o comércio a retalho e por grosso, a restauração e os alojamentos sobem continuamente, criando cerca de 170 mil empregos entre 1982 e 1998. Outro importante sector é constituído pelos serviços financeiros, os seguros e os serviços às empresas, que no seu conjunto aumentam 164 mil empregos em 16 anos. No mesmo período, os serviços à colectividade e os serviços sociais e pessoais aumentam 49 mil postos de trabalho.

O aumento do emprego no terciário nos anos setenta e oitenta justificou-se pela construção de um Estado Social mais forte⁵⁷ nas áreas da educação, saúde e segurança social. Nos anos oitenta e noventa aumentaram também os serviços de natureza privada, aos particulares, às empresas e às instituições. No entanto, enquanto que a terciarização está longe de atingir os níveis europeus, o emprego na agricultura e na indústria ultrapassa a média da União Europeia.

⁵⁶ Dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

⁵⁷ O Estado Providência não alcançou em Portugal a importância que teve em outros países europeus.

**GRÁFICO 1.8. Evolução do Emprego Estrutural
- entre 1982 e 1998 - por actividades económicas**



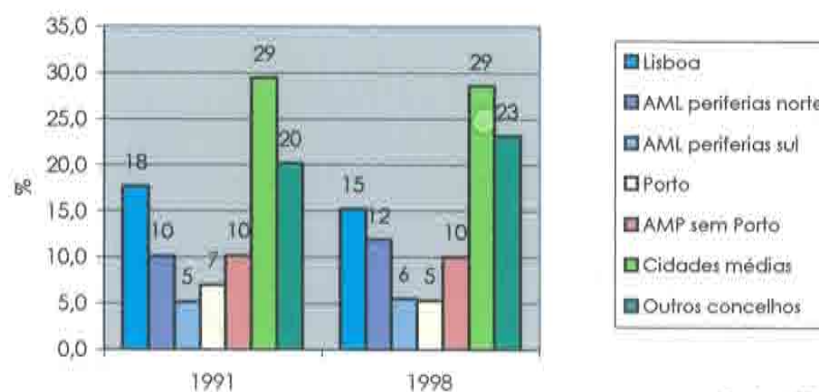
Fonte: Quadros de Pessoal, MTS.

Concluindo, os processos de desindustrialização e de terciarização do emprego foram evidentes e em 16 anos o mapa das actividades e do emprego pode ter-se alterado significativamente.

a) Turbulências metropolitanas

A primeira premissa de pesquisa orienta-se para a necessidade de observar os processos em curso nas áreas metropolitanas e nos espaços periféricos. O que está a acontecer às actividades e aos empregos existentes no centro das metrópoles? Que mudanças se estão a operar nas periferias? O que está a acontecer às cidades médias e aos restantes concelhos?

GRÁFICO 1.9. Estrutura geográfica dos trabalhadores por conta de outrem (TPCO)
- Peso relativo no Continente - em 1991 e 1998



Fonte: MTS.

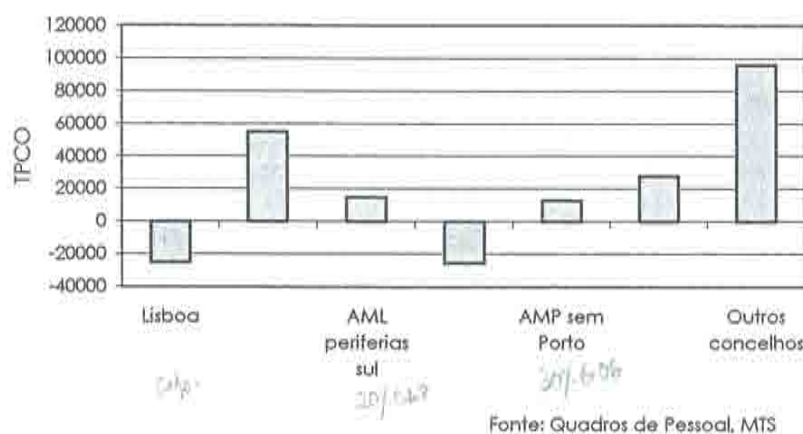
A estrutura geral do emprego alterou-se só um pouco na última década: nos concelhos das áreas metropolitanas (em 2001) estavam empregados 48% do total do Continente (em 1991 eram 50%); nos concelhos das cidades médias 29% (em 1991 era o mesmo valor); nos restantes concelhos cerca de 23% (em 1991 eram 20%). No entanto, as mudanças que afectaram internamente os espaços metropolitanos foram muito significativas⁵⁸. Comparando a estrutura territorial do emprego entre 1991 e 1998 verificamos que em termos globais a estrutura do emprego não se alterou significativamente. A metrópole de Lisboa, embora tenha perdido emprego, continua a ser um grande centro de emprego nacional, somando conjuntamente com os concelhos periféricos um terço do emprego total. O Porto e as suas periferias valem

⁵⁸ Lisboa perdeu importância relativa, mas as suas periferias aumentaram numa proporção semelhante mas inversa. Em 1998, Lisboa é ainda claramente um grande centro de emprego; o Porto perdeu peso, mas as suas periferias não conseguiram contrabalançar as suas perdas, pois mantiveram-se estabilizadas. O Porto é um terço de Lisboa; os concelhos das cidades médias mantiveram a mesma importância relativa, enquanto que os concelhos restantes foram ganhadores.

menos de metade da AML. O reforço do emprego nos concelhos da rede complementar pode demonstrar um maior dinamismo endógeno ou a re-localização de algumas actividades.

Comparando a estrutura regional do emprego com a residencial, verificamos que as actividades são mais selectivas e restritivas nas lógicas locativas. Nas duas áreas metropolitanas residem 40% da população do Continente mas concentra-se 48% do emprego. Nos concelhos da rede complementar reside um terço da população, mas localiza-se só 23% dos empregos⁹⁹.

GRÁFICO 1.10. Variação absoluta dos trabalhadores por conta de outrem, entre 1991 e 1998



Em termos absolutos, são evidentes a dimensão das perdas dos centros das metrópoles e os ganhos nos espaços periféricos (sobretudo na AML – periferias norte). Os ganhos nos concelhos da rede complementar realçam-se claramente.

⁹⁹ Quando estiver disponível informação sobre o emprego total no Recenseamento Geral da População de 2001 esta constatação poderá ser confirmada, ou não.

Algumas conclusões:

- Os processos em curso estão a determinar uma perda de emprego do centro das metrópoles a favor dos espaços periféricos.
- O balanço global nas áreas metropolitanas é ligeiramente negativo para a AMP, porque o Porto perde mais do que as periferias conseguem ganhar; para a AML o balanço é nulo, já que Lisboa perde muito mas as periferias ganham proporcionalmente. Os concelhos das cidades médias mantiveram o seu posicionamento nacional, mas os concelhos da rede complementar ganharam importância relativa (em termos absolutos é aqui que o ganho é superior).
- Assim, os processos de *desurbanização* dos centros das metrópoles, referidos relativamente à perda da função residencial, são acompanhados pela saída das actividades e, implicitamente, do emprego. Por outro lado, a *suburbanização residencial* é acompanhada pela descentralização das actividades e do emprego em direcção aos espaços periféricos.
- Os territórios das actividades e do emprego são mais selectivos do que os espaços residenciais, por isso têm uma estrutura regional mais concentrada nas áreas metropolitanas do que a população residente.

b) Níveis de instrução da população empregada

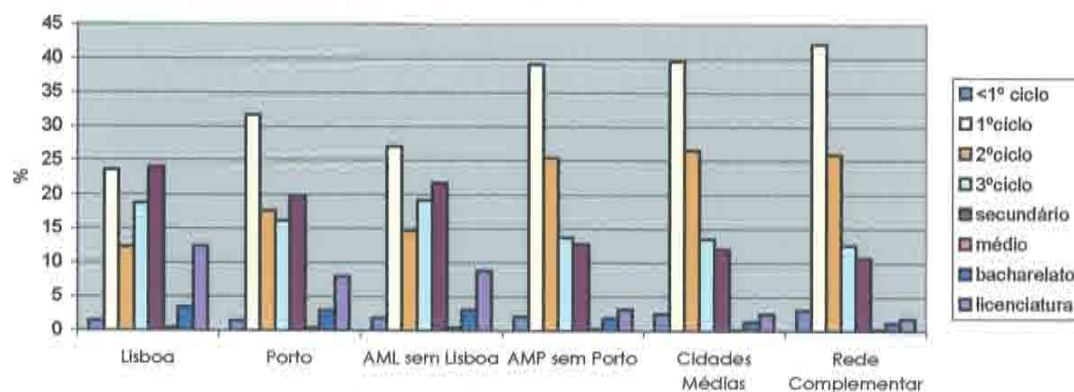
A segunda premissa prende-se com os níveis de instrução do emprego estrutural. Qual é a situação global em termos territoriais? Que mudanças mais significativas se estão a operar?

As estruturas dos níveis de instrução são bons indicadores do perfil de emprego dos diferentes territórios. Lisboa (concelho) apresenta claramente o perfil mais qualificado, sobretudo visível na percentagem de licenciados. As periferias de Lisboa apresentam uma estrutura globalmente mais favorável do que o próprio concelho do Porto. Nas periferias do Porto, cidades médias e concelhos da rede complementar a estrutura do emprego existente favorece os níveis de instrução mais baixos.

Na década de noventa houve uma qualificação global relativa dos níveis de instrução do pessoal ao serviço nas empresas. Os centros das metrópoles qualificaram-se, sobretudo pela inserção de trabalhadores com níveis de instrução superiores. Nas periferias metropolitanas a qualificação também teve uma grande expressão, mas são as instruções intermédias que sobem mais em termos relativos. Claramente, o processo

de qualificação foi, em termos relativos, muito mais intenso nas áreas metropolitanas do que no resto do país.

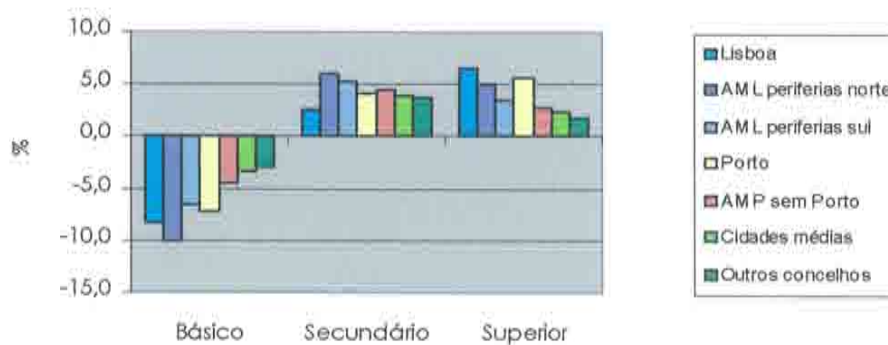
GRÁFICO 1.11. Níveis de instrução dos trabalhadores por conta de outrem (%), 1998



Fonte: Quadros de Pessoal, MTS.

Em termos absolutos, é o pessoal com menores instruções que se evidencia: nos centros das metrópoles pela dimensão das perdas e nos concelhos da rede complementar pelos ganhos.

GRÁFICO 1.12. Variação da estrutura relativa de TPCO de 1998 e de 1991, por níveis de instrução.



Fonte: Quadros de Pessoal do MTS, 1991 e 1998.

Nota: Trata-se da subtração da estrutura (%) de 1998 menos a estrutura (%) de 1991.

Algumas conclusões:

- Os centros das metrópoles estão a ser mais selectivos no que se refere à evolução de actividades e empregos: perderam muito emprego desqualificado (níveis de instrução baixos) e ganharam emprego mais qualificado (níveis de instrução altos).
- As periferias estão a sentir também um processo de qualificação, mas os níveis de instrução intermédios ganham mais que os altos. Na AML os processos de qualificação são mais intensos nas periferias a norte do Tejo.

c) Estrutura sectorial de actividades⁶⁰

A terceira premissa prende-se com as lógicas das actividades. Qual é a situação global em termos territoriais? Que actividades estão a abandonar os centros das grandes cidades e quais estão a aparecer? Que actividades estão a emergir nas periferias urbanas e nos pequenos centros?

Na década de noventa, o processo de desindustrialização é notório e a terciarização da estrutura económica também. Relativamente à indústria transformadora, os concelhos da rede complementar conseguem ainda ter um balanço minimamente positivo, mas as restantes áreas perdem muito.

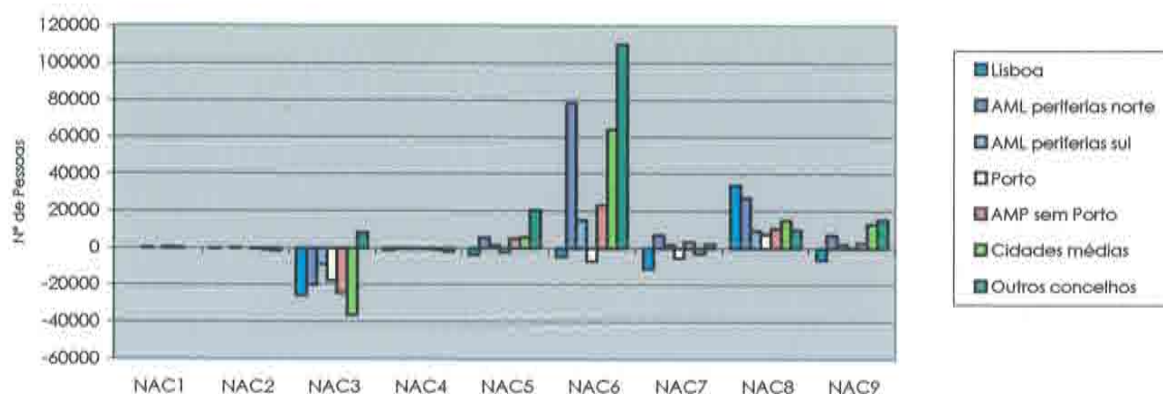
O comércio por grosso e a retalho, os restaurantes e os hotéis foram as actividades que mais aumentaram. Este fenómeno é evidente na AML – periferia norte, nas cidades médias e nos restantes concelhos da rede complementar. A terciarização do território faz-se claramente através destas actividades. Os serviços às empresas e os bancos, seguros e serviços imobiliários aumentam sobretudo em Lisboa e também na AML – periferia norte, não tendo grande expressão quantitativa nas restantes áreas.

Os serviços à colectividade, sociais e pessoais sobem sobretudo em termos absolutos nos concelhos das cidades médias e nos concelhos da rede complementar.

Os centros metropolitanos, Porto e Lisboa, perdem ainda na indústria (muito), na construção, no comércio e nos transportes, e Lisboa ainda nos serviços às colectividades e sociais.

⁶⁰ NAC1- Agricultura, silvicultura, caça e pesca; NAC2 – Indústrias extractivas; NAC3 – Indústrias transformadoras; NAC4 – Electricidade, Gás e Água; NAC5 – Construção e obras públicas; NAC6 – Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis; NAC7 – Transportes, armazenagem e comunicações; NAC8 – Bancos, seguros, op. s/ imóveis e serviços às empresas; NAC9 – Serviços à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais.

GRÁFICO 1.13. Variação absoluta dos trabalhadores por conta de outrem (TPCO), por ramo de actividade, entre 1991 e 1998



Fonte: MTS

Algumas conclusões:

- O processo de desindustrialização é acentuado e a terciarização das actividades é realçada sobretudo através do avanço vertiginoso do comércio, restauração e hotéis e, um pouco, dos serviços às empresas, bancos e seguros.
- Os centros metropolitanos ganham sobretudo nos serviços às empresas, bancos e seguros. Nas áreas periféricas realça-se a AML-periferia norte pelos acréscimos de emprego registados, demonstrando, aparentemente, uma forte atractividade para a localização terciária.
- O comércio, a restauração e os hotéis aumentaram vertiginosamente em algumas periferias metropolitanas, nas cidades médias e na rede complementar. É o grande criador de emprego da década de noventa.

2.3.3. Mosaico territorial do Emprego na Indústria e Serviços

Depois deste enquadramento sintético, é oportuno analisar o padrão de localização do emprego por freguesia, de forma a termos um retrato mais exacto da morfologia das actividades e dos empregos (figura 1.10).

Em primeiro lugar, é de evidenciar uma estrutura territorial em três classes: uma área de alta densidade de emprego e variações significativas; uma outra, razoavelmente extensa e despedaçada por todo o interior do Continente (marcando as freguesias

centrais dos diferentes centros urbanos), de densidade e dinâmicas intermédias; por fim, uma mancha de grande fragilidade, com pequena disponibilidade e densidade de emprego.

Uma análise mais aprofundada permite descrever com maior precisão a diversidade de actividades, de níveis de instrução e de dinâmicas.

No território do Continente português evidencia-se novamente uma vasta área em torno do Porto⁶¹, mais fragmentada que a mancha da população, com densidades e volumes de emprego diversificados, formando uma *bacia de emprego* que vai de Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Penafiel, Porto até Oliveira de Azeméis. Nesta mancha de emprego (industrial e de serviços) destaca-se uma coroa metropolitana com uma morfologia mais contínua e mais densa, onde estão o Porto e algumas freguesias dos concelhos contíguos. O pequeno centro metropolitano é caracterizado por elevadas densidades de emprego terciário (comércio a retalho, serviços pessoais e serviços às empresas), níveis mais altos de instrução na população empregada e dinâmicas positivas no pessoal ao serviço mais instruído. Na extensa coroa metropolitana o emprego na indústria sobe, os níveis de instrução descem claramente e as dinâmicas continuam a favorecer os níveis de instrução inferiores. Nesta aglomeração urbana podemos identificar três classes ou manchas, mais ou menos contínuas ou relativamente estilhaçadas territorialmente.

Na Área Metropolitana de Lisboa⁶² a mancha é mais intensa e estende-se de Lisboa a Cascais, realçando-se ainda Seixal, Barreiro e Setúbal. O volume ou intensidade de emprego são muito superiores à mancha anterior, tratando-se de uma área mais restrita ainda que muito mais densa e muito mais qualificada no seu conjunto. Na década de noventa atraiu mais recursos humanos e criou mais empregos qualificados, sobretudo no terciário, reorganizando a estrutura produtiva urbana e, possivelmente, desencadeando processos residenciais diferenciados. Nesta aglomeração urbana consegue-se individualizar uma mancha central (Lisboa, Oeiras, Odivelas e Cascais,

⁶¹ No Porto os processos de industrialização são vocacionados para os sectores tradicionais e com um perfil de localização claramente difuso. Os processos de *reindustrialização* e *relocalização* industrial do Porto favoreceram sobretudo Vila Nova de Gaia e Matosinhos, numa primeira fase, para mais tarde preferirem a Maia (que apostou numa forte oferta de zonas industriais) e concelhos mais periféricos (Trofa, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Braga, Sta Maria da Feira, ...).

⁶² O processo de industrialização do País nos anos 60 desenvolveu-se a partir das indústrias pesadas e alguns segmentos da engenharia mecânica, especialmente a indústria automóvel e as indústrias eléctricas. A margem sul de Lisboa foi a principal área acolhedora deste processo de industrialização. Pelo contrário, os processos de *reindustrialização* vão depois privilegiar o sector norte da metrópole (Sintra, Loures, Vale do Tejo – Azambuja, Carregado e Porto Alto). Sentiu-se um processo de dispersão industrial e de *relocalização* das empresas localizadas em Lisboa e a proliferação de pequenas e médias indústrias com um perfil sectorial claramente diferente. Mais tarde, os processos de terciarização vão privilegiar preferencialmente Cascais e Oeiras, com maior impacto para este último município.

sobretudo) mais qualificada e densa, e uma outra externa, menos densa e com emprego menos qualificado (Vila Franca de Xira, Benavente e Sesimbra, designadamente). Neste tecido também emergem algumas áreas em Sintra, Palmela, Setúbal, Seixal e Loures. A norte desta aglomeração aparece uma área de transição com razoáveis densidades de emprego, sobretudo terciário e com níveis de instrução relativamente baixos (parte de Sintra e Loures).

Entre Lisboa e o Porto salientam-se em termos de volume de emprego algumas áreas: Aveiro, Águeda e Ílhavo e, mais a sul, o núcleo de Leiria-Marinha Grande. No Algarve uma estreita faixa litoral também emerge, acompanhando a linearidade da distribuição residencial.

Para além destas manchas, pontualmente e de uma forma descontínua aparecem umas pequenas "ilhas", representando o centro de algumas cidades, a localização de áreas industriais ou a concentração de algumas grandes empresas. Assim, vão aparecendo alguns "estilhaços" que quebram uma extensa mancha pouco povoada de actividades e empregos industriais ou terciárias.

Esse vasto território caracteriza-se pela baixa densidade de emprego e por um mercado de emprego escasso e relativamente desqualificado. Neste contexto, o comércio e os serviços de proximidade constituem as principais oportunidades de emprego. O Minho-Lima, o Norte Interior e parte da Região Centro são as áreas mais desfavorecidas no mosaico do emprego. O Alentejo e, sobretudo, o Centro mostram um mesclado de situações de emprego mais favoráveis, evidenciando níveis de terciarização significativos.

Quadro Síntese 1.10. Emprego na Indústria e Serviços

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6	
				Modalidad ades	Valor-teste	Modalidad ades	Valor-teste	Modalidad ades	Valor-teste	Modalidad ades	Valor-teste	Modalidad ades	Valor-teste	Modalidad ades	Valor-teste
30	324.619 N°	-	PC Emprego café e comércio a retalho	nível 2	6	nível 2	28	nível 3	38	nível 2	10	nível 4	17	nível 4	17
30	324.619 N°	-	PC Emprego café e comércio a retalho	nível 1	34	nível 2	43	nível 3	19	nível 3	24	nível 4	8	nível 3	8
28	724.301 N°	-	PC Emprego Ind. transformadora	nível 1	32	nível 2	28	nível 3	25	nível 2	13	nível 3	15	nível 3	15
32	543.942 N°	-	PC Emprego nos serviços	nível 1	30	nível 1	35	nível 2	33	nível 2	26	nível 4	12	nível 4	12
32	543.942 N°	-	PC Emprego nos serviços	nível 1	30	nível 1	35	nível 2	33	nível 2	26	nível 4	17	nível 4	17
22	1.592.862 N°	-	PC Emprego total	nível 1	16	nível 1	27	nível 2	18	nível 4	21	nível 3	10	nível 3	10
22	1.592.862 N°	-	PC Emprego total	nível 1	28	nível 1	5	nível 2	16	nível 3	15	nível 2	6	nível 3	6
25	4,6 %	nível 3	PC Emprego nas empresas com mais de 200 trab.	nível 1	16	nível 1	27	nível 2	18	nível 4	21	nível 3	12	nível 3	12
25	4,6 %	nível 3	Nº médio de pessoas ao serviço	nível 1	21	nível 1	28	nível 2	16	nível 3	15	nível 2	13	nível 3	13
23	17,9 %	nível 1	Nº médio de pessoas ao serviço	nível 1	9	nível 1	12	nível 2	7	nível 3	6	nível 2	4	nível 3	4
27	8,1 %	nível 1	Densidade de emprego	nível 1	24	nível 1	9	nível 2	7	nível 3	6	nível 2	13	nível 3	13
26	9,8 %	nível 1	Densidade de emprego industrial	nível 1	26	nível 1	9	nível 2	7	nível 3	6	nível 2	6	nível 3	6
33	34,1 %	nível 5	Densidade de emprego terciário	nível 1	26	nível 1	9	nível 2	7	nível 3	6	nível 2	4	nível 3	4
33	34,1 %	nível 5	QL Emprego Terciário (s/ café e com. Retalho)	nível 1	31	nível 2	11	nível 4	11	nível 3	26	nível 5	10	nível 5	10
31	20,4 %	nível 3	QL Emprego Comércio a retalho e cafés	nível 1	47	nível 2	18	nível 5	9	nível 3	22	nível 4	6	nível 4	6
31	20,4 %	nível 3	QL Emprego Comércio a retalho e cafés	nível 1	31	nível 2	11	nível 4	11	nível 3	26	nível 5	6	nível 5	6
29	45,5 %	nível 4	QL Emprego Indústria transformadora	nível 1	31	nível 2	11	nível 4	11	nível 3	26	nível 5	4	nível 4	4
29	45,5 %	nível 4	QL Emprego Indústria transformadora	nível 1	47	nível 2	18	nível 5	9	nível 3	22	nível 4	4	nível 4	4
34	41,3 %	nível 5	QL Emprego feminino	nível 1	31	nível 2	11	nível 4	11	nível 3	26	nível 5	10	nível 5	10
34	41,3 %	nível 5	QL Emprego feminino	nível 1	47	nível 2	18	nível 5	9	nível 3	22	nível 4	6	nível 4	6
36	41,1 %	nível 4	QL TCO com instituição inferior	nível 1	31	nível 2	11	nível 4	11	nível 3	26	nível 5	6	nível 5	6
36	41,1 %	nível 4	QL TCO com instituição inferior	nível 1	47	nível 2	18	nível 5	9	nível 3	22	nível 4	6	nível 4	6
35	23,3 %	nível 5	QL TCO com instituição superior	nível 1	31	nível 2	11	nível 4	11	nível 3	26	nível 5	9	nível 5	9
35	23,3 %	nível 5	QL TCO com instituição superior	nível 1	47	nível 2	18	nível 5	9	nível 3	22	nível 4	7	nível 5	7
37	328.929 N°	-	Var. abs. TCO - (*)	nível 1	45	nível 2	40	nível 3	20	nível 3	18	nível 5	15	nível 5	15
37	328.929 N°	-	Var. abs. TCO - (*)	nível 1	45	nível 2	40	nível 3	20	nível 3	18	nível 5	15	nível 5	15
38	105.050 N°	-	Var. abs. TCO instr. superior - (*)	nível 1	45	nível 2	40	nível 3	20	nível 3	18	nível 5	15	nível 5	15
38	105.050 N°	-	Var. abs. TCO instr. superior - (*)	nível 1	45	nível 2	40	nível 3	20	nível 3	18	nível 5	15	nível 5	15

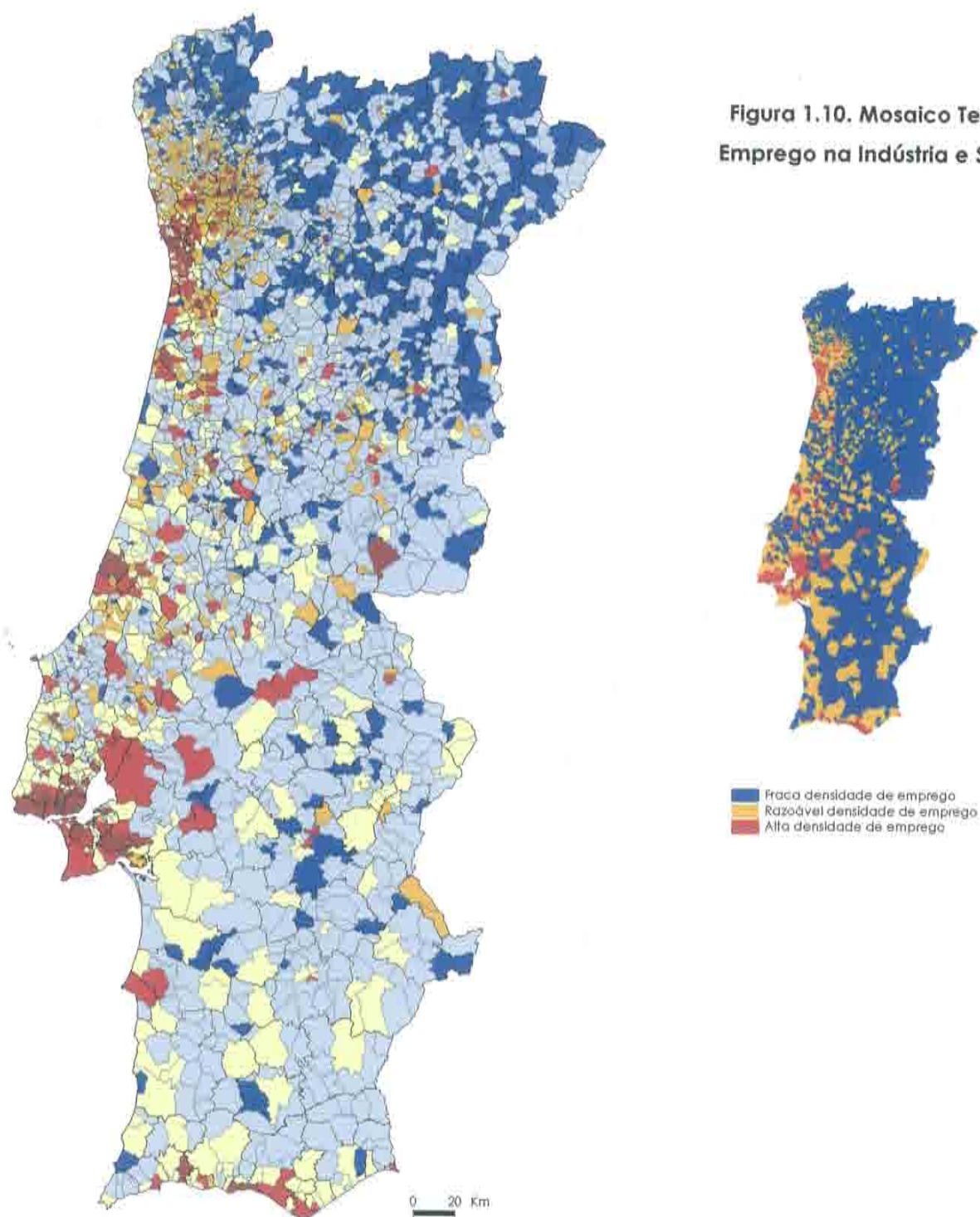
Legenda:

PC	Peso no Contínente
QL	Quociente de localização
nº	Sem informação
nível 1	Classe mais alta
nível 2	Nos indicadores de variação (*) esta mancha simboliza a classe onde está incluído o zero, as classes a azul são negativas e a vermelho positivas
nível 3	A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2
nível 4	A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

**Figura 1.10. Mosaico Territorial
Emprego na Indústria e Serviços**



- Baixa densidade de emprego num contexto de mercado de emprego muito desqualificado
- Baixa densidade de emprego num contexto de mercado de emprego desqualificado
- Razoável densidade de emprego associa-se a terciário e a níveis de instrução razoavelmente baixos
- Razoável densidade de emprego na indústria associa-se a baixos níveis de instrução superior
- Alta densidade de emprego terciário associa-se a algum dinamismo e a níveis de instrução razoavelmente baixos
- Elevada densidade de emprego na terciário associa-se a um forte dinamismo e a níveis de instrução superiores.

Algumas conclusões:

- As tendências no emprego acompanham em linhas gerais as lógicas territoriais identificadas para a população. No entanto, os territórios do emprego são aparentemente mais restritivos e territorialmente mais contidos do que os espaços residenciais.
- Os processos de desenvolvimento estão fortemente concentrados em duas grandes *aglomerações ou regiões de emprego* e numa pequenas "ilhas" dispersas pelo território do Continente português.
- A *aglomeração de emprego do Porto* é mais descontínua e fragmentada, apresentando uma grande heterogeneidade de tipos de actividades (domínio do terciário ou da indústria) e níveis de instrução escolar. Na sua globalidade, é menos qualificada do que Lisboa.
- A *aglomeração de emprego de Lisboa* é mais concentrada, mais homogénea e mais qualificada. Os processos de terciarização e de localização de grandes empresas foram muito activos nas últimas décadas. A diversidade interna está expressa num centro extenso mais qualificado e mais terciarizado, e uma periferia com menor densidade de emprego e menos qualificada.
- Um vasto território aparece desintegrado dos processos de criação de emprego. Trás-os-Montes e Alto Douro e o Minho-Lima evidenciam-se, neste caso, pela negativa.

2.4. À procura das sínteses globais para as Actividades e o Emprego

De forma a sintetizarmos os processos em curso e caracterizarmos a situação no final do século XX, vamos apresentar uma síntese por freguesias, representando o *Mosaico das Actividades e do Emprego*, e uma síntese para o Sistema Urbano, que procura estruturar a dimensão, as dinâmicas e as funcionalidades das áreas urbanas. Não vamos aprofundar as descrições porque as sínteses analisadas anteriormente constituem uma apresentação mais pormenorizada do que a que agora procuramos efectuar.

2.4.1. Mosaico territorial de Actividades e Emprego

A síntese global, por freguesias, dá-nos novamente a imagem de um país fragmentado (figura 1.11 - *mapa pequeno*). Uma pequenas "ilhas" (no mapa – classe a preto) evidenciam-se com a densidade terciária numa extensa área emergente (no mapa – classe a vermelho). Um vasto território foi pintado a verde, de forma a representar os espaços das pessoas que se dedicam às actividades agro-florestais.

Nessa área as pequenos "ilhas" coincidem com a concentração de emprego nos espaços urbanos. Com isto queremos retratar uma estrutura territorial em três níveis:

- uma área de alta densidade de emprego e com uma forte especialização no terciário;

- uma outra, razoavelmente extensa e distribuída por todo o interior do Continente (marcando também as freguesias centrais dos diferentes centros urbanos no interior), onde os processos de industrialização e terciarização afectaram de diferentes modos e intensidades estes territórios. A população com actividade agrícola é, regra geral, inferior a 10% da população residente (claramente inferior à classe anterior), e a densidade do emprego total sobe para valores superiores a 125 empregados por km². Perde-se em ruralidade e ganha-se em terciarização e industrialização;

- por fim, uma mancha de grande fragilidade representa a pequena oferta e a baixa densidade de emprego. Os processos de industrialização e terciarização marginalizaram estes territórios e as actividades agrícolas continuam a dominar as actividades locais. O comércio de proximidade (o pequeno comércio a retalho e os cafés) é praticamente a única actividade do terciário a aparecer. Há uma fraca representatividade no emprego do Continente, seja ele industrial ou de serviços, a densidade de emprego é baixa e as dinâmicas absolutas do emprego são muito fracas. A população com actividades agrícolas tem uma forte representatividade na população residente (em cada 100 pessoas residentes, 50 desenvolvem actividades agrícolas). A agricultura na última década teve um importante retrocesso, mas a ritmos muito variáveis.

Passemos para uma análise mais fina (figura 1.11), Trás-os-Montes e Alto Douro, o Centro interior norte e o Minho-Lima representam territórios com fracas oportunidades de emprego na indústria e nos serviços, sendo as actividades agrícolas uma ocupação fundamental para a população residente. A década de noventa não alterou o perfil pouco promissor já detectado. Os níveis baixos de instrução e a fraca densidade de emprego e de população agrícola caracterizam este rural abandonado às actividades agro-florestais.

Entre este rural abandonado e a Aglomeração de Emprego do Porto (ou o litoral) surge um rural em forte regressão, com as populações e os produtores agrícolas a diminuir claramente na última década ao mesmo tempo que os processos de industrialização ou terciarização parecem tardar. As actividades agrícolas são realizadas predominantemente por produtores com níveis de instrução baixos. As novas

perspectivas abertas com as alterações da PAC podem criar outros horizontes para estes territórios ainda razoavelmente populosos. São áreas rurais em grande perda e segundo Lima Santos (2002), com uma agricultura frágil em termos de competitividade.

Outra vasta área - Vale do Douro, área envolvente a Castelo Branco, Ílhavo/Cantanhede/Montemor o Velho, algumas áreas em Lisboa e Vale do Tejo, grande parte do Alentejo e algum Algarve - apresenta um perfil fortemente vocacionado para as actividades agrícolas, representando o rural agrícola ou os campos vivos (no mapa - classes a verde). Quanto mais escura é a classe a verde, maior é a importância nacional da população e dos produtores agrícolas locais.

No Alentejo e em outras áreas interiores, a terciarização urbana parece acompanhar a agricultura num contexto de fraca densidade. Segundo Lima Santos (2002), trata-se de uma rural frágil (pouco povoado) e de uma agricultura competitiva. O facto de os centros urbanos se destacarem das respectivas envolventes agrícolas pode constituir um recurso fundamental para a construção de uma *urbanidade rural* (trataremos mais à frente esta questão).

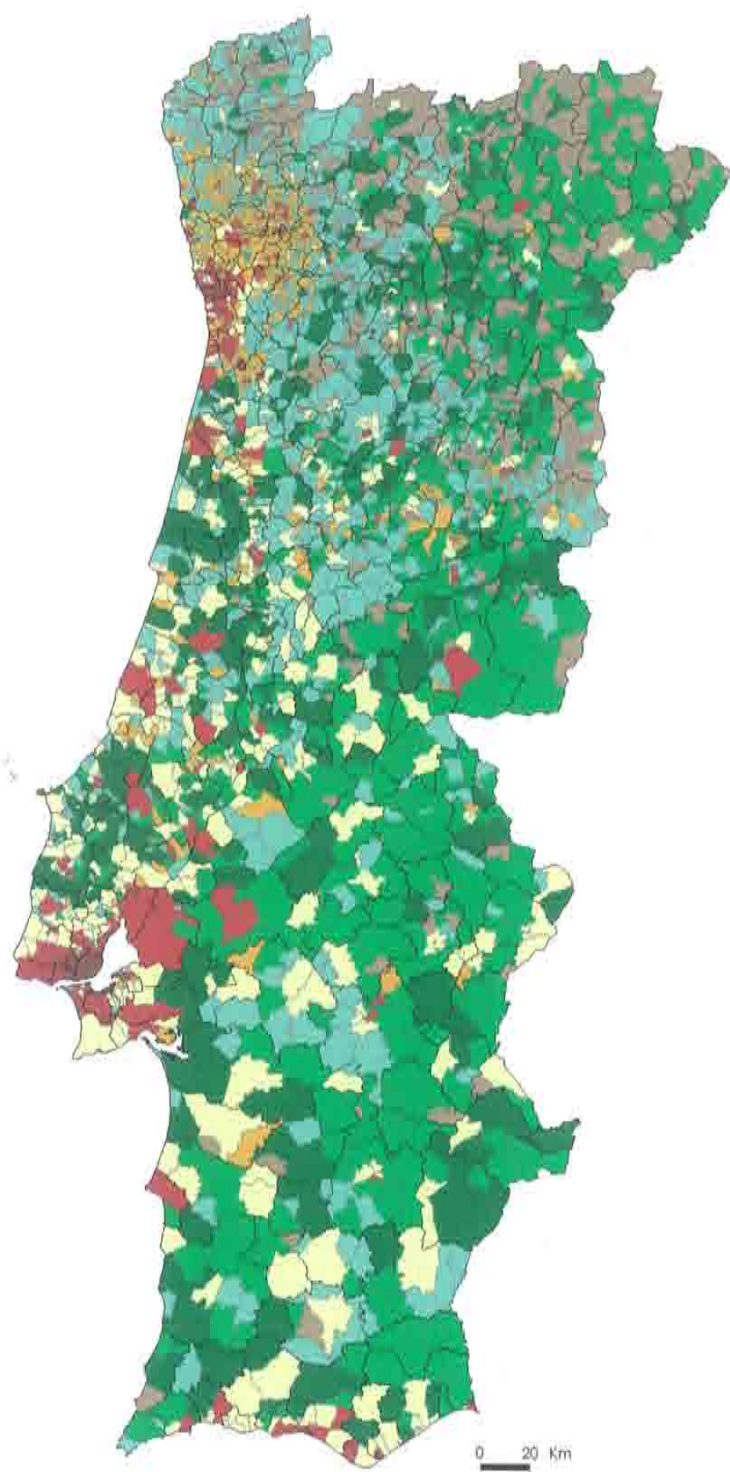
Relativamente a Trás-os-Montes e Alto Douro, o vale do Douro destaca-se num contexto em que a população residente no Nordeste, sobretudo transfronteiriço, está fortemente dependente das actividades agrícolas. O Vale do Douro caracteriza-se, segundo o trabalho de Lima Santos, por uma agricultura mais ou menos competitiva, o que dá melhores perspectivas para esta população residente.

Em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve, designadamente, poderá haver alguma colisão de interesses entre uma agricultura competitiva e os processos de urbanização e terciarização em curso. Nestas áreas, as margens brutas (MB) por exploração e/ou por superfície agrícola são significativas, justificando a actividade agrícola.

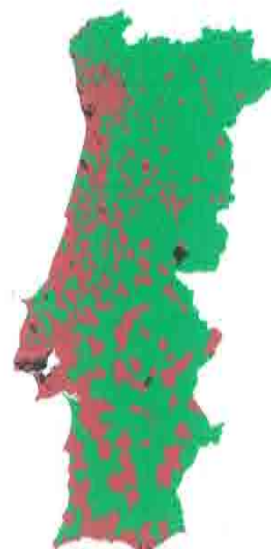
Entre as grandes *Aglomerações de Emprego do Porto e de Lisboa* existe um grande número de *estilhaços* numa envolvente mais ou menos agrícola em regressão. Esses *estilhaços* permitem assinalar as áreas urbanas mais terciarizadas e a própria dispersão das actividades comerciais, industriais e de serviços. Em termos de ordenamento territorial, devido à diversidade de funções e actividades presentes, esta área parece revelar possíveis conflitualidades nos usos dos solos.

Relativamente às duas principais *Aglomerações de Emprego*, globalmente o desenho e as características das manchas já foram descritos na síntese territorial anterior. Vamos então realçar, sobretudo, as diferenças entre Lisboa e o Porto. A mancha de

emprego que se desenvolve à volta do Porto é claramente fragmentada pelas actividades terciárias, industriais e, agora também agrícolas que mistura. A conflitualidade dos usos é claramente uma questão, central no ordenamento destes territórios difusos. Lisboa e a área envolvente aparecem em termos funcionais mais arrumadas, desenhando coroas sucessivas com diferentes características em termos de actividades e, implicitamente, de funcionalidades, e com distintas densidades de uso. Uma primeira coroa associa-se a níveis muito altos de ocupação de actividades e de emprego, nos ramos terciários; uma segunda coroa é menos densa, mistura diferentes actividades e, por isso, arrasta outros problemas em termos de ordenamento; uma terceira coroa é mais agrícola e, portanto, completamente diferenciada das anteriores.



**Figura 1.11. Mosaico Territorial
Actividades e Emprego**



■ Baixa densidade de emprego
■ Razoável densidade de emprego
■ Alta densidade de emprego

Muito poucas oportunidades de emprego num contexto em que a população residente se dedica maioritariamente às actividades agrícolas
 Poucas oportunidades de emprego num contexto em que as actividades agrícolas estão em forte regressão
 Poucas oportunidades de emprego na indústria e serviços num contexto em que as actividades agrícolas estão em regressão
 Poucas oportunidades de emprego na indústria e serviços num contexto com uma forte presença das actividades agrícolas
 Algumas oportunidades de emprego na indústria e serviços, com uma ligeira especialização no comércio e na pequena restauração
 Níveis de especialização muito altos na indústria num contexto de elevadas perdas nas actividades agrícolas
 Elevada concentração de emprego (serviços, comércio e indústria) associa-se a dinâmicas muito intensas no emprego estrutural
 Muito elevada concentração de emprego associa-se a especializações no terciário e a níveis mais altos de instrução

2.4.2. O sistema urbano visto pelas Actividades e o Emprego

As modificações registadas nos espaços urbanos nos últimos anos revelam a existência de novas relações entre actividades e lugares, entre a distribuição geográfica do trabalho e a situação das cidades ou dos centros urbanos no sistema urbano nacional. Os processos de industrialização e, mais recentemente, de terciarização implicaram ajustamentos no perfil de actividades de cada área urbana e, por consequência, nos níveis de especialização económica definidos a partir de uma análise comparativa inter-urbana. Cada área urbana é caracterizada pela sua dimensão, o leque de actividades presentes e os níveis de instrução do pessoal ao serviço nas empresas.

Assim se organiza o sistema urbano numa estrutura onde se realçam as aglomerações de Lisboa e do Porto e algumas pequenas áreas urbanas ou cidades médias (figura 1.12).

Lisboa destaca-se a nível nacional pela dimensão e pelo perfil de actividades e de pessoal ao serviço. É o grande centro de emprego estrutural, sobretudo de comércio e serviços, com pessoal ao serviço diversificado mas com um perfil de instrução superior às restantes áreas urbanas do Continente. O perfil de actividades evidencia a diversidade e a importância do emprego público. O emprego de níveis de escolaridade mais altos tem tendência para aumentar, enquanto que os menos instruídos diminuem. Aparentemente, estamos a assistir a uma difusão selectiva do emprego a partir desta área central.

À sua volta aglomera-se um diversificado número de áreas de emprego, com dimensões claramente diferentes. A diversidade é uma característica urbana e a fragmentação parece exprimir-se aqui nos distintos perfis e dimensões que o emprego adquire em cada área urbana metropolitana. A investigação fala das fragmentações mas também das diferenciações espaciais e da evolução do emprego na criação de disparidades espaciais. Mas nesta mancha a omnipresença de Lisboa é a grande evidência, transmitindo a esta grande aglomeração a força da centralidade e da polaridade do centro metropolitano. Em termos de ordenamento esta constatação pressupõe grandes problemas de mobilidade e de congestionamento.

Oeiras destaca-se pela dimensão de emprego, perfil de actividades (comércio e serviços) e dinâmicas absolutas que favorecem os mais instruídos. Cascais, Sintra, Amadora e Almada aparecem num terceiro patamar. Estas áreas concentram uma elevada percentagem de emprego na indústria, comércio e serviços e de activos na

função pública. Depois vêm Loures, Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Odívetas, Palmela, Seixal e Setúbal, associados a estruturas diversificadas e a dinâmicas fortes.

Na aglomeração de emprego em torno do Porto o panorama é claramente diferente. Em primeiro lugar, o Porto aparece mais próximo da dimensão, do perfil e das dinâmicas de Oeiras do que propriamente de Lisboa, o que significa que estamos perante um centro com uma polaridade claramente inferior. Depois surgem Vila Nova de Gaia e Matosinhos e, num patamar inferior Gondomar, Valongo e Maia. Uma das classes evidencia-se pelo emprego da indústria e está fortemente representada no Ave e parte do Sousa. É um verdadeiro aglomerado de "cogumelos" de emprego que se concentram em torno do Porto, criando uma estrutura polinucleada em termos de emprego. Os movimentos pendulares casa-trabalho são cruzados, difíceis de ordenar, mas de dimensões claramente inferiores aos de Lisboa. Em termos de redes viárias e de organização dos transportes colectivos, o modelo deve privilegiar uma matriz que favoreça a poli-conectividade e não um modelo mono-concêntrico.

Este aglomerado de emprego estende-se para norte até Braga-Barcelos e Viana do Castelo e para sul até Anadia-Oliveira do Bairro. Para oriente é mais limitado, prolongando-se até Marco de Canavezes.

A estruturar a malha entre o Porto e Lisboa aparecem a liderar a cidade de Coimbra (com um perfil semelhante ao de Braga), seguida de perto por Aveiro, Viseu, Leiria e Santarém. Depois desenvolve-se uma malha polinucleada em torno de pequenas centralidades de emprego, umas mais terciárias outras mais industriais.

Évora, Faro, Loulé, Bragança, Mirandela, Vila Real, Guarda, Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Portalegre, Beja, Lagos, Lagoa e Albufeira estruturam e sustentam um vasto território nacional.

Nos centros urbanos da rede complementar é também crucial não esquecer a componente do emprego público, designadamente na educação, na saúde e nas autarquias. Nas cidades médias e nos pequenos centros urbanos estas instituições são os grandes empregadores locais. O emprego público aparece como o último recurso nas áreas de forte despovoamento e de fraca iniciativa empresarial. As reorganizações territoriais de certos serviços colectivos (designadamente na área da saúde e do ensino) contribuíram claramente para as actuais configurações da armadura urbana. Estes empregos tiveram um papel crucial na qualificação e na diversidade dos empregos locais e na animação económica de algumas cidades médias e pequenos centros urbanos de proximidade. O sistema de cidades médias do interior reflecte em certa medida uma política de localização de instituições públicas,

que arrastam novas actividades e que têm sido essenciais na estruturação urbana das áreas interiores.

Observando o sistema de emprego das áreas urbanas interiores emerge sobretudo a fragilidade que os caracteriza. Esta questão é particularmente pertinente para Trás-os-Montes e Alto-Douro e para o Alentejo.

Quadro Síntese 1.12. Atividades e Emprego

Cod. Indicador	Valor	Classe	Contínua	Indicadores	Classe										Classe 9	
					Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8	Classe 9	Classe 10	Classe 11	Classe 12
1	1.411.220	Nº	-	Dimensão e densidade												
3	15,60	%	nível 3	PC total emprego, por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
4	0,00019	%	nível 1	Densidade de emprego, por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
6	800.571	Nº	-	Densidade de pop. agrícola, por concelho	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
6	800.571	Nº	-	PC Emprego com. e serv., por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
7	724.301	Nº	-	PC Emprego com. e serv., por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
7	724.301	Nº	-	PC Emprego Indústria Transf., por concelho	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
8	385.113	Nº	-	PC Emprego Indústria Transf., por concelho	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
9	1.123.418	Nº	-	PC Emprego público, por concelho	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
2	279.200	Nº	-	PC Pop. agrícola, por concelho	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
2	279.200	Nº	-	PC Emprego empresas >200 trab., por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
17	19,14	%	nível 6	Perfil de atividades relativamente à população residente												
17	19,14	%	nível 6	Pessoal ao serviço nas empresas p/ 100 res., por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
17	19,14	%	nível 6	Pessoal ao serviço nas empresas p/ 100 res., por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
17	19,14	%	nível 6	Pessoal ao serviço nas empresas p/ 100 res., por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
17	19,14	%	nível 6	Pessoal ao serviço nas empresas p/ 100 res., por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
16	59,5	%	nível 6	Emprego público p/ 1000 res., por concelho	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
15	11,4	%	nível 3	Pop. agrícola p/ 1000 res., por concelho	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
14	41,9	%	nível 6	Perfil de atividades e de qualificações												
10	43,27	%	nível 6	QL Emprego feminino, por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
11	36,12	%	nível 4	QL Emprego Indústria Transf., por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
12	24,9	%	nível 6	QL Emprego no Terciário, por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
5	4,8	%	nível 6	QL TCO instrução superior / Total TCO, por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
5	4,8	%	nível 6	Nº médio pessoas por estabelecimento, por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
20	273.512	Nº	-	Dimensões no emprego e nas atividades												
20	273.512	Nº	-	Var. Abs. TCO 92-97, por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
19	328.929	Nº	-	Var. Abs. TCO 92-97, por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
19	328.929	Nº	-	Var. Abs. TCO 92-97, por concelho	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
22	98.228	Nº	-	Var. Abs. TCO instr. superior 92-97, por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
21	105.050	Nº	-	Var. Abs. TCO instr. superior 92-97, por área urbana	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
23	-37,34	%	nível 4	Var. Rel. Pop. agrícola 89-99, por concelho	nível 1	nível 2	nível 3	nível 4	nível 5	nível 6	nível 7	nível 8	nível 9	nível 10	nível 11	nível 12
Áreas Urbanas incluídas em cada classe					65	73	50	44	18	17	8	2	2			

Legenda:

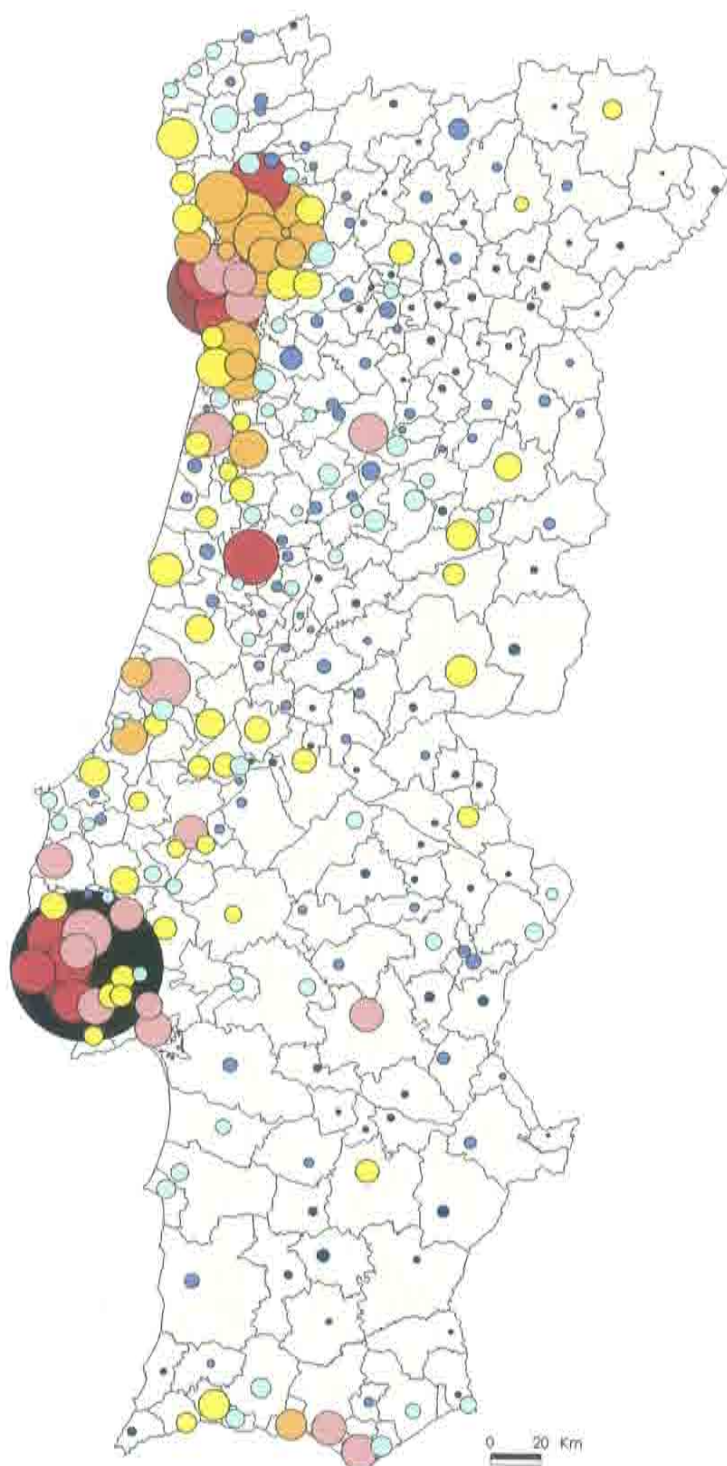
PC
Quilómetros de localização
TCO
Trabalhadores por conta de outrem

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 30% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2
A modalidade ocorre em 25 a 30% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4
Nos indicadores de variação esta mancha simboliza a classe onde está incluído o zero, as classes a azul são negativas e a vermelho positivas

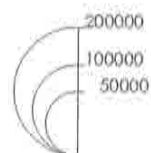
Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores



**Figura 1.12. Sistema Urbano
Actividades e Emprego**

Emprego estrutural
no concelho, 1998



- Pequenos centros de emprego, com o emprego público a evidenciar-se
- Pequenos centros de emprego, muito pouco dinâmicos
- Pequenos centros de emprego, pouco dinâmicos
- Centros de emprego de dimensão e dinâmicas razoáveis
- Grandes áreas de emprego, com especializações altas na indústria e dinâmicas razoáveis
- Grandes áreas de emprego associam-se a estruturas diversificadas e dinâmicas fortes
- Grandes concentrações de emprego associam-se a um forte dinamismo
- Porto e Oeiras associam-se na dimensão, no perfil e nas dinâmicas de emprego
- Lisboa: o grande centro de emprego nacional

Algumas conclusões estratégicas:

- Os processos de *suburbanização* ou *periferização* e de *desurbanização* afectaram a localização das actividades económicas e do emprego.
- O emprego público e as actividades agrícolas continuam a ser um suporte crucial para o mundo rural. Os centros urbanos da rede complementar têm uma massa crítica de emprego muito débil e não demonstram possuir capacidades para inverter as tendências. O pequeno comércio a retalho, pouco diversificado e de fraca atractividade, evidencia-se também nos perfis de actividades. As áreas urbanas do Vale do Douro destacam-se pela fraca expressividade das actividades e do emprego.
- As cidades médias do interior são elementos estruturadores do mundo rural pela oferta e diversidade de emprego que representam e pelo dinamismo que conseguem manter. Num território de fraca empregabilidade, são "ilhas de esperança" para os que ficaram e para aqueles que poderão vir a optar por essas áreas residenciais. No Alentejo só Évora e Beja têm expressão, na região Centro o sistema é polinucleado e em Trás-os-Montes e Alto Douro só se distinguem Bragança, Mirandela e Vila Real.
- A *Aglomeración de Emprego do Porto* destaca-se pela força empregadora que exprime, os perfis industriais que, por vezes, se evidenciam e pelas dinâmicas registadas. Neste contexto, o Porto, centro terciário, mostra alguma incapacidade em exercer o seu papel polarizador e assumir uma estrutura de actividades que se destaque claramente das restantes centralidades metropolitanas. A *suburbanização das actividades económicas*, sobretudo em torno do comércio e serviços, sentiu-se nos últimos anos particularmente em Matosinhos e Gaia.
- A *Aglomeración de Emprego do Porto* é, em termos de actividades económicas/emprego, uma estrutura difusa e estendida, confirmando afirmações já enunciadas relativamente à residência. Esta região está a estender-se e a assimilar as áreas rurais envolventes (consequência da desconcentração de actividades industriais).
- Lisboa descola da *área urbana* envolvente e de todo o território nacional pela quantidade, diversidade e qualidade de emprego que concentra. A estrutura de actividades e de emprego mantêm-se fortemente concentrada, o que reflecte a elevada densidade institucional e empresarial (pública e privada) e a capacidade de atracção/retenção de comércio e serviços, de emprego público e de actividades mais exigentes em pessoal qualificado. As dinâmicas registadas na década de noventa acentuam o perfil de excelência nacional.
- Na *Região Urbana de Lisboa*, os processos de *suburbanização das actividades económicas* são também o resultado da desconcentração de algumas actividades deslocalizadas da cidade central e da capacidade de atracção de novas actividades por parte das periferias. Oeiras evidencia-se pela dimensão, perfil de actividades e dinâmicas registadas. Cascais, Sintra, Amadora e Almada também se realçam nas áreas periféricas. Dado que a *suburbanização das actividades económicas* acompanha a *suburbanização residencial*, é de prever que uma multiplicidade de movimentos casa-trabalho criem uma teia complexa de fluxos quotidianos de raio mais curto mas mais cruzados entre si.

3. Centralidades e redes no comércio e serviços

O comércio e os serviços são por excelência as funções que determinam as centralidades urbanas. No entanto, nos últimos anos temos assistido a mudanças profundas nas estruturas de comércio e de serviços e nas formas de consumo. Como é que esta onda de consumo e de grandes superfícies de comércio veio afectar a morfologia e a estrutura funcional das áreas urbanas? De que forma se estrutura a rede de serviços de apoio ao sector agro-florestal? Onde é que estão as centralidades de comércio e serviços de excelência? Quais são os espaços marginalizados pela rede de comércio e serviços? De que forma estas funções centrais podem contribuir para uma urbanidade rural mais qualificada ou para uma competitividade urbana acrescida?

3.1. Enquadramento

Os intensos processos de urbanização em curso no território nacional estão associados a novas formas e novas funcionalidades. Os territórios urbanos apresentam características morfológicas e funcionais aliadas a esses processos de extensão, de descontinuidade, de heterogeneidade e de multipolaridade. A cidade tradicional permanece, mas em articulação com um novo espaço urbanizado com dimensões variadas. O carácter policêntrico destes novos espaços urbanos pode ser analisado pela oferta de comércio e serviços, segundo diferentes perspectivas.

Os agregados familiares multiplicam os seus movimentos no dia à dia. Os elementos da família trabalham e estudam em diferentes locais, fazem as suas compras em espaços comerciais muito diversificados e vão divertir-se em locais muito heterogéneos (preferencialmente nos parques lúdico-desportivos ou nos centros comerciais). A mobilidade facilita e contribuiu para esta dispersão de opções em função de circunstâncias, independentemente dos contextos sociais e conjugando vontades, humores e disponibilidades.

Em função das escalas urbanas, diferentes centralidades podem ser detectadas:

-as pequenas centralidades (com, ou sem, igreja ou escola, com cafés e algum comércio ou serviços) encontram-se na pequena aldeia, ao longo da estrada ou no seio do espaço urbano. Estes nós multiplicaram-se, diluíram-se e atraíram novas funcionalidades ou perderam outras. A extensão urbana arrastou a pulverização comercial e de serviços⁶³;

⁶³ Relativamente a estas pequenas centralidades, a título meramente exemplificativo podemos mencionar as áreas de serviço integradas no espaço urbano e localizadas ao longo de importantes vias de acessibilidade interna. É extraordinária a sua centralidade, a várias horas do dia, funcionando como posto de paragem para aqueles que se movimentam em direcção a casa ou ao local de trabalho, mas funcionando também como resposta a necessidades de comércio e serviços de proximidade.

- as centralidades tradicionais, onde se encontram os serviços públicos e os serviços avançados, em locais com uma forte densidade urbana, continuam nos centros da cidade consolidada. Primeiro perderam a função residencial, terciarizaram-se mas ultimamente têm vindo a ser progressivamente abandonados;

- as novas centralidades periféricas (comerciais e de lazer ou de serviços) estão em franca expansão e exercem uma grande atractividade nos espaços *suburbanos*. Estes novos espaços ganham diferentes morfologias urbanas, ora resultam de construções feitas de raiz que apostam num projecto e numa imagem de conjunto ou são ex-espacos industriais reconvertidos e reabilitados mas mantendo a imagem tradicional.

Estas diferentes centralidades coabitam nos territórios urbanos. O automóvel e os transportes reduzem as escalas e facilitam os movimentos. Estes centros alternativos servem funcionalidades complementares, algumas delas também fortemente concorrentes. Cabe aos indivíduos ou às empresas fazer as opções. Na cidade tradicional tínhamos um centro único, hoje em dia a oferta é diversificada e os centros têm de estar estrategicamente atentos às novas concorrências.

No centro do debate das centralidades estão os *arquipélagos* de comércio e serviços de lazer e os centros tradicionais.

3.1.1. Os arquipélagos de comércio e de serviços de lazer

Hoje em dia nas grandes cidades os centros comerciais são os lugares mais importantes da vivência urbana, entendida como espaços de sociabilidade e convivialidade. Atraem uma massa populacional de grande dimensão, tal como todas as áreas de vocação centralizadora. São grandes praças centrais, repletas de cidadãos, de consumidores muito diversificados, de todas as camadas sociais e culturais (jovens, velhos, mulheres e homens, crianças, populações da classe média ou de categorias com maiores ou menores rendimentos, com diferentes gostos e necessidades). As novas centralidades comerciais não são *espaços frenéticos e autistas de consumo*, são sobretudo locais de encontro. Famílias inteiras deslocam-se aí nos seus tempos livres e diferentes grupos de amigos ou colegas de escola ou trabalho marcam os seus encontros de lazer. Estas rotinas repetem-se sucessivamente todos os fins-de-semana ou nos tempos livres.

Os grandes centros comerciais oferecem uma variedade muito rica de produtos (associando técnicas de comercialização em incessante evolução técnica), praças de alimentação diversificadas e de preços alternativos, e geralmente um grande número de salas de cinema.

Não interessa se gostamos muito, ou pouco, se preferimos, ou não, os centros das cidades tradicionais, se a arquitectura e a estética destes espaços são recomendáveis, ou não, pois estes novos centros vieram para ficar e poucos são os que não os frequentam. Eles foram idealizados para atrair, o cálculo da rendibilidade destes espaços é feito com base na sua força centrípeta, na capacidade de atracção de populações residindo num raio alargado.

3.1.2. Os centros tradicionais

Perante esta dinâmica urbana e o aparecimento de novas centralidades urbanas, como é que os centros tradicionais poderão ter capacidade para competir e afirmar-se como verdadeiras centralidades? A cidade tradicional ainda não morreu. Em primeiro lugar, faz parte do nosso imaginário urbano e gostamos dela. Conscientes disto estão os arquitectos dos grandes centros comerciais, que tentam recriar os espaços de rua, as praças, o mobiliário urbano, os multi-espacos e as multifunções da cidade tradicional.

O que aconteceu é que os actores económicos e os eleitos nos últimos anos deixaram de dar atenção suficiente às nossas cidades e estas têm vindo a perder centralidade. A escassez de estacionamento e o tráfego têm aparecido no centro das grandes discussões sobre a *cidade perdida*.

O reforço da mobilidade, em especial através do uso do automóvel individual, permitiu aos indivíduos e aos agregados familiares fazerem opções residenciais e de consumo mais diversificadas. Como já vimos, os cidadãos deixaram de residir no centro das cidades tradicionais; depois vieram os serviços, mas entretanto também rumaram para outros espaços. O comércio perdeu a proximidade à população residente e os serviços às empresas perderam a proximidade às empresas suas clientes. Entretanto, a cidade congestionou e, sem capacidade de circulação e de estacionamento, perdeu a centralidade urbana que antes tinha.

A administração pública e os eleitos também se esqueceram dela. As grandes circulares, os grandes equipamentos nos espaços mais abertos, os parques urbanos e os bairros sociais nas áreas urbanas menos densas, etc., representaram os grandes investimentos autárquicos e da administração central nos últimos anos.

Por outro lado, os actores económicos também se orientaram para os espaços abertos e de forte acessibilidade das periferias e desmobilizaram os investimentos nos centros. Os centros comerciais, as salas multi-usos, a reconversão dos espaços industriais em centros de serviços periféricos, os grandes loteamentos imobiliários foram, e ainda são,

mais atractivos para os investidores do que as pequenas operações nos centros antigos, muitas vezes muito complicadas e envolvendo uma multiplicidade de interesses e de burocracias. Como já referimos, negocia-se melhor, mais depressa, envolvendo menos capital e com menor risco na *cidade emergente* do que na *cidade tradicional*.

Mas os tempos parecem estar a mudar. Os investidores privados e a administração pública aparentam nos últimos tempos algum interesse pelos centros das cidades tradicionais. O tempo é de policentrismo e esta multi-centralidade não exclui o centro antigo. Há problemas de estacionamento e de circulação automóvel, no entanto, são os espaços urbanos melhor servidos pela rede pública de transportes e por uma importante oferta de equipamentos culturais.

3.2. Das hierarquias e das redes à concepção de uma matriz de informação ao serviço das políticas territoriais⁶⁴

Uns afirmam que as novas centralidades *emergem* nos espaços urbanos periféricos e que a cidade no futuro vai integrá-las. Para isso é fundamental planejar, concertar e acompanhar os processos de localização dos grandes projectos de comércio e serviços, de forma a condicionar as dinâmicas e promover novas lógicas de organização territorial. Outros, pelo contrário, consideram que as cidades e as metrópoles estão a fragmentar-se e a desestruturar-se, que a cidade tradicional está a esvaziar-se. Assim, é necessário promover a *cidade compacta* ou *refazer a cidade sobre a cidade*. Não terão todos razão?

De uma visão rígida da hierarquia funcional, estruturada em torno da dimensão demográfica, do perfil de especialização e do nível hierárquico, tem-se vindo a valorizar estruturas em rede de geometria variável, mais flexíveis e potenciadoras de novas sinergias urbanas e territoriais. A questão não está em saber qual das duas lógicas deve ser privilegiada nas análises e nas políticas territoriais, mas sobretudo tentar ordenar o território, articulando as duas, de forma a desencadear processos de desenvolvimento urbano mais favoráveis ao bem-estar e à qualidade de vida das pessoas e ao funcionamento das empresas.

João Ferrão (1997) faz uma abordagem ao conceito de hierarquia urbana que constitui um contributo para a operacionalização do conceito e segue as

⁶⁴ Este domínio integra designadamente as reflexões de Cachinho (1999); Domingues (1993); Fernandes (1993 e 2000); Ferrão (1997); Gaspar (1972, 1997, 2000 entre outros); Salgueiro (1989).

preocupações enunciadas. Seguindo a hierarquia urbana podem ser definidos princípios de organização territorial de tipo vertical:

- definição de critérios de implantação de equipamentos, infra-estruturas e serviços de apoio à população residente;

- consolidação de níveis hierárquicos estratégicos para o funcionamento global do sistema (metrópoles e cidades regionais) e reforço de pequenas centralidades de forma a desencravar espaços regionais.

Podem, por isso, ser identificados, por um lado, limiares mínimos de sustentabilidade urbana e regional e, por outro lado, limiares estratégicos fundamentais para o reforço do sistema urbano nacional/regional.

Simultaneamente, a definição de princípios de organização em rede são fundamentais para:

- a qualificação e o aprofundamento de especializações pré-existentes;

- a consolidação de sub-sistemas de proximidade de pequenas e médias cidades, apostando em princípios de vizinhança e complementaridade.

Seguindo as preocupações enunciadas, vamos estruturar esta abordagem analítica em duas escalas:

- o primeiro focará as centralidades e os territórios de proximidade, e será realizada ao nível das freguesias;

- o segundo pretende encontrar e medir as centralidades urbanas, e será realizada ao nível do sistema urbano.

Mosaico territorial das centralidades e dos territórios de proximidade

Ao nível da freguesia, de forma a retratarmos o *mosaico territorial das centralidades e dos territórios de proximidade*, seleccionámos em primeiro lugar sete funções centrais-hipermercado, hospital geral, agência de aluguer de automóveis, agência de viagens, loja de equipamento informático, oculista e agência bancária – com níveis hierárquicos diferentes e que respondem a um leque relativamente diversificado de necessidade de comércio e serviços.

Em seguida definimos quatro vectores analíticos: estimámos a população residente potencialmente servida por esses equipamentos e serviços localizados na própria freguesia de residência; calculámos a população total potencialmente servida ou

atraída pelos equipamentos e serviços localizados em cada freguesia; medimos a distância média que a população de cada freguesia tem de percorrer para aceder a esse conjunto de serviços; avaliámos as dimensões e as características dos centros comerciais existentes. A matriz de informação foi desenvolvida, por freguesia, a partir do Inventário Municipal de 1998 e de informação disponível pelo Observatório do Comércio.

Lista de indicadores identificados, por freguesia:

População residente potencialmente servida pelos equipamentos e serviços localizados na freguesia de residência

- 1 População residente na área de influência do(s) Hipermercado(s), por freguesia com equipamento, em 1998
- 2 População residente na área de influência do Hospital Geral, por freguesia com equipamento, em 1998
- 3 População residente na área de influência da(s) Agência(s) de Aluguer de Automóveis, por freguesia com equipamento, em 1998
- 4 População residente na área de influência da(s) Agência(s) de Viagens, por freguesia com equipamento, em 1998
- 5 População residente na área de influência da(s) Loja(s) de Equipamento Informático, por freguesia com equipamento, em 1998
- 6 População residente na área de influência do(s) Oculista(s), por freguesia com equipamento, em 1998
- 7 População residente na área de influência da(s) Agência(s) Bancária(s), por freguesia com equipamento, em 1998

População total (residentes ou não) potencialmente servida pelos equipamentos e serviços localizados em cada freguesia

- 8 População residente potencialmente atraída pelo(s) Hipermercado(s), por freguesia com equipamento, em 1998
- 9 População residente potencialmente atraída pelo Hospital Geral, por freguesia com equipamento, em 1998
- 10 População residente potencialmente atraída pela(s) Agência(s) de Aluguer de Automóveis, por freguesia com equipamento, em 1998
- 11 População residente potencialmente atraída pela(s) Agência(s) de Viagens, por freguesia com equipamento, em 1998
- 12 População residente potencialmente atraída pela(s) Loja(s) de Equipamento Informático, por freguesia com equipamento, em 1998
- 13 População residente potencialmente atraída pelo(s) Oculista(s), por freguesia com equipamento, em 1998
- 14 População residente potencialmente atraída pela(s) Agência(s) Bancária(s), por freguesia com equipamento, em 1998

Distância média a percorrer para aceder aos equipamentos e serviços

- 15 Distância média ao equipamento - Hipermercado, por freguesia, em 1998
- 16 Distância média ao equipamento - Hospital Geral, por freguesia, em 1998
- 17 Distância média ao equipamento - Agência de aluguer de automóveis, por freguesia, em 1998
- 18 Distância média ao equipamento - Agência de Viagens, por freguesia, em 1998
- 19 Distância média ao equipamento - Loja de Equipamento Informático, por freguesia, em 1998
- 20 Distância média ao equipamento - Oculista, por freguesia, em 1998
- 21 Distância média ao equipamento - Agência Bancária, por freguesia, em 1998

Centros comerciais

- 22 Superfície comercial em Centros Comerciais, peso no continente, por freguesia, em 2000 (m2)
- 23 Lojas em Centros Comerciais, peso no continente, por freguesia, em 2000
- 24 Cinemas em Centros Comerciais, peso no continente, por freguesia, em 2000
- 25 Hipermercados em Centros Comerciais, peso no continente, por freguesia, em 2000
- 26 Supermercados em Centros Comerciais, peso no continente, por freguesia, em 2000
- 27 Diversidade funcional: percentagem de funções existente em Centros Comerciais (num total de 39 funções), por freguesia, em 2000
- 28 Lojas em Centros Comerciais abertos entre 1980 e 1989, peso no continente, por freguesia
- 29 Lojas em Centros Comerciais abertos entre 1990 e 1999, peso no continente, por freguesia

Avaliação e caracterização do Sistema Urbano

De forma a avaliarmos a força de polaridade das áreas urbanas e assim definirmos as características do sistema urbano do Continente português optamos por organizar esta abordagem segundo quatro parâmetros de análise, seguindo diferentes objectivos:

a) Sistema urbano: centralidade e atractividade

Medimos as centralidades a partir da atractividade funcional e das características dos *arquipélagos ou centros comerciais*, e denominámos esta análise *Centralidade e Atractividade*. Esta leitura repete em parte a análise por freguesia, mas agora à escala urbana. Definimos três vectores analíticos: a população residente potencialmente servida pelos equipamentos e serviços localizados na área urbana de residência⁶⁵; a população total potencialmente servida ou atraída pelos equipamentos e serviços de cada área urbana; a importância e a caracterização dos centros comerciais localizados em cada área urbana.

A matriz de informação desenvolvida por área urbana foi também idealizada a partir dos dados do Inventário Municipal de 1998⁶⁶ e do *Observatório do Comércio*. A base construída tem um perfil mais dinâmico que as restantes. Não analisa estruturas locais nem representatividades no Continente, procurando antes encontrar a intensidade das polaridades a partir da definição de redes (preferências dominantes para sete funções centrais) e de áreas de influência. O resultado é uma indicação das forças de atractividade urbana.

Lista de Indicadores identificados, por área urbana:

População residente potencialmente servida pelos equipamentos e serviços localizados na área urbana	
1	População residente potencialmente atraída pelo(s) Hipermercado(s), por área urbana com equipamento, em 1998
2	População residente potencialmente atraída pelo Hospital Geral, por área urbana com equipamento, em 1998
3	População residente potencialmente atraída pela(s) Agência(s) de Aluguer de Automóveis, por área urbana com equipamento, em 1998
4	População residente potencialmente atraída pela(s) Agência(s) de Viagens, por área urbana com

⁶⁵ Antes disso seleccionamos sete funções centrais – hospital geral, hipermercado, agência de aluguer de automóveis, agência de viagens, loja de equipamento informático, oculista e agência bancária – com níveis hierárquicos diferentes e respondendo a um leque relativamente diversificado de necessidades de comércio e serviços.

⁶⁶ O Inventário Municipal peca por fazer um levantamento muito extenso das funções centrais básicas e um muito restrito no que toca às funções de hierarquia superior. Por outro lado, não existindo a função na freguesia só permite saber qual é a freguesia preferida nos destinos. Quando há mais que uma freguesia preferencial como destino não é possível registar essa informação. Além disso, no Inventário Municipal de 1998 não havia informação num número significativo de itens (sobretudo no que diz respeito às freguesias de destino para satisfazer as diferentes funções), o que compromete a análise de algumas funções centrais.

	equipamento, em 1998
5	População residente potencialmente atraída pela(s) Loja(s) de Equipamento Informático, por área urbana com equipamento, em 1998
6	População residente potencialmente atraída pelo(s) Oculista(s), por área urbana com equipamento, em 1998
7	População residente potencialmente atraída pela(s) Agência(s) Bancária(s), por área urbana com equipamento, em 1998
8	Distância máxima de atracção (com base em 12 funções)
População total (residentes ou não) potencialmente servida pelos equipamentos e serviços localizados na área urbana	
9	População residente na área de influência do(s) Hipermercado(s), por área urbana com equipamento, em 1998
10	População residente na área de influência do Hospital Geral, por área urbana com equipamento, em 1998
11	População residente na área de influência da(s) Agência(s) de Aluguer de Automóveis, por área urbana com equipamento, em 1998
12	População residente na área de influência da(s) Agência(s) de Viagens, por área urbana com equipamento, em 1998
13	População residente na área de influência da(s) Loja(s) de Equipamento Informático, por área urbana com equipamento, em 1998
14	População residente na área de influência do(s) Oculista(s), por área urbana com equipamento, em 1998
15	População residente na área de influência da(s) Agência(s) Bancária(s), por área urbana com equipamento, em 1998
Centros comerciais	
16	Superfície comercial em Centros Comerciais, peso no continente, por área urbana, em 2000 (m ²)
17	Lojas em Centros Comerciais, peso no continente, por área urbana, em 2000
18	Cinemas em Centros Comerciais, peso no continente, por área urbana, em 2000
19	Hipermercados em Centros Comerciais, peso no continente, por área urbana, em 2000
20	Supermercados em Centros Comerciais, peso no continente, por área urbana, em 2000
21	Diversidade funcional: percentagem de funções existente em Centros Comerciais (num total de 39 funções), por área urbana, em 2000
22	Lojas em Centros Comerciais abertos entre 1980 e 1989, peso no continente, por área urbana
23	Lojas em Centros Comerciais abertos entre 1990 e 1999, peso no continente, por área urbana

Para a construção desta matriz de indicadores, assim como para a anterior (por freguesias: *centralidades e territórios de proximidade*), partimos da análise das polaridades e das áreas de influência, recorrendo à cartografia das preferências dominantes para sete funções centrais (já identificadas anteriormente), para calcularmos a dimensão do mercado potencial. Foi com base nesta informação, mas para as sete funções centrais, que construímos a lista de indicadores definidos no que diz respeito às distâncias médias percorridas e às dimensões do mercado em função da população residente nas áreas de influência. As sete funções centrais seleccionadas correspondem a níveis hierárquicos diferentes: hipermercado – nível hierárquico VII; hospital geral – nível hierárquico VI; agência de aluguer de automóveis – nível hierárquico V; agência de viagens – nível hierárquico IV; loja de equipamento informático – nível hierárquico III; oculista – nível hierárquico II; agência bancária – nível hierárquico I.

b) Sistema urbano: níveis hierárquicos e especializações no comércio e nos serviços essenciais

Em segundo lugar, avaliámos os níveis hierárquicos e as especializações no comércio e nos serviços essenciais. A partir do último Inventário Municipal, desenvolveu-se uma base de dados estruturada em 74 funções centrais. Tendo em vista os objectivos analíticos definiram-se *níveis hierárquicos*⁶⁷, organizaram-se *sectores*⁶⁸ e separaram-se

⁶⁷ Funções centrais por níveis hierárquicos identificados (os níveis hierárquicos foram calculados atendendo ao número de áreas urbanas em que cada função ocorre):

Hierarquia VIII: Ensino Superior Público; Hospital Especializado;

Hierarquia VII: Hipermercado; Ensino Secundário Privado; Ensino Básico Privado 3º Ciclo; Hospital / Clínica; Ensino Básico Privado 2º Ciclo;

Hierarquia VI: Hospital Geral; Ensino Básico Privado 1º Ciclo; Centro de Saúde com Internamento; Circuito de Manutenção;

Hierarquia V: Agência de Aluguer de Automóveis e Outros Veículos; Escola Profissional; Extensão de Centro de Saúde; Consultório Médico com Serviço Permanente; Posto de Enfermagem;

Hierarquia IV: Piscina Coberta ou Descoberta; Agência de Viagens; Campo de Ténis; Agência Imobiliária; Tribunal; Centro de Saúde sem Internamento;

Hierarquia III: Educação Pré-Escolar Privada; Frutaria; Conservatória do Registo Comercial; Loja de Equipamento Informático; Supermercado; Ensino Secundário Público; Estação ou Posto de Correio; Pequeno Campo de Jogos (excluindo Ténis);

Hierarquia II: Agência de Seguros; Pavilhão Desportivo Polivalente; Serviço de Análises Clínicas; Centro de Dia; Loja de Artigos de Desporto; Consultório Médico; Stand de Automóveis; Peixaria; Oculista; Gabinete de Projectos de Construção Civil; Escritório de Advocacia; Creche; Grande Campo de Jogos (> 90 x 45 m); Escola de Condução;

Hierarquia I: Pastelaria; Livraria, Papelaria; Loja de Artigos Fotográficos, Fotografo; Educação Pré-Escolar Pública; Loja de Móveis; Ensino Básico Público 3º Ciclo; Conservatória do Registo Predial; Gabinete de Contabilidade; Ensino Básico Público 2º Ciclo; Reparação de Veículos de duas rodas; Lar de Idosos; Conservatória do Registo Civil; Loja de Calçado; Cartório Notarial; Repartição de Finanças; Posto Policial (PSP, GNR); Corporação de Bombeiros; Talho, Charcutaria; Reparação de Automóveis Ligeiros; Padaria; Loja de Vestuário; Loja de Electrodomésticos; Farmácia; Agência Bancária; Serviço Multibanco; Posto de Telefone Público; Mini-Mercado; Mercaria; Estabelecimentos de Bebidas; Restaurante; Ensino Básico Público 1º Ciclo.

⁶⁸ Funções centrais por sectores:

Administrativos e Segurança: Repartição de Finanças; Cartório Notarial; Conservatória do Registo Civil; Conservatória do Registo Predial; Conservatória do Registo Comercial; Tribunal; Posto Policial (PSP, GNR); Corporação de Bombeiros;

Serviços Mistos: Agência Bancária; Serviço Multibanco; Agência de Seguros; Agência Imobiliária; Agência de Viagens; Agência de Aluguer de Automóveis e Outros Veículos;

Serviços às Empresas: Escritório de Advocacia; Gabinete de Contabilidade; Gabinete de Projectos de Construção Civil;

Comércio e Serviços: Escola de Condução; Reparação de Veículos de duas rodas; Reparação de Automóveis Ligeiros; Hipermercado; Supermercado; Mini-Mercado, Mercaria; Padaria; Pastelaria; Talho, Charcutaria; Peixaria; Frutaria; Estabelecimentos de Bebidas; Restaurante; Loja de Vestuário; Loja de Calçado; Loja de Artigos de Desporto; Loja de Móveis; Loja de Electrodomésticos; Loja de Artigos Fotográficos, Fotografo; Loja de Equipamento Informático; Livraria, Papelaria; Stand de Automóveis; Oculista; Estação ou Posto de Correio; Farmácia; Posto de Telefone Público;

Educação: Educação Pré-Escolar Pública; Educação Pré-Escolar Privada; Ensino Básico Público 1º Ciclo; Ensino Básico Público 2º Ciclo; Ensino Básico Público 3º Ciclo; Ensino Básico Mediatizado; Ensino Básico Privado 1º Ciclo; Ensino Básico Privado 2º Ciclo; Ensino Básico Privado 3º Ciclo; Ensino Secundário Público; Ensino Secundário Privado; Escola Profissional; Ensino Superior Público; Ensino Superior Privado

Saúde: Hospital Especializado; Hospital Geral; Centro de Saúde sem Internamento; Centro de Saúde com Internamento; Extensão de Centro de Saúde; Hospital / Clínica; Posto de Enfermagem; Farmácia; Serviço de Análises Clínicas; Consultório Médico; Consultório Médico com Serviço Permanente; Creche; Lar de Idosos; Centro de Dia;

Turismo: Hotel; Hotel-Apartamento; Pensão; Pousada ou Estalagem; Parque de Campismo, Caravanismo; Turismo no Espaço Rural;

Desporto: Piscina Coberta ou Descoberta; Pavilhão Desportivo Polivalente; Grande Campo de Jogos (> 90 x 45 m); Pequeno Campo de Jogos (Excluindo Ténis); Campo de Ténis; Circuito de Manutenção.

as funções predominantemente privadas das públicas⁶⁹. O leque de funções centrais que o Inventário Municipal levanta é ainda muito limitado, dominando as funções tradicionais e estando ausentes funções mais raras e, por isso, mais diferenciadoras dos territórios. Assim, o Inventário Municipal é, sobretudo, uma boa fonte de informação para diferenciar as áreas urbanas a partir das funções essenciais, permitindo detectar as estruturas mais frágeis. Atendendo a isso, denominamos este subdomínio *Níveis Hierárquicos e Especializações no Comércio e Serviços Essenciais*.

Lista de indicadores identificados, por área urbana:

1	Número de funções centrais existentes (num total de 74 funções), peso no continente, por área urbana, em 1998
2	Número de unidades funcionais existentes (num total de 74 funções), peso no continente, por área urbana, em 1998
Níveis hierárquicos	
3	QL - Unidades funcionais da Hierarquia I relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
4	QL - Unidades funcionais da Hierarquia II relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
5	QL - Unidades funcionais da Hierarquia III relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
6	QL - Unidades funcionais da Hierarquia IV relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
7	QL - Unidades funcionais da Hierarquia V relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
8	QL - Unidades funcionais da Hierarquia VI relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
9	QL - Unidades funcionais da Hierarquia VII relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
10	QL - Unidades funcionais da Hierarquia VIII relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
Perfil de especialização sectorial	
11	QL - Unidades funcionais relativamente aos serviços de turismo relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
12	QL - Unidades funcionais relativamente ao comércio e serviços ao consumidor relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
13	QL - Unidades funcionais relativamente aos serviços às empresas relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
14	QL - Unidades funcionais relativamente aos serviços mistos relativamente ao total de unidades

⁶⁹ Funções privadas e públicas:

Funções predominantemente privadas: Agência Bancária; Agência de Seguros; Agência Imobiliária; Agência de Viagens; Agência de Aluguer de Automóveis e Outros Veículos; Escritório de Advocacia; Gabinete de Contabilidade; Gabinete de Projectos de Construção Civil; Escola de Condução; Reparação de Veículos de duas rodas; Reparação de Automóveis Ligeiros; Hipermercado; Supermercado; Mini-Mercado; mercearia; Padaria; Pastelaria; Talho, Charcutaria; Peixaria; Frutaria; Estabelecimentos de Bebidas; Restaurante; Loja de Vestuário; Loja de Calçado; Loja de Artigos de Desporto; Loja de Móveis; Loja de Electrodomésticos; Loja de Artigos Fotográficos, Fotografo; Loja de Equipamento Informático; Livraria; Papelaria; Stand de Automóveis; Oculista; Farmácia; Educação Pré-Escolar Privada; Ensino Básico Privado 1º Ciclo; Ensino Básico Privado 2º Ciclo; Ensino Básico Privado 3º Ciclo; Ensino Secundário Privado; Ensino Superior Privado; Serviço de Análises Clínicas; Consultório Médico; Consultório Médico com Serviço Permanente; Hotel; Hotel-Apartamento; Pensão; Pousada ou Estalagem.

Funções predominantemente públicas: Repartição de Finanças; Cartório Notarial; Conservatória do Registo Civil; Conservatória do Registo Predial; Conservatória do Registo Comercial; Tribunal; Posto Policial (PSP, GNR) ; Corporação de Bombeiros; Educação Pré-Escolar Pública; Ensino Básico Público 1º Ciclo; Ensino Básico Público 2º Ciclo; Ensino Básico Público 3º Ciclo; Ensino Superior Público; Ensino Secundário Público; Hospital Geral; Centro de Saúde sem Internamento; Centro de Saúde com Internamento; Extensão de Centro de Saúde.

funcionais, por área urbana, em 1998

- 15 QL - Unidades funcionais relativamente aos serviços de educação relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
- 16 QL - Unidades funcionais relativamente aos serviços de saúde relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
- 17 QL - Unidades funcionais relativamente aos serviços de desporto relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
- 18 QL - Unidades funcionais relativamente aos serviços administrativos e de segurança relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998

Serviços Públicos ou privados

- 19 QL - Unidades funcionais em serviços predominantemente públicos (18 funções) relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998
- 20 QL - Unidades funcionais em serviços predominantemente privados (45 funções) relativamente ao total de unidades funcionais, por área urbana, em 1998

Peso no Continente

- 21 Unidades funcionais existentes da Hierarquia I, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 22 Unidades funcionais existentes da Hierarquia II, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 23 Unidades funcionais existentes da Hierarquia III, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 24 Unidades funcionais existentes da Hierarquia IV, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 25 Unidades funcionais existentes da Hierarquia V, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 26 Unidades funcionais existentes da Hierarquia VI, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 27 Unidades funcionais existentes da Hierarquia VII e VIII, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 28 Unidades funcionais existentes no sector da administração e segurança, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 29 Unidades funcionais existentes no comércio e serviços ao consumidor, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 30 Unidades funcionais existentes no domínio da educação, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 31 Unidades funcionais existentes no domínio da saúde, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 32 Unidades funcionais existentes no domínio do desporto, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 33 Unidades funcionais existentes no sector do turismo, peso no continente, por área urbana, em 1998
- 34 Unidades funcionais existentes nos serviços mistos, peso no continente, por área urbana, em 1998

Nota: QL - Quociente de localização calculado relativamente ao valor registado no Continente.

Quadro 1.13 - Níveis hierárquicos, nº de áreas urbanas em que ocorrem e nº total de unidades funcionais

Níveis Hierárquicos	Designação da função central	Nº áreas urbanas em que ocorre	Total de unidades funcionais
Hierarquia VIII.	Ensino Superior Público	33	100
	Hospital Especializado	6	11
Hierarquia VII	Hipermercado	57	107
	Ensino Secundário Privado	57	136
	Ensino Básico Privado 3º Ciclo	58	174
	Hospital / Clínica	58	106
	Ensino Básico Privado 2º Ciclo	61	205
Hierarquia VI	Hospital Geral	73	87
	Ensino Básico Privado 1º Ciclo	82	483
	Centro de Saúde com Internamento	82	82
	Circuito de Manutenção	95	142
Hierarquia V	Agência de Aluguer de Automóveis e Outros Veículos	124	425
	Escola Profissional	139	233
	Extensão de Centro de Saúde	147	478
	Consultório Médico com Serviço Permanente	156	785
	Posto de Enfermagem	163	715
Hierarquia IV	Piscina Coberta ou Descoberta	192	398
	Agência de Viagens	194	701
	Campo de Ténis	198	702
	Agência Imobiliária	200	1519
	Tribunal	207	249
	Centro de Saúde sem internamento	209	320
Hierarquia III	Educação Pré-Escolar Privada	220	1525
	Frutaria	222	2622
	Conservatória do Registo Comercial	223	229
	Loja de Equipamento Informático	225	1387
	Supermercado	226	1588
	Ensino Secundário Público	231	483
	Estação ou Posto de Correio	235	827
	Pequeno Campo de Jogos (Excluindo Ténis)	238	1296
Hierarquia II	Agência de Seguros	246	2206
	Pavilhão Desportivo Polivalente	246	854
	Serviço de Análises Clínicas	247	1279
	Centro de Dia	247	796
	Loja de Artigos de Desporto	249	1515
	Consultório Médico	250	3821
	Stand de Automóveis	252	2386
	Pexaria	253	1959
	Óculista	256	1649
	Gabinete de Projectos de Construção Civil	259	1647
	Escritório de Advocacia	261	2837
	Creche	261	1230
	Grande Campo de Jogos (> 90 x 45 m)	264	1224
	Escola de Condução	265	675
Hierarquia I	Pastelaria	268	3744
	Livraria, Papelaria	268	3124
	Loja de Artigos Fotográficos, Fotógrafo	269	1826
	Educação Pré-Escolar Pública	269	1889
	Loja de Móveis	270	3387
	Ensino Básico Público 3º Ciclo	270	824
	Conservatória do Registo Predial	271	290
	Gabinete de Contabilidade	271	2810
	Ensino Básico Público 2º Ciclo	271	693
	Reparação de Veículos de duas rodas	272	4786
	Lar de Idosos	272	845
	Conservatória do Registo Civil	273	293
	Loja de Calçado	273	3409
	Cartório Notarial	274	344
	Repartição de Finanças	275	351
	Posto Policial (PSP, GNR)	275	509
	Corporação de Bombeiros	275	420
	Talho, Charcutaria	275	4476
	Reparação de Automóveis Usados	276	2077
	Padaria	276	3602
	Loja de Vestuário	276	6083
	Loja de Electrodomésticos	276	3445
	Farmácia	276	1863
	Agência Bancária	277	2988
	Serviço Multibanco	277	2944
	Posto de Telefone Público	277	5487
	Mini-Mercado, Merceria	278	8682
	Estabelecimentos de Bebidas	278	12522
	Restaurante	278	7455
	Ensino Básico Público 1º Ciclo	278	3545

Fonte: INE, Inventário Municipal, 1998

c) Sistema urbano: comércio e serviços especializados

Em terceiro lugar, preocupados com a competitividade dos territórios, seleccionámos as actividades de comércio e serviços mais raras e analisámos os perfis de especialização. Este subdomínio denomina-se *Comércio e Serviços Especializados*⁷⁰.

A fonte de informação utilizada foram as *Páginas Amarelas* de 1998, de onde se seleccionaram cerca de 270 actividades de comércio e serviços tendo em consideração a raridade e especialização que apresentam. Esta informação só existe por concelhos, mas este facto não nos parece grave porque estamos a trabalhar com actividades que têm normalmente uma localização urbana. A informação foi organizada por sectores:

- comércio e serviços ao consumidor⁷¹;
- serviços às empresas⁷²;
- serviços distributivos⁷³;

⁷⁰ De uma extensa lista de comércio e serviços presentes nas *Páginas Amarelas* foi seleccionado um vasto conjunto, depois de excluirmos as funções mais banais e as que raramente ocorrem.

⁷¹ *Comércio e Serviços ao Consumidor*: Chapéus para Homem; Senhora e Criança; Alfarrabistas; Alta Costura; Antiguidades; Livrarias; Cabelo – Tratamento; Planos – Afinação e reparação; Lojas de discos; Música (instrumentos); ervanários; perfumaria.

⁷² *Serviços às Empresas*: Seguros – Corretores; Seguros – Peritagem; Corretores de Bolsa; Financiamentos e Investimentos; Gestão de Património; Mediadores Oficiais; Cobranças – Empresas; Revisores Oficiais de Contas; Desenho Assistido por Computador – Equipamentos e Serviços; Desenho – Artigos e Equipamentos; Economistas; Electrónica – Estudos e Equipamento; Engenheiros Agrónomos; Engenheiros Electrotécnicos; Engenheiros Mecânicos; Engenheiros Químico-Industriais; Engenheiros Técnicos; Engenheiros de Minas; Estafetas – Serviço; Estilistas; Gravação de Som e Imagem – Estúdios e Produtores; Informática – Centros – Projectos e Instalação; Microfilmagem; Tradutores e Intérpretes; Videoconferência – Equipamentos e Serviços; «Factoring»; Som – Equipamentos; Aluguer e Materiais; Congressos e Festas – Organização e Serviços; Publicidade – Agências e Serviços; Publicidade – Análise e Controlo; Relações Públicas – Serviços; Direct Marketing; Estudos Económicos e de Mercado; Exposições – Montagem e Stands; Feiras Internacionais e Representantes; Brindes Publicitários e Promocionais; Agências de Informações; Auditores; Consultores; Pessoal – Recrutamento e Selecção; Organização de Empresas; Dactilografia e Processamento de Texto – Serviços; Fotocomposição; Alarmes – Aparelhos e Sistemas; Limpeza por Jacto de Abrasivos; Limpeza por Jacto de Água; Vigilância – Empresas; Refeitórios – Prestação de Serviços.

⁷³ *Serviços Distributivos*: Acessórios para Indústria; Agentes Comerciais; Agentes de Compras; Algodão; Amianto; Aquecimento Industrial; Armazéns «Cash and Carry»; Artes Gráficas – Artigos e Equipamentos; Aço; Bronze; Calçado – Armazenistas e Fabricantes; Cobre; Componentes Electrónicos; Conservas – Máquinas e Equipamentos; Contabilidade – Máquinas e Sistemas; Controlos e Sistemas de Controlo; Corantes e Pigmentos para Tintas; Corantes para Plásticos; Curtumes; Dentistas – Equipamentos e Materiais; Embalagens – Artigos e Equipamentos; Escadas Rolantes; Espumas Sintéticas; Exportadores e Importadores; Ferramentas de Corte; Ferramentas de Precisão; Flores – Armazenistas; Fornos Industriais; Frigoríficos – Armazéns; Frigoríficos Industriais; Frutas Frescas – Armazenistas; Frutas Secas – Armazenistas; Frutas Tropicais – Armazenistas; Fundições – Artigos e Equipamentos; Gás Industrial e Medicinal; Hidráulica – Equipamentos e Componentes; Hospitais – Artigos e Equipamentos; Laboratórios – Artigos e Equipamentos; Lacticínios – Máquinas e Equipamentos; Leitores Ópticos; Madeiras – Exportadores e Importadores; Manutenção Industrial; Mecânica de Precisão; Medicina – Artigos e Equipamentos; Microscópios; Moagens – Máquinas e Equipamentos; Máquinas – Ferramentas; Máquinas Florestais; Máquinas Industriais; Padarias e Pastelarias – Máquinas e Equipamentos; Papel – Máquinas e Equipamentos; Peixe – Exportadores e Importadores; Perfumes e Cosméticos – Armazenistas e Fabricantes; Perfumes e Cosméticos – Matérias-Primas; Pesca – Artigos e Equipamentos; Pneumática – Equipamentos e Componentes; Pontes Rolantes; Radar – Equipamentos; Raios X – Aparelhos e Artigos; Relógios – Ferramentas e Peças; Sauna – Artigos e Equipamentos; Soldadura – Artigos e Equipamentos; Tintas e Esmaltes – Armazenistas e Distribuidores;

- serviços de saúde⁷⁴;
- serviços de educação⁷⁵;
- serviços de apoio à construção e imobiliário⁷⁶;
- serviços na área da cultura e lazer⁷⁷;
- instituições públicas⁷⁸.

Para cada sector foi calculado o peso no total do Continente e comparada a estrutura de serviços local com a do Continente (construíam-se quocientes de localização). Denominamos função central as actividades seleccionadas e unidades funcionais o número de entidades inscritas nas Páginas Amarelas em cada actividade ou função central.

Torrefacções - Máquinas e Equipamentos; Tradução Simultânea - Equipamentos; Tubos de Aço; Vácuo - Equipamentos; «Palettes» e Estrados; «Trading»; Óptica - Artigos e Instrumentos.

⁷⁴ *Serviços de Saúde:* Acupunctura; Análises Clínicas; Clínicas Médicas; Homeopatia; Massagistas; Médicos (Anatomia Patológica); Médicos (Anestesia) - Anestesiologia e Reanimação; Médicos (Análises Clínicas); Médicos (Aparelho Digestivo) - Gastrenterologia; Médicos (Boca e Dentes) - Estomatologia; Médicos (Cirurgia do Sistema Nervoso) - neurocirurgia; Médicos (Coração) - Cardiologia; Médicos (Doenças Alérgicas) - Imuno-alergologia; Médicos (Doenças Mentais) - Psiquiatria; Médicos (Doenças Nervosas) - Neurologia; Médicos (Doenças das Crianças) - Pediatria; Médicos (Doenças das Senhoras) - Ginecologia; Médicos (Doenças do Sangue) - Hematologia Clínica; Médicos (Glândulas de Secreção Interna e de Nutrição) - Endo; Médicos (Olhos) - Oftalmologia; Médicos (Ossos e Articulações) - Ortopedia; Médicos (Ovidos; Nariz e Garganta) - Otorrinolaringologia; Médicos (Partos) - Obstetrícia; Médicos (Pele e Venéreas) - Dermatoveneriologista; Médicos (Pulmões) - Pneumologia; Médicos (Raio X) - Radiodiagnóstico; Médicos (Rins - Hemodiálise) - Nefrologia; Médicos (Rins e Vias Urinárias) - Urologia; Médicos - Cirurgia Cardio- Torácica; Médicos - Cirurgia Geral; Médicos - Cirurgia Maxilofacial; Médicos - Cirurgia Pediátrica; Médicos - Cirurgia Plástica e Reconstructiva; Médicos - Cirurgia Vascular; Médicos - Clínica Geral; Médicos - Dentistas; Médicos - EEG/Neurofisiologia Clínica; Médicos - Genética Médica; Médicos - Hidrologia Médica; Médicos - Medicina Desportiva; Médicos - Medicina Física e de Reabilitação; Médicos - Medicina Interna; Médicos - Medicina Legal; Médicos - Medicina Nuclear; Médicos - Medicina do Trabalho; Médicos - Oncologia Médica; Médicos - Psiquiatria de Infância e de Adolescência; Médicos - Radioterapia; Médicos - Reumatologia; Psicoterapeutas; Psicólogos; Terapeutas de Fala.

⁷⁵ *Serviços de Educação:* Ensino Superior; Escolas de Arte; Escolas de Arte Dramática; Escolas de Enfermagem; Escolas de Manequins; Escolas de Música; Escolas de Línguas; Escola de dança; Escolas Técnicas e Profissionais.

⁷⁶ *Serviços de apoio à Construção e ao Imobiliário:* Engenheiros Cívicos; Gestão de Obras; Hidráulica - Empreiteiro; Instalações Industriais; Isolamento Acústico; Sondagens e Fundações; Máquinas para Terraplenagem - Aluguer; Estradas - Máquinas e Equipamentos; Projectos e Estudos (Arquitectura e Engenharia); Urbanistas.

⁷⁷ *Serviços de Cultura, Lazer e afins:* Agências Artísticas e Teatrais; Antiguidades - Restauro; Arte - Colecções; Barcos de Recreio; Barcos de Recreio - Aluguer; Centros Culturais; Editores; Discos de Música - Editores; Discos de Música - Gravação; Escultura e Estatuária; Filmes - Estúdios e Laboratórios; Filmes - Realização e Produção; Fotografia Esmaltada; Fotografia e Cinema - Estúdios e Laboratórios; Galerias de Arte; Jornais; Livros - Distribuidores; Modelismo; Museus; Planos - Aluguer e Venda; Publicações; Revistas; Rádio Estações; Televisão - Estações; Vídeo - Editores e Distribuidores; Vídeo - Estúdios e Produtores; Vídeo - Laboratórios; «Golf»; Agências Notícias; Espectáculos - Artigos e Equipamentos; Gravação de Som e Imagem - Artigos e Equipamentos; Espectáculos - Organização; Gravação de Som e Imagem - Estúdios e Produtores; Serigrafia; «Design».

⁷⁸ *Instituições Públicas e Organismos Internacionais:* Instituto Públicos, Câmaras de Comércio; Embaixadas; Consulados e Legações.

Lista de indicadores identificados, por concelhos:

Estrutura local de comércio e serviços

- 1 QL - Comércio e serviços distributivos relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
- 2 QL - Comércio e serviços às empresas relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
- 3 QL - Comércio e serviços de apoio à construção e imobiliário relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
- 4 QL - Instituições públicas relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
- 5 QL - Comércio e serviços de educação relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
- 6 QL - Comércio e serviços de saúde relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
- 7 QL - Comércio e serviços ao consumidor relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
- 8 QL - Comércio e serviços de cultura e lazer relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001

Comércio e serviços urbanos - peso no Continente

- 9 Comércio e serviços distributivos, peso no continente, por concelho, em 2001
- 10 Comércio e serviços às empresas, peso no continente, por concelho, em 2001
- 11 Comércio e serviços de apoio à construção e imobiliário, peso no continente, por concelho, em 2001
- 12 Instituições públicas, peso no continente, por concelho, em 2001
- 13 Comércio e serviços de educação, peso no continente, por concelho, em 2001
- 14 Comércio e serviços de saúde, peso no continente, por concelho, em 2001
- 15 Comércio e Serviços ao consumidor, peso no continente, por concelho, em 2001
- 16 Comércio e serviços de cultura e lazer, peso no continente, por concelho, em 2001
- 17 N° de funções de comércio e serviços relativamente ao total (76 funções), por concelho, em 2001
- 18 N° de unidades funcionais de comércio e serviços, peso no continente, por concelho, em 2001

Nota: QL - Quociente de localização calculado relativamente ao valor registado no Continente.

d) Sistema urbano: comércio e serviços de apoio ao sector agro-florestal

Por fim, atentos ao mundo rural não quisemos deixar de visualizar o sistema de serviços de apoio ao sector agro-florestal. Estes serviços foram organizados⁷⁹ por sectores:

- Fornecimento de bens e serviços à agricultura;
- Fornecimento de bens e serviços à agro-pecuária;
- Fornecimento de bens e serviços à produção animal;
- Fornecimento de bens e serviços à caça;
- Fornecimento de bens e serviços para as indústrias alimentares;
- Fornecimento de equipamentos de exploração florestal;
- Fornecimento de equipamentos para as indústrias das madeiras;
- Fornecimento de serviços à produção agrícola (fileira da vinha);
- Comercialização de madeiras;
- Comercialização de produtos agrícolas;
- Comercialização de produtos animais.

Nesta classificação foram incluídas 47 actividades diferentes, discriminadas nas *Páginas Amarelas* de 1998⁸⁰, por concelho⁸¹.

⁷⁹ *Comércio e serviços ao sector agro-florestal* (grelha desenvolvida pelo Professor Américo Mendes da Universidade Católica do Porto):

Fornecimento de bens e serviços à agricultura: Batata de Semente; Engenheiros Agrónomos; Horticultura e Floricultura - Artigos e Equipamentos; Insecticidas; Pulverizadores e Atomizadores; Sementes; Tanoeiros; Materiais e Serviços; Viveiros;

Fornecimento de bens e serviços à agro-pecuária: Agricultura e Pecuária - Artigos e Equipamentos; Alfaias Agrícolas; Máquinas Agrícolas; Poços e Furos Artesianos; Rega - Equipamentos; Rega Sob Pressão - Sistemas; Tractores - Acessórios e Peças; Tractores - Agentes e Representantes; Tractores - Reparações; Água - Captação;

Fornecimento de bens e serviços à produção animal: Alimentos Compostos para Animais; Aviários - Artigos e Equipamentos; Rações; Rações - Artigos e Equipamentos; Veterinária - Instrumentos e Equipamentos; Veterinária - Produtos; Veterinários;

Fornecimento de bens e serviços à caça: Armas e Munições; Caça - Criadores e Serviços; Espingardarias.

Fornecimento de bens e serviços para as indústrias alimentares: Alimentação - Máquinas e Equipamentos; Engarrafamento - Artigos e Equipamentos; Fornos para Padaria; Lacticínios - Máquinas e Equipamentos; Moagens - Máquinas e Equipamentos; Padarias e Pastelarias - Máquinas e Equipamentos; Talhos e Salsicharias - Equipamentos.

Fornecimento de equipamentos de exploração florestal: Lenha; Motosserras; Máquinas Florestais.

Fornecimento de equipamentos para as indústrias das madeiras: Máquinas para Indústria Corticeira; Máquinas para Madeira.

Fornecimento de serviços à produção agrícola: Enólogos; Enologia - Artigos e Equipamentos; Vitivinicultura - Equipamentos.

Comercialização de madeiras: Madeira - Negociantes; Madeiras; Madeiras - Exportadores e Importadores.

Comercialização de produtos agrícolas: Vinhos - Armazenistas e Distribuidores; Vinhos - Exportadores.

Comercialização de produtos animais: Gado - Compra e Venda

⁸⁰ Esta estrutura de serviços mostrou-se eficiente na detecção de uma tipologia de situações concelhias. No entanto, poder-se-ia ainda fazer um aprofundamento da análise através da estruturação das actividades de serviços em função de três fileiras que parecem evidenciar-se: a fileira da vinha e do vinho; a fileira da madeira; a fileira animal. Por outro lado, a estruturação da fonte de informação (baseada nas *Páginas Amarelas*) por actividades não permitiu a inclusão, na análise, das instituições de extensão, formação profissional e investigação (dominantemente instituições de carácter pública) ligadas ao sector agro-florestal. Isso implicaria um estudo muito minucioso das *Páginas Amarelas*, o que não se adequava aos objectivos desta análise global.

⁸¹ É possível fazer um aprofundamento desta classificação, através de uma leitura ainda mais aprofundada da fonte de informação.

Lista de indicadores identificados, por concelhos:

Estrutura local do comércio e serviços de apoio ao sector agro-florestal	
1	QL - Comércio e serviços à Agricultura relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
2	QL - Comércio e serviços à Agro-pecuária relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
3	QL - Comércio e serviços e serviços à produção Animal relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
4	QL - Comércio e serviços de apoio à Caça relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
5	QL - Comércio e serviços de apoio à Indústria Alimentar relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
6	QL - Equipamentos, comércio e serviços de apoio à exploração Florestal relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
7	QL - Equipamentos, comércio e serviços para a Indústria das Madeiras relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
8	QL - Comércio e serviços de apoio à produção Agrícola - fileira da vinha relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
9	QL - Comércio e serviços de Madeiras relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
10	QL - Comércio e serviços de produtos Agrícolas - fileira da vinha relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
11	QL - Comércio e serviços de produtos Animais relativamente ao total de comércio e serviços, por concelho, em 2001
Comércio e serviços de apoio ao sector agro-florestal - Peso no Continente	
12	Comércio e serviços à Agricultura, peso no continente, por concelho, em 2001
13	Comércio e serviços à Agro-pecuária, peso no continente, por concelho, em 2001
14	Comércio e serviços à produção Animal, peso no continente, por concelho, em 2001
15	Comércio e serviços de apoio à Caça, peso no continente, por concelho, em 2001
16	Comércio e serviços de apoio à Indústria Alimentar, peso no continente, por concelho, em 2001
17	Equipamentos, comércio e serviços e serviços de apoio à exploração Florestal, peso no continente, por concelho, em 2001
18	Equipamentos, comércio e serviços para a Indústria das Madeiras, peso no continente, por concelho, em 2001
19	Comércio e serviços de apoio à produção Agrícola - fileira da vinha, peso no continente, por concelho, em 2001
20	Comércio e serviços de Madeiras, peso no continente, por concelho, em 2001
21	Comércio e serviços de produtos Agrícolas - fileira da vinha, peso no continente, por concelho, em 2001
22	Comércio e serviços de produtos Animais, peso no continente, por concelho, em 2001
23	Nº de actividades (funções num total de 138) de comércio e serviços de apoio ao sector Agro-florestal, peso no continente, por concelho, em 2001
24	TOTAL de unidades de comércio e serviços de apoio ao sector Agro-florestal, peso no continente, por concelho, em 2001

Nota: QL - Quociente de localização calculado relativamente ao valor registado no Continente.

Depois de analisarmos estes quatro vectores analíticos será apresentada uma síntese global intitulada *Centralidades de Comércio e Serviços*, que procurará sistematizar o sistema urbano a partir das polaridades de comércio e serviços.

Finalmente deixamos as polaridades e passamos para os espaços das redes. Temos consciência de que a informação que possuímos está muito longe de retratar as redes, reais e virtuais, mas não quisemos deixar de abordar este tema tão pertinente na construção dos territórios. Infelizmente, as redes virtuais não serão abordadas neste

documento porque não dispomos de informação suficiente. Relativamente às redes, serão abordadas as seguintes temáticas: redes de proximidade; redes em torno de serviços mais especializados; movimentos casa-trabalho; opções de frequência universitária.

3.3. Análise territorial

3.3.1. Mosaico territorial das centralidades e dos respectivos territórios de proximidade - uma análise por freguesias

O mapa *Centralidades e Territórios de Proximidade* (figura 1.13 - mapa pequeno) retrata a importância das pequenas e médias centralidades municipais na oferta de comércio e serviços essenciais e a multipolarização que afecta a organização dos territórios. Independentemente da quantidade e diversidade da oferta, eles estruturam territórios de proximidade e têm uma papel fundamental na garantia de bem-estar e qualidade de vida às populações locais. A estrutura polinucleada não é homogênea: alguns centros evidenciam-se com uma oferta mais sólida e diversificada e, por isso, são nós fundamentais na estruturação dos territórios de proximidade⁸², enquanto outros são pequenas centralidades com uma oferta de serviços mais limitada⁸³, mas nem por isso menos importante na construção de espaços de convivialidade urbana.

A riqueza do pormenor atingido sobretudo na Região Norte, onde as freguesias têm uma pequena dimensão, ilustra as potencialidades da metodologia empregue quando as unidades geográficas têm uma dimensão apropriada.

O policentrismo é visível no Noroeste. Em primeiro lugar, a densidade comercial e de serviços que caracteriza a cidade central, com uma estrutura urbana consolidada, é evidente. Depois temos uma coroa periférica (mancha a verde no mapa) que retrata uma densidade mais fraca de comércio, mas com uma presença significativa. Em

⁸² São centralidades cruciais na estruturação territorial: possuem um leque razoável de funções de nível hierárquico intermédio e superior, e têm uma área de influência que lhes proporciona um mercado considerável. Em termos de equipamentos existentes realça-se o seguinte: praticamente todos os centros têm agência bancária (presente em 98% das freguesias desta classe), oculista (em 94%) e loja de equipamento informático (em 92%); a grande maioria tem agência de viagens (em 80%), lojas em centros comerciais (em 83%) e agência de aluguer de automóveis (em 62%); uma pequena percentagem possui hospital geral (28%) e hipermercado (22%).

⁸³ Possuem alguns equipamentos de comércio e serviços de nível intermédio (designadamente, agências bancárias, oculistas e lojas de equipamento informático). São centros com uma área de influência que lhes proporciona uma clientela potencial limitada (5 mil a 12 mil indivíduos). A maioria dos centros têm agência bancária (presentes em 94% das freguesias desta classe), oculista (em 83%) e loja de informática (em 66%), podendo eventualmente possuírem agência de viagens (em 40%), aluguer de automóveis (em 18%) e, pontualmente, centro comercial ou hipermercado (em 6%).

seguida, desenha-se uma estrutura polinucleada, organizada em torno dos centros urbanos municipais e de outras pequenas centralidades. Mais a norte, ocorre junto à fronteira uma estrutura linear.

Nesta configuração evidencia-se uma organização que o termo "fragmentação" não capta com rigor, pois no difuso está aparentemente implícita uma micro-estrutura que define pequenas centralidades e espaços de proximidade. A fragmentação é mais evidente a sul do Porto, onde as densidades comerciais e de serviços são variáveis e se constrói um híbrido de funções.

Lisboa aparenta uma fragmentação mais evidente. A densidade de comércio e serviços vai variando, criando uma fragmentação onde se torna difícil a leitura das centralidades metropolitanas. Uma observação mais cuidada permite-nos visualizar as áreas centrais de Cascais, Sintra, Oeiras, Loures, Mafra, Torres Vedras, Lourinhã, Vila Franca de Xira, Alenquer, etc., à volta das quais existe uma mancha *suburbana* com uma densidade comercial e de serviços mais baixa. A difusão do comércio e serviços acompanha os processos de *suburbanização* residencial. À medida que nos afastamos da metrópole e caminhamos para norte, a estrutura vai-se tornando mais clara e modelada pelas centralidades municipais (por exemplo, os centros de Marinha Grande, Leiria, Ourém, Tomar e Abrantes).

No interior, as centralidades municipais são fundamentais para a prestação dos serviços essenciais. Podemos detectar três níveis de centralidades em função da diversidade e da quantidade de comércio e serviços presentes. Além disso, visualizam-se algumas áreas (classe a azul mais escuro) relativamente marginalizadas.

No Norte interior, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Valpaços, Chaves, Vila Real-Peso da Régua e Lamego confirmam a sua capacidade de organização dos seus espaços de proximidade. O Alentejo é de difícil leitura, porque algumas freguesias têm grandes dimensões; Portalegre, Elvas, Coruche, Évora, Beja, Sines e Moura desenharam pequenas "ilhas" que correspondem a centralidades de ordem superior. Depois disto aparecem as centralidades de segunda e terceira ordem⁸⁴. O Centro interior organiza-se num eixo que se desenvolve em torno de quatro centralidades - Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco -, podendo constituir uma força de interações e de complementaridades a consolidar a partir de ofertas de comércio e serviços diferenciadas. É interessante também verificar a estrutura polinucleada que se desenvolve no entorno de Viseu criando uma mancha relativamente bem servida de

⁸⁴ Primeira ordem: centros de comércio e serviços; segunda ordem: pequenas centralidades de comércio e serviços; terceira ordem: pequenas centralidades minimamente servidas de comércio e serviços.

serviços essenciais (englobando, designadamente, Tondela, Mangualde, Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia). No Algarve, os centros de Faro-Olhão, Loulé-Quarteira, Albufeira, Portimão e Lagos, e Vila Real de Santo António alinham-se claramente ao longo do litoral, desenvolvendo-se, por outro lado, uma mancha mais ou menos contínua entre Olhão e Albufeira, de menor densidade comercial, que acompanha o processo de suburbanização residencial.

Algumas conclusões de uma análise por freguesias:

- No centro das metrópoles e nas áreas envolventes, as dinâmicas de comércio e serviços estão a construir um híbrido que alimenta os diferentes interesses e opções individuais em matéria de consumo. A densidade da oferta é variável, a cidade consolidada cada vez se evidencia menos e a fragmentação da oferta de comércio e serviços aparece, sobretudo, em torno de Lisboa.
- Os processos de suburbanização residencial do litoral, entre o Porto e Lisboa, e na faixa Algarvia desencadeiam ou contribuem para a proliferação das actividades de comércio e serviços.
- Os centros municipais são elementos cruciais na estruturação de uma oferta de comércio e serviços. São nós fundamentais de amarração das práticas de consumo e de sociabilidade urbana das populações residentes nas áreas interiores.
- Certos territórios encontram-se mais marginalizados do que outros no acesso aos serviços essenciais, podendo comprometer a qualidade de vida das populações aí residentes.

Quadro Síntese 1.13. Centralidades e Territórios de Proximidade

Cod. Indicador	Valor Contínua	Classe Contínua	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
				Modalidade des	Valor- teste	Modalidade des	Valor- teste	Modalidade des	Valor- teste	Modalidade des	Valor- teste	Modalidade des	Valor- teste	Modalidade des	Valor- teste	Modalidade des	Valor- teste	Modalidade des	Valor- teste
16	27 N°	-	Distância aos equipamentos e serviços Hospital Geral - distância ao equipamento Hipermercados - distância ao equipamento Agência bancária - distância ao equipamento Agência bancária - distância ao equipamento Oculista - distância ao equipamento Oculista - distância ao equipamento Agência viagens - distância ao equipamento Aluguer auto - distância ao equipamento Equip. Informático - distância ao equipamento	nível 4	22	nível 3	19	nível 2	18	nível 1	16	nível 1	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12
18	21 N°	-		nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
21	8 N°	-		nível 6	19	nível 5	24	nível 4	17	nível 3	31	nível 2	30	nível 1	29	nível 1	28	nível 1	27
23	8 N°	-		nível 6	19	nível 5	24	nível 4	17	nível 3	31	nível 2	30	nível 1	29	nível 1	28	nível 1	27
20	10 N°	-		nível 6	15	nível 5	29	nível 4	36	nível 3	26	nível 2	40	nível 1	39	nível 1	38	nível 1	37
20	10 N°	-		nível 6	15	nível 5	29	nível 4	36	nível 3	26	nível 2	40	nível 1	39	nível 1	38	nível 1	37
18	12 N°	-		nível 5	22	nível 4	23	nível 3	40	nível 2	33	nível 1	52	nível 1	51	nível 1	50	nível 1	49
17	14 N°	-		nível 5	21	nível 4	17	nível 3	36	nível 2	37	nível 1	37	nível 1	36	nível 1	35	nível 1	34
19	12 N°	-		nível 5	23	nível 4	29	nível 3	43	nível 2	32	nível 1	32	nível 1	31	nível 1	30	nível 1	29
7	9.582.326 N°	-		População residente na área de influência dos serviços Agência bancária - pop. res. área de influência Agência bancária - pop. res. área de influência Oculista - pop. res. área de influência Oculista - pop. res. área de influência Equip. Informático - pop. res. área de influência Equip. Informático - pop. res. área de influência Agência viagens - pop. res. área de influência Aluguer auto - pop. res. área de influência	nível 4	22	nível 3	19	nível 2	18	nível 1	16	nível 1	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1
7	9.582.326 N°	-	nível 4		19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
6	9.984.994 N°	-	nível 4		19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
6	9.984.994 N°	-	nível 4		19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
5	9.428.095 N°	-	nível 4		19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
5	9.428.095 N°	-	nível 4		19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
4	9.471.110 N°	-	nível 4		19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
4	9.471.110 N°	-	nível 4		19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
3	8.615.952 N°	-	nível 4		19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
3	8.615.952 N°	-	nível 4		19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
11	6.140.624 N°	-	Pop. atraída de fora da reg. de localização do serv. Agência viagens - pop. atraída Equip. Informático - pop. atraída Oculista - pop. atraída Centros Comerciais Nº de funções existentes nos Centros Comerciais PC Lojas abertas 80-89 em Centros Comerciais PC Lojas abertas 90-99 em Centros Comerciais PC Nº de Lojas em Centros Comerciais PC Nº de Lojas em Centros Comerciais PC Área comercial em Centros Comerciais	nível 4	22	nível 3	19	nível 2	18	nível 1	16	nível 1	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12
12	4.222.681 N°	-		nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
13	4.398.709 N°	-		nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
27	39 N°	-		nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
28	14.308 N°	-		nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
29	13.796 N°	-		nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
23	29.915 N°	-		nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
23	29.915 N°	-		nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
23	29.915 N°	-		nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
23	29.915 N°	-		nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10
22	2.396.556 N°	-	nível 4	19	nível 3	16	nível 2	15	nível 1	14	nível 1	13	nível 1	12	nível 1	11	nível 1	10	

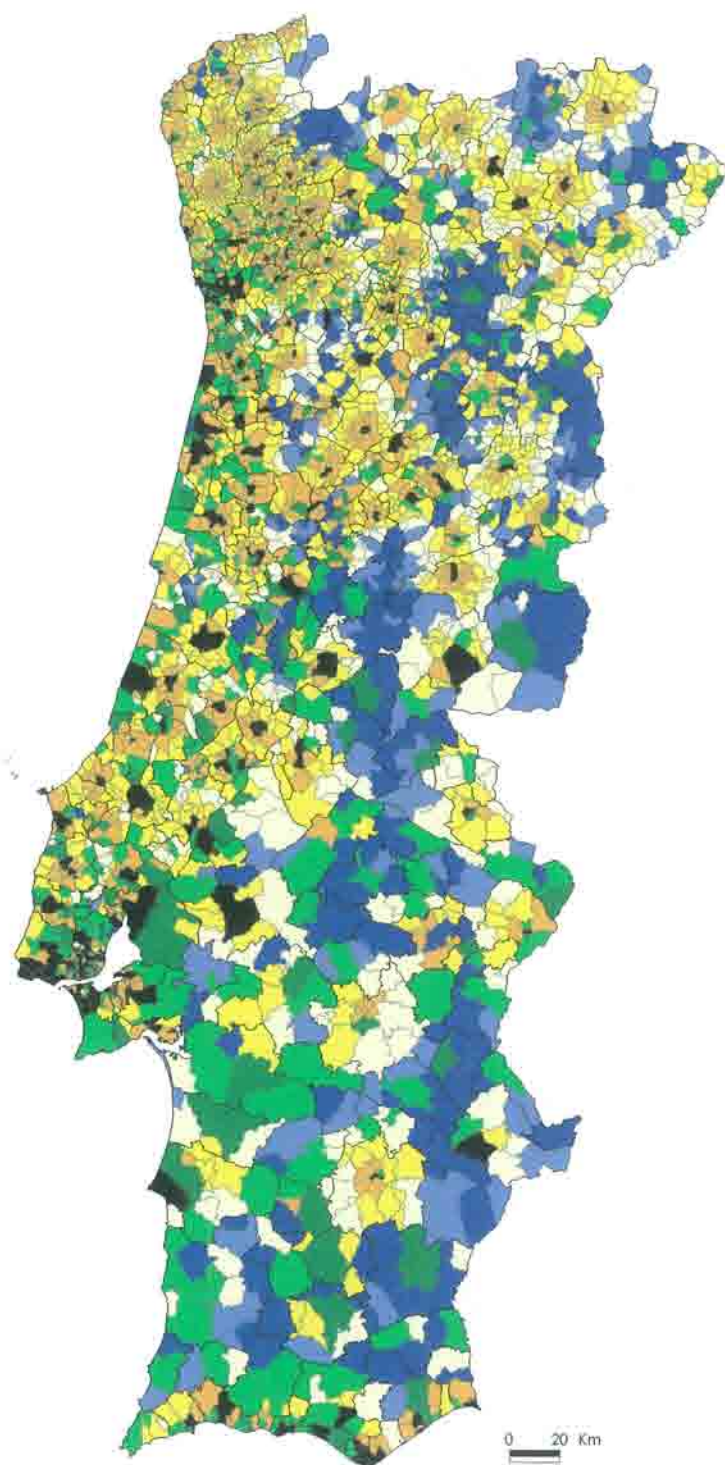
Legenda:

PC	Peso no Contínua
	A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2
	A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4
Terr	Freguesia com equipamento

Notas:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

Figura 1.13. Mosaico Territorial
Centralidades e Territórios de Proximidade



- Áreas desprovidas de comércio e serviços
- Pequenas centralidades de comércio e serviços
- Importantes centralidades de comércio e serviços

- Áreas muito afastadas dos centros de comércio e serviços
- Áreas afastadas dos centros de comércio e serviços
- Áreas razoavelmente perto dos centros de comércio e serviços
- Áreas perto dos centros de comércio e serviços
- Áreas muito perto dos centros de comércio e serviços
- Pequenas centralidades minimamente servidas de comércio e serviços
- Pequenas centralidades de comércio e serviços
- Centros de comércio e serviços

3.3.2. O sistema urbano visto a partir das centralidades urbanas de comércio e serviços

A abordagem proposta para a análise das centralidades urbanas reflecte a diversidade de questões que estão em jogo neste domínio. De forma a respondermos minimamente às quatro problemáticas definidas e a não tomarmos o texto demasiado extenso e repetitivo, vamos procurar sistematizar os resultados parciais, para no final elaborarmos uma síntese global das quatro abordagens consideradas. As legendas dos respectivos mapas constituem descrições mais específicas que podem acompanhar leituras mais aprofundadas.

a) Centralidade e atractividade

Nesta abordagem foram só consideradas sete funções centrais de diferentes níveis hierárquicos. Devemos desde já sublinhar o facto de, não sendo a estrutura de oferta muito diversificada e especializada, se irá privilegiar, implicitamente, as áreas urbanas mais extensas e povoadas, pois são as que dispõem de um número superior de serviços essenciais. Assim, Lisboa, Sintra, Vila Nova de Gaia e Porto vão, naturalmente, aparecer na primeira linha, pois a oferta tende a ser proporcional à procura (figura 1.14.a). Além disso, os serviços mais especializados, como o hospital geral, os hipermercados e os centros comerciais, localizam-se nas áreas urbanas mais povoadas.

A *Região Urbana do Porto* organiza-se em torno do Porto e de Vila Nova de Gaia, e, secundariamente, de Matosinhos, Braga, Guimarães, Barcelos e Vila Nova de Famalicão. À volta anuncia-se uma estrutura polinucleada heterogénea. A estrutura urbana do Vale do Ave é claramente mais forte do que a do Vale do Sousa.

Na *Região Urbana de Lisboa* destacam-se Lisboa e Sintra, para depois emergir Cascais, Oeiras, Amadora, Almada e Setúbal. À volta desenvolve-se também um sistema denso, mas menos extenso e com polaridades menores.

Entre estes dois aglomerados surgem três importantes centralidades, Viseu, Coimbra e Leiria, que aparecem isoladas face a um contexto envolvente pouco atractivo. Aveiro, mais fraco do que as áreas urbanas anteriores, ocupa uma posição idêntica à de Águeda.

Constatamos, também, a existência de um sistema de cidades médias cruciais para a sustentação de uma oferta de comércio e de serviços essenciais para vastas regiões,

e a ausência de centralidades com uma dimensão razoável em outras áreas igualmente extensas.

b) Níveis hierárquicos e especializações

Esta análise, ao incorporar um leque relativamente diversificado de funções centrais, mas estreito de actividades raras, vai permitir identificar com maior precisão as centralidades com uma oferta de comércio e serviços relativamente frágil (figura 1.14.b).

Os sistemas de centralidades voltam novamente a evidenciar-se nas envolventes do Porto e de Lisboa. A classificação aqui adoptada privilegiou uma menor diferenciação, o que se reflecte numa inferior diversidade interna nestas áreas. Mesmo assim, na *Região Urbana do Porto* realça-se a menor capacidade de oferta do Vale do Sousa, e na *Região Urbana de Lisboa* a margem sul perde claramente face à margem norte, reflectindo os processos de terciarização da última década. Por outro lado, globalmente Lisboa e as áreas envolventes aparentam possuir uma estrutura de serviços de maior dimensão, destacando-se Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra, Loures e Almada; no Porto só se evidenciam quatro concelhos (Porto, Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira e Braga), mais povoados e com maior oferta de serviços.

Coimbra destaca-se face a Viseu, Aveiro-Águeda, Leiria-Marinha Grande e, ainda, Vila Real, Évora e Faro-Loulé. Este conjunto de áreas urbanas constituem nós estruturadores fundamentais do Sistema Urbano Nacional. Uma classe intermédia (a laranja no mapa) define um segmento do sistema urbano surpreendentemente policêntrico no litoral.

No entanto, a grande maioria dos concelho possui uma oferta de comércio e serviços incipiente (160 concelhos). Os serviços da administração e segurança, predominantemente públicos, são um suporte fundamental destas estruturas frágeis. Neste panorama de debilidade, por vezes os serviços desportivos conseguem destacar-se.

c) Comércio e serviços especializados

O leque de actividades seleccionadas faz-nos antever uma análise aprimorada pela selectividade introduzida e por uma leitura mais diferenciadora.

E assim é. O sistema urbano construído (figura 1.14.c) realça os centros das duas aglomerações urbanas, fazendo com que Lisboa e o Porto apareçam no topo da hierarquia e descolem relativamente aos demais centros. A dimensão da oferta é

grande e a estrutura demonstra altos índices de especialização nos serviços às empresas e no comércio grossista. São as duas principais centralidades, à volta das quais se vai organizar todo o sistema urbano do Continente português.

Lisboa destaca-se claramente das centralidades envolventes, mas Oeiras, Cascais e Sintra vão apresentar uma oferta de serviços também especializada nos serviços às empresas e nos serviços distributivos (por grosso), ainda que com níveis inferiores ao Porto e a Lisboa. Depois surgem Setúbal, Almada, Amadora e Loures, com uma oferta de comércio e serviços significativamente diversificada e de razoável dimensão. As restantes áreas urbanas são menos visíveis.

À volta do Porto emergem Vila Nova de Gaia e Matosinhos, também com níveis razoáveis de oferta de serviços às empresas e de comércio grossista, seguidos por Maia, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

Fora das duas aglomerações, Coimbra destaca-se claramente, seguida de Aveiro e Leiria e, mais a sul, Faro e Loulé. Além destas, no interior só merecem destaque Viseu, Castelo Branco e Évora, demonstrando que o sistema de centralidades peca pela fragilidade que demonstra quando estamos a trabalhar com a oferta de serviços mais específicos e raros. Assim, áreas urbanas que nos habituaram à sua presença emergente em domínios mais banais de comércio e serviços mostram agora sinais de alguma fragilidade (Vila Real, Guarda, Covilhã e Beja são alguns dos exemplos). Uma análise mais pormenorizada dos serviços de apoio ao sector produtivo e à competitividade dos territórios será desenvolvida num capítulo mais à frente.

d) Comércio e serviços agro-florestais

A geografia dos serviços de apoio ao sector agro-florestal (figura 1.14.d) evidencia uma distribuição relativamente semelhante à dos demais serviços analisados. Isto parece indicar que não há uma organização específica para o sector. Ainda que a análise seja parcial e não contemple, designadamente, os serviços de extensão, formação profissional e investigação, os serviços de protecção florestal, as associações do sector e todos os serviços públicos agrícolas, não deixa de reflectir a realidade empresarial e a capacidade do sector privado ligado a este domínio de actividade.

Há uma clara necessidade de organizar os serviços de apoio ao sector agro-florestal em termos espaciais (Mendes, 2002): definir a escala a que devem ser prestados (municipal, inter-municipal ou regional) e organizar os serviços em função do tipo de mobilidade a incrementar (ou seja, identificando se deve ser o serviço que se desloca ao produtor/agricultor ou se é o produtor/agricultor que se desloca ao serviço).

O mapa que sistematiza o sistema de serviços de apoio ao sector agro-florestal (figura 1.14.d) sustenta duas importantes conclusões⁸⁵:

- por um lado, a estrutura de serviços municipais está aparentemente muito fragilizada em determinadas áreas do Continente, sobretudo no interior, onde o sector agro-florestal continua a ter uma certa importância.

- os serviços de carácter inter-municipal ou regional devem seguir a lógica de distribuição dos serviços públicos pertencentes ao sector, privilegiando as polarizações já existentes de forma a criar sinergias inter-serviços.

Observando o mapa, apercebemo-nos que em Trás-os-Montes e Alto Douro o sistema está estruturado à volta de Chaves, Bragança e Vila Real. No Noroeste realçam-se o Porto, seguido de Vila Nova de Gaia, a liderar claramente a oferta; depois vêm Matosinhos, Maia, Vila do Conde, Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

A Região Centro volta novamente a exibir um sistema polinucleado, dando visibilidade a várias centralidades. Podemos afirmar que é a Região melhor estruturada para apoiar o desenvolvimento de um sistema de serviços agro-florestais de escala inter-municipal. A Região de Lisboa e do Vale do Tejo segue também um modelo policêntrico, onde Lisboa destaca-se a nível regional e nacional. O Algarve apresenta uma estrutura de oferta linear, mas jogando com Portimão, Silves, Loulé, Faro e Tavira.

O Alentejo, pelo contrário, demonstra uma grande concentração. Destaca-se um sistema polarizado pela cidade de Évora e ainda por Elvas, Coruche, Montemor-o-Novo e Beja.

⁸⁵ Américo Mendes (2002) define que os serviços de extensão, protecção da produção animal (serviços veterinários), escoamento de produtos através da recolha na exploração (animais vivos, leite, produtos florestais, etc.) e escoamento de produtos através da sua concentração fora das explorações (por exemplo, cereais) devem ser prestados segundo uma organização municipal ou intermunicipal. Os serviços à protecção da produção florestal (sapadores florestais para a limpeza de matas) devem estar estruturados a nível inter-municipal, mas a formação profissional e a protecção da produção vegetal (serviços de avisos agrícolas, associações de protecção integrada, brigadas de sapadores florestais para a limpeza de matas) devem ser organizados regionalmente e o serviço deve deslocar-se preferencialmente ao agricultor. A rede de vigilância e detecção de incêndios deve irradiar de serviços também organizados regionalmente.

Quadro Síntese 1.14.a) Centralidade e Atractividade

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7
				Modalidade das	Valor-teste	Modalidade das	Valor-teste	Modalidade das	Valor-teste	Modalidade das
1	8.477.129 N°	-	População residente na área de influência do equipamento	nível 1	8	nível 3	6	nível 5	4	nível 3
1	8.477.129 N°	-	Hipermercado - pop. res. área de influência	nível 1	7	nível 1	3	nível 5	4	nível 3
2	9.771.310 N°	-	Hospital Geral - pop. res. área de influência	nível 1	11	nível 2	6	nível 5	4	nível 3
3	9.771.310 N°	-	Hospital Geral - pop. res. área de influência	nível 1	11	nível 3	10	nível 5	6	nível 4
4	8.522.585 N°	-	Aluguer Auto - pop. res. área de influência	nível 2	5	nível 4	10	nível 6	9	nível 5
4	9.343.768 N°	-	Ag. Viagens - pop. res. área de influência	nível 1	10	nível 3	10	nível 5	6	nível 4
7	8.818.590 N°	-	Ag. Bancária - pop. res. área de influência	nível 2	8	nível 3	9	nível 6	6	nível 4
7	8.818.590 N°	-	Equip. Informático - pop. res. área de influência	nível 2	8	nível 3	9	nível 6	6	nível 4
5	9.193.425 N°	-	Equip. Informático - pop. res. área de influência	nível 2	8	nível 3	9	nível 6	6	nível 4
5	9.193.425 N°	-	Oculista - pop. res. área de influência	nível 2	8	nível 3	9	nível 6	6	nível 4
6	9.648.352 N°	-	Oculista - pop. res. área de influência	nível 3	4	nível 1	3	nível 5	4	nível 3
6	9.648.352 N°	-	Pop. atraída de fora da freg. de localização do equipamento	nível 1	8	nível 3	10	nível 5	6	nível 4
9	8.692.899 N°	-	Hospital Geral - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 1	6	nível 1	3	nível 5	4	nível 3
8	7.272.106 N°	-	Hipermercado - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 1	12	nível 2	6	nível 4	3	nível 1
10	6.246.451 N°	-	Aluguer Auto - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 1	11	nível 3	9	nível 6	7	nível 4
10	6.246.451 N°	-	Ag. Viagens - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 1	9	nível 4	8	nível 5	7	nível 4
11	6.170.256 N°	-	Ag. Viagens - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 1	9	nível 4	8	nível 5	7	nível 4
12	4.182.943 N°	-	Equip. Informático - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 2	6	nível 4	7	nível 6	5	nível 3
12	4.182.943 N°	-	Equip. Informático - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 2	6	nível 4	7	nível 6	5	nível 3
13	4.352.285 N°	-	Oculista - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 2	5	nível 3	5	nível 5	4	nível 3
13	4.352.285 N°	-	Oculista - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 2	5	nível 3	5	nível 5	4	nível 3
14	2.972.132 N°	-	Ag. Bancárias - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 3	5	nível 1	3	nível 5	4	nível 3
14	2.972.132 N°	-	Ag. Bancárias - pop. atraída de fora da freg. local, do equip.	nível 3	5	nível 1	3	nível 5	4	nível 3
30	48 N°	-	Distância máxima de atracção	nível 1	13	nível 2	4	nível 3	7	nível 4
28	14.185 N°	-	Centros Comerciais	nível 1	12	nível 2	4	nível 3	7	nível 4
29	13.643 N°	-	PC Lojas em C. Comerc. abertos entre 1980/1989	nível 1	12	nível 2	4	nível 3	7	nível 4
23	29.639 N°	-	PC Lojas em C. Comerc. abertos entre 1990/1999	nível 1	13	nível 2	4	nível 3	7	nível 4
23	29.639 N°	-	PC Nº lojas em Centros Comerciais	nível 1	13	nível 2	4	nível 3	7	nível 4
23	29.639 N°	-	PC Nº lojas em Centros Comerciais	nível 1	13	nível 2	4	nível 3	7	nível 4
22	2.380.045 N°	-	PC Sup. comercial em Centros Comerciais	nível 1	13	nível 2	4	nível 3	7	nível 4
22	2.380.045 N°	-	PC Sup. comercial em Centros Comerciais	nível 1	13	nível 2	4	nível 3	7	nível 4
25	39 N°	-	PC Hipermercados em Centros Comerciais	nível 1	5	nível 1	3	nível 5	4	nível 3
25	39 N°	-	PC Hipermercados em Centros Comerciais	nível 1	5	nível 1	3	nível 5	4	nível 3
26	100 N°	-	PC Supermercados em Centros Comerciais	nível 1	7	nível 1	3	nível 5	4	nível 3
26	100 N°	-	PC Supermercados em Centros Comerciais	nível 1	7	nível 1	3	nível 5	4	nível 3
24	103 N°	-	PC Círculos em Centros Comerciais	nível 1	5	nível 1	3	nível 5	4	nível 3
24	103 N°	-	PC Círculos em Centros Comerciais	nível 1	5	nível 1	3	nível 5	4	nível 3

Quadro Síntese 1.14.b) Níveis Hierárquicos e Especializações no Comércio e Serviços

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5
				Modalidade das	Valor-teste	Modalidade das	Valor-teste	Modalidade das
21	97.419 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia I	nível 1	12	nível 2	4	nível 5
21	97.419 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia I	nível 1	12	nível 2	4	nível 5
22	23.098 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia II	nível 1	12	nível 2	4	nível 5
22	23.098 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia II	nível 1	12	nível 2	4	nível 5
23	9.054 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia III	nível 1	10	nível 2	4	nível 5
23	9.054 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia III	nível 1	10	nível 2	4	nível 5
24	3.889 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia IV	nível 2	3	nível 3	4	nível 5
24	3.889 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia IV	nível 2	3	nível 3	4	nível 5
25	2.636 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia V	nível 2	3	nível 3	4	nível 5
25	2.636 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia V	nível 2	3	nível 3	4	nível 5
26	794 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia VI	nível 2	3	nível 3	4	nível 5
26	794 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia VI	nível 2	3	nível 3	4	nível 5
27	1.265 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia VII e VIII	nível 2	3	nível 3	4	nível 5
27	1.265 N°	-	PC nº de unid. funcionais da Hierarquia VII e VIII	nível 2	3	nível 3	4	nível 5
28	2.685 N°	-	PC nº de unid. funcionais no sector da Administração e Segurança	nível 2	4	nível 2	4	nível 5
28	2.685 N°	-	PC nº de unid. funcionais no sector da Administração e Segurança	nível 2	4	nível 2	4	nível 5
29	92.797 N°	-	PC nº de unid. funcionais no Comércio e Serviços ao Consumidor	nível 1	13	nível 3	6	nível 5
29	92.797 N°	-	PC nº de unid. funcionais no Comércio e Serviços ao Consumidor	nível 1	13	nível 3	6	nível 5
29	92.797 N°	-	PC nº de unid. funcionais no Comércio e Serviços ao Consumidor	nível 1	13	nível 3	6	nível 5
30	11.713 N°	-	PC nº de unid. funcionais na Educação	nível 1	11	nível 2	9	nível 5
30	11.713 N°	-	PC nº de unid. funcionais na Educação	nível 1	11	nível 2	9	nível 5
31	8.518 N°	-	PC nº de unid. funcionais na Saúde	nível 1	6	nível 3	8	nível 5
31	8.518 N°	-	PC nº de unid. funcionais na Saúde	nível 1	6	nível 3	8	nível 5
32	4.616 N°	-	PC nº de unid. funcionais no Desporto	nível 2	6	nível 3	6	nível 5
32	4.616 N°	-	PC nº de unid. funcionais no Desporto	nível 2	6	nível 3	6	nível 5
33	2.259 N°	-	PC nº de unid. funcionais no Turismo	nível 2	6	nível 3	6	nível 5
33	2.259 N°	-	PC nº de unid. funcionais no Turismo	nível 2	6	nível 3	6	nível 5
34	8.663 N°	-	PC nº de unid. funcionais nos serviços mistos	nível 2	8	nível 3	6	nível 5
34	8.663 N°	-	PC nº de unid. funcionais nos serviços mistos	nível 2	8	nível 3	6	nível 5
1	74 N°	-	PC nº de Funções existentes	nível 2	8	nível 3	6	nível 5
1	74 N°	-	PC nº de Funções existentes	nível 2	8	nível 3	6	nível 5
2	135.455 N°	-	PC nº de Unidades funcionais existentes	nível 1	13	nível 3	6	nível 5
2	135.455 N°	-	PC nº de Unidades funcionais existentes	nível 1	13	nível 3	6	nível 5
5	7.3 %	nível 4	QL nº de unid. funcionais da Hierarquia III	nível 1	4	nível 3	10	nível 5
7	1.9 %	nível 5	QL nº de unid. funcionais da Hierarquia V	nível 1	5	nível 3	10	nível 5
8	0.6 %	nível 5	QL nº de unid. funcionais da Hierarquia VI	nível 1	6	nível 3	10	nível 5
9	0.5 %	nível 5	QL nº de unid. funcionais da Hierarquia VII	nível 1	6	nível 3	10	nível 5
10	0.4 %	nível 5	QL nº de unid. funcionais da Hierarquia VIII	nível 1	6	nível 3	10	nível 5
10	0.4 %	nível 5	QL nº de unid. funcionais da Hierarquia VIII	nível 1	6	nível 3	10	nível 5
12	67.0 %	nível 5	QL Comércio e serviços ao consumidor por unid. funcionais	nível 1	4	nível 3	10	nível 5
17	3.3 %	nível 5	QL Serviços de desporto por unidades funcionais	nível 1	4	nível 3	10	nível 5
18	1.9 %	nível 4	QL Serv. administrativos e de segurança por unid. funcionais	nível 1	4	nível 3	10	nível 5
18	1.9 %	nível 4	QL Serv. administrativos e de segurança por unid. funcionais	nível 1	4	nível 3	10	nível 5
19	9.3 %	nível 3	QL Serviços Públicos (18 funções) por unid. funcionais	nível 1	4	nível 3	10	nível 5
20	90.7 %	nível 6	QL Serviços Privados (45 funções) por unid. funcionais	nível 1	4	nível 3	10	nível 5
20	90.7 %	nível 6	QL Serviços Privados (45 funções) por unid. funcionais	nível 1	4	nível 3	10	nível 5

Legenda:

PC Passo no Contínente
QL Quantidade de localização
nível 1 Significa o valor 2882

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 80% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2
A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

Quadro Síntese 1.14.c) Comércio e Serviços Especializados

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7	
				Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste
17	270	Nº	PC TOTAL de funções centrais	nível 1	8	nível 5	10	nível 6	9	nível 7	9	nível 8	6	nível 6	5	nível 8	4
18	82.104	Nº	PC Total unidades funcionais	nível 1	16	nível 2	12	nível 3	10	nível 4	8	nível 5	8	nível 6	6	nível 6	5
9	22.790	Nº	PC Serviços Grossistas	nível 1	13	nível 2	8	nível 3	5	nível 3	5	nível 5	4	nível 6	3	nível 6	5
10	19.554	Nº	PC Serviços às Empresas	nível 1	15	nível 2	8	nível 3	7	nível 3	5	nível 5	6	nível 6	6	nível 6	5
10	19.554	Nº	PC Serviços às Empresas	nível 1	15	nível 2	10	nível 3	10	nível 4	8	nível 6	8	nível 7	6	nível 8	5
14	15.498	Nº	PC Serviços de Saúde	nível 1	13	nível 2	9	nível 3	7	nível 3	5	nível 4	5	nível 5	4	nível 6	5
14	15.498	Nº	PC Serviços de Saúde	nível 1	14	nível 2	7	nível 2	6	nível 3	6	nível 4	5	nível 5	4	nível 6	5
16	8.521	Nº	PC Comércio e Serviços ao Consumidor	nível 1	13	nível 2	7	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	4	nível 5	3	nível 6	5
13	2.994	Nº	PC Serviços de Educação	nível 1	10	nível 2	4	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	4	nível 5	3	nível 6	5
11	4.829	Nº	PC Serviços apoio Construção e Imobiliário	nível 1	7	nível 2	4	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	4	nível 5	3	nível 6	5
11	4.829	Nº	PC Serviços apoio Construção e Imobiliário	nível 1	7	nível 2	4	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	4	nível 5	3	nível 6	5
1	27,8	%	QL Serviços Grossistas	nível 1	7	nível 2	4	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	4	nível 5	3	nível 6	5
2	23,8	%	QL Serviços às Empresas	nível 1	10	nível 2	4	nível 2	3	nível 3	3	nível 4	4	nível 5	3	nível 6	5
7	5,2	%	QL Comércio e Serviços ao Consumidor	nível 2	4	nível 4	3,00	nível 5	3	nível 6	4	nível 7	4	nível 8	3	nível 9	2
6	18,9	%	QL Serviços de Saúde	nível 1	12	nível 2	5	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	3	nível 6	5
5	3,6	%	QL Serviços de Educação	nível 1	9	nível 2	5	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	3	nível 6	5
3	5,9	%	QL Serviços apoio Construção e Imobiliário	nível 1	9	nível 2	5	nível 2	4	nível 3	4	nível 4	4	nível 5	3	nível 6	5
Áreas Urbanas incluídas em cada classe				140		64		35		18		13		6		2	

Quadro Síntese 1.14.d) Comércio e Serviços Agro-florestais

Cod. Indicador	Valor Contínente	Classe Contínente	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7	
				Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste	Modalidade das	Valor teste
24	9.469	Nº	PC TOTAL de comércio e serviços ao sector	nível 1	15	nível 2	10	nível 4	9	nível 6	6	nível 7	3	nível 7	2	nível 8	2
24	9.469	Nº	PC TOTAL de comércio e serviços ao sector	nível 1	15	nível 2	10	nível 4	9	nível 6	6	nível 7	3	nível 7	2	nível 8	2
23	49	Nº	PC DIVERSIDADE de comércio e serviços	nível 1	12	nível 3	9	nível 5	6	nível 6	7	nível 7	3	nível 7	2	nível 8	2
23	49	Nº	PC DIVERSIDADE de comércio e serviços	nível 1	12	nível 3	9	nível 5	6	nível 6	7	nível 7	3	nível 7	2	nível 8	2
12	1.042	Nº	PC Bens e serviços à Agricultura	nível 1	10	nível 2	5	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
12	1.042	Nº	PC Bens e serviços à Agricultura	nível 1	9	nível 2	4	nível 4	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
13	2.638	Nº	PC Bens e serviços à Agro-pecuária	nível 1	6	nível 1	2	nível 1	2	nível 6	4	nível 6	3	nível 7	2	nível 8	2
16	436	Nº	PC Bens e serviços à Indústria Alimentar	nível 1	8	nível 1	2	nível 1	2	nível 6	4	nível 6	3	nível 7	2	nível 8	2
20	1.342	Nº	PC Comércio de Madeiras	nível 1	7	nível 1	2	nível 1	2	nível 6	4	nível 6	3	nível 7	2	nível 8	2
17	171	Nº	PC Equipamentos e serviços de apoio à Exploração Florestal	nível 1	6	nível 1	2	nível 1	2	nível 6	4	nível 6	3	nível 7	2	nível 8	2
18	228	Nº	PC Equipamentos para a Indústria de Madeiras	nível 1	10	nível 2	7	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
18	228	Nº	PC Equipamentos para a Indústria de Madeiras	nível 1	11	nível 2	8	nível 4	5	nível 6	5	nível 6	3	nível 7	2	nível 8	2
21	1.214	Nº	PC Comércio prod. agric. - fileira da Vinha	nível 1	4	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
19	12	Nº	PC Serv. de apoio à prod. agric. - fileira da Vinha	nível 1	7	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
14	1.782	Nº	PC Bens e serviços à Produção Animal	nível 1	10	nível 2	7	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
14	1.782	Nº	PC Bens e serviços à Produção Animal	nível 1	10	nível 2	7	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
22	151	Nº	PC Comércio de prod. Animais	nível 1	4	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
15	453	Nº	PC Serviços de apoio à Caça	nível 1	7	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
1	11,00	%	QL Bens e serviços à Agricultura	nível 1	7	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
2	27,86	%	QL Bens e serviços à Agro-pecuária	nível 1	10	nível 2	7	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
5	4,60	%	QL Bens e serviços à Indústria Alimentar	nível 1	6	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
9	14,17	%	QL Comércio de Madeiras	nível 1	7	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
6	1,81	%	QL Equipamentos e serviços de apoio à Exploração Florestal	nível 1	10	nível 2	7	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
7	2,41	%	QL Equipamentos para a Indústria de Madeiras	nível 1	9	nível 2	7	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
8	0,13	%	QL Serv. de apoio à prod. agric. - fileira da Vinha	nível 1	4	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
10	12,82	%	QL Comércio produtos agrícolas - fileira da Vinha	nível 1	10	nível 2	7	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
3	18,82	%	QL Bens e serviços à Produção Animal	nível 1	9	nível 2	7	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
11	1,59	%	QL Comércio de prod. Animais	nível 1	4	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
11	1,59	%	QL Comércio de prod. Animais	nível 1	4	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
4	4,87	%	QL Serviços de apoio à Caça	nível 1	7	nível 1	3	nível 3	4	nível 4	4	nível 4	2	nível 7	2	nível 8	2
Áreas Urbanas incluídas em cada classe				87		114		54		18		2		1		1	

Legenda:

PC

Peso no Contínente

QL

Quociente de localização

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

Em termos globais, podemos considerar sete tipos de áreas urbanas em termos da centralidade e atratividade do comércio e serviços:

Atratividade insignificante (classe 1)

São os centros urbanos onde não estão localizados equipamentos ou serviços de níveis hierárquicos superiores e que, por isso, não têm grande capacidade de atratividade. Não possuem hipermercado, hospital geral, agências de aluguer de automóveis e centros comerciais. Além disso, as agências de viagens, as agências bancárias, as lojas de equipamento informático ou os oculistas não se encontram em todos os centros desta classe. A atratividade é exercida por serviços de nível hierárquico intermédio (agências bancárias ou agências de viagens ou lojas de equipamento informático ou oculistas), que em geral só atraem populações residentes no próprio município. São áreas urbanas localizadas em territórios pouco povoados e, por isso, o número total de pessoas potencialmente servidas é muito baixo. Esta categoria destaca-se das demais pela incipiente oferta de serviços e pela baixa atratividade exercida pelos mesmos.

Atratividade muito fraca (classe 2)

A situação melhora um pouco em termos de atratividade nesta categoria e o número de pessoas servida sobe também. O potencial de pessoas servidas anda à volta das 10 a 20 mil pessoas, mas varia em função dos serviços em questão. São centralidades com um território de atracção muito limitado, que possuem geralmente (mais de 50% dos centros) lojas de equipamento informático ou agências bancárias. Estes centros não possuem funções de níveis hierárquicos superiores (hospitais gerais, hipermercados) e só alguns têm agências de aluguer de automóveis, agências de viagem, oculista ou centros comerciais.

Atratividade fraca (classe 3)

Toma a melhorar a situação relativamente à categoria anterior. Estes centros estão ligeiramente melhor equipados e são um pouco mais atractivos. O raio de acção aumenta e as centralidades são exercidas de forma a atrair 20 a 50 mil pessoas, em função dos serviços em causa. Alguns centros urbanos possuem hipermercados ou agências de aluguer de automóveis, o que contribui para o reforço da atratividade.

Atratividade razoável (classe 4)

Entramos num novo tipo de centros urbanos, onde o potencial de mercado é já razoável e existe uma oferta de serviços mais sólida. A população atraída aumenta para os 30 a 100 mil habitantes. As funções mais raras (hospital geral, designadamente) só aparecem num limitado número de centros, mas vão surgindo outros serviços um pouco mais vulgares (por exemplo, hipermercados e centros comerciais).

Atratividade relevante (classe 5)

São centros urbanos que atraem um potencial de população que ronda sobretudo entre os 50 e os 200 mil residentes, ou mais. Estas centralidades são exercidas no território municipal de áreas densamente povoadas ou num raio de acção que ultrapassa claramente o município nas áreas menos densas. Em algumas destas centralidades urbanas, a importância das funções de níveis hierárquicos superiores (hospital geral, hipermercados) contribui claramente para esta atratividade.

Atratividade forte (classe 6)

A população potencialmente atraída anda predominantemente à volta dos 100 a 300 mil, ou mais. Esta categoria apresenta três tipos de enquadramentos territoriais: 1. centralidades urbanas fundamentais nas áreas densamente povoadas; 2. centralidades que estruturam um território extenso razoavelmente povoado; 3. centralidades intra-metropolitanas. A atratividade exercida pelos centros comerciais é também relevante e evidencia-se sobretudo pelo número de lojas e superfícies comerciais existentes.

Máxima atratividade (classe 7)

São centralidades que atraem uma população muito grande, que ronda as 200 a 600 mil pessoas, podendo em alguns casos estender-se até um milhão de pessoas. Pertencem a esta categoria as sedes das duas metrópoles, Lisboa e Porto, e duas áreas urbanas muito populosas (Sintra e Vila Nova de Gaia). Também aqui os centros comerciais marcam a atratividade exercida por estas áreas urbanas. Nas funções em análise, destaca-se a atratividade do hospital, do hipermercado e das agências de aluguer de automóveis (não incluindo a população residente na freguesia onde estão localizados estes serviços, podem atrair mais de 200 mil pessoas).

Em termos globais, podemos considerar cinco tipos de áreas urbanas atendendo aos níveis hierárquicos e sectores de especialização no comércio e serviços essenciais:

Muito fraca concentração de comércio e serviços essenciais (classe 1)

Localmente destacam-se os serviços administrativos e de segurança e os predominantemente públicos. Mas o contexto é de uma grande fragilidade na oferta de comércio e serviços, independentemente do nível hierárquico e do sector.

Fraca concentração de comércio e serviços essenciais (classe 2)

A situação melhora um pouco em termos de representatividade nacional. Em termos hierárquicos as funções dos níveis superiores mantêm uma representatividade baixa, semelhante à classe anterior (nas hierarquias VII e VIII), mas os níveis mais baixos reforçam a sua representatividade. Em termos sectoriais, praticamente todos os domínios registaram melhorias. Analisando a estrutura de serviços local evidenciam-se novamente os serviços administrativos e de segurança, e agora realçam-se também os serviços desportivos.

Razoável concentração de comércio e serviços essenciais (classe 3)

Em termos de serviços administrativos e de segurança, a estrutura local é semelhante à média do Continente. As funções centrais e todos os sectores aumentam a sua representatividade nacional.

Alta concentração de comércio e serviços essenciais (classe 4)

São classes que representam as áreas urbanas com uma oferta relativamente relevante. Todas as funções centrais em análise estão presentes na maioria dos concelhos desta classe. As actividades administrativas e de segurança deixam de ser relevantes face a uma oferta diversificada e de relativa dimensão. O comércio e os serviços ao consumidor evidenciam-se em alguns dos concelhos desta classe.

Elevada concentração de comércio e serviços essenciais (classe 5)

São as áreas que concentram o maior número de funções centrais e de unidades funcionais em todos os níveis hierárquicos e na grande maioria dos sectores. Em termos locais realçam-se os níveis hierárquicos superiores (VI, VII e VIII). Os serviços administrativos e de segurança mostram uma estrutura mais fraca relativamente à dimensão da restante oferta.

Em termos globais, podemos considerar sete tipos de áreas urbanas em função da oferta de comércio e serviços especializados:

Estrutura de comércio e serviços especializados insignificante (classe 1)

Nesta classe há uma representação insignificante dos diferentes sectores de comércio e serviços especializados. Em termos locais, a estrutura deste tipo de comércio e serviços é evidentemente débil nos serviços às empresas, no comércio grossista, nos serviços de educação, de saúde, de apoio à cultura e lazer, nos serviços à construção e imobiliário e no comércio e serviços ao consumidor. Assim, esta classe destaca-se claramente das restantes pela forte fragilidade da oferta.

Estrutura de comércio e serviços especializados muito pouco representativa (classe 2)

No Continente, o peso dos diferentes domínios de comércio e serviços especializados sobe ligeiramente a sua representatividade relativamente à categoria anterior, mas continuam a ser muito pouco representativos. Analisando a estrutura local, a fragilidade evidencia-se nos serviços de apoio à construção e imobiliário e nos serviços de saúde.

Estrutura de comércio e serviços especializados pouco representativa (classe 3)

No Continente, o peso dos diferentes domínios de comércio e serviços especializados continua a ser pouco significativo, mas sobe a sua importância relativamente à categoria anterior. Além disso, a diversidade funcional é muito fraca (só possuem cerca de 17 a 27% das funções centrais em análise). Analisando a estrutura local nada se evidencia pela positiva ou pela negativa.

Estrutura de comércio e serviços especializados com alguma visibilidade (classe 4)

A partir desta categoria, o peso dos diferentes domínios de comércio e serviços especializados passa a ter uma representatividade mínima razoável. Além disso, a diversidade funcional aumenta (estas áreas possuem 27 a 49% das funções centrais em estudo). A estrutura local dos serviços de saúde apresenta valores semelhantes ao Continente.

Razoável representatividade e diversidade funcional (classe 5)

Em termos de peso no Continente volta a aumentar a representatividade. Nesta classe todos os domínios estão minimamente fornecidos (possuem mais de 1% das unidades existentes no Continente). Em termos de diversidade funcional, é de referir que mais de 50% das funções centrais estão presentes nesta classe. Em termos de estrutura local, evidencia-se uma fraca representatividade dos serviços de apoio à construção e imobiliário.

Forte representatividade e diversidade funcional (classe 6)

Em termos de peso no Continente volta a aumentar a representatividade. A importância dos serviços às empresas e do comércio grossista evidencia-se claramente nos índices de especialização. Esta classe representa os nós estruturadores do sistema urbano abaixo de Lisboa e Porto.

Centro das metrópoles destaca-se na oferta de comércio e serviços especializados (classe 7)

Esta classe evidencia-se claramente das anteriores, pois há aqui uma forte concentração de comércio e serviços especializados. Da classe anterior para esta a representatividade aumenta imenso de nível, há uma espécie de descolagem relativamente às classes anteriores. Em termos de representatividade no Continente todos os serviços têm aqui os seus valores máximos. Relativamente à estrutura local destacam-se os altos índices de especialização nos serviços às empresas e no comércio grossista.

Em termos globais, podemos considerar seis tipos de áreas em termos da capacidade de oferta de comércio e serviços agro-florestais:

Grande fragilidade na oferta de comércio e serviços agro-florestais (classe 1)

O comércio e serviços no domínio agro-florestal não tem qualquer representatividade no total do Continente. Além disso, há uma fraca diversidade na oferta de serviços ao sector. Em termos locais, a estrutura confirma a fragilidade enunciada, já que todos os serviços em análise apresentam níveis de especialização muitíssimo baixos.

Fragilidade na oferta de comércio e serviços agro-florestais (classe 2)

A situação melhora muito ligeiramente em termos de representatividade nacional. Em termos locais, a fragilidade é claramente inferior à categoria anterior, mas continua a verificar-se nas máquinas e equipamentos para a indústria alimentar, no fornecimento de equipamentos para a indústria de madeiras e no comércio de produtos animais (gado - compra e venda).

Oferta de comércio e serviços agro-florestais fraca associa-se a uma razoável presença dos serviços de apoio à fileira animal (classe 3)

Os serviços concelhios continuam a ter uma fraca representatividade no Continente (os concelhos possuem menos de 1% do total dos serviços do Continente), e apresentam uma fraca diversidade (só possuem 35 a 47% das funções). Em termos locais, há uma estrutura deficiente na comercialização de bens e serviços à agricultura (serviços de apoio à viticultura, comercialização de sementes, insecticidas, pequenos artigos e equipamentos para a horticultura) e nos serviços à indústria alimentar (máquinas e equipamentos para: engarrafamentos, padarias e moagens, lacticínios e salsicharias, etc.). O comércio de produtos animais (comercialização de gado) e os produtos e serviços de apoio à produção animal (compostos para animais, rações e veterinários) estão razoavelmente bem. Em termos da fileira florestal, realçam-se pela positiva os serviços de exploração, designadamente, as máquinas florestais e as motosserras.

Oferta de comércio e serviços agro-florestais significativa associa-se a uma fraca presença dos serviços ao sector florestal (classe 4)

A partir desta classe a situação muda. Os indicadores de representatividade concelhia no Continente sobem (dominam os concelhos que possuem 1 a 1,7% do total dos serviços do Continente) e a diversidade da oferta melhora substancialmente (possuem 46 a 60% das funções). Os serviços de apoio à fileira da madeira (comércio de equipamentos e serviços de exploração florestal e a comercialização de equipamentos para a indústria de madeiras) demonstram estar aqui pouco representados.

Oferta de comércio e serviços agro-florestais bastante significativa associa-se a uma forte presença do comércio e serviços ao sector animal (classe 5)

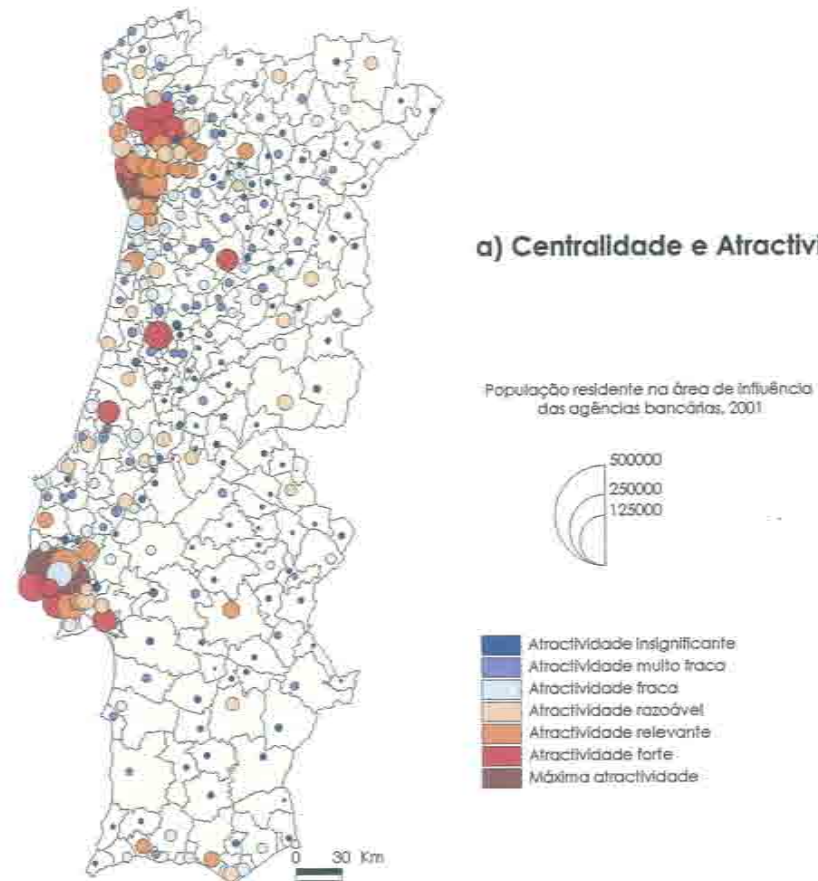
Em termos nacionais, estas áreas concentram uma percentagem bastante significativa de comércio e serviços agro-florestais (cada concelho possui 1,7 a 2,9% do total do Continente) e oferecem uma diversidade muito alta (entre 60 a 80% das funções). Os serviços de apoio ao sector florestal e à produção e comercialização animal evidenciam-se nesta categoria concelhia.

Elevada e diversificada oferta de comércio e serviços agro-florestais (classe 6)

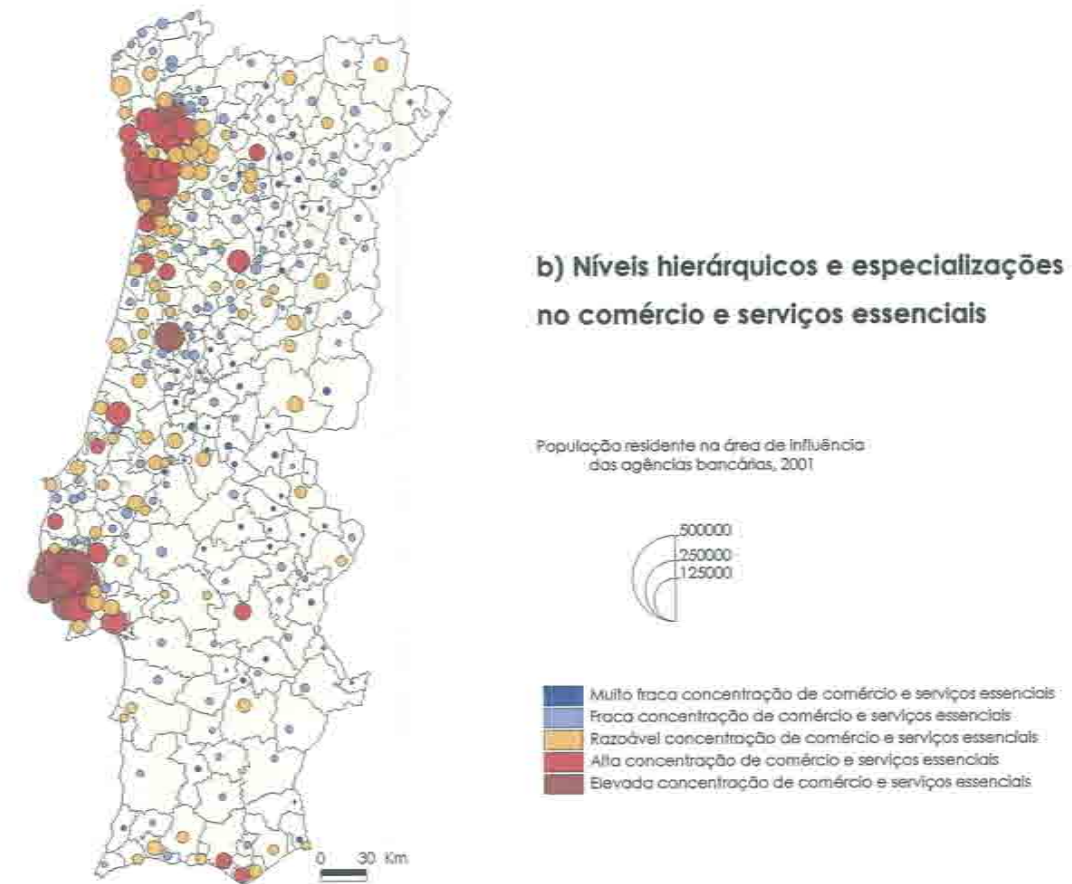
Aqui incluímos, para facilitar a leitura, três concelhos pertencentes a três diferentes classes. Vila Nova de Gaia é o mais fraco dos três, com um peso significativo na oferta de serviços agro-florestais no Continente. A seguir vem o Porto, onde se evidencia o comércio e serviços da fileira da vinha e a representatividade e a diversidade dos serviços existentes. Finalmente, Lisboa tem uma importância e uma diversidade ainda mais pronunciadas. Assim, cada concelho corresponde a uma classe diferente, mas encontram-se aqui agregados por se diferenciarem bastante das cinco classes anteriores.

Figura 1.14. Sistema Urbano: Centralidades de Comércio e Serviços

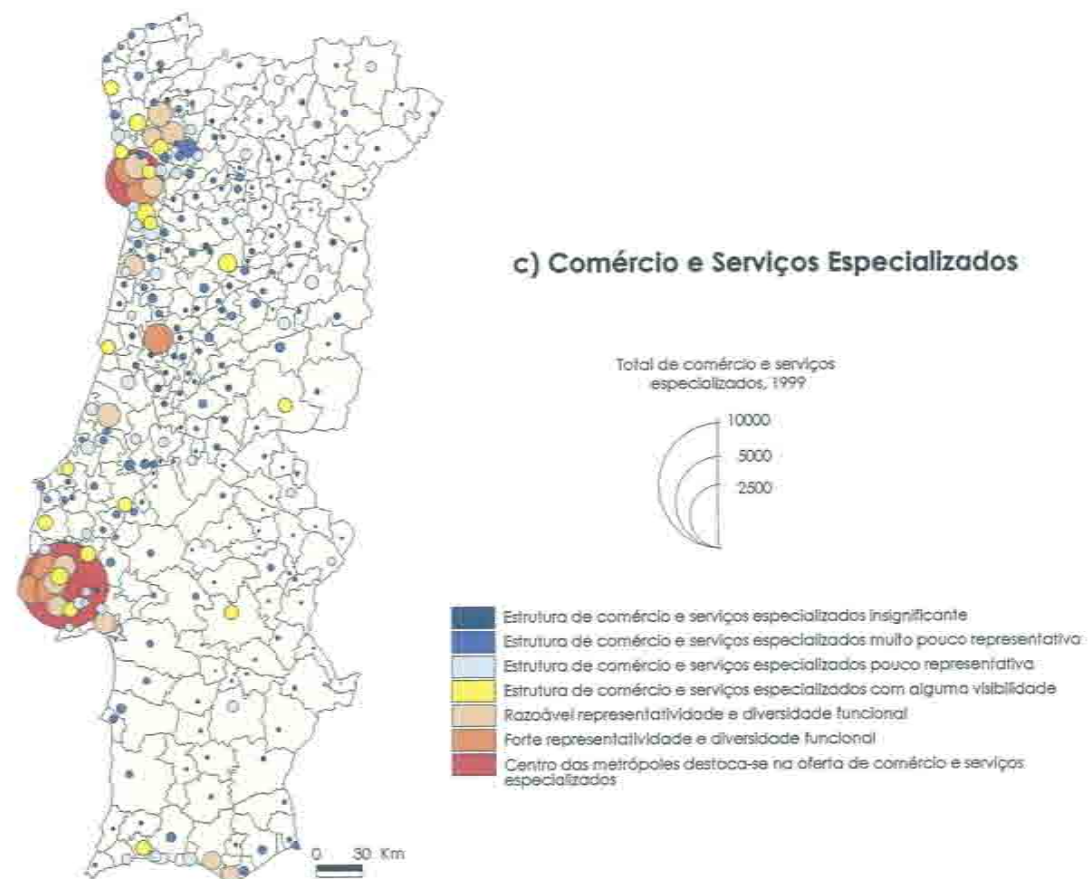
a) Centralidade e Atractividade



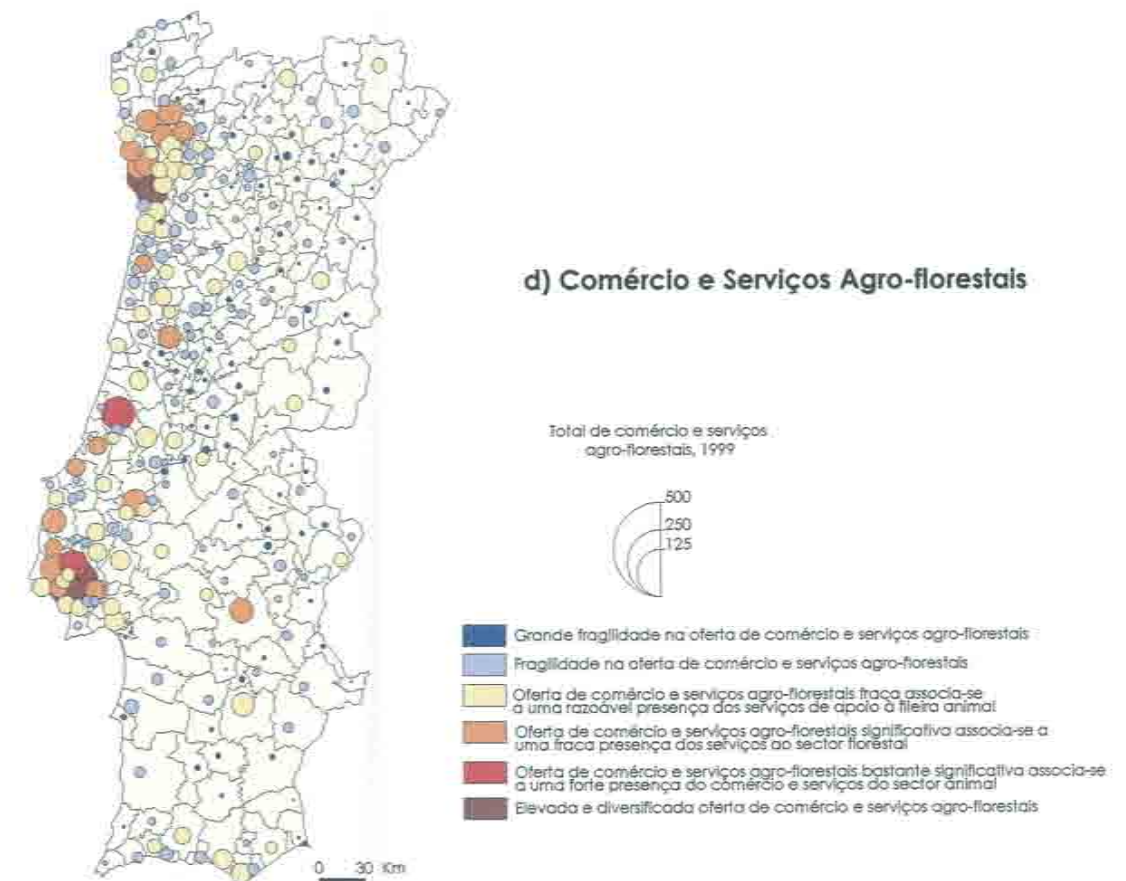
b) Níveis hierárquicos e especializações no comércio e serviços essenciais



c) Comércio e Serviços Especializados



d) Comércio e Serviços Agro-florestais



e) Centralidades de comércio e serviços – síntese global

É verdade que o modelo hierárquico dos lugares centrais perdeu parte da sua pertinência para descrever e explicar as diferenças de dimensão e espaçamento entre as cidades de um território. Nos últimos anos houve uma intensificação das interdependências entre cidades do mesmo nível, especialmente entre as grandes cidades, ao mesmo tempo que nos espaços urbanos a diversidade da oferta e da procura construíram uma rede policêntrica de geometrias variáveis para responder à diversidade de opções individuais. Mas isso não põe em causa a existência de um princípio de hierarquia na organização das cidades. A forma actual do sistema urbano e as dinâmicas das redes podem contribuir para a manutenção ou mesmo o reforço de hierarquias e independências mais antigas.

O sistema policêntrico do Noroeste não traduz uma realidade completamente nova, é uma estrutura herdada que se foi consolidando, difundido e que hoje em dia se integra num espaço mais alargado e interligado. A força de Lisboa também não é uma novidade, no entanto, as periferias têm vindo a reforçar as suas centralidades, a integrarem-se numa estrutura mais densa e multipolarizada, transmitindo à metrópole uma maior dimensão e liderança no seio do sistema urbano nacional. Em termos regionais, as cidades médias mantêm o seu papel de estruturação do território. Em tudo isto, nada é totalmente novo, porque as estruturas passadas deixam as suas marcas e os novos processos introduzem-se nos existentes. Por vezes reforçam-se posições, outras vezes perdem-se.

Nos últimos anos as práticas de consumo e de convivialidade alteraram-se muito. A mobilidade aumentou imenso, as distâncias encurtaram e a disponibilidade para a mobilidade cresceu. Os movimentos cruzam-se e multiplicam-se. Face a tudo isto, que estrutura de centralidades temos, que níveis hierárquicos persistem, que especializações apareceram? Onde está afinal a multipolarização que caracteriza o novo urbanismo?

Olhando para o mapa (figura 1.15), depois de termos cruzado as quatro abordagens analíticas descritas anteriormente, encontramos uma estrutura multipolarizada e hierarquizada. As periferias do Porto e de Lisboa concorrem com as centralidades da cidade central, mas também desenvolvem redes de complementaridade e contribuem para o reforço da centralidade e atractividade do conjunto. A bipolarização em torno das duas grandes aglomerações é uma evidência.

Lisboa, com as novas centralidades periféricas, tem uma força comercial e de serviços muito mais intensa e diversificada do que quando estava sozinha no cimo da pirâmide nacional de cidades. O Porto também viu a sua dimensão multiplicar-se com o sistema difuso de centralidades envolventes. Os movimentos radio-concêntricos em direcção às metrópoles centrais misturam-se com outros de orientações e sentidos diversificados. As cidades centrais têm alguma dificuldade em manter a centralidade e a atractividade de outros tempos. Podem, no futuro, vir a perder parte da sua polaridade no sistema metropolitano, mas por enquanto a nossa análise mostra que as duas estruturas urbanas mantêm-se polarizadas pelas respectivas cidades centrais.

Em Lisboa, as periferias (Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Loures, Almada e Setúbal, sobretudo) têm uma configuração ou uma morfologia mais contínua e intensa, mas as centralidades da margem norte do Tejo estão, em geral, melhor equipadas do que as da margem sul. Setúbal, Vila Franca de Xira e Torres Vedras são centralidades mais afastadas do centro da metrópole, mas fundamentais para a estruturação das periferias envolventes da *Região Urbana de Lisboa*. O Porto volta a apresentar uma multipolaridade estendida (com Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão a evidenciarem-se), com o Vale do Sousa a demonstrar algumas fragilidades.

Relativamente à Região Norte, realça-se a importância que a cidade de Viana do Castelo desempenha na estruturação do Minho-Lima. No interior, Vila Real, Chaves e Bragança destacam-se mas a estrutura regional evidencia ainda a importância de outros pequenos centros urbanos, como Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Lamego. Os três primeiros evidenciam-se relativamente aos restantes na oferta de comércio e serviços especializados e nas actividades terciárias de apoio ao sector agro-florestal; os segundos possuem uma oferta de serviços razoável, o que é um factor crucial para o equilíbrio do sistema urbano regional. Analisando os movimentos preferenciais das populações envolventes, verificamos que o Vale do Douro, com uma fraca oferta de comércio e serviços, reparte as suas dependências por Bragança, Mirandela, Lamego, Vila Real e Guarda. A influência do Porto estende-se até Cinfães e Resende, demonstrando a fragilidade urbana do sector oriental da metrópole do Porto.

Na Região Centro destacam-se em primeiro lugar Coimbra e Leiria, com uma atractividade forte e uma oferta de serviços razoavelmente especializada. Depois surgem Viseu, Aveiro e a Figueira da Foz, com uma atractividade relevante, uma oferta de serviços essenciais sólida, mas com uma estrutura de serviços especializados ou de apoio ao sector agro-florestal mais frágil. Guarda, Covilhã e Castelo Branco

aparecem no interior a sustentar uma oferta de serviços essenciais e uma atractividade razoável, mas com uma fraca representatividade de actividades especializadas e de serviços de apoio ao sector agro-florestal. O Pinhal-Interior apresenta-se fragilizado na oferta de comércio e serviços, fazendo com que esses territórios se interrelacionem com Castelo Branco e Coimbra. Devemos, por último, salientar que esta estrutura urbana demonstra uma policentricidade que é ainda alimentada por uma grande diversidade de pequenos centros (Seia, Oliveira do Hospital, Gouveia, Mangualde, Nelas, Trancoso, etc.).

No Alentejo, Évora destaca-se num contexto geral de grande fragilidade urbana. Portalegre e Beja são dois pólos de amarração fundamentais, sobretudo pela oferta de serviços essenciais e pela atractividade relativamente aos concelhos envolventes.

No Algarve as centralidades alinham-se ao longo do litoral, oferecendo uma razoável oferta de serviços essenciais. Destacam-se Faro, Loulé e Portimão, com uma apreciável oferta de serviços especializados e de apoio ao sector agro-florestal.

Algumas conclusões da análise do sistema de centralidades urbanas no domínio do comércio e dos serviços:

- Lisboa e Porto destacam-se na estrutura de oferta nacional de comércio e serviços, demonstrando mais uma vez a bipolaridade do sistema urbano. Embora nos últimos anos se tenha sentido uma forte proliferação do comércio e serviços nas periferias, as duas cidades centrais continuam a conseguir evidenciar-se claramente face às centralidades periféricas.
- Na *Região Urbana de Lisboa* a cidade central destaca-se numa estrutura policêntrica envolvente, concentrada na coroa periférica. A margem sul mostra uma fragilidade comercial e de serviços maior que a margem norte do Tejo.
- Na *Região Urbana do Porto* a cidade central também se realça das centralidades envolventes, mas a estrutura urbana demonstra uma policentricidade mais difusa. As centralidades periféricas apresentam uma diversidade elevada, destacando-se Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão pela positiva, e o Vale do Sousa pela fragilidade da oferta.
- Na Região Centro salienta-se uma estrutura policêntrica na oferta de comércio e serviços, enquanto que o Alentejo evidencia uma estrutura frágil e polarizada por Évora.
- No Algarve a linearidade urbana é acompanhada pela policentricidade na oferta de actividades terciárias.

Quadro Síntese 1.15. Síntese: Centralidades de Comércio e Serviços

Nº de áreas urbanas incluídas em cada classe	Sub-dominios de análise referentes às Centralidades	Modalidades características dos sub-dominios (legendas dos respectivos mapas)	Classes dos sub-dominios *	valor-teste
Classe 1 - Concentração de comércio e serviços muito fraca associa-se a uma atratividade muito baixa				
50	Centralidades e Atratividade	Atratividade insignificante	Classe 1	10
	Com. e Serviços Essenciais	Muito fraca concentração de comércio e serviços essenciais	Classe 1	100
	Com. e Serviços Especializados	Estrutura de comércio e serviços insignificante	Classe 1	9
	Com. e Serv. Agro-Florestais	Grande fragilidade na oferta de serviços agro-florestais	Classe 1	8
Classe 2 - Concentração de comércio e serviços fraca associa-se a uma atratividade baixa ou muito baixa				
96	Centralidades e Atratividade	Atratividade insignificante	Classe 1	3
	Centralidades e Atratividade	Atratividade muito fraca	Classe 2	7
	Com. e Serviços Essenciais	Muito fraca concentração de comércio e serviços essenciais	Classe 1	10
	Com. e Serviços Essenciais	Fraca concentração de comércio e serviços essenciais	Classe 2	5
	Com. e Serviços Especializados	Estrutura de comércio e serviços insignificante	Classe 1	8
	Com. e Serv. Agro-Florestais	Grande fragilidade na oferta de serviços agro-florestais	Classe 1	4
	Com. e Serv. Agro-Florestais	Fragilidade na oferta de serviços agro-florestais	Classe 2	3
Classe 3 - Concentração de comércio e serviços razoável ou fraca associa-se a uma atratividade baixa				
61	Centralidades e Atratividade	Atratividade fraca	Classe 3	10
	Com. e Serviços Essenciais	Razoável concentração de comércio e serviços essenciais	Classe 3	9
	Com. e Serviços Especializados	Estrutura de comércio e serviços muito pouco representativa	Classe 2	10
	Com. e Serv. Agro-Florestais	Fragilidade na oferta de serviços agro-florestais	Classe 2	5
Classe 4 - Concentração de comércio e serviços razoável associa-se a uma atratividade significativa				
32	Centralidades e Atratividade	Atratividade razoável	Classe 4	9
	Com. e Serviços Essenciais	Razoável concentração de comércio e serviços essenciais	Classe 3	9
	Com. e Serviços Especializados	Estrutura de comércio e serviços pouco representativa	Classe 3	10
	Com. e Serv. Agro-Florestais	Oferta de serviços agro-florestais fraca, mas serviços à fiação animal razoável	Classe 3	4
Classe 5 - Concentração de comércio e serviços especializada no sector agro-florestal associa-se a uma atratividade forte				
23	Centralidades e Atratividade	Atratividade relevante	Classe 5	8
	Com. e Serviços Essenciais	Alta concentração de comércio e serviços essenciais	Classe 4	9
	Com. e Serviços Especializados	Estrutura de comércio e serviços com alguma visibilidade	Classe 4	8
	Com. e Serv. Agro-Florestais	Oferta de serviços agro-florestais fraca, mas serviços à fiação animal razoável	Classe 3	5
	Com. e Serv. Agro-Florestais	Oferta de serviços agro-florestais significativa	Classe 4	3
Classe 6 - Concentração de comércio e serviços alta associa-se a uma atratividade muito forte				
1	Centralidades e Atratividade	Atratividade muito forte	Classe 6	2
	Com. e Serv. Agro-Florestais	Elevada e diversificada oferta de serviços agro-florestais	Classe 5	3
Classe 7 - Concentração de comércio e serviços elevada associa-se a uma atratividade forte				
13	Centralidades e Atratividade	Atratividade forte	Classe 6	8
	Com. e Serviços Essenciais	Elevada concentração de comércio e serviços essenciais	Classe 6	7
	Com. e Serviços Especializados	Razoável representatividade do comércio e serviços	Classe 5	6
	Com. e Serviços Especializados	Forte representatividade de comércio e serviços	Classe 6	5
	Com. e Serv. Agro-Florestais	Oferta de serviços agro-florestais significativa	Classe 4	5
Classe 8 - Concentração de comércio e serviços muito elevada associa-se a uma atratividade muito forte				
8	Centralidades e Atratividade	Atratividade muito forte	Classe 7	4
	Com. e Serviços Essenciais	Elevada concentração de comércio e serviços essenciais	Classe 5	3
	Com. e Serviços Especializados	O centro das metrópoles destacam-se na oferta de comércio e serviços	Classe 7	4
	Com. e Serv. Agro-Florestais	Elevada e diversificada oferta de serviços agro-florestais	Classe 6	2

Legenda:

Classe mais baixa

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

* As modalidades, as cores e as classes correspondem às 4 sínteses dos sub-dominios referentes às Centralidades, apresentados anteriormente.

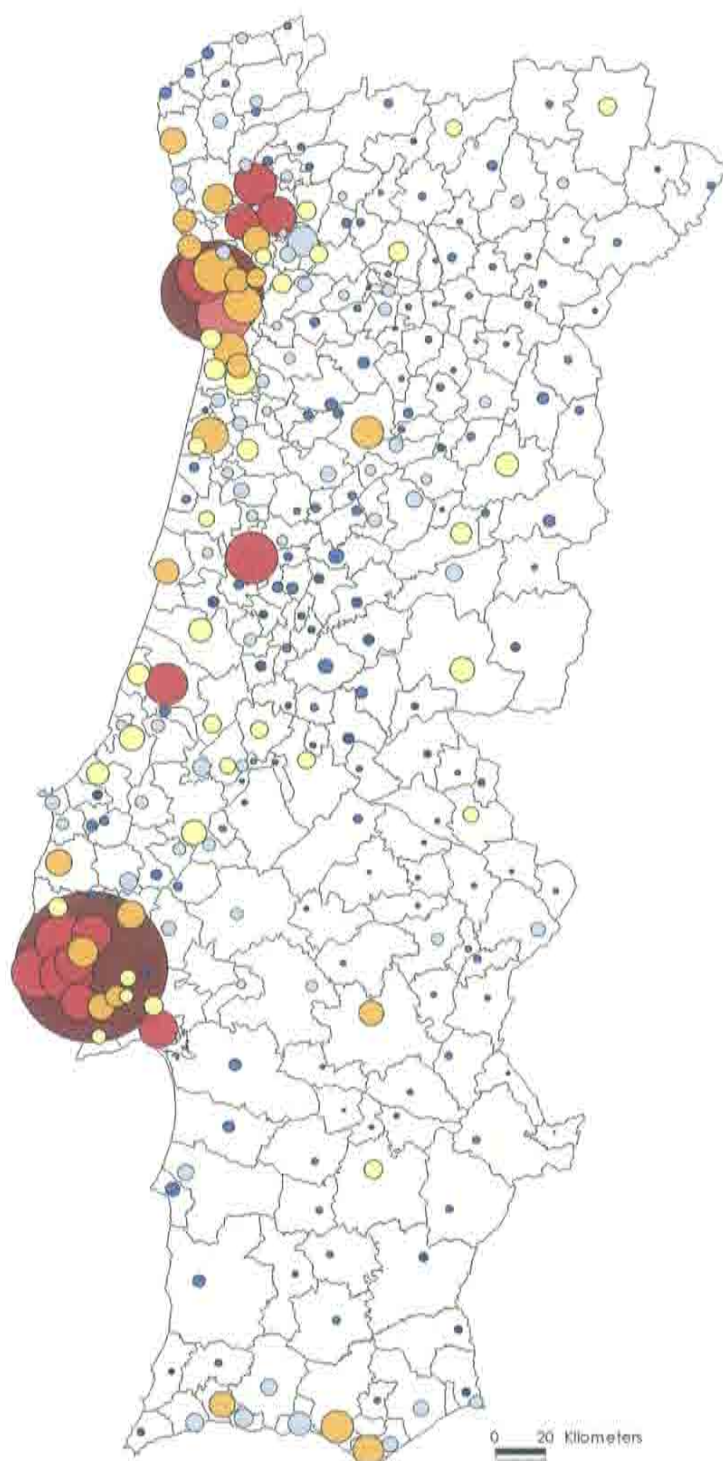
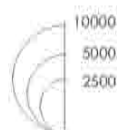


Figura 1.15. Sistema Urbano: Síntese
Centralidades de Comércio e Serviços

Total de comércio e serviços
especializados, 1999



- Concentração de comércio e serviços muito fraca associa-se a uma atractividade muito baixa
- Concentração de comércio e serviços fraca associa-se a uma atractividade baixa ou muito baixa
- Concentração de comércio e serviços razoável ou fraca associa-se a uma atractividade baixa
- Concentração de comércio e serviços razoável associa-se a uma atractividade significativa
- Concentração de comércio e serviços especializada no sector agro-florestal associa-se a uma atractividade forte
- Concentração de comércio e serviços alta associa-se a uma atractividade muito forte
- Concentração de comércio e serviços elevada associa-se a uma atractividade forte
- Concentração de comércio e serviços muito elevada associa-se a uma atractividade muito forte

3.3.3. Redes múltiplas ou geometrias variáveis

A noção de rede teve um grande sucesso técnico e académico. Trata-se de uma importante *descoberta*, capaz de nos elucidar sobre as inter-relações urbanas e territoriais. As redes permitem o desenvolvimento de "arquipélagos" servidos por uma rede de comunicações eficaz. Por outro lado, metropolização ou *metapolização* são sinónimos de extensão e menor densificação, mas também de mobilidades e, portanto, de malhas.

A sociedade está estruturada e funciona em rede. São redes que asseguram uma grande mobilidade, designadamente às pessoas (mas também aos bens e à informação). Os indivíduos deslocam-se realmente ou virtualmente em diferentes universos sociais. É a denominada sociedade do *hipertexto*, pois os indivíduos pertencem simultaneamente a vários *textos* e deslocam-se de forma instantânea de uns para os outros. Algumas redes são hierarquizadas, outras são malhadas, outras estão fragmentadas. Nos espaços urbanos as populações deslocam-se em todos os sentidos e em função das horas e dos dias da semana. Os movimentos pendulares e os radioconcêntricos misturam-se e cruzam-se. Assim, os transportes colectivos, que foram construídos segundo um modelo radioconcêntrico e repetitivo, têm mostrado grande dificuldade em responder à multiplicidade de centralidades e de interesses da procura.

A cidade já não é um encadeamento de lugares ou uma continuidade de densidades e de edificado, mas uma interacção social e espacial nova, que quebra com uma ideia instituída de uma cidade central e a sua periferia, ou de um urbano e de um rural. As novas configurações espaciais obedecem a racionalidades e temporalidades múltiplas. Por detrás de uma aparente fragmentação está uma forte organização. Para isso contribui, claramente, a presença de grandes grupos de serviços fortemente especializados (veja-se o exemplo, nos últimos anos, da dinâmica das áreas da distribuição).

Nesta multiplicidade de contactos e de movimentos estão também retratadas grandes mudanças em termos sociais. O aumento dos rendimentos individuais e familiares e as transformações nas formas de vida social originaram novas práticas quotidianas e territoriais. As práticas de consumo, a convivialidade e o papel da família mudaram e diferenciaram-se. As ligações sociais desenvolvidas dentro de uma unidade de trabalho ou através de uma relação de vizinhança estão a ser em parte substituídas por relações sociais múltiplas, mais flexíveis e dependentes de afinidades pessoais.

A existência de multiplicidades de redes é difícil de demonstrar, ainda que pareça evidente para aqueles que usam a cidade. De forma a retratarmos certas redes preferenciais, optámos por cartografar alguma informação disponível. O objectivo aqui não é descrever em pormenor as redes, mas demonstrar que no campo das opções a oferta é múltipla e que as escolhas individuais são variáveis. Isto é sobretudo verdade nas Grandes Regiões Urbanas, mais do que nos espaços de baixa densidade.

Em termos analíticos vamos fazer o seguinte percurso: em primeiro lugar retratamos as redes de proximidade (uma função de nível hierárquico baixo justifica uma necessidade de proximidade); depois procuramos as redes que obedecem a uma procura de nível hierárquico superior (por exemplo, o hospital geral); passamos em seguida para os movimentos pendulares casa-trabalho; por fim, fomos à procura das redes que se desenvolvem na escolha de um curso ou de uma escola de nível superior. Estamos ainda no campo das redes reais e não vamos passar para as redes virtuais, que são um campo de acção mais fragmentado ainda que fortemente interligado.

Nos extensos espaços metropolitanos, a definição da opção mais vulgarizada para o usufruto de uma necessidade de nível hierárquico inferior é de extrema dificuldade de resposta (figura 1.16). A oferta é muito diferenciada e as opções individuais e familiares são muito heterogéneas; uns optam pelas proximidades, mas outros preferem os grandes centros de consumo para satisfazer as suas necessidades básicas e as mais especializadas. À medida que as áreas urbanas diminuem de dimensão e a oferta rareia, as opções individuais começam a ficar mais limitadas pela oferta ou pela disponibilidade para realizar viagens mais extensas e, assim, as opções tendem a ficar pela proximidade real.

O mesmo tipo de raciocínio se coloca aos níveis hierárquicos mais altos. São as Regiões Urbanas que concentram um maior número de oportunidades para satisfazer a procura. Aí as escolhas são múltiplas e a proximidade entre elas determina que a selecção possa ser realizada em função de outros critérios que não a distância. Nos territórios mais rarefeitos, as centralidades são mais limitadas e condicionam as escolhas, mesmo num cenário em que a mobilidade facilita a diversidade das opções. Observando o mapa das centralidades e das redes de nível hierárquico superior (figura 1-16b) verificamos que os territórios estão estruturados em função das centralidades e que é possível definir áreas de influências. É certo que o aumento da mobilidade diversificou as oportunidades, mas a distância (tempo, custo e quilómetros) tem significados diferentes em função dos territórios. O reforço nos últimos

anos das centralidades intermédias (cidades médias) contribui para a construção de um sistema mais policêntrico (os hospitais gerais e as universidades tiveram um papel fundamental).

As redes pendulares casa-trabalho reflectem sobretudo os territórios de maior densidade de emprego e de residências. Nos últimos anos registou-se um aumento vertiginoso da disponibilidade individual para a realização de grandes deslocamentos individuais, criando uma teia de deslocações quotidianas em certas áreas "infernal". Na Região de Lisboa há uma forte concentração do emprego na área central, o que determina fluxos muito altos em função de uma estrutura centrípeta. A emergência de novas centralidades de emprego, nos últimos anos, pode contribuir para aliviar este modelo. Na Região do Porto a estrutura do emprego é mais difusa e a importância do centro está mais diluída, o que determina que os fluxos sejam menos intensos face a um jogo cruzado de multi-polaridades. Fora destas duas Regiões Urbanas, a proximidade entre a casa e o trabalho é mais evidente. Em termos globais, houve, independentemente dos locais de residência, um aumento evidente das distâncias percorridas (tempo e quilómetros).

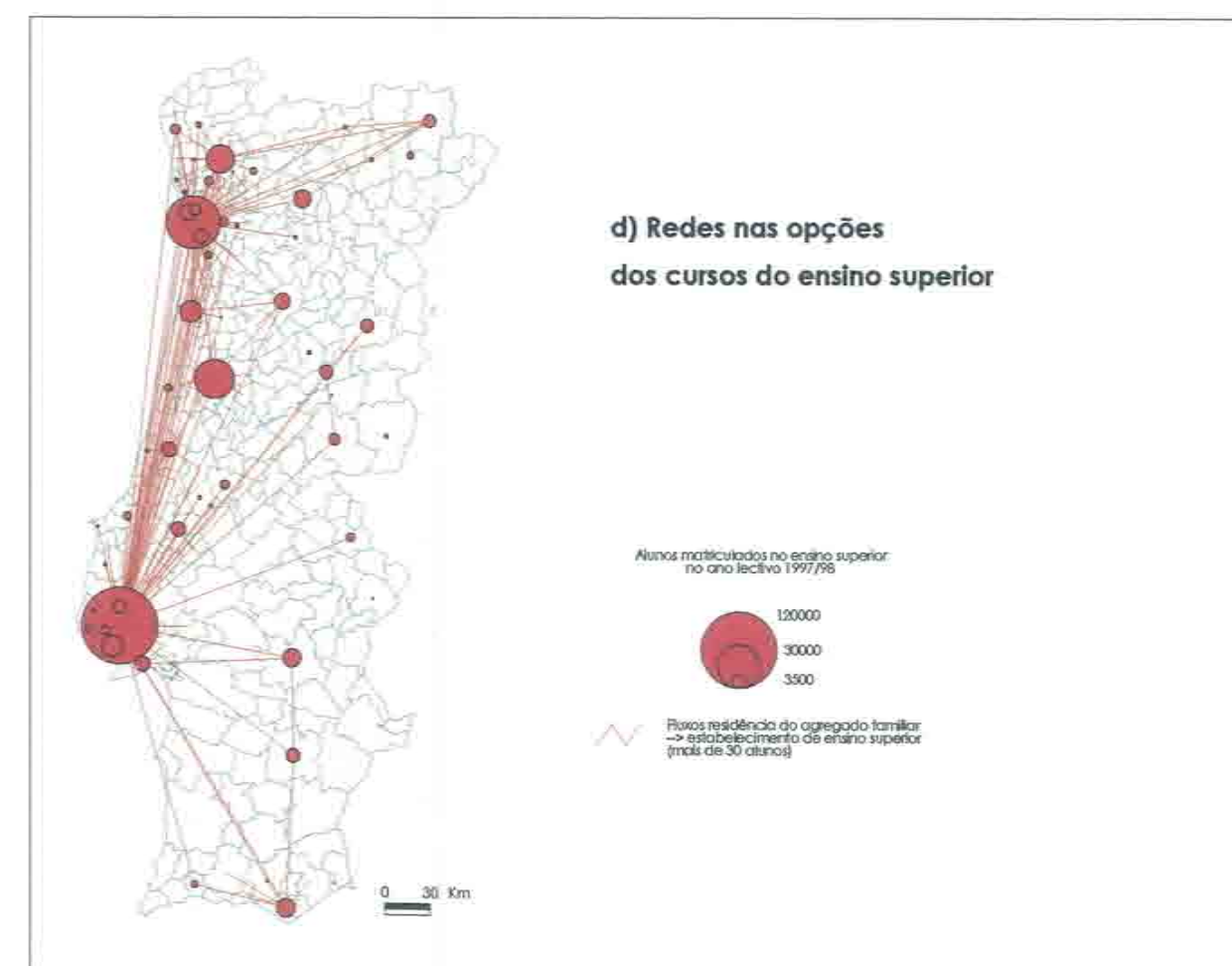
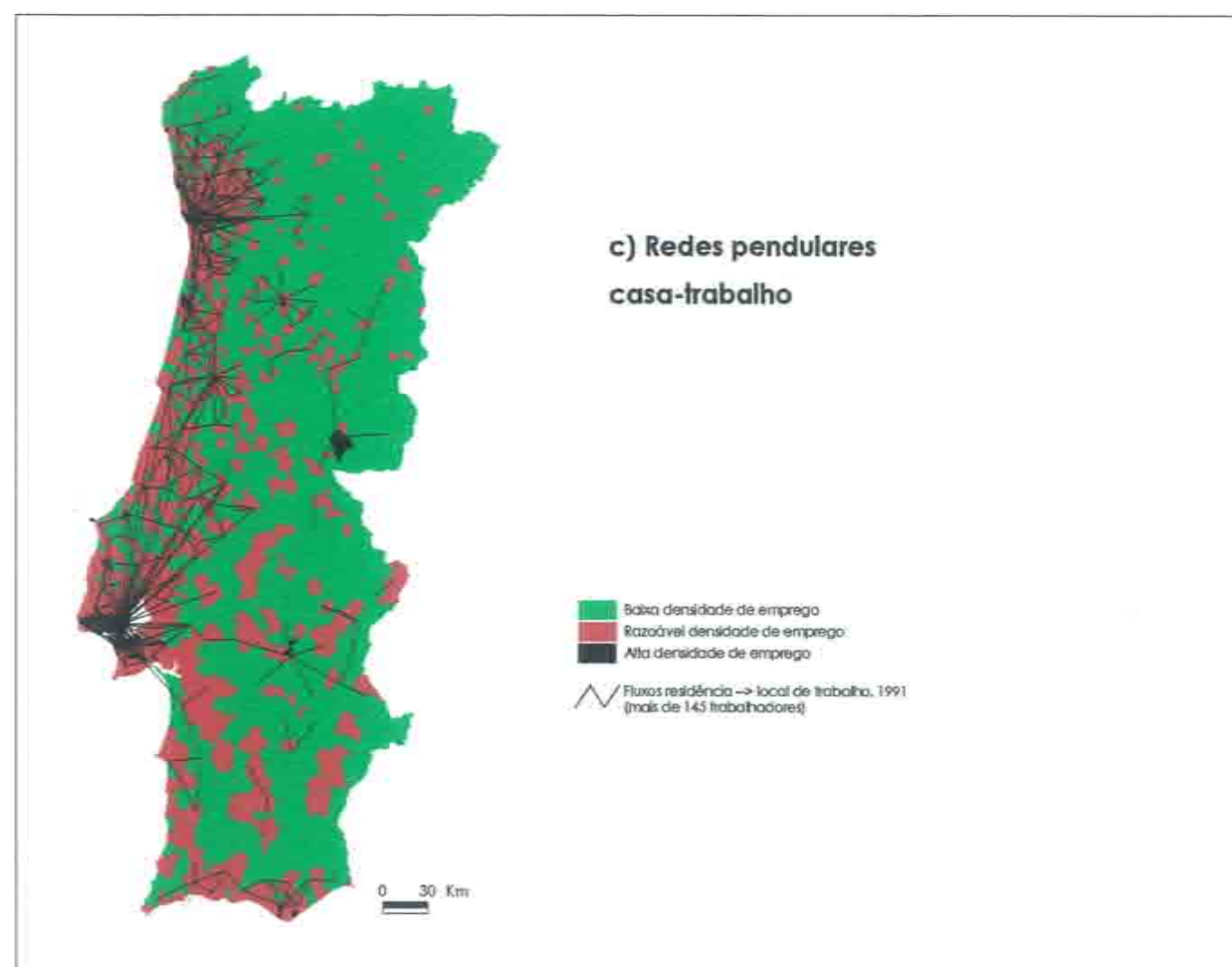
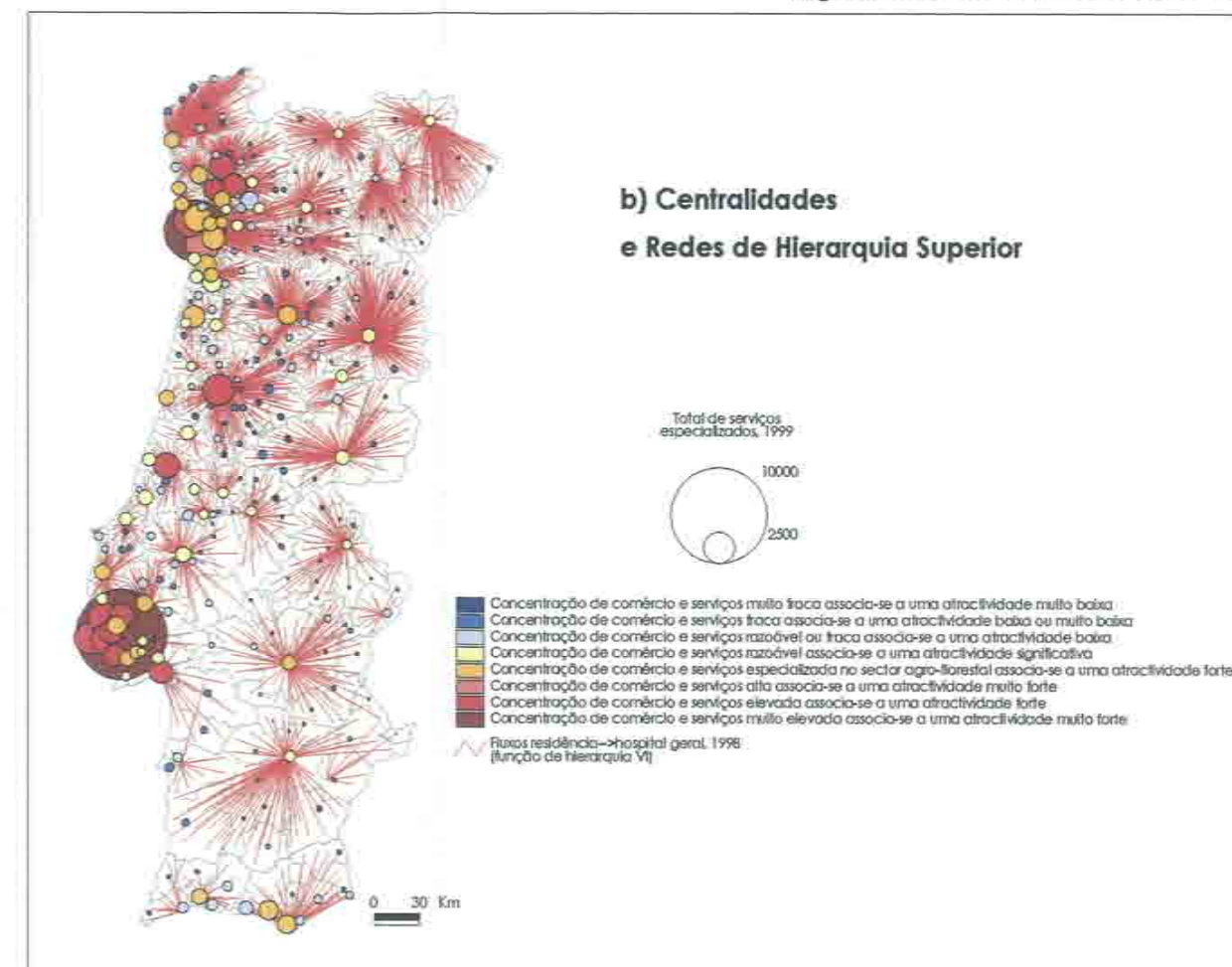
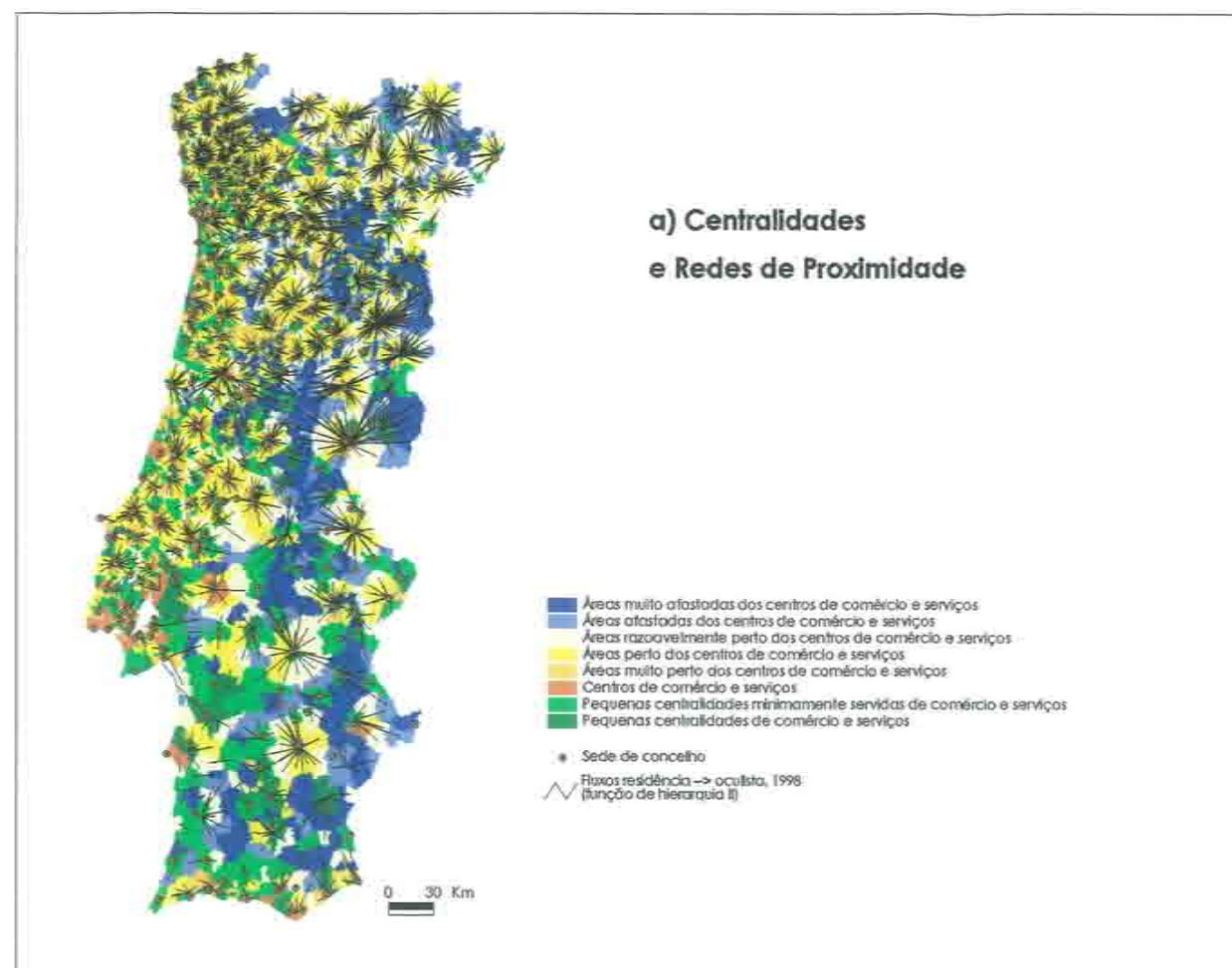
As redes definidas na selecção de um curso universitário também têm uma forte componente territorial e obedecem a uma estrutura ainda muito hierarquizada. O aparecimento das novas polaridades universitárias nos últimos anos contribuiu para uma estrutura mais equilibrada.

Em termos conclusivos, podemos afirmar que as redes traduzem uma estrutura hierarquizada de centralidades, num cenário de opções individuais múltiplas mas condicionadas pela estrutura da oferta. As redes denunciam uma estrutura bipolar, com Lisboa a destacar-se. Nos últimos anos caminhamos para um sistema mais policêntrico (veja-se a importância das cidades médias) e mais malhado.

Algumas conclusões:

- Centralidades múltiplas originam uma grande diversidade de malhas, traduzindo um amplo leque de atractividades e uma imensidão de opções individuais. É nas regiões urbanas que as malhas surgem menos claras, porque são mais diversificadas e respondem a uma multiplicação de ofertas (equipamentos, comércio, serviços e emprego) que desencadeiam diferentes relacionamentos. Esta multiplicidade de redes produz uma grande heterogeneidade de relações sociais.
- A estrutura de centralidades nacional é ainda muito hierarquizada, predominantemente bipolar, com Lisboa a destacar-se claramente. No entanto, nos últimos anos o reforço da importância das cidades médias veio contribuir para a construção de um sistema mais equilibrado.

Figura 1.16. Centralidades e Redes



4. Mobilidade e infra-estruturas de transporte

4.1 A abordagem necessária das infra-estruturas em rede

Uma análise crítica das infra-estruturas em rede – estradas, transportes, telecomunicações, energia e águas – dar-nos-ia uma ferramenta poderosa e prospectiva para averiguar a evolução das regiões urbanas e dos territórios. Era interessante verificarmos de que forma as redes técnicas, as auto-estradas e estradas interagem na construção deste novo urbanismo. Como afirma Graham e Marvin (2001), há a *electropolis* da energia, a *hidropolis* da água, a *cibercidade* da comunicação electrónica, etc. Estas infra-estruturas aparecem cada vez mais interligadas e interagem na construção e no crescimento urbano; a *paisagem urbana* é também infra-estrutural (túneis, auto-estradas, linhas ferroviárias,...) e uma boa parte da cidade está entubada.

Nos últimos cinquenta anos habituámo-nos a ver estas redes infra-estruturais como produtos de uma acção pública, que acompanhava a evolução da urbanização e que deveria garantir a coesão do território. Ultimamente, temos vindo a assistir à privatização destas infra-estruturas e destes serviços, anteriormente identificados como públicos (e de "interesse público"). Com esta mutação, as lógicas infra-estruturais poderão mudar claramente as dinâmicas territoriais.

As infra-estruturas da informação estão na primeira linha das preocupações infra-estruturais da sociedade contemporânea. Algumas actividades estão a dispersar-se e a integrar-se electronicamente (designadamente o comércio electrónico, o teletrabalho). Como sugere Castells (1996), estas infra-estruturas estão a suportar uma sociedade em rede crescentemente urbanizada e internacionalmente integrada, ainda que fragmentada. Estas infra-estruturas assentam também em grandes investimentos privados.

Portanto, a normalmente designada "obra pública" está a ser parcialmente convertida em equipamentos e serviços privados. No entanto, continuamos a pensar nestas infra-estruturas como dados adquiridos, sem lhes darmos a necessária importância. A investigação social sobre estes temas tem sido muito escassa.

Estas infra-estruturas, em geral, só ganham visibilidade quando há problemas de funcionamento ou quando deixam de ser gratuitas. As falhas de energia ou de internet, os problemas de abastecimento de água, as auto-estradas que passam a ter

portagem, os vírus informáticos, são alguns exemplos de situações que nos relembram a sua existência.

Hoje sabemos como nunca que os transportes, as comunicações e as outras redes estão inter-ligadas e têm fortes inter-relações com o desenvolvimento urbano. A mobilidade, as redes de infra-estruturas e os fluxos estão a emergir com um destaque crescente na teoria e na prática do urbanismo. A cidade extensa e fragmentada está articulada e sustentada nestas redes de mobilidade.

4.2. A abordagem possível das infra-estruturas e da mobilidade

Depois deste enquadramento, seria de supor que iríamos abordar a importância das redes de infra-estruturas na configuração do território e dos sistemas urbanos. Era essa a nossa ambição, mas limitações de ordem estatística e de *software* de apoio a essa análise levam-nos a ser claramente mais simplistas. Não quisemos, no entanto, deixar de referir sinteticamente a importância que as redes adquiriram na construção de novas urbanidades e territorialidades. A análise que vamos expor limita-se a reflectir, de uma forma muito genérica, as mudanças registadas em termos do reforço da acessibilidade e da mobilidade motorizada. Deixamos então para uma outra oportunidade a possibilidade de analisar as redes no seu conjunto e concentramo-nos nas redes e na mobilidade sobretudo rodoviária⁸⁶.

Nos Estados Unidos, os processos de *suburbanização* são muito mais intensos e os níveis de motorização incalculavelmente mais altos do que na Europa. Assim, nos Estados Unidos (1998) cerca de 98% das famílias possuíam pelo menos um automóvel e as taxas de motorização continuavam a subir. A evolução da mobilidade na Europa foi relativamente semelhante à verificada nos Estados Unidos: as distâncias percorridas quotidianamente aumentaram, os movimentos pendulares intensificaram-se; houve um reforço da importância da mulher nos fluxos pendulares; sentiu-se um aumento das taxas de motorização familiares, designadamente a multimotorização.

Um dos fenómenos mais importantes relacionado com os actuais processos de dispersão urbana é a crescente dependência dos meios individuais de transporte. O reforço da mobilidade e os novos modelos residenciais são dois importantes factores para esse crescimento, quando conjugados com o aumento dos rendimentos das famílias, a maior disponibilidade das pessoas para o recreio e o lazer, a diminuição da dimensão da família e o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Tudo isto determinou o crescimento dos transportes individuais.

A posse de um automóvel torna possível o alargamento das possibilidades de localização quer para a população quer para os negócios; depois de se terem feito opções de carácter disperso, elas transformam-se em padrões de mobilidade que não são facilmente mutáveis. A extensão e as distribuições irregulares de densidade construída são causa e consequência dos processos em curso.

A redução dos custos e o aumento da velocidade de circulação permitiram que as manchas urbanas se espaliassem e que as distâncias a percorrer aumentassem. Por sua vez, à medida que as manchas se estendem é cada vez mais imperioso o uso de infra-estruturas que permitam uma circulação mais rápida. Assim, a mobilidade motorizada é crucial para o acesso aos empregos e às infra-estruturas sociais, para a fruição do comércio e das estruturas de lazer e até para beneficiar de alguma tranquilidade. Nesse sentido, há um *direito à mobilidade* (Viegas, 2001). Que será o grau de universalidade desse direito? E que limiares de provisão devem ser garantidos?

Segundo José Viegas (2001), por um lado, temos o direito de usufruir da mobilidade motorizada e daí a importância da rede rodoviária, do reforço da mobilidade das pessoas com dificuldades físicas e da necessidade de subsidiar os transportes colectivos. Por outro lado, o planeamento urbano deve garantir níveis razoáveis de multifuncionalidade, de forma a que a mobilidade motorizada não tenha de ser determinante. A qualidade de vida dos cidadãos não pode depender do automóvel, o que significa que as diferentes funcionalidades urbanas devem poder ser alcançadas também a pé ou através de transporte colectivo.

Com a *surbanização* veio a conquista da cidade pelo automóvel e uma outra cidade. A construção de novas vias de circulação rodoviária induziu o crescimento urbano, o reforço do tráfego e assim sucessivamente (mais vias, mais tráfego,...). O direito à mobilidade trouxe os congestionamentos, os problemas ambientais (poluição sonora e atmosférica) e a insegurança rodoviária. Os transportes, ou mais concretamente os espaços ocupados pelas infra-estruturas de transporte, são também um importante tema nas análises do uso do solo. A título de exemplo, relembra-se que nas cidades americanas ocupam cerca de um terço do solo urbano.

Face a tudo isto colocam-se algumas questões em torno dos transportes colectivos: quais são os direitos e deveres dos seus utentes e de que forma se constrói um serviço de qualidade? De que forma os transportes colectivos podem ajudar a diminuir o congestionamento das redes e contribuir para uma mobilidade mais sustentável em termos sociais e ambientais?

⁸⁶ Este domínio integra as reflexões desenvolvidas por Pacheco (2001) e Viegas (1996).

Por outro lado, as telecomunicações criaram uma nova forma de mobilidade que permite a diminuição de algumas deslocações físicas, sobretudo nas áreas profissionais, mas também na educação e talvez mesmo na saúde. No entanto, as comunicações reforçaram-se porque se criou uma nova proximidade em relação a ambientes mais longínquos e porque simultaneamente se desenvolveu uma vizinhança original com os colegas de trabalho ou da escola, ou com os amigos ou os familiares. Também aqui há riscos de segregação social, porque a acessibilidade a estas infra-estruturas de mobilidade não é igual para todos.

Face a tudo isto, resolvemos, em termos territoriais, fazer a seguinte abordagem analítica:

- por um lado, avaliar a importância dos transportes individuais e colectivos na mobilidade;

- por outro lado, determinar a acessibilidade rodoviária ao Porto e a Lisboa (os dois principais centros de comércio e serviços);

- por fim, procurar analisar a acessibilidade às redes de telecomunicações.

Trata-se de uma abordagem simples, que deixa de fora as redes de energia e de água, e que avalia genericamente algumas das questões relacionadas com o direito à mobilidade e com os seus impactos territoriais. Como já referimos, é a análise possível neste momento. O número de indicadores utilizado é muito restrito, o que reflecte a necessidade de, no futuro, aumentarmos a complexidade e a profundidade desta abordagem. O Recenseamento Geral da População de 2001, publicado recentemente, fornece um conjunto de indicadores sobre os movimentos pendulares casa-trabalho que poderão contribuir para melhorar a análise aqui apresentada (meios de transporte utilizados, tempos e motivos da deslocação, etc.).

Lista de indicadores considerados por concelho:

1	Acessos à Rede Digital com Integração de Serviços (RDIS) por 10000 habitantes, por concelho, em 1998
2	Número de veículos ligeiros e mistos (média 1998/99) por família em 2001, por concelho
3	Taxa de motorização - N° veículos ligeiros e mistos (média 1998/99) por habitante com mais 25 anos em 1998, por concelho
4	Taxa de motorização - N° motociclos (média 1998/99) por 1000 habitantes com mais de 15 anos em 1998, por concelho
5	População servida por rede de transportes urbanos, por concelho, em 1998
6	Acessibilidade a Lisboa
7	Acessibilidade ao Porto

4.3. Um processo tardio face à Europa

Na Europa, o transporte individual e os grandes investimentos em infra-estruturas de acessibilidades marcaram o *fordismo*. Surgiram os transportes colectivos e, com eles o Estado respondia às insuficiências decorrentes das lógicas de mercado.

Em Portugal, os grandes investimentos infra-estruturais e o automóvel individual vêm atrasados face à Europa e o *boom* infra-estrutural só emergiu com o apoio financeiro da União Europeia. Assim, aos processos de urbanização tardia associam-se investimentos maciços nas extensas redes de alto débito. Os novos sistemas de mobilidades vão estruturar e simultaneamente induzir a expansão urbanística.

Os transportes públicos também podem ser qualificá-los de *fordianos* (Ascher, 1999), já que prestam um serviço massificado, repetitivo, regular e adaptado a deslocamentos colectivos segundo determinados percursos e em horas definidas. As necessidades sociais associadas à mobilidade mudaram, pois os cidadãos hoje em dia desejam transportes rápidos, mais confortáveis e mais seguros. Foi o automóvel que respondeu às transformações territoriais e a estas novas necessidades.

Em Portugal, nos últimos quinze anos, as mobilidades aumentaram imenso, as distâncias percorridas dilataram e grande parte dos deslocamentos passaram a fazer-se por automóvel individual. Os grandes investimentos rodoviários ainda marcam os discursos políticos dos governantes, depois de termos vivido até muito tarde num país atrasado e inacessível, perante uma Europa já fortemente infra-estruturada.

Portugal está, no contexto europeu, nos níveis mais baixos de mobilidade individual, tal como outros países do sul da Europa (Grécia e Espanha). A taxa de motorização portuguesa é baixa em comparação com a média europeia, reflectindo os reduzidos níveis de rendimentos da população.

QUADRO 1.14. Quadro comparativo: Portugal relativamente aos países da União Europeia

Indicador	Fonte	Portugal	EU-15	País - Valor Mais Baixo	País - Valor Mais Alto
Veículos (inclui carros, buses e veículos mistos) por 1000 habitantes - 2000	b	348	463*	Grécia e Portugal	Itália
Carros por 1000 habitantes - 2000	b	310	412*	Grécia	Itália
Tráfego rodoviário (milhões de veículos por Km) - 2000	b	93,0	215,8*	Dinamarca	Alemanha
Veículos de duas rodas por 1000 habitantes - 2000	b	77	55*	Dinamarca e Inglaterra	Grécia
Número de computadores pessoais por 100 habitantes - 2000	a	10,5	28,6	Grécia	Suécia
Número de Internet hosts por 100 habitantes - 2000	a	1,2	2,9	Grécia	Finlândia

Fonte: a - Eurostat Yearbook 2002; b - Tableau de Bord de l'OCDE de la Science, de la Technologie et de l'Industrie 2001.

* Média calculada a partir dos valores dos diferentes países da União Europeia.

Entre 1991 e 2001 houve uma alteração brutal nos meios de transporte utilizados nos movimentos pendulares casa-trabalho. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 1991 cerca de 40% pessoas iam a pé, 31% de transporte colectivo e 28% de transporte privado. Entre 1991 e 2001 o transporte individual quase duplicou (subiu para 48,7%), em desfavor do transporte colectivo (diminuiu para 24,9%) e das idas a pé (decreceu para 25,4%).

Analisando a duração média dos movimentos pendulares entre 1991 e 2001, verificamos que o tempo gasto nas deslocações é mais elevado na Grande Lisboa do que no Grande Porto. A diminuição do tempo de deslocação sentiu-se sobretudo nas regiões interiores, onde a melhoria da rede viário teve mais reflexos nos tempos de viagem. Nas áreas mais densas, de maior tráfego, os novos acessos tiveram, no seu conjunto, menores impactos médios nos tempos de deslocação.

As taxas de motorização são um razoável indicador de mobilidade. É nos centros das metrópoles e nos áreas de urbanização recente e de fraca densidade que as taxas de motorização são mais altas, assim como as distâncias percorridas quotidianamente. A primeira coroa metropolitana possui taxas de motorização familiares inferiores a outros concelhos mais periféricos. O número de veículos por família destaca-se no centro das duas metrópoles⁸⁷ e nos concelhos da segunda ou terceira coroas urbanas. No Algarve também se realça um pequeno número de concelhos centrais, designadamente Faro, Loulé, Albufeira, Alportel e Portimão. Os concelhos compreendidos entre Caldas da Rainha-Rio Maior e Marinha Grande-Ourém evidenciam-se igualmente.

Portugal, face à União Europeia, tem uma média de utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação muito baixa, embora o crescimento nos últimos anos tenha vindo a crescer. De 1991 para 2001⁸⁸, o número de famílias portuguesas com computador passou de 11% para 24% e em 2001, 13% das famílias estavam

⁸⁷ Num inquérito realizado à mobilidade na Área Metropolitana do Porto, em 2000, pelo INE, na sequência de um protocolo estabelecido com a DGT, verificou-se que metade das deslocações intra-metropolitanas são realizadas em transporte individual, que o transporte público suporta 20% dos movimentos e que nos movimentos com origem ou destino no Porto a participação do transporte colectivo é dominante (35% das deslocações). A procura dos transportes colectivos tem vindo a decrescer nos últimos dez anos (a STCP transportava em 1992 cerca de 280 milhões de passageiros/ano e em 2001 passou para 230 milhões de passageiros/ano).

⁸⁸ Inquérito à Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação por parte das famílias, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em parceria com o Observatório das Ciências e das Tecnologias, em 2001. A amostra compreende 20 mil alojamentos.

ligadas à internet. O comércio electrónico⁸⁹ e o teletrabalho ainda têm em Portugal uma fraca representatividade.

Em termos europeus a poluição atmosférica (decorrente do forte uso do automóvel) e a segurança rodoviária são duas matérias cruciais de regulamentação europeia. Em Portugal, a poluição atmosférica (valores de CXHY) acompanha os níveis de motorização e de tráfego, penalizando sobretudo as áreas mais densas de habitação e de emprego. É verdade que os transportes colectivos são menos poluentes que os individuais e isto pode, em certas ocasiões, determinar soluções urbanísticas que controlem o acesso dos automóveis. De qualquer forma, as motivações ambientais não devem simplesmente passar por restrições à mobilidade. Os esforços devem ser canalizados para a produção de meios de transporte ecologicamente mais sustentados e os poderes públicos podem ter posturas mais cautelosas e fundamentar as suas opções urbanísticas num exame mais rigoroso em termos dos impactos ambientais. É o que Ascher (1999) denomina o *princípio da precaução*, que normalmente não é considerado quando se decidem os grandes equipamentos ou se fazem as opções de ordenamento.

Os acidentes de viação (com vítimas mortais ou não) são um dos problemas mais graves das nossas estradas. Os valores mais significativos também não se registam nas áreas mais urbanizadas, mas seguem o traçado das principais estradas e auto-estradas, sobretudo entre Albergaria-a-Velha e Grândola e em todo o Algarve.

4.4. Análise territorial

Como referimos, na análise territorial privilegiámos três vectores: as acessibilidades às duas metrópoles; as taxas de motorização individuais e familiares e o acesso aos transportes colectivos; a maior ou menor acessibilidade às redes de telecomunicações.

O mapa-síntese (figura 1.17) sugere-nos as seguintes reflexões territoriais. Em primeiro lugar, destaca-se Lisboa com níveis muito altos de motorização familiar e individual, usufruindo de uma rede de transportes urbanos e apresentando índices elevados de acesso às redes de telecomunicação (neste caso, RDIS). À volta de Lisboa desenha-se uma primeira coroa, com níveis de acessibilidade muito elevados a Lisboa, com uma população residente fortemente motorizada e com um forte acesso aos transportes urbanos. Depois surge uma nova coroa, mais periférica, mais longe de Lisboa, com

⁸⁹ Só 8% dos utilizadores de Internet adquirem bens e/ou serviços *on-line*. Relativamente ao teletrabalho (regular ou ocasional), só se regista em 1,8% da população que utiliza computador.

taxas de motorização familiar e individual muito altas e com uma percentagem menor de população servida por transportes colectivos. Nas coroas metropolitanas os acessos à rede de comunicações (RDIS) abrangem um número razoável de população residente mas com valores claramente inferiores ao centro da metrópole.

À volta do Porto individualizam-se também diferentes coroas. Tratando-se de um povoamento mais difuso, a mancha central (onde se inclui o Porto) é mais alongada e caracteriza-se por uma mobilidade em transporte individual razoável (significativa para as mobilidades em motociclos), uma forte acessibilidade ao Porto e pela possibilidade de aceder a uma rede de transportes urbanos. A primeira coroa mostra índices de mobilidade individual mais altos. Por fim, um novo anel associa-se a uma razoável acessibilidade ao Porto, a níveis de motorização individual razoáveis (os motociclos realçam-se aqui) e a taxas elevadas de acessibilidade à rede de comunicações (RDIS).

Um pequeno número de concelhos destacam-se dos restantes pela elevada mobilidade em transporte individual (taxas de motorização elevadas associam-se a um número alto de veículos por família) e pela acessibilidade às redes de comunicação (acessos RDIS por habitante): Aveiro, Coimbra, Leiria-Marinha Grande-Ourém, Faro-Alportel-Loulé-Albufeira e Portimão.

No restante território identificam-se níveis mais baixos de acessibilidade às metrópoles, taxas de motorização individual menores, acessos à rede RDIS menos significativos e uma menor acessibilidade aos transportes colectivos. Nas Regiões Norte e Centro individualizam-se duas extensas manchas, uma com níveis de acessibilidade e mobilidade fracos, mas superiores à outra, reflectindo uma maior densidade da rede viária e taxas de motorização mais significativas. Algumas áreas de fronteira e de relevo mais acidentado são o espelho de alguma marginalidade nos acessos e na mobilidade das populações residentes. No Alentejo individualiza-se uma extensa mancha que reflecte, sobretudo, taxas baixas de motorização da população residente e uma razoável acessibilidade a Lisboa.

Quadro Síntese 1.17. Mobilidade e Acessibilidade

Cod. Indicador	Valor Contínua	Classe Contínua	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8		Classe 9		Classe 10	
				Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste
6	-	-	Acessibilidade Lisboa	nível 1	8	nível 4	4	nível 3	3	nível 2	4	nível 2	3	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	11	nível 1	7	nível 1	1
4	-	-	Acessibilidade Lisboa	nível 1	8	nível 3	3	nível 4	10	nível 2	3	nível 1	11	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	4	nível 2	3	nível 1	1
7	-	-	Acessibilidade Porto	nível 1	8	nível 2	4	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	1
1	92,0	Nº	Acessibilidade Porto	nível 1	8	nível 2	4	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	1
3	1,0	Nº	Acesso à PDIS por 10 000 habitantes	nível 1	8	nível 2	4	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	1
3	1,0	Nº	Nº de veículos ligeiros por família	nível 1	8	nível 2	4	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	1
4	0,6	%	Taxa de motorização = veículos ligeiros/ 1000 hab >25 anos	nível 1	8	nível 2	4	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	1
4	0,6	%	Taxa de motorização = veículos ligeiros/ 1000 hab >25 anos	nível 1	8	nível 2	4	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	1
5	14,9	%	Taxa de motorização = motocicletas/ 1000 hab >15 anos	nível 1	8	nível 2	4	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	1
5	14,9	%	Taxa de motorização = motocicletas/ 1000 hab >15 anos	nível 1	8	nível 2	4	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	1
2	17,0	%	População servida por rede de transportes urbanos	nível 1	8	nível 2	4	nível 3	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	3	nível 1	1
Concelhos incluídos em cada classe				44	64	49	10	40	21	13	20	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	1

Legenda:

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

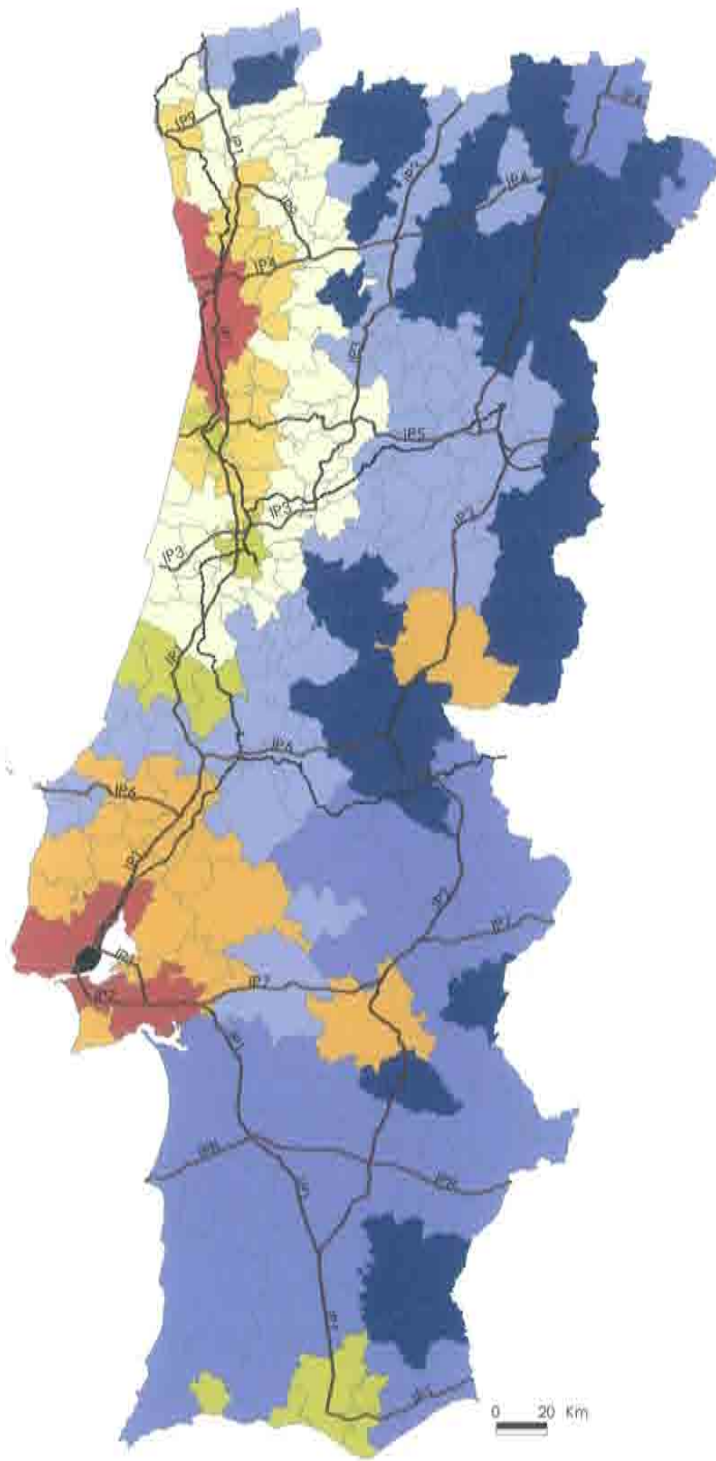


Figura 1.17.
Mobilidade e Acessibilidade

Rede Viária Principal (lt. construídos e previstos)

Rede ferroviária Internacional

- Muito baixa mobilidade associa-se a muito fraca acessibilidade
- Baixa mobilidade associa-se a razoável acessibilidade ao Porto
- Fraca ou razoável mobilidade associa-se a razoável acessibilidade ao Porto
- Muito elevada mobilidade individual
- Razoável acessibilidade ao Porto
- Elevada acessibilidade ao Porto associa-se a uma mobilidade individual elevada
- Muito elevada acessibilidade ao Porto associa-se a uma mobilidade individual razoável
- Elevada acessibilidade a Lisboa associa-se a uma mobilidade individual alta
- Muito elevada acessibilidade a Lisboa associa-se a uma mobilidade individual alta
- Máxima mobilidade individual

Algumas conclusões estratégicas:

- Os indivíduos das áreas urbanas menos densas (coroas metropolitanas mais afastadas do centro) apresentam uma capacidade de mobilidade individual alta e dependente do automóvel. As taxas de motorização por habitante ou por família são altas. Os indivíduos das coroas mais centrais usam proporcionalmente mais os transportes colectivos, mas sofrem as consequências do aumento do tráfego nas áreas mais densas.
- Os habitantes das áreas urbanas menos densas percorrem todos dias mais quilómetros, mas demoram por vezes menos tempo do que os seus vizinhos das áreas mais densas. O alongamento das distâncias é mais geográfico do que temporal.
- Os problemas de mobilidade das populações residentes nas áreas interiores estão interligados com os níveis mais baixos de rendimento das famílias que determinam menores taxas de motorização individual e familiar.
- Os movimentos casa-trabalho dominam nos movimentos pendulares, mas as deslocações para o consumo e o lazer aumentam cada vez mais.

5. Edificação e habitação

Algumas áreas urbanas viram o património arquitectónico e construído ser abandonado e desocupado, e estão a precisar urgentemente de reabilitação física e funcional. Outras áreas intensificaram a "carga urbana" construindo e densificando ainda mais, e precisam urgentemente de planejar as infra-estruturas e qualificar o espaço urbanizado. Outras áreas ainda optaram por baixas densidades e uma ocupação extensiva, e precisam de ser ordenadas.

Qual é a dimensão da construção no último decénio? A que ritmos tem evoluído a ocupação do solo pelo espaço construído? E que tipologias de habitação encerram? Onde estão os edifícios mais antigos e as densidades mais elevadas? Onde estão as periferias fragmentadas ou esfarapadas? Enfim, como se exprime a diversidade ou a heterogeneidade no espaço construído e nos processos em curso?

5.1. Enquadramento

Portugal já não é mais um país rural. Três quartos da população portuguesa vivem em áreas urbanas. As metrópoles cresceram, densificando-se e/ou estendendo-se, a importância das pequenas e médias cidades aumentou e houve um forte despovoamento do interior. As actividades e as dinâmicas económicas acompanharam o modelo de povoamento, ainda que tenham sido mais selectivas territorialmente. O povoamento estendeu-se pelas periferias, mais ou menos extensas e mais ou menos difusas, respondendo sobretudo às opções locativas em termos residenciais. Neste domínio vamos reflectir sobre o espaço edificado⁹⁰.

Habitação social em bairros demasiado grandes, casa unifamiliar num lote de vivendas, alojamento em pequeno ou grande loteamento, apartamento ou edifício unifamiliar em condomínio fechado, alojamento antigo no centro da cidade ou casa isolada são só algumas das tipologias que podemos mencionar nas opções residenciais que se colocam. Depois de seleccionarmos a tipologia residencial coloca-se a questão do local a privilegiar: no centro da cidade ou nos *subúrbios*? Nas centralidades periféricas ou no centro da metrópole? Junto à auto-estrada ou isolada no meio do campo? Numa zona *chique* ou numa área mais barata? Perto do emprego ou junto à escola dos filhos? As opções são muitas, pois a proliferação da ocupação do solo tem sido a resposta mais fácil, imediata e barata a uma procura muito heterogénea.

⁹⁰ Este domínio integra as reflexões de Cardoso (1983), Figueiredo e Marques (coord.) (1999); Guerra (1994); Matos (2001); Portas (2002).

Compreender a extensão residencial e a maior ou menor intensificação do uso do solo passa pela percepção das dinâmicas que afectam a produção imobiliária. Em termos financeiros, nos últimos anos, este sector é o destino privilegiado dos aforros familiares e dos investimentos empresariais, entrando em concorrência com os investimentos bolsistas. Os investimentos imobiliários, de dimensões variáveis, tinham uma rentabilidade garantida e muito elevada (até há poucos anos), que naturalmente atraía um grande número de investidores.

Assim, a cidade cresceu ao sabor de um planeamento municipal mais ou menos descontrolado. Em Portugal, o planeamento urbanístico concertado e negocial foi muitas vezes substituído pela gestão do negócio, pondo-se em causa os equilíbrios ecológicos, as *morfologias*, e construindo-se sem regras e ao sabor dos interesses imobiliários. Os poderes legitimados, técnicos e políticos, assistiram a tudo isto, muito deles entusiasmados por uma percepção de urbanidade que associaram à construção em altura, às grandes circulares e rotundas e aos parques de estacionamento. É esta estética urbanística que se foi impondo, em que os recursos não foram suficientemente acautelados e a pressa de construir se sobrepôs à necessidade de reflectir e planear conscientemente. Com tudo isto vieram os alojamentos devolutos (cujo mercado imobiliário já saturado não consegue dar uso), a degradação da cidade histórica e a descaracterização da *nova ou da outra cidade*.

Por outro lado, com a mudança dos estilos de vida surge a necessidade de uma segunda habitação, para os fins-de-semana ou férias, para o usufruto de um espaço junto à praia ou no *campo*. E a construção de baixa densidade, ou mesmo de alta intensidade (designadamente, junto ao litoral), prolifera e os alojamentos com o ocupante ausente têm tendência a crescer.

A proliferação do espaço construído (habitação, instalações de comércio e serviços e infra-estruturas de mobilidade) constitui um problema da maior importância. Controlar este fenómeno é, por isso, uma prioridade do planeamento, quer ao nível local quer ao nível nacional, pelas razões que em seguida enumeramos: o custo de fornecimento das infra-estruturas; o consumo de um recurso escasso e de alto valor ambiental que é a terra não urbanizada; a fragmentação e degradação dos espaços naturais e uma redução da biodiversidade; a descaracterização da paisagem rural; a impermeabilização da cidade consolidada e a ocupação dos espaços vazios intersticiais; o abandono do centro das cidades, com as implicações patrimoniais e socio-culturais; a forte dependência do automóvel nos movimentos pendulares.

A expansão urbana exige espaço. Nesta abordagem está implícita uma inquietação com o uso do solo, matéria central do planeamento territorial. Os controlos de uso do solo ajudam a promover e a regular o desenvolvimento e a protecção ambiental. Um dos temas que tem dominado o debate sobre estas matérias anda à volta da *capacidade de carga* dos solos (o solo apenas pode suportar um determinado número de pessoas e actividades).

Há uma concepção global de que as cidades mais compactas, com maiores densidades e padrões de uso do solo mistos permitem poupar o ambiente. Mas esta visão já mostrou a sua fraca sustentabilidade, devido à excessiva densidade de funções, à impermeabilização dos solos, aos custos das infra-estruturas e do congestionamento e às dificuldades de renovação interna. Por outro lado, são conhecidos os custos em infra-estruturas em ambientes de baixa densidade. Então qual é a solução? Há outras formas urbanas alternativas? É possível construir um padrão de usos do solo que evite estas limitações?

As respostas estão na procura de uma melhor integração do edificado no ambiente natural local e regional, através de uma *concentração ainda que descentralizada do edificado*, de um bom diálogo entre a concentração urbana e a natureza envolvente e de uma dispersão assimilada pelo ambiente natural. Segundo Camagni (1995, 1996 e 2001), a resposta ao desafio da sustentabilidade urbana pelo sistema de planeamento ou pelas forças espontâneas do mercado está numa estruturação policêntrica das vastas regiões urbanas e numa aposta em redes densas de transportes. Derivando daqui, podem surgir dois padrões de povoamento fortemente contrastantes que servem de exemplos extremos para uma escala micro territorial:

- um *policentrismo denso*, organizado em torno de uma multiplicidade de centros relativamente densos e funcionalmente mistos;

- um *policentrismo extensivo*, em que os povoamentos isolados são monofuncionais e de fraca densidade e com custos ambientais.

Face a este enquadramento, e não dispondo ainda de informação desagregada espacialmente do Recenseamento Geral da Habitação de 2001, optámos por construir uma base de informação assente sobretudo nas Estatísticas da Construção e da Habitação. Esta informação estatística só tem qualidade por freguesias a partir de 1998.

Neste domínio interessa analisar a pressão construtiva (densidades, dinâmicas de construção e áreas construídas) e a tipologia da construção (processos de

reabilitação do edificado construído ou construção de novo edificado, construção para habitação ou para outras funções, obras com um alojamento ou com vários, idade do edificado). Concretamente, o objectivo é observar o volume ou a dimensão do fenómeno construtivo em termos territoriais, as densidades, as dinâmicas e as características tipológicas ou funcionais que são determinantes na ocupação do solo. Enfim, vamos à procura da macro-estrutura da construção e da ocupação do solo. Devemos desde já realçar que este exercício vai ficar aquém dos nossos objectivos, devido a limitações de informação.

Na lista de indicadores faltam, designadamente, os estados de degradação do edificado, uma desagregação mais rica da época de construção dos edifícios, informação sobre a importância dos alojamentos de uso sazonal e vagos. De forma a não deixarmos de lado algumas reflexões pertinentes já enunciadas vamos procurar sintetizar de um modo agregado alguma informação recentemente disponibilizada pelo Recenseamento Geral da Habitação de 2001. A disponibilidade deste Recenseamento irá permitir, futuramente, aprofundar o exercício metodológico aqui apresentado.

Lista de indicadores considerados na base por freguesias e áreas urbanas:

Pressão construtiva	
1	Fogos concluídos (construção nova + reabilitação), peso no continente, por área de referência, em 1998 e 1999
2	Obras concluídas para habitação (construção nova + reabilitação), peso no continente, por área de referência, em 1998 e 1999
3	Obras concluídas para outras funções excluindo habitação (construção nova + reabilitação), peso no continente, por área de referência, em 1998 e 1999
4	Fogos concluídos por obras concluídas, por área de referência, em 1998 e 1999
5	Alojamentos Familiares por Edifício, por área de referência, em 2001
6	Área dos pavimentos licenciados (construção nova + ampliação), entre 1995 e 1999, por área de referência (m2/Km2)
7	Edifícios, peso no continente, por área de referência, em 2001
8	Alojamentos familiares, peso no continente, por área de referência, em 2001
9	Licenças de construção requeridas excluindo obras particulares, peso no continente, por área de referência, entre 1994 e 1997
10	Fogos concluídos em 1998 e 1999 por alojamentos existentes em 2001, por área de referência (%)
11	Variação relativa de alojamentos familiares, por área de referência, entre 1991 e 2001
12	Variação relativa de edifícios, por área de referência, entre 1991 e 2001
23	Densidade habitacional (alojamentos por km2), por área de referência, em 2001
Tipologia construtiva	
13	Obras concluídas para habitação só com um fogo, peso no continente, por área de referência, em 1998 e 1999
14	Obras concluídas para habitação com mais que um fogo, peso no continente, por área de referência, em 1998 e 1999
15	Obras concluídas para habitação (construção nova), peso no continente, por área de referência, em 1998 e 1999
16	Obras concluídas para habitação (reabilitação + ampliação), peso no continente, por área de referência, em 1998 e 1999

17	Alojamentos familiares por família clássica, por área de referência, 2001
18	Quociente de Localização - Obras concluídas para habitação com mais que 1 fogo relativamente ao total de obras concluídas para habitação, por área de referência, em 1998 e 1999
19	Quociente de Localização - Fogos concluídos (reabilitação + ampliação) relativamente ao total de fogos concluídos, por área de referência, em 1998 e 1999
20	Quociente de Localização - Obras concluídas para habitação (construção nova) relativamente ao total de obras concluídas para habitação, por área de referência, em 1998 e 1999
21	Alojamentos familiares clássicos em edifícios construídos antes de 1919, por área de referência, em 1991
22	Alojamentos familiares clássicos em edifícios construídos antes de 1919, peso no continente, por área de referência, em 1991

Nota: QL - Quociente de localização calculado relativamente ao total do Continente.

5.2. Dinâmicas em curso

Os processos de edificação e de ocupação do solo no Continente português podem ser sintetizados nos seguintes números:

- 87% dos alojamentos foram construídos depois de 1945;
- 77% depois de 1960;
- 43% nos últimos vinte anos.

Isto demonstra claramente os ritmos de ocupação do solo sentidos nos últimos cinquenta anos. Nos dois últimos decénios, a evolução da situação da habitação em Portugal foi marcada por vários fenómenos:

- houve um aumento do acesso à propriedade do alojamento por parte de um grande número de famílias. Em 1981, 58% dos alojamentos eram ocupados pelo proprietário. Este valor sobe para 75% em 2001, evidenciando uma mudança brutal nos regimes de propriedade da habitação e a erradicação progressiva do arrendamento. Nos concelhos de Lisboa e Porto, onde a cidade histórica tem um importante peso e os arrendamentos são antigos, só 47 a 49% dos ocupantes são proprietários (INE, 2001). Assim, a *velha cidade* está ainda muito arrendada e a *nova cidade* tem proprietários recentes;

- a habitação individual na construção nova ganha uma importância vital. Relativamente aos edifícios construídos na última década, 78% têm 1 ou 2 pisos, mostrando a importância dos processos de urbanização de baixa densidade⁹¹. Por outro lado, cerca de 63% das famílias residem em edifícios unifamiliares (em 1981, 52%), demonstrando a preferência pela casa individual;

⁹¹ Dados do Recenseamento Geral da Habitação, INE, 1991 e 2001.

-nos últimos anos registaram-se diferentes destinos das propriedades rústicas à volta das cidades. Por um lado, intensos processos de parcelamento geraram diversos tipos edificatórios, de baixa densidade e muitas vezes edifícios unifamiliares. Por outro lado, sobretudo nas aglomerações do Porto e de Lisboa, as propriedades deram lugar a grandes loteamentos imobiliários, em que os tipos edificatórios foram também diversificados, mas onde a construção em altura e a propriedade horizontal procuraram impor-se;

- nas duas grandes metrópoles temos vindo assistir a um reforço da construção promovida pela actuação da média e da grande promoção, com maiores capacidades financeiras, com construções de elevadas dimensões e dirigidas para o mercado de aquisição. Paralelamente tem-se desenvolvido a densificação "vertical", sobretudo na aglomeração de Lisboa. As construções que se fazem são cada vez maiores, tanto na cidade central como nas áreas urbanas periféricas. Os *balcões corridos*, grandes cubos ou paralelepípedos com uma fachada homogeneizada constituem o símbolo externo da propriedade horizontal.

O desenvolvimento massivo do acesso à propriedade não é um fenómeno unicamente português, mas na Europa regista diferentes ritmos de evolução (Ascher, 1995). Nos países da Europa meridional (Espanha, Grécia, Itália e Portugal), as medidas de controlo dos arrendamentos conduziram a uma diminuição dos investimentos privados e a um aumento dos investimentos públicos na habitação social. Em Inglaterra, a percentagem de proprietários ocupantes quase que duplicou nos últimos cinquenta anos (explicável pela venda de uma parcela importante do parque habitacional público na posse das colectividades locais). Nos países do norte da Europa (Alemanha, Suécia e Países Baixos), com níveis de vida superiores, os poderes públicos sustentaram um mercado de arrendamento público de qualidade, o que determinou que o acesso à propriedade tivesse evoluído de uma forma mais moderada.

O crescimento da propriedade individual esconde situações muito diferenciadas. Relativamente aos alojamentos cujo ocupante é o próprio proprietário podemos evidenciar o seguinte⁹²: em 1991 os proprietários estavam muito ligados aos sectores agrícolas⁹³ e industrial (representavam respectivamente 14,5% e 38% do total). Na década de noventa os proprietários do sector agrícola perdem representatividade

⁹² Nos cálculos efectuados só contabilizamos os proprietários activos. Excluímos nas percentagens realizadas os proprietários inactivos, porque não possuíamos essa informação para 1991.

⁹³ Empresários, pequenos patrões, trabalhadores independentes, assalariados e trabalhadores não qualificados, todos do sector agrícola.

(passam para 5,8%), enquanto os do comércio e serviços⁹⁴ sobem vertiginosamente (de 9% para 24%); os proprietários ligados ao sector industrial mantêm a mesma ordem de grandeza; o abandono da agricultura e a terciarização da economia vão reflectir-se na posse dos alojamentos. Em 1991 os proprietários tinham uma actividade económica associada à agricultura e a propriedade localizava-se no *campo* porque era aí que desenvolviam as suas actividades; em 2001 a propriedade pertencente aos agricultores transita para os activos do terciário e a propriedade urbana em forte expansão é adquirida pelos principais activos da cidade.

As elevadas percentagens de acesso à propriedade habitacional devem-se às políticas de arrendamento em Portugal e aos incentivos à aquisição de habitação própria (sistemas financeiros de apoio a jovens e a famílias com baixos rendimentos). A promoção imobiliária, profissionalizada e apoiada pelo capital financeiro, dominou e incentivou a produção residencial dos últimos trinta anos em Portugal. A forma urbana resulta em grande parte da construção colocada no mercado, não planeada e com um desenho fragmentado. No entanto, as edificações de grandes dimensões fazem-se sobretudo nas franjas da cidade consolidada e nos subúrbios. Os polígonos residenciais de iniciativa privada e os de iniciativa pública (grandes lotes de habitação social) marcam cada vez mais os nossos territórios. Nos últimos anos temos assistido a um reforço da diversificação, mas os blocos de maiores ou menores dimensões, todos mais ou menos iguais, depositados e abandonados no meio dos campos, ao longo das estradas ou em pequenas reentrâncias, insistem em proliferar criando um descontinuo, uma *outra cidade*, esta difusa e também fortemente predadora de solo, de infra-estruturas e de recursos naturais. Por outro lado, multiplicou-se a edificação de função terciária, dos escritórios e das sedes de empresas, dos grandes centros comerciais e de lazer, enfim, houve a *suburbanização* das actividades de serviços e com ela a edificação de grandes blocos, de estética e gostos variados.

Na década de 90 o fenómeno do crescimento da construção de habitação social, promovida pelos municípios e apoiada pelo Instituto Nacional de Habitação (INH), teve importantes repercussões na paisagem e na morfologia urbana, sobretudo nas áreas metropolitanas. Recuperando velhas estratégias ensaiadas nos anos 60 pelos Planos de Fomento na área da habitação, o *Programa Especial de Realojamento* (PER) e o *Contrato de Desenvolvimento para a Habitação* (CDH) despoletaram a

⁹⁴ Pequenos patrões, trabalhadores independentes e empregados administrativos, todos ligados ao comércio e serviços.

construção de torres de botão para habitação social que alteraram o tradicional crescimento urbano das cidades e trouxeram de novo para a ribalta problemas sociais e de segurança. Usufruindo de condições excepcionais de financiamento por parte da Administração Central, privilegiadas com índices máximos de construção e obedecendo a fracas exigências de qualidade estética e de construção, os grandes empreendimentos que surgiram contribuíram para acentuar a natureza de dormitório de muitas áreas dos concelhos metropolitanos e para destruir o que restava da tradicional paisagem desses espaços urbanos. Ao mesmo tempo, aquelas iniciativas esgotaram os fundos destinados àquelas autarquias para a recuperação urbana, agravando o estado de conservação do património existente. Acabamos por viver um momento em que, ao mesmo tempo que as Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto, e o próprio IGAPHE, estão a tentar desfazer-se das casas de habitação social de que são proprietários por constituírem um encargo financeiro insuportável no curto e médio prazo, outros concelhos vizinhos endividam-se para construir mais habitação social com a mesma morfologia. Paralelamente, vão desaparecendo as iniciativas de habitação promovidas por cooperativas, a auto-construção de habitação unifamiliar e o desenvolvimento de parcerias público-privado que podiam dar origem ao surgimento de *novas morfologias* integradas na cidade, segundo certos parâmetros de exigência e qualidade. Concluindo, o Estado tem vindo a intervir no mercado de habitação através da construção de alojamento social, mas não tem tido um papel de forma alguma exemplar, antes pelo contrário tem contribuído para a degradação da paisagem urbana.

QUADRO 1.15. Alojamentos clássicos segundo a forma de ocupação no Continente português

	Alojamentos clássicos segundo a forma de ocupação		
	Uso sazonal ou secundário	Ocupante ausente	Vagos
1981	178 529	226 057	182 287
1991	368 786	266 118	427 102
2001	897 280	-	524 709

Fonte: INE, Recenseamentos de 1981, 1991 e 2001.

Em vinte anos, os alojamentos vagos quase triplicaram. O mercado imobiliário em 1991 já dá sinais de alguma saturação e em 2001 o número de alojamentos vagos contabilizados pelo Instituto Nacional de Estatística ultrapassa os quinhentos mil. Isto

significa que em 1981 os alojamentos vagos representavam 5,6% do total e em 2001 o valor está já nos 10,9%⁹⁵.

Por outro lado, os alojamentos de uso sazonal (contabilizando também os alojamentos com o ocupante ausente) mais que duplicaram nos últimos vinte anos. A segunda habitação vem progressivamente a impor-se, ora na praia ora no campo, implicando importantes alterações de propriedade. Embora o crescimento tenha sido muito alto, os valores atingidos em 2001 são ainda muito moderados quando comparados, por exemplo, com a vizinha Espanha (Nontalbán e Maderuelo, 1995). Relativamente aos alojamentos ocupados (excluindo, portanto, os vagos) em Portugal, cerca de 19% são residência secundária (12,5% em 1981) enquanto em Espanha eram 31% (dados de 1991). Devemos, no entanto, alertar para o facto de Espanha, no contexto europeu, ter uma alta percentagem de habitações secundárias e vagas.

A década de noventa foi marcada pela aceleração brutal das aquisições de terrenos nos espaços rurais por não agricultores. Este mercado fundiário foi atraindo cada vez mais cidadãos que procuram no campo um espaço de tranquilidade e de lazer. Algumas destas aquisições também representam negócios no seio do espaço rural (turismo rural, golfe, caça), mas a grande maioria traduz a necessidade de uma residência secundária. Procura-se adquirir um bem, onde o tipo de edifício, a dimensão do lote, a qualidade ambiental envolvente ou o prestígio do local têm papéis preponderantes. Por vezes, é um voltar às raízes familiares, à terra natal, às representações que esses lugares transparecem ou a um espaço vivido noutros tempos. Com a propriedade vêm, por vezes, as actividades atípicas (desporto e lazer) e a agricultura de tempos livres realizada, sobretudo, por residentes de fim-de-semana. Esporadicamente, o auto-consumo passa a uma actividade agrícola, que é desenvolvida a tempo parcial mas que representa um complemento aos rendimentos familiares (a vinha, os pomares, por exemplo). Assim, as transferências de propriedade são um indicador da *urbanização dos campos*.

Por fim, devemos-nos debruçar sobre o estado físico do nosso património construído. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2001), 38% do parque edificado necessita de reparações e 3% está muito degradado⁹⁶. A degradação física afecta primordialmente os edifícios mais antigos e, por isso, o estado de degradação sente-se sobretudo nas áreas centrais históricas e nos concelhos de Lisboa e do Porto⁹⁷. Aí

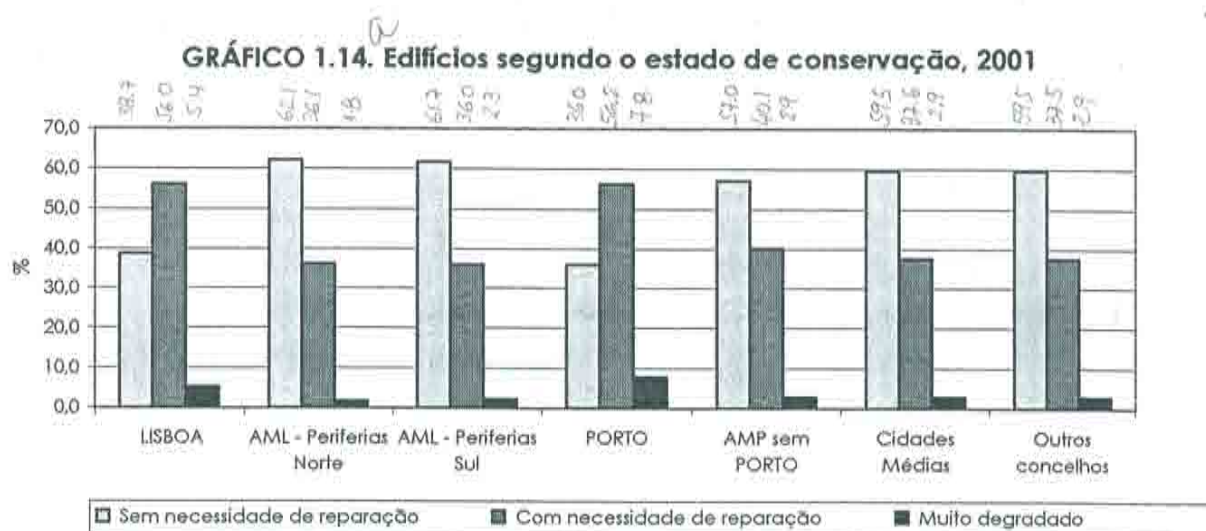
⁹⁵ Em termos relativos, comparativamente com Espanha (que possui 15,8%), é um valor razoável, não alarmante.

⁹⁶ Segundo o Recenseamento Geral da Habitação, 2001.

⁹⁷ Segundo o Recenseamento Geral da Habitação de 2001, o estado de degradação do Porto é superior ao de Lisboa.

cerca de 56% do edificado necessita de reparações médias ou grandes e 5 a 8% está muito degradado. Convém, no entanto, referir que as necessidades de intervenção em matéria de recuperação e reabilitação do parque construído não são do domínio exclusivo das áreas centrais das cidades, pois o parque está na sua globalidade a necessitar de intervenção. Exemplificando, nos concelhos periféricos da AMP cerca de 40% do parque edificado necessita de recuperações médias ou grandes.

Esta constatação é também o reflexo de uma política de habitação que não privilegia o património e não incentiva a manutenção e a reabilitação do parque construído. Por outro lado, a política de arrendamento ao ter limitado durante largos anos as rendas, contribuiu para a degradação do património e aniquilou o mercado de arrendamento.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Habitação, 2001

5.3. Análise territorial

Uma análise territorial poderá precisar os processos intrínsecos às dinâmicas urbanas e o marasmo ou a vitalidade que afectam as áreas interiores. Começemos por analisar o território à escala da freguesia, para depois sintetizarmos o sistema urbano a partir de uma observação do conjunto das áreas urbanas concelhias.

O mosaico territorial do espaço construído (figura 1.18)

Depois de analisarmos o abandono residencial e funcional dos centros das cidades, sobretudo das metrópoles, chega o momento de observarmos as dinâmicas de

reabilitação; depois de vermos as periferias a crescer em termos residenciais e funcionais (comércio e serviços sobretudo), vamos averiguar os diferentes ritmos construtivos da *cidade emergente*; depois de analisarmos a fragmentação social e funcional, vamos inspeccionar a ocupação do solo para encontrarmos os estilhaços edificados.

Na cidade mais ou menos consolidada as dinâmicas de construção são razoáveis e as obras em curso privilegiam a intensificação da *carga urbana* (grande número de fogos por obras concluídas), a densificação e, por vezes, a renovação urbana. Os níveis de reabilitação são baixos (acompanhando a tendência nacional) mesmo nas áreas com edificação mais antiga (percentagem significativa de edifícios construídos antes de 1919), sobretudo quando comparados com os níveis de construção nova. A preservação do património histórico não é evidenciada pelas estatísticas da construção em Portugal. Algumas freguesias centrais reflectem sobretudo o edificado desocupado e a degradação física, o imobilismo e o desinteresse do mercado.

Por um lado, a construção nova e a intensificação da urbanização, por outro lado, a quase inexistência de reabilitação urbana, fazem-nos questionar se estamos no bom caminho em matéria de planeamento das áreas urbanas tradicionais. Nas áreas centrais históricas das duas metrópoles, a incipiência das dinâmicas de reabilitação urbana e a consequente sensação de desalento perante a degradação física e a devolução dos espaços, são aspectos que naturalmente obrigam à consideração de estratégias específicas de intervenção, por concertação de objectivos e programas onde a residência constitui função central e estruturante na vivificação da malha urbana. Ou seja, não é possível considerar a reabilitação do parque imobiliário à revelia de uma estratégia de ocupação funcional, situação tanto mais relevante quanto maior é o valor patrimonial da estrutura edificada destas áreas históricas.

O mais preocupante desta situação é a escala a que chegou o estado de degradação e devolução do parque imobiliário. Mas esta questão não é específica do centro das metrópoles de Lisboa e do Porto⁹⁸, afectando, com maior ou menor escala, as freguesias centrais de algumas cidades intermédias e de pequenos centros urbanos do país.

As estatísticas da construção demonstram que mesmo nas áreas centrais o peso da construção nova é razoável, sobretudo em Lisboa, Porto e algumas freguesias envolventes (freguesias de Oeiras, Cascais, Loures, Vila Franca de Xira, Almada e

⁹⁸ Figueiredo e Marques (coord.) (1999) Revitalização da Baixa Portuense – Habitação (no âmbito da Quatenaire Portugal), Porto, Sociedade Porto 2001.

Setúbal na AML e de Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Maia na AMP). Mas esta situação também é visível nos centros de algumas cidades médias, como Aveiro, Castelo Branco, Faro, entre outras. Tudo isto indica que, nos interstícios da malha consolidada, a opção é a ocupação dos vazios urbanos e a nova construção, de preferência com níveis de ocupação relativamente altos (pois o número de fogos por obra construída são elevados).

Concluindo, a cidade consolidada não está a ser reabilitada e os seus interstícios estão a ser paulatinamente ocupados por edificado de raiz, de densidade considerável.

À volta desta coroa há uma forte intensidade construtiva. Aparentemente parecem estar a brotar constantemente edificações e aglomerados, híbridos nas arquitecturas, nas orientações estéticas, nas tipologias construtivas, na diversidade dos espaços envolventes,... A intensidade edificatória é forte sobretudo em torno de Lisboa, realçando-se parte de Sintra e de Cascais e ainda Almada, Seixal, Sesimbra, Palmela, Setúbal e Benavente. No Porto esta dimensão e intensidade construtivas são mais limitadas territorialmente (visíveis sobretudo em Gondomar e Valongo). Mas esta intensidade edificatória também não é uma especificidade das áreas metropolitanas, ela exprime-se no Algarve e vai pontuando ou deixando pequenas emergências pelo território nacional.

A imponente da *metrópole* de Lisboa é aqui perfeitamente expressiva. Quanto maior é o núcleo urbano e melhor posicionado estiver no sistema hierárquico nacional, maior é a atractividade sobre as construtoras imobiliárias, o capital financeiro e os agentes imobiliários. A dinâmica e a intensidade construtiva que se pode identificar nesta metrópole reflectem essa força e a dimensão do mercado imobiliário.

Mas nem tudo mexe no território nacional. Em Trás-os-Montes e Alto Douro, uma grande parte do Minho-Lima, na Beira-Interior e em algumas freguesias do Alentejo pararam os processos edificatórios. Algumas destas áreas poderão ser reservas ecológicas ou agrícolas, outras poderão ser Parques Naturais ou sítios protegidos, mas o que as une aqui é a inexistência quase total de processos construtivos e a baixa densidade edificada.

O Alentejo demonstra uma dinâmica de urbanização na última década bastante significativa, que afecta sobretudo o litoral e as áreas centrais dos centros urbanos da grande maioria dos municípios.

Quadro Síntese 1.18. Edificação e Habitação

Cod. Indicador	Valor Contínua	Classe Contínua	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
				Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste	Modalidade Valor-teste
5	1,6 %	nível 2	Pressão e dinâmica construtiva	nível 1	6	nível 1	25	nível 1	12	nível 2	22	nível 2	10	nível 4	15	nível 3	9	nível 3	7
5	1,6 %	nível 2	Alojamentos por edifício	nível 1	6	nível 1	25	nível 1	12	nível 2	22	nível 2	10	nível 4	15	nível 3	9	nível 3	7
7	2.987.833 N°	-	Alojamentos por edifício	nível 1	10	nível 1	30	nível 1	8	nível 2	19	nível 2	35	nível 3	12	nível 2	7	nível 2	4
7	2.987.833 N°	-	PC Edifícios	nível 1	10	nível 1	30	nível 1	8	nível 2	19	nível 2	35	nível 3	12	nível 2	7	nível 2	4
7	2.987.833 N°	-	PC Edifícios	nível 1	10	nível 1	30	nível 1	8	nível 2	19	nível 2	35	nível 3	12	nível 2	7	nível 2	4
8	4.857.013 N°	-	PC Alojamentos	nível 1	11	nível 1	34	nível 2	14	nível 2	22	nível 2	20	nível 3	8	nível 2	12	nível 3	6
8	4.857.013 N°	-	PC Alojamentos	nível 1	11	nível 1	34	nível 2	14	nível 2	22	nível 2	20	nível 3	8	nível 2	12	nível 3	6
12	11,2 %	nível 4	Variação relat. edifícios 1991/2001 - (*)	nível 1	25	nível 3	10	nível 4	6			nível 3	5	nível 4	10	nível 4	10	nível 4	10
12	11,2 %	nível 4	Variação relat. edifícios 1991/2001 - (*)	nível 1	25	nível 3	10	nível 4	6			nível 3	5	nível 4	10	nível 4	10	nível 4	10
11	20,3 %	nível 5	Variação relat. alojamentos 1991/2001 - (*)	nível 1	3	nível 2	17	nível 4	7,15	nível 5	7	nível 5	3	nível 5	3	nível 6	3	nível 6	7
11	20,3 %	nível 5	Variação relat. alojamentos 1991/2001 - (*)	nível 1	3	nível 2	17	nível 4	7,15	nível 5	7	nível 5	3	nível 5	3	nível 6	3	nível 6	7
1	177.470 N°	-	PC Fogos novos ou reabilitados	nível 1	9	nível 1	29	nível 1	25	nível 2	23	nível 2	30	nível 3	13	nível 2	7	nível 4	10
1	177.470 N°	-	PC Fogos novos ou reabilitados	nível 1	9	nível 1	29	nível 1	25	nível 2	23	nível 2	30	nível 3	13	nível 2	7	nível 4	10
9	259.003 N°	-	PC Licenças construção req. p/ não partic.	nível 1	12	nível 1	45	nível 2	42	nível 2	11	nível 3	32	nível 3	8	nível 4	24	nível 5	100
9	259.003 N°	-	PC Licenças construção req. p/ não partic.	nível 1	12	nível 1	45	nível 2	42	nível 2	11	nível 3	32	nível 3	8	nível 4	24	nível 5	100
6	1511,6 %	nível 1	Área dos pavim. lic. p/ área da freguesia	nível 1	10	nível 1	30	nível 1	6	nível 2	14	nível 2	17	nível 3	15	nível 3	14	nível 4	10
6	1511,6 %	nível 1	Área dos pavim. lic. p/ área da freguesia	nível 1	10	nível 1	30	nível 1	6	nível 2	14	nível 2	17	nível 3	15	nível 3	14	nível 4	10
4	1,9 %	nível 3	Fogos por obras concluídas	nível 1	8	nível 1	34	nível 2	19	nível 3	20	nível 2	2	nível 3	19	nível 3	10	nível 4	8
4	1,9 %	nível 3	Fogos por obras concluídas	nível 1	8	nível 1	34	nível 2	19	nível 3	20	nível 2	2	nível 3	19	nível 3	10	nível 4	8
4	1,9 %	nível 3	Fogos por obras concluídas	nível 1	8	nível 1	34	nível 2	19	nível 3	20	nível 2	2	nível 3	19	nível 3	10	nível 4	8
10	3,7 %	nível 3	QI Fogos constr. ou reab. por alojamentos existentes	nível 1	9	nível 1	36	nível 2	19	nível 4	15	nível 4	10	nível 4	9	nível 5	9	nível 5	8
10	3,7 %	nível 3	QI Fogos constr. ou reab. por alojamentos existentes	nível 1	9	nível 1	36	nível 2	19	nível 4	15	nível 4	10	nível 4	9	nível 5	9	nível 5	8
10	3,7 %	nível 3	QI Fogos constr. ou reab. por alojamentos existentes	nível 1	9	nível 1	36	nível 2	19	nível 4	15	nível 4	10	nível 4	9	nível 5	9	nível 5	8
21	12,2 %	nível 2	Tipologia e dinâmica construtiva	nível 1	6	nível 1	12	nível 2	4	nível 2	5	nível 2	5	nível 2	9	nível 1	4	nível 1	6
19	1,9 %	nível 2	Alojamentos em edif. constr. antes 1919	nível 1	6	nível 1	12	nível 2	4	nível 2	5	nível 2	5	nível 2	9	nível 1	4	nível 1	6
20	83,0 %	nível 2	QI Fogos restaurados rel. ao total de fogos (novos e restaurados)	nível 1	6	nível 1	25	nível 1	11	nível 2	15	nível 2	15	nível 1	7	nível 1	4	nível 1	3
18	20,4 %	nível 3	QI Obras construção nova para habitação rel. total (nova e reab.)	nível 1	10	nível 1	34	nível 1	4	nível 3	13	nível 2	9	nível 3	6	nível 3	7	nível 3	7
18	20,4 %	nível 3	QI Obras com mais que 1 fogo para habitação	nível 1	10	nível 1	34	nível 1	4	nível 3	13	nível 2	9	nível 3	6	nível 3	7	nível 3	7
18	20,4 %	nível 3	QI Obras com mais que 1 fogo para habitação	nível 1	10	nível 1	34	nível 1	4	nível 3	13	nível 2	9	nível 3	6	nível 3	7	nível 3	7
18	20,4 %	nível 3	QI Obras com mais que 1 fogo para habitação	nível 1	10	nível 1	34	nível 1	4	nível 3	13	nível 2	9	nível 3	6	nível 3	7	nível 3	7
22	354,121 N°	-	PC Alojamentos em edif. constr. antes 1919	nível 1	15	nível 2	15	nível 2	5	nível 2	4	nível 3	7	nível 3	12	nível 3	4	nível 3	4
2	75,518 N°	-	PC Obras concluídas para habitação	nível 1	11	nível 1	26	nível 2	47	nível 2	22	nível 3	26	nível 3	8	nível 4	27	nível 4	27
3	19,286 N°	-	PC Obras concluídas para habitação	nível 1	11	nível 1	26	nível 2	47	nível 2	22	nível 3	26	nível 3	8	nível 4	27	nível 4	27
14	13,399 N°	-	PC Obras com mais que 1 fogo	nível 1	9	nível 1	28	nível 1	20	nível 2	27	nível 2	15	nível 4	13	nível 3	12	nível 3	9
14	13,399 N°	-	PC Obras com mais que 1 fogo	nível 1	9	nível 1	28	nível 1	20	nível 2	27	nível 2	15	nível 4	13	nível 3	12	nível 3	9
13	52,139 N°	-	PC Obras só com 1 fogo	nível 1	12	nível 1	34	nível 2	45	nível 2	17	nível 3	34	nível 3	11	nível 4	20	nível 4	8
15	62,669 N°	-	PC Obras novas para habitação	nível 1	13	nível 1	37	nível 2	44	nível 2	22	nível 3	35	nível 3	10	nível 4	24	nível 4	8
16	12,849 N°	-	PC Obras reabilitadas para habitação	nível 1	8	nível 1	23	nível 2	10	nível 2	6	nível 3	35	nível 3	3	nível 4	24	nível 4	8

Legenda:

PC Peso no Contínua

QI Quociente de Localização

Classe mais alta

A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

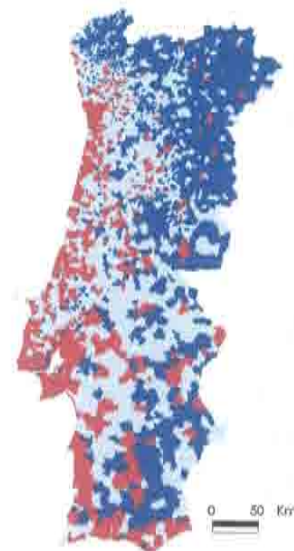
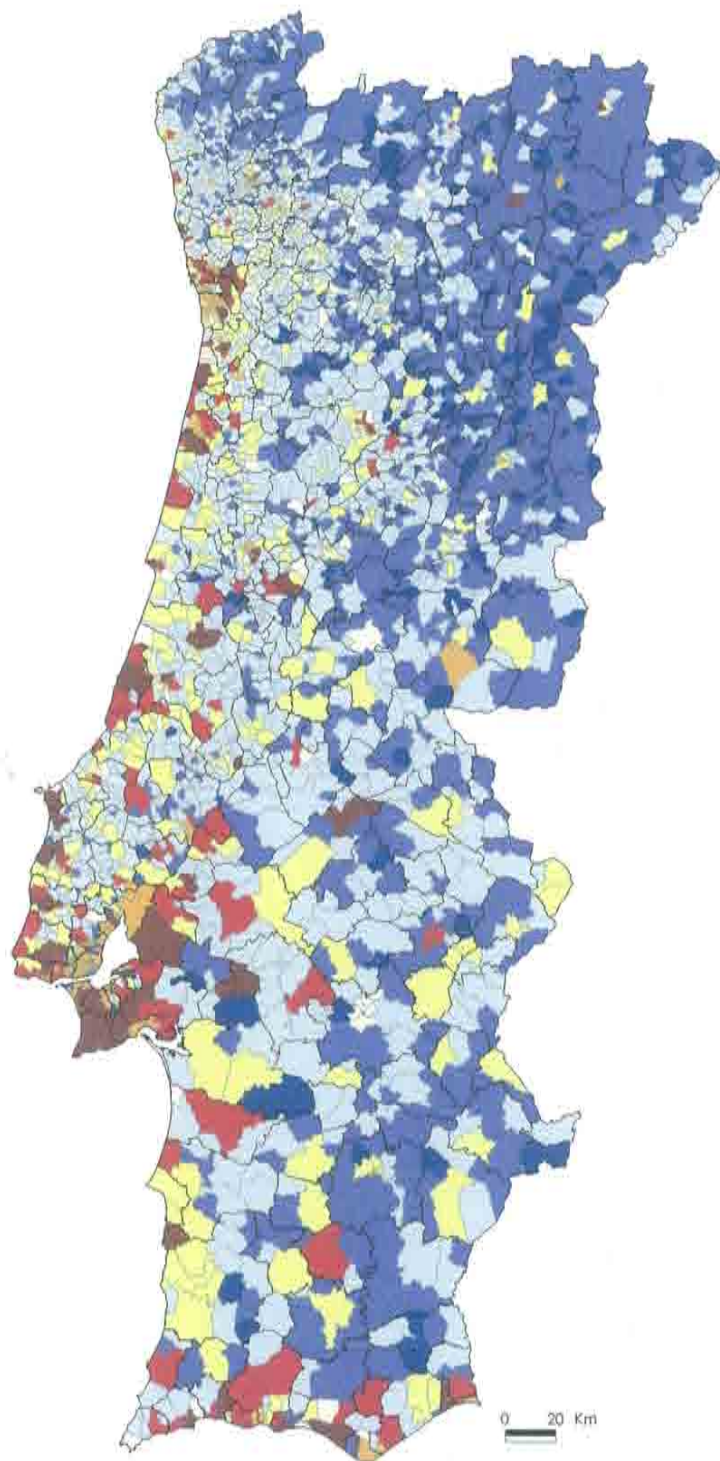
A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nos indicadores de variação (*) esta mancha simboliza a classe onde está incluído o zero, as classes a azul são negativas e a vermelha positivas.

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores

**Figura 1.18. Mosaico Territorial
Edificação e Habitação**



- Dinâmicas de construção praticamente inexistentes
- Dinâmicas de construção relativamente fracas
- Dinâmicas de construção activas

- Baixas densidades num contexto de dinâmicas de construção quase inexistentes e em perda
- Baixas densidades num contexto de dinâmicas de construção quase inexistentes
- Baixas densidades num contexto de dinâmicas de construção muito fracas
- Dinâmicas de construção significativas num contexto de densidades razoáveis
- Dinâmicas de construção muito significativas num contexto de densidades razoáveis
- Dinâmicas de construção razoáveis num contexto urbano muito denso
- Dinâmicas de construção fortes
- Dinâmicas de construção muito intensas

O sistema urbano a partir das densidades e das dinâmicas construtivas

A sistematização das densidades e das dinâmicas construtivas por áreas urbanas permite, por um lado, uma leitura mais fácil dos principais processos em curso e, por outro lado, oculta processos que só são visíveis à micro-escala territorial (figura 1.19).

Em primeiro lugar, devemos novamente realçar os dois aglomerados visíveis em torno de Lisboa e do Porto, onde, mesmo numa escala urbana, as intensidades de construção e as densidades são muito heterogéneas. Na região urbana de Lisboa realçam-se, pelo seu dinamismo e dimensão do edificado, em primeiro lugar Sintra e Almada e depois Setúbal, Sesimbra e o Seixal. Aqui a construção está efervescente e as tipologias construtivas são muito diversificadas. Na cidade de Lisboa e em Loures, Oeiras, Amadora, Odivelas, Barreiro e Moita o dinamismo é menos acentuado, mas as densidades habitacionais são elevadas e o número de fogos concluídos por obra licenciada são muito altos. O que parece significar que se fazem menos obras e constroem-se menos edifícios, mas quando se edifica os índices construtivos são mais elevados. Em termos de reabilitação os indicadores não se evidenciam, reflectindo as carências que Portugal apresenta neste domínio. Por fim, Cascais, Mafra, Torres Vedras e Palmela são, neste contexto urbano, claramente mais contidos nas dinâmicas construtivas. Uma análise mais profunda carece de um corpo de indicadores mais diversificado e de um estudo de terreno que permita avaliar e explicar esta tipologia tão heterogénea.

Na Região Urbana do Porto o tecido construtivo é igualmente híbrido. Vila Nova da Feira, Gaia, Gondomar, Braga e Guimarães tomam a dianteira no dinamismo construtivo, seguidos de Matosinhos, Maia e Vila Nova de Famalicão. Depois disto surge o Porto, com um tecido mais consolidado e um dinamismo mais controlado, mas, quando existe construção, recorre-se a índices construtivos muito altos.

Fora destas áreas urbanas as dinâmicas são mais contidas e muito heterogéneas. Evidenciam-se claramente Viseu, Coimbra e Leiria, pelo dinamismo construtivo dos últimos anos. No Algarve a dinâmica construtiva e a força edificada realçam novamente a corda litoral, mas demonstrando um dinamismo relativamente mais controlado nos últimos anos. Neste contexto, Loulé é claramente emergente. Por fim, só merecem destaque algumas aglomerações isoladas, como Évora e Vila Real no interior e Viana do Castelo, Figueira da Foz, Marinha Grande e Ourém no litoral.

Fora deste contexto, as fracas dinâmicas construtivas e a débil dimensão dos aglomerados reflectem o marasmo que atravessa um grande número de áreas urbanas. Mesmo alguns aglomerados com uma certa dimensão edificatória, como

Bragança, Chaves, Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Beja, demonstram um fraco dinamismo e uma baixa atractividade nos últimos anos da década de noventa.

Algumas conclusões estratégicas:

- Hoje em dia, os promotores imobiliários tornaram-se actores incontornáveis na produção dos espaços urbanos. As dinâmicas imobiliárias vão à frente dos processos de infra-estruturação.
- A intensidade edificatória é sobretudo intensa à volta de Lisboa (mais forte) e do Porto. No entanto, não é uma especificidade das áreas metropolitanas, pois exprime-se de uma forma clara no Algarve e vai pontuando o restante território, sobretudo as periferias das cidades médias.
- As cidades centrais dão claros sinais de degradação física e os processos de reabilitação não acompanham as necessidades. O Porto e Lisboa concentram, em termos absolutos, as maiores necessidades e os níveis mais elevados de abandono. Mas esta questão afecta, com maior ou menor intensidade as freguesias centrais de algumas cidades intermédias e de pequenos centros urbanos. Nos interstícios das malhas consolidadas a opção é a ocupação dos vazios urbanos e a nova construção de densidade considerável.

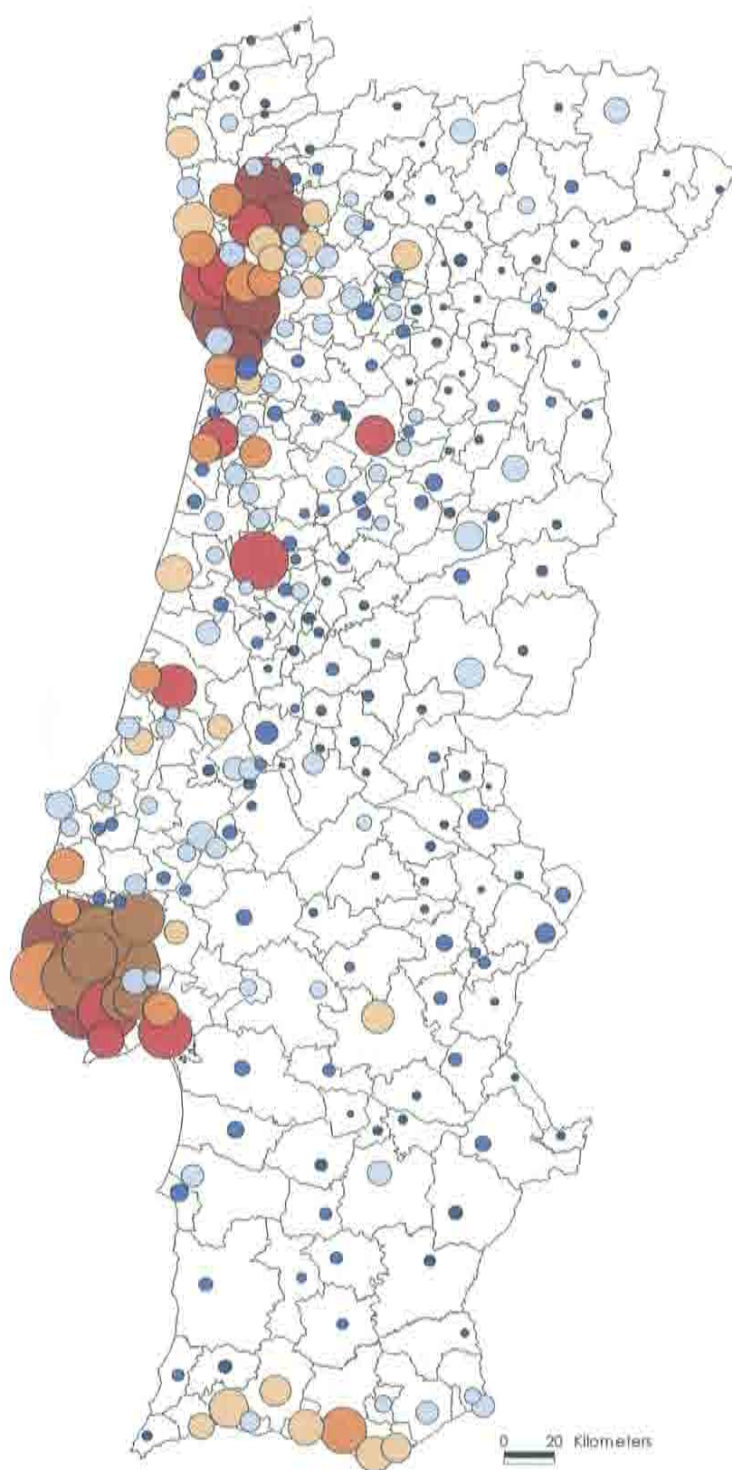
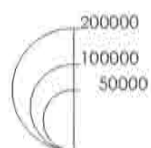


Figura 1.19. Sistema Urbano
Edificação e Habitação

Alojamentos familiares
na área urbana, 2001



- Pequenas áreas edificadas associam-se a dinâmicas de construção insignificantes
- Pequenas áreas edificadas associam-se a dinâmicas de construção muito baixas
- Áreas moderadamente edificadas associam-se a dinâmicas de construção fracas
- Áreas moderadamente edificadas associam-se a razoáveis dinâmicas de construção
- Áreas muito edificadas associam-se a razoáveis dinâmicas de construção
- Áreas urbanas mais ou menos consolidadas associam-se a razoáveis dinâmicas de construção
- Áreas muito edificadas associam-se a dinâmicas de construção fortes
- Áreas muito edificadas associam-se a dinâmicas de construção fortíssimas

6. Substrato agro-florestal

A matriz territorial está claramente marcada pela ocupação agro-florestal. Entre uma agricultura competitiva dirigida ao mercado e uma agricultura camponesa está uma aposta na diversidade, na qualidade e na multifuncionalidade. As superfícies agrícolas regredem com diferentes intensidades territoriais. A dimensão das explorações agrícolas e as superfícies irrigadas dão um recorte à paisagem que perdura há séculos. Por fim, os sistemas de cultura agrícolas e a ocupação florestal pintam um quadro territorial cheio de cor. Onde estão os territórios da urbanização e da forte concorrência pelo uso do solo? Quais os territórios abandonados pela agricultura? Que mudanças se sentiram nos sistemas de cultura nos últimos anos? E a estrutura da propriedade, também mudou? O que é que insiste em persistir e a marcar os territórios?

6.1. Enquadramento

Se é verdade que os limites entre as cidades e os campos se dissiparam e deixaram de ter relevância, também não é mentira que continuamos a associar ao *campo* ou aos *espaços rurais* as florestas, os rios, as montanhas, a agricultura, etc.. A importância crescente do meio rural na evolução social, económica e territorial é uma consequência das qualidades ambientais que lhe estão ainda associadas. Portugal manteve-se um país rural até muito tarde, tanto nos modos de vida como na importância das actividades agrícolas⁹⁹. A ocupação do território também reflecte isso.

Em termos de superfície agrícola total, o último Recenseamento Geral da Agricultura contabilizou no Continente cerca de 50 mil Km², o que significa que 55% do território está integrado em explorações agrícolas. Passar ao lado desta realidade significa escamotear factores fundamentais para o ordenamento territorial. O espaço rural português tem uma riqueza natural e biológica importante relativamente ao conjunto dos países da União Europeia e, por isso, merece aqui um tratamento espacial.

É sobretudo nos espaços rurais que se localizam as zonas protegidas (segundo a legislação comunitária) e uma grande diversidade de sítios naturais. Com a revolução de 1974, a conservação da natureza passou a ter regulamentação oficial. De 1976 a 1983 foram criados cinco parques naturais, oito reservas e delimitados diversos sítios, ocupando 4% do território. No entanto, a maioria destas zonas não têm planos de

⁹⁹ Este domínio integra as reflexões de Mansinho e Schmidt (1997), Marques (2000); Mendes (1994 e 1999); Ribeiro (1970); Ribeiro, Lautensach e Daveau (1991); Silva (1998) e Varela (1993).

ordenamento. Em 1981-1982, definiram-se a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN) e os planos de ordenamento regionais e locais (PROT e PDM) passaram a ser obrigatórios. Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1987, é aprovada a Lei-Quadro sobre o Ambiente, passando a ser enquadrada a actividade dos movimentos ecologistas. As suas lutas dirigiram-se, no início, principalmente para os resíduos nucleares e a reflorestação de zonas rurais com eucaliptos. Por outro lado, os problemas infra-estruturais não foram resolvidos na década de oitenta e transitam para os anos noventa, implicando que uma boa parte dos financiamentos comunitários tivessem sido canalizados para a resolução de problemas básicos infra-estruturais.

Nos anos 90 surge uma nova fase na conservação da natureza, com a criação do Ministério do Ambiente e a influência da Conferência do Rio (1992). No início da década a população portuguesa não dava grande importância às questões ambientais, mas lentamente tem vindo a demonstrar uma crescente sensibilidade. Simultaneamente, aparece um novo discurso sobre a ruralidade integrando as componentes turísticas e privilegiando os espaços-natureza.

Nos últimos anos, a "incineração" arrastou uma grande movimentação e participação das populações locais e o Programa Polis trouxe para a discussão pública o debate em torno da qualidade do ambiente urbano. Por outro lado, as políticas dirigidas às "Áreas de Intervenção de Base Territorial" procuram demonstrar alguma preocupação do Estado pelos espaços rurais¹⁰⁰. Por fim, o Plano de Desenvolvimento Rural – RURIS – aposta na multifuncionalidade das explorações numa perspectiva de ordenamento territorial, na inovação e competitividade agrícola numa visão sustentada e ainda na valorização do potencial dos territórios rurais.

Neste momento, com o alargamento da União Europeia a leste, o que está em discussão é a Política Agrícola Comum intercalar e as suas implicações era o mundo rural. Se a União Europeia trouxe em primeiro lugar o ambiente e a sustentabilidade para o centro das questões de ordenamento, hoje em dia sentimos que a Política Agrícola Comum pode inovar as políticas de ordenamento dirigidas aos espaços rurais.

Depois deste enquadramento seria de supor que neste capítulo iríamos abordar o espaço rural nas suas múltiplas funções: um património natural (com diferentes identidades e percursos históricos), um lugar de turismo e lazer (fortemente

¹⁰⁰ Para ultrapassar estrangulamentos estruturais, elevar padrões de qualidade de vida, criar emprego e fixar população.

interrelacionado com os meios urbanos), um território natureza (espaço natural a preservar), uma identidade estética (com uma imagem a cultivar e a recriar). As hipóteses eram algumas e a nossa opção dirigiu-se para a leitura do espaço rural como suporte de utilização agro-florestal¹⁰¹.

O objectivo central deste capítulo prende-se com a necessidade de observar as principais alterações ocorridos nos sistemas agrários nacionais: tentar perceber algumas das mudanças que os sistemas de cultura e as estruturas agrárias têm sentido nos últimos anos. Vamos procurar encontrar alguns dos traços que se mantêm na paisagem rural: que mudanças se evidenciam relativamente às leituras de H. Lautensach (nos anos trinta) e mais tarde de Orlando Ribeiro (anos cinquenta)?

Não fazemos uma análise dos processos em curso no mundo da agricultura, nem tão pouco uma apresentação do mundo rural na mudança do século. Será uma leitura parcial, que procura apenas evidenciar algumas componentes e alguns factores que marcam as estruturas territoriais dos dias de hoje. Tenta-se alcançar uma síntese territorial, conscientes de que os processos estão sujeitos à natureza mais efémera ou mais austera dos elementos que os compõem.

É uma pesquisa à procura da rigidez e do que persiste na estruturação territorial do Continente português.

Vamos então começar por fazer uma leitura muito sintética das abordagens de H. Lautensach e O. Ribeiro¹⁰². Depois, reflectimos sobre a Política Agrícola Comum nas suas implicações territoriais. Por fim, com base num conjunto de indicadores, fazemos primeiro uma síntese dos sistemas de cultura no território português, para depois realizarmos uma síntese global¹⁰³, tendo também em consideração as áreas ocupadas pelas matas e florestas, a importância da SAU e a dimensão média das explorações.

¹⁰¹ Neste capítulo só vamos incluir as matas e as florestas inseridas nas explorações agrícolas. Não existe informação disponível em Portugal sobre as florestas a esta escala.

¹⁰² Para facilitar a leitura das dinâmicas nos últimos anos adaptámos o mapa dos *Sistemas Agrícolas Dominantes* de Orlando Ribeiro, elaborado em 1955 (Ribeiro, 1991: 998).

¹⁰³ A síntese global compreende todos os indicadores da lista de Indicadores.

Lista de Indicadores identificados na base por freguesias¹⁰⁴:

Superfícies agro-florestais

- 1 Superfície agrícola utilizada (SAU) por total da área da freguesia, por freguesia, em 1999
- 2 Superfície agrícola utilizada (SAU) por exploração, por freguesia, em 1999
- 3 QL - Superfície agrícola utilizada (SAU) relativamente ao total da superfície das explorações agrícolas (ha), por freguesia, em 1999
- 4 QL - Superfície de matas e florestas sem culturas sob-coberto relativamente ao total da superfície das explorações agrícolas (ha), por freguesia, em 1999
- 5 QL - Superfície agrícola não utilizada relativamente ao total da superfície das explorações agrícolas (ha), por freguesia, em 1999
- 6 QL - Superfície com outras utilizações relativamente total da superfície das explorações agrícolas (ha), por freguesia, em 1999
- 7 Superfície irrigável por superfície agrícola utilizada (SAU), por freguesia, em 1999 (ha)

Sistemas de Culturas¹⁰⁵

- 8 QL - Superfície de cereais para grão relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 9 QL - Superfície de leguminosas secas para grão relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 10 QL - Superfície de prados temporários e culturas forrageiras relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 11 QL - Superfície de batata relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 12 QL - Superfície de culturas industriais relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 13 QL - Superfície de culturas hortícolas extensivas relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 14 QL - Superfície de culturas hortícolas intensivas relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 15 QL - Superfície de flores e plantas ornamentais relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 16 QL - Superfície de pousio relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 17 QL - Superfície de horta familiar relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 18 QL - Superfície de frutos frescos relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 19 QL - Superfície de citrinos relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 20 QL - Superfície de frutos sub-tropicais relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 21 QL - Superfície de frutos secos relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 22 QL - Superfície de olival relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 23 QL - Superfície de vinha relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)
- 25 QL - Superfície de prados e pastagens permanentes relativamente ao total da SAU, por freguesia, em 1999 (ha)

Nota: QL - Quociente de localização calculado relativamente ao total do Continente.

Com base nestas sínteses, tentamos efectuar uma comparação entre o mapa de Orlando Ribeiro – *sistemas agrícolas dominantes* – de 1955 e a nossa proposta para 1999, procurando, sobretudo, evidenciar a rigidez e a riqueza do nosso mosaico agro-florestal.

¹⁰⁴ Esta abordagem metodológica poderá ser futuramente melhorada, através de uma desagregação mais fina dos cereais para grão (milho, trigo, centeio e arroz, sobretudo), de alguns frutos secos e frutos frescos. Além disso, em termos de dimensões das explorações podem-se constituir várias classes. De forma a avaliar as implicações nos sistemas de cultura da Política Agrícola Comum (PAC), parece-nos interessante repetir o exercício metodológico com Indicadores de dinâmica.

¹⁰⁵ A lista de indicadores identificados no sub-domínio *Sistemas de Cultura* vai sustentar a primeira síntese.

6.2. As raízes dos sistemas agrícolas dominantes

Procurar as raízes significa, neste capítulo, reler alguns dos grandes nomes da geografia portuguesa e comparar as suas leituras com as realidades actuais. Para fazer um enquadramento dos autores seleccionados socorremo-nos de Suzanne Daveau (1987: 1035), ao afirmar o seguinte: *quando Lautensach escreveu, não só a grande maioria dos portugueses vivia do campo, e muitas vezes no campo, como também se não tinha ainda acabado a própria "conquista da terra". A extensão das terras ia continuar a crescer durante cerca de vinte anos, a par e passo com o aumento da população do campo, ou seja, até à altura da síntese elaborada por Orlando Ribeiro. Orlando Ribeiro coincide com o apogeu do crescimento agrícola.*

As paisagens agrícolas descritas naquelas épocas vão ser transcritas de uma forma muito sintética nas próximas linhas. A riqueza das descrições só é possível ser atingida através da leitura directa das obras, pelo que estes breves relatos apenas pretendem relembrar velhas leituras já realizadas, sobretudo para os curiosos das ciências sociais e das ciências da natureza.

Em 1932 Lautensach afirmava (Lautensach, 1991:977-978): *No Norte de Portugal domina a pequena e média propriedade e a pequena exploração; a estação seca é curta, as reservas de água bastante abundantes e os andares de altitude, muito próximos, são complementares. No Sul – com excepção do Algarve – predomina a grande propriedade e a grande exploração, a secura estival é de longa duração e as reservas de água limitadas, sendo a rega pouco desenvolvida.*

Esta separação entre as duas metades do país faz-se pela Cordilheira Central. A Serra Algarvia separa a planície meridional. Escreve ainda aquele autor que nos tipos *norte e sul de economia agrária* podem identificar-se diferentes características: no Norte de Portugal distingue-se o ocidente, com o milho, do oriente, com o centeio. As diversas paisagens no Alentejo são muito parecidas e foram consideradas como uma só unidade, a região do trigo.

No Ocidente litoral diferencia-se o Noroeste do Sudoeste. O primeiro é caracterizado por uma cultura intensiva do milho nas planícies, bacias e vales, graças à rega; são sistemas assentes no milho, centeio, prados, vinhas e hortas. Mais a sul, as "rochas mesozóicas de natureza muito variada" explicam a diversidade de utilização do solo: matas de pinheiro bravo, olivais ou vinha sucedem-se em função das características dos terrenos. Em todo o lado existe milho, batatas, hortícolas e trigo.

A área oriental também se subdivide em duas partes: o Alto Douro, por um lado, e os planaltos de Trás-os-Montes e da Beira Transmontana, por outro. O primeiro está subordinado à cultura da vinha, enquanto o olival, as figueiras e o centeio só têm importância para os pequenos lavradores. No outro lado, nos planaltos, está o centeio, às vezes em rotação com o trigo, com pouca vinha e oliveiras. Há ainda bons prados nos vales e grandes superfícies do pousio.

Passemos à leitura de **1955 de Orlando Ribeiro** (Ribeiro, 1991: 989-1033). Para isso socorremo-nos de um mapa dos Sistemas Agrícolas dominantes elaborado em 1955 pelo autor e que foi aqui reproduzido e adaptado (figura 1.20). Vamos simplesmente fazer alguns comentários de forma a apoiar a leitura desse mapa.

Em 1955 Orlando Ribeiro distingue claramente o campo de cereais de sequeiro dos planaltos e planícies do Interior e Sul e o campo-prado do milho, das plantações arbustivas e arbóreas, do Noroeste. Além disso, são descritas com muita precisão as circunstâncias históricas e naturais que condicionaram a criação da pequena propriedade e da policultura no Noroeste, e os latifúndios e a forma extensiva de explorar a terra no Alentejo, ambos ascendendo à influência romana.

A área dos três cereais (trigo, milho e centeio, os cereais denominados do pão) perdeu vertiginosamente superfície nas últimas décadas, mas em 1955 ocupava cerca de 1140 mil hectares (48% para o trigo, 38% para o milho e 14% para o centeio). O Alentejo e a Estremadura produziam 86% do trigo; o Minho e a Beira Alta e Litoral 66% do milho; Trás-os-Montes e a Beira Interior 53% do centeio (cada vez mais confinado às áreas montanhosas).

Relativamente às superfícies ocupadas pela vinha, olivais e árvores de fruto, a área estimada em 1939 era 26% da superfície agrícola e cerca de 10% da superfície do País. A oliveira de origem mediterrânea tem uma difusão bastante antiga. Por causa da procura do azeite, a oliveira em 1934 ocupava 370 000 hectares, cerca de 3,6% da área do país. As áreas com maior implantação são o a Terra Quente Transmontana, a bacia do Mondego, o sul da Beira Baixa, os relevos calcários da Estremadura central, o norte do Ribatejo e o Alentejo. A vinha ocupava (1939) uma área estimada de 344 mil hectares, cerca de 10% da área agrícola do país (2,3% da superfície do país); Relativamente às árvores de frutos, os citrinos encontravam-se nas terras *mais baixas e abrigadas* enquanto os castanheiros escolhiam os planaltos e as montanhas. No Algarve e no Alto Douro, amendoeiras, figueiras e alfarrobeiras formam um extenso manto.

No Noroeste o milho encontrou condições favoráveis à sua expansão. Entre o milho cultivava-se o feijão e as hortaliças e nas orlas dos campos tínhamos a vinha e as árvores de fruto. A batata também aparece no Noroeste antes da época de sementeira do milho e os prados dominam nos campos. São as terras da policultura com o milho como elemento central. Na maior parte do ano estas terras passam a pastagem (dois terços do ano). Orlando Ribeiro designou esta combinação por campo-prado.

Sempre que a policultura requeria a rega artificial, nas áreas atlânticas onde a água mesmo no Verão era abundante, Orlando Ribeiro designou-a de policultura de regadio. À volta de Lisboa (figura 1.20), com um sub-solo rico em água, com muitos poços e grandes reservatórios de água, a terra é preparada para a horta cultivada para abastecer a população das grandes aglomerações (Ribeiro, 1991:1018). A batata é também abundante na margem sul do Tejo. A área dos arrozais localizava-se preferencialmente nas bacias inferiores do Tejo e do Sado.

No Nordeste Transmontano aparece o centeio, enquanto no Sul (Alentejo, sobretudo) temos o trigo e o centeio, ambos cultivados de uma forma extensiva. No Nordeste tínhamos as comunidades locais organizadas em torno das aldeias e no sul à volta dos grandes proprietários da terra¹⁰⁶.

Em Trás-os-Montes e Alto Douro e na Beira Alta podiam diferenciar-se três grandes áreas onde dominavam, respectivamente, o centeio, o vinho do Porto, e a exploração florestal e a chameca. Nos planaltos, a batata aparece associada ao centeio. A Terra Quente do Douro e afluentes é uma das áreas mais expressivas da vinha no país, dada a sua extensão. No Alto Douro alternam a oliveira e a amendoeira, favorecidas pelo clima quente, seco e abrigado.

No Alentejo e Beira Baixa aparece o montado, associado ao trigo ou sob a forma de montado denso. O montado é uma mata rala e nunca um bosque cerrado (Ribeiro, 1991:1015). Trata-se de um crescimento espontâneo das árvores, onde domina o sobreiro sobre a azinheira, no meio da urze, esteva, giestas. Assim, Orlando Ribeiro organiza três classes nesta área: o trigo associado ao montado; o montado denso; o olival com o trigo.

No Algarve as amendoeiras, figueiras e alfarrobeiras impõem-se. Na Serra de Monchique, a água da rega contribui para a produção de milho, batata, legumes, hortaliças, laranjas e pasto. À volta de Faro aparece também a batata.

¹⁰⁶ Em Trás-os-Montes tínhamos uma alternância de cultura e pousio, no sul das Beiras o pousio era de dois anos e no Alentejo chegava a ser de cinco ou sete anos.

Para Orlando Ribeiro, o campo era o conjunto de terra cultivada, compreendendo as diferentes utilizações do solo que ela comportava: *os campos imprimem o traço mais vigoroso da paisagem agrária portuguesa* (Daveau, 1991:998-999). Assim, o campo designava, num sentido mais abrangente, o ambiente rural que se oponha à cidade.

A comparação do mapa da *economia agrária* de Hermann Lautensach de 1932 (Lautensach, 1991:716-717) com os *sistemas agrícolas dominantes* de Orlando Ribeiro de 1955 (Ribeiro, 1991:998-999) faz evidenciar um período intermédio de "conquista da terra", em que a terra agrícola ainda está a ser desbravada. No entanto, já nos anos trinta são notórios os grandes traços que marcam ainda hoje as paisagens agrárias portuguesas.

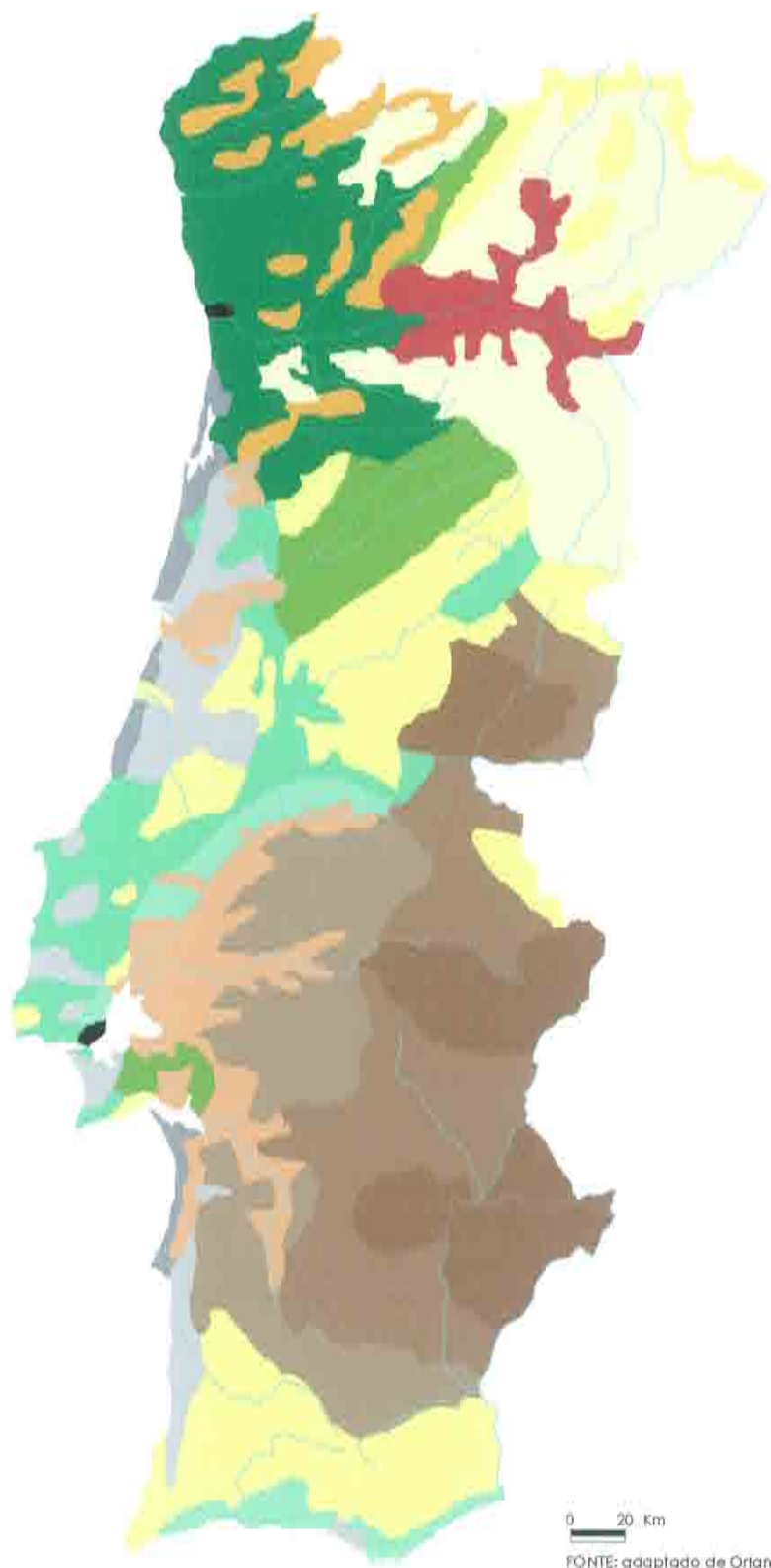


Figura 1.20.
Sistemas Agrícolas Dominantes

Orlando Ribeiro, 1955

- △ Rios principais
- Milho regado (campo-prado)
 - Policultura de regadio
 - Policultura de sequeiro
 - Vinho do Porto
 - Centeio
 - Exploração florestal e chameca
 - Trigo e montado
 - Montado denso
 - Olival e trigo
 - Arrozais e horticultura
 - Predomínio de arvoredos
 - Exploração florestal e gado grosso
 - Areias pouco cultivadas
 - Areais incultos
 - Concelho do Porto e Lisboa

0 20 Km

FONTE: adaptado de Orlando Ribeiro, 1991, p.298.

6.3. A Política Agrícola Comum (PAC)

Volvidos setenta anos desde Lautensach e trinta anos desde Orlando Ribeiro, estamos num momento claramente diferente. Da "conquista da terra" passamos ao "abandono da terra".

A PAC privilegia determinados produtos, como o leite, a carne bovino e os cereais, e, implicitamente, algumas regiões agrícolas da Europa, como o Centro e o Norte. A reforma da PAC (Agenda 2000) define o rendimento agrícola através de dois pilares: o primeiro pilar sustenta os rendimentos agrícolas com base nas organizações comuns de mercado (OCM's), através da garantia dos preços aos produtores e do financiamento directo por rendimento (por hectare e cabeça de gado). Esta política beneficia os países do Centro e Norte da Europa (grandes produtores de leite, carne de bovino e cereais)¹⁰⁷. O segundo pilar¹⁰⁸ dirige-se à multifuncionalidade e financia a produção de produtos de qualidade tradicionais com denominação de origem, a agricultura biológica, as zonas desfavorecidas, a preservação das paisagens, a protecção do ambiente e do território, do património cultural, etc.. Actualmente, as medidas agro-ambientais, as indemnizações compensatórias e o programa LEADER+ estão também neste pilar.

A PAC incentivou os agricultores portugueses a desenvolver sistemas de culturas mais favoráveis aos incentivos, o que significou um desvio para as culturas típicas dos países do Centro e Norte da Europa. Só assim os agricultores portugueses poderiam usufruir de financiamentos mais elevados, ainda que os nossos territórios não estivessem para aí direccionados. Podemos talvez afirmar que houve na Europa um retrocesso na sua diversidade e na riqueza do mosaico de culturas.

O alargamento da Europa a leste torna a actual política agrícola insustentável. Nesse sentido, existe uma proposta de revisão intercalar organizada em duas medidas. A primeira prevê uma redução do montante de ajudas directas (ao abrigo do anterior primeiro pilar) em cerca de 20%¹⁰⁹ até 2004, decisão que afectará só 4% dos nossos agricultores (Costa, 2002). As negociações ainda estão a desenvolver-se com os diferentes países. O que nos parece oportuno afirmar neste momento, e tendo em consideração os objectivos deste capítulo, é o seguinte: em termos de ordenamento

¹⁰⁷ O primeiro pilar representa 84% do FEOGA.

¹⁰⁸ O segundo pilar exprime-se em 16% do FEOGA.

¹⁰⁹ 3% ao ano, num período de 6 a 7 anos, a iniciar em 2004.

territorial é importante promovermos a valorização dos sistemas de cultura mais identificados com as características diversificadas dos nossos sistemas ecológicos.

A agricultura portuguesa continua a ocupar muito território, sendo por isso um elemento fundamental na qualidade e na preservação ambiental.

Em 1999, a superfície agrícola utilizada ocupava 40% do território do Continente português (37 361 km²), menos 3,7% do que em 1989. Globalmente, a SAU¹¹⁰ abateu pouco nos últimos dez anos¹¹¹, mas o número de explorações diminuiu 30,6% e a população agrícola perdeu 669 mil indivíduos. Enfim, as pessoas mudaram-se, saíram do campo para a cidade e abandonaram as actividades agrícolas para se dedicarem à indústria e ao comércio e serviços. Mas o que aconteceu ao território?

Nos últimos dez anos registaram-se grandes mutações. Podemos enunciar designadamente algumas:

- a nível do Continente, a superfície agrícola utilizada (SAU) diminuiu ligeiramente (-4%), mas em termos regionais as perdas foram na ordem dos 26% no Entre Douro e Minho, na Beira Litoral e no Algarve, áreas que sentiram intensos processos de urbanização nos últimos dez anos. Em termos de explorações agrícolas as dinâmicas regionais também não são coincidentes, o que vai naturalmente ter alguns reflexos na dimensão média das explorações.

QUADRO 1.16. Variação do número e da área das explorações, entre 1989 e 1999.

	Variação da área total das explorações ¹¹²	Variação do nº de explorações	Dimensão média das explorações (ha/expl.)	
	Nº (ha) e %	Nº e %	1989	1999
CONTINENTE	Menos 118 mil = -1%	Menos 169 mil explorações = -30,6%	9,4	13,2
RA - Entre Douro e Minho	Menos 89 mil = -19%	Menos 43 mil explorações = -39,4%	4,2	5,5
RA - Trás-os-Montes	Menos 9 mil = -1%	Menos 11 mil explorações = -13,1%	8,0	9,1
RA - Beira Litoral	Menos 109 mil = -26%	Menos 46 mil explorações = -36,3%	3,4	4,0
RA - Beira Interior	Menos 36 mil = -6%	Menos 12 mil explorações = -20,0%	10,8	12,8
RA - Ribatejo e Oeste	Mais 42 mil = +6%	Menos 37 mil explorações = -37,3%	6,7	11,5
RA - Alentejo	Mais 130 mil = +7%	Menos 13 mil explorações = -26,2%	41,7	60,1
RA - Algarve	Menos 47 mil = -17%	Menos 7 mil explorações = -27,4%	10,5	12,0

Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura, 1989 e 1999

¹¹⁰ Superfície Agrícola Comum (SAL) – superfícies de explorações que inclui terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), culturas permanentes, prados e pastagens permanentes.

¹¹¹ No entanto, as Regiões Agrárias do Entre Douro e Minho diminuíram -25,5%, a Beira Litoral -26,6% e o Algarve -25,5%.

¹¹² Inclui SAU; superfícies agrícolas não utilizadas; matas e florestas sem culturas sob-coberto, outras superfícies da exploração.

- no Entre Douro e Minho, entre 1989 e 1999, a orientação produtiva para o leite determinou que as culturas forrageiras e os prados e pastagens permanentes tivessem aumentado. As superfícies de feijão, batata, vinha, algum centeio e as matas e as florestas diminuíram. Em 1999, o sistema agro-florestal é marcado pela forte presença das culturas forrageiras, do milho híbrido e regional, da vinha e das matas e florestas sem culturas sob coberto. A policultura perdeu terreno para dar espaço às produções ligadas ao sistema de produção leiteira e à especialização de algumas culturas (por exemplo, a vinha recua em superfície mas ganha em qualidade e especialização). O avanço da urbanização está expresso nas diminuições da SAU (menos 74 mil hectares) e do número de explorações;

-em Trás-os-Montes e Alto Douro, entre 1989 e 1999, as superfícies de matas e floresta sem culturas, pastagens permanentes, frutos secos (castanheiro) e olival aumentaram, enquanto as áreas de trigo, centeio e vinha diminuíram. Os frutos frescos podem pontualmente aumentar em certas áreas (macieira, cerejeira). A SAU diminuiu 6,4%, cerca de 31 mil hectares. Em 1999 o sistema de culturas era caracterizado pelo centeio, os frutos secos, o olival, a vinha e as pastagens permanentes e as terras em pousio. O avanço das matas e florestas¹¹³ e o recuo da SAU representam o abandono das actividades agrícolas devido ao êxodo rural¹¹⁴;

- na Beira Litoral, entre 1989 e 1999, a tendência foi relativamente semelhante ao Noroeste, mas o avanço das pastagens e das culturas forrageiras foi muito menos pronunciado. Em 1999, esta Região apresentava um sistema de culturas relativamente semelhante ao noroeste. Para sul aparece o olival a diferenciar-se. O avanço da urbanização justifica os 62 mil hectares de SAU perdidos (-26%), a diminuição do número de explorações e a concentração da propriedade;

- a Beira Interior, entre 1989 e 1999, perde em termos relativos pouca SAU (-3,4%, cerca de 15 mil hectares). As pastagens permanentes em terra limpa alargam, enquanto os cereais (centeio e trigo), a batata e os prados recuam. Em 1999, a Região é sobretudo ocupada por pastagens permanentes, culturas forrageiras, olival e matas e florestas sem culturas sob coberto. A diminuição da SAU e do número de explorações (-20%) reflecte o êxodo rural e o abandono das actividades agrícolas¹¹⁵.

¹¹³ Cerca de 10 mil hectares de terras agrícolas foram reconvertidas em matas e florestas ao abrigo do regime de incentivo à retirada de terras – representam 5% do total de terras agrícolas existentes em 1999.

¹¹⁴ As culturas agrícolas são substituídas por matas e florestas, por opção deliberada dos proprietários ou através de uma ocupação florestal espontânea à medida que os terrenos agrícolas vão sendo abandonados.

¹¹⁵ Cerca de 8 mil hectares de terras agrícolas foram reconvertidas em matas e florestas ao abrigo do regime de incentivo à retirada de terras – representam 4% do total de terras agrícolas reconvertidas do Continente, mas só 1,3% das áreas agrícolas existentes em 1999.

- no Ribatejo e Oeste, entre 1989 e 1999, mantém-se a SAU, mas avançam as matas e florestas e as pastagens permanentes, enquanto a vinha, os frutos frescos, o olival e o trigo recuam bastante. As horticolas perdem algum território. O número de explorações diminui bastante (-37%). Em 1999 esta região é ocupada por matas e florestas, culturas horticolas, vinha, frutos frescos, milho e pastagens permanentes. A SAU praticamente não aumenta mas a área agrícola total aumenta 42 mil hectares. Os intensos processos de urbanização não afectaram as superfícies agrícolas utilizadas. Os incentivos à retirada das terras promoveram a reconversão de mais de 13 mil hectares¹¹⁶;

- no Alentejo, entre 1989 e 1999, a SAU aumentou 131 mil hectares (mais 3,5%), as pastagens permanentes estenderam-se claramente, o trigo recuou imenso, a aveia um pouco, o olival regride, enquanto o girassol e a vinha reforçam a sua presença. No final de 1999, o Alentejo possui extensas pastagens permanentes, terras em pousio, culturas forrageiras, trigo e olival. Cerca de 161 mil hectares de terras agrícolas foram nos últimos anos reconvertidos (7,5% do total da área das explorações do Alentejo) para prados e pastagens permanentes (49%), matas e florestas (25%) e terras em pousio (26%)¹¹⁷ ao abrigo dos incentivos à retirada das terras da PAC;

- o Algarve, entre 1989 e 1999, perde 35 mil hectares de SAU (menos 26%). Os cereais recuam (trigo e aveia, sobretudo), as horticolas e os frutos frescos um pouco, tal como a vinha e os frutos secos. O grande avanço é mesmo da urbanização. Em 1999, o Algarve não ocupado pela urbanização tem ainda citrinos, frutos secos, olival e matas e florestas. Os processos de urbanização são intensos, as áreas agrícolas regridem e o número de explorações também. Por outro lado, os incentivos à reconversão envolveram 9 mil hectares, sobretudo para matas e florestas (96%)¹¹⁸.

- Esta recomposição, entre 1989 e 1999, construiu uma outra diversidade territorial, mudou-lhe alguns conteúdos, intensificou certas culturas e extinguiu outras. Analisando as grandes alterações ocorridas a nível do Continente evidencia-se claramente que a PAC contribuiu para o aumento estrondoso dos prados e pastagens (mais 63%)¹¹⁹. Passaram de 10% da SAU (1989) para 16% (1999).

¹¹⁶ 36,6% em terras em pousio, 40,5% para prados e pastagens permanentes e 29,9% para matas e florestas.

¹¹⁷ Foi nesta área que o regime de incentivo à retirada foi mais intenso. A reconversão no Alentejo representa 80% do total de terras reconvertidas do Continente.

¹¹⁸ Estas áreas representam em termos relativos 4% das terras agrícolas existentes em 1999.

¹¹⁹ Contabilizando os prados e pastagens em terras limpas nos Recenseamentos Gerais da Agricultura de 1989 e 1999.

A área dos três cereais (trigo, milho e centeio, os cereais denominados do pão) perdeu vertiginosamente superfície nas cinco últimas décadas. Na descrição de Orlando Ribeiro ocupava cerca de 1140 mil hectares e em 1999 regista 432 mil, ainda que as proporções dos três cereais mantenham a mesma ordem de¹²⁰. A área libertada pelos cereais é sobretudo ocupada pelos prados e pastagens. A vinha e o olival mantiveram a mesma proporcionalidade, enquanto os frutos secos e frescos se retraíram um pouco. O montado espontâneo deu origem aos prados, aos terrenos em pousio e às plantações de trigo.

QUADRO 1.17. Superfícies ocupadas (% da superfície do Continente)

	Anos 40*	1999**
Milho	4,7%	1,8%
Centeio	1,7%	0,5%
Trigo	5,9%	2,4%
Total (milho, centeio e trigo)	12%	4,7%
Vinha	2,3%	2,3%
Olival	4,0%	3,6%
Árvores de fruto	1,8%	1,1%
Montado espontâneo	11,4%	
Arroz	0,3%	0,3%
Culturas forrageiras		1,4%

*Ribeiro (1991) – dados referentes a 1934 ou 1939.

** Recenseamento Geral da Agricultura, 1999.

Foi sobretudo por causa da PAC, e por isso nos últimos dez anos, que se sentiram as alterações mais intensas no leque de culturas. Nas áreas húmidas do Noroeste, as formas de agricultura camponesas regridem e a especialização na fileira do leite e no vinho reforça-se. As culturas forrageiras e as pastagens espraíam-se. No Continente, a batata nos últimos dez anos passa a menos de metade e o feijão para cerca de um quinto da área. À volta de Lisboa e do Porto intensificaram-se os processos de produção das hortícolas. No Alentejo, os reflexos da PAC fizeram-se sentir no reforço da produtividade forçada pela forte concorrência europeia e na reconversão de algumas terras agrícolas.

Nas faixas litorais e com maior densidade populacional, as actividades agrícolas e florestais entram em forte "concorrência" pela ocupação do solo. As áreas florestais são as mais susceptíveis, ainda que as áreas agrícolas, mesmo estando submetidas a uma regulamentação protectora, têm vindo a ser consumidas, como demonstram as perdas registadas nas SAU's. Nas áreas em perda, salvo raras excepções, temos vindo

¹²⁰ Para o trigo tínhamos 42% (1955) e passamos (1999) para 52%, o milho passa de 38% para 37% e o centeio de 12% para 11%.

a assistir a uma diminuição dos valores fundiários, pois a procura rareia. Nestas condições, a florestação pode vir a ser uma aposta estrategicamente rentável.

QUADRO 1.18. Terras agrícolas reconvertidas entre 1989 e 1999

	Valor absoluto (ha)	% relativamente ao total da área reconvertida no Continente	% relativamente ao total da área das explorações, por Região
RA - Entre Douro e Minho	361	0,2	0,1
RA - Trás-os-Montes	10 097	5,0	1,6
RA - Beira Litoral	522	0,3	0,2
RA - Beira Interior	7 872	3,9	1,3
RA - Ribatejo e Oeste	13 315	6,6	1,9
RA - Alentejo	160 923	79,6	7,5
RA - Algarve	9 150	4,5	4,0
Total - Continente	202 240	100	4,0

Fonte: Recenseamento da Agricultura, 1989 e 1999

Uma análise à reconversão das terras agrícolas apoiada por incentivos comunitários mostra que esta afectou cerca de 4% do total das superfícies das explorações, as quais foram reconvertidas para prados e pastagens permanentes (42%), matas e florestas (33%) e terras em pousio (25%).

QUADRO 1.19. Variação na utilização do solo nas explorações agrícolas – 1989/1999

Utilização das terras	Região	Variação Absoluta	Variação Relativa
Superfícies Agrícolas Utilizadas (SAU)	Entre Douro e Minho	-74 mil	- 26%
	Beira Litoral	-62 mil	- 27%
	Beira Interior	-15 mil	-3%
	Algarve	-35 mil	-26%
	Trás-os-Montes e Alto Douro	- 31 mil	-6%
	Lisboa e Vale do Tejo	+ 2 mil	+0,5%
	Alentejo	+ 71 mil	+ 4%
Terras aráveis limpas com culturas temporárias (cultura principal)	Entre Douro e Minho	-70 mil	- 40%
	Beira Litoral	-53 mil	-35%
	Beira Interior	-35 mil	-22%
	Algarve	-16 mil	-47%
	Trás-os-Montes e Alto Douro	-58 mil	-36%
	Lisboa e Vale do Tejo	-16 mil	-9%
	Alentejo	- 89 mil	-14%
Culturas permanentes	Entre Douro e Minho	-10 mil	- 21%
	Beira Litoral	-8 mi	- 15%
	Beira Interior	-7 mil	-7%
	Algarve	-4 mil	- 6%
	Trás-os-Montes e Alto Douro	+14 mil	+8%
	Lisboa e Vale do Tejo	-50 mil	-30%
	Alentejo	-11 mil	-7%
Matas e florestas sem culturas sob coberto	Entre Douro e Minho	-28 mil	- 17%
	Beira Litoral	-49 mil	- 27%
	Beira Interior	- 8 mil	-5%
	Algarve	+ 3 mil	+ 5%
	Trás-os-Montes e Alto Douro	+ 28 mil	+ 39%
	Lisboa e Vale do Tejo	+ 29 mil	+ 15%
	Alentejo	+ 56 mil	+ 42%

Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura, 1989 e 1999.

6.4. Análise territorial: a manutenção dos grandes contrastes territoriais

Há uma grande oposição, muito conhecida, entre a propriedade muito dividida e a pequena exploração parcelada do Noroeste e as grandes propriedades e explorações do Alentejo. Este contraste persiste, mantém-se há séculos, e mesmo num contexto de grandes alterações (abandono das actividades agrícolas e mudanças nos sistemas de cultura) não parece dar ainda sinais de uma inflexão profunda.

Trata-se de um certo imobilismo da estrutura da propriedade rústica e dos ambientes geográficos muito diferenciados (clima, solos, relevo). A dimensão das explorações e a propriedade permanecem muito fragmentadas no Noroeste e a grande exploração continua a marcar o território Alentejano. Os sistemas de culturas mantêm globalmente as mesmas características, pois o clima, a qualidade dos solos e o relevo impõem um conjunto de características biofísicas ainda fundamentais para a produção agrícola.

A estrutura de propriedade não sentiu praticamente qualquer evolução. A reforma agrária (pós-1974) não teve implicações na dimensão das explorações; a pulverização no Noroeste manteve-se com o regime de heranças e partilhas; nas áreas de emigração ou de êxodo rural, os que saíam mantinham as suas propriedades e, por vezes, até as expandiam através da aquisição de outras. Além disso, tem-se notado nos últimos anos a *rurbanização* dos campos, como já referimos, que significa que a propriedade agrária tem vindo progressivamente, e muito lentamente, a transitar para novos proprietários, mas mantendo as mesmas dimensões.

A paisagem agro-florestal, em termos muito globais, também persiste nas suas grandes estruturas de organização, porque o clima, o relevo e os solos são substratos com ciclos de mutação muito lentos. A divisão territorial enunciada por Herman Lautensach e Orlando Ribeiro, entre, por um lado, um extenso Noroeste, e, por outro, o interior e o Sul, continua a visualizar-se claramente.

As implicações da PAC foram determinantes para certos produtos, uns quase desapareceram e outros especializaram-se; o despovoamento agrícola foi uma "sangria" (de população agrícola e de produtores singulares), tendo implicado em determinadas áreas o abandono ou a florestação, por vontade própria do proprietário ou por crescimento espontâneo; mas, mesmo assim, as grandes clivagens mantêm-se e os mosaicos de 1955 (figura 1.20) e 1999 (figura 1.21) demonstram que em linhas muito gerais existe alguma persistência estrutural.

Olhando para o mapa dos sistemas de cultura em Portugal (1999), verificamos que a riqueza e a heterogeneidade continuam a evidenciar-se num território de dimensões

relativamente pequenas, o que, perante a reestruturação da Política Agrícola Comum (PAC), pode tornar-se uma mais-valia indiscutível para o mundo rural, vocacionado cada vez mais para a promoção da multifuncionalidade.

Devemos, no entanto, salientar que na última década houve uma recomposição ou uma reviravolta nos sistemas de culturas. Não puseram em causa as grandes clivagens territoriais, mas mudaram alguns dos seus conteúdos.

Analisando então os sistemas de cultura em 1999, podemos continuar a observar um mosaico muito diversificado (figura 1.21). O território estrutura-se em três fatias (mapa pequeno): primeiro impõe-se a policultura no Norte Atlântico nas terras húmidas do litoral, com os prados temporários e as culturas forrageiras, o milho, o feijão, a vinha, a batata e as hortas; depois vêm com diferentes partições e conjugações os olivais, os frutos secos e a vinha, os frutos frescos e a horta (esta também no Algarve); por fim, surgem os prados, as pastagens permanentes e as terras em pousio.

Uma análise mais aprofundada dá-nos a possibilidade de visualizar os sistemas de cultura dominantes.

No Noroeste aparecem os sistemas próprios das áreas mais húmidas e de verões mais amenos. Primeiro, junto ao litoral surgem os prados temporários e as culturas forrageiras a dominar claramente no seio de um sistema de culturas onde ainda está presente a batata, o milho, o feijão, a vinha e a horta familiar. Ao lado, mas para o interior, o sistema de policultura diversifica-se e os prados e as culturas forrageiras deixam de dominar. No litoral, na zona de Vila do Conde e a norte de Aveiro, aparecem os nichos de especialização nos prados temporários e culturas forrageiras fortemente vocacionados para a produção leiteira. No interior, no Gerês, impõem-se os prados e pastagens permanentes nas áreas mais montanhosas. Para sul, a humidade diminui, aparecendo um sistema de cultura com batata, horta, feijão, alguns prados e temporários e milho, mas com nichos de especialização na vinha e nos frutos frescos.

Junto a Lisboa impõem-se as hortícolas extensivas e intensivas (também presentes à volta do Porto) para abastecer a metrópole. Os frutos frescos e os prados estão também presentes. Na margem sul do Tejo, a mancha a castanho pretende evidenciar a importância do arroz¹²¹.

Voltando para norte, mais precisamente para o Nordeste, evidencia-se em primeiro lugar a vinha (a área de maior produção do Vinho do Porto). Existem núcleos de especialização de frutos frescos (macieiras), grandes áreas de olival, e frutos secos (a

amendoeira e o castanheiro) associados ao centeio e à batata. Este sistema de cultura estende-se para a Beira Alta e dá depois lugar aos prados e pastagens sobretudo permanentes, do interior, que descem para o norte Alentejano. No Pinhal Interior emergem os olivais e as hortas familiares.

O Alentejo é uma grande unidade de trigo, alguma aveia, olival, prados, culturas forrageiras e terras em pousio. No Algarve, com as suas características mediterrâneas, evidenciam-se os frutos frescos (sobretudo figueiras) e secos (amendoeiras e alfarrobeiras), os citrinos e o olival.

Juntando à lista de indicadores anteriores as matas e florestas, as superfícies agrícolas não utilizadas e a dimensão das explorações, surge-nos uma nova. Em primeiro lugar analisemos as grandes clivagens (figura 1.22 – mapa pequeno): o Norte atlântico de pequena propriedade e um sistema de culturas adaptado à humidade e a verões mais amenos contrapõem-se ao interior e ao Sul, com explorações de maior dimensão e um leque de culturas mais adaptado à aridez e à menor qualidade dos solos.

Aqui está o Portugal Mediterrâneo e Atlântico que se tem mantido no nosso imaginário. Por um lado, temos as pequenas explorações em terras irrigadas, com prados e culturas forrageiras, as matas e florestas, a horta familiar, o milho, a batata e a vinha. Por outro, são as grandes explorações dos prados e pastagens permanentes e as terras em pousio. Nestas últimas áreas podem também aparecer zonas de frutos secos e vinha. A PAC alterou alguns sistemas de cultura, determinou níveis de especialização superiores, acelerou certos processos de reconversão de algumas terras agrícolas (sobretudo no Alentejo), fez as matas e florestas e os prados e pastagens estenderem-se, mas não alterou a essência do mosaico agro-florestal existente.

As estruturas e o leque de culturas sistematizados no mapa reproduzem em parte o sistema de cultura já apresentado, mas simultaneamente simplificam o esquema anterior: os sistemas agrícolas em torno de Lisboa evidenciam-se através das produções hortícolas; Trás-os-Montes associa-se ao Algarve num mosaico mais adaptado às características mediterrâneas dos seus climas; o Alentejo demonstra uma morfologia agrária de grande extensão e continuidade; o Pinhal Interior estende-se para norte, reforçando a importância das matas e florestas num contexto de pequenas explorações com olival e horta; no Noroeste evidenciam-se novamente os prados e pastagens temporárias e os sistemas de policultura.

¹²¹ Este exercício metodológico pode ser melhorado se na lista de indicadores diferenciarmos os cereais para grão, designadamente o arroz.

Quadro Síntese 1.21. Sistemas de Culturas

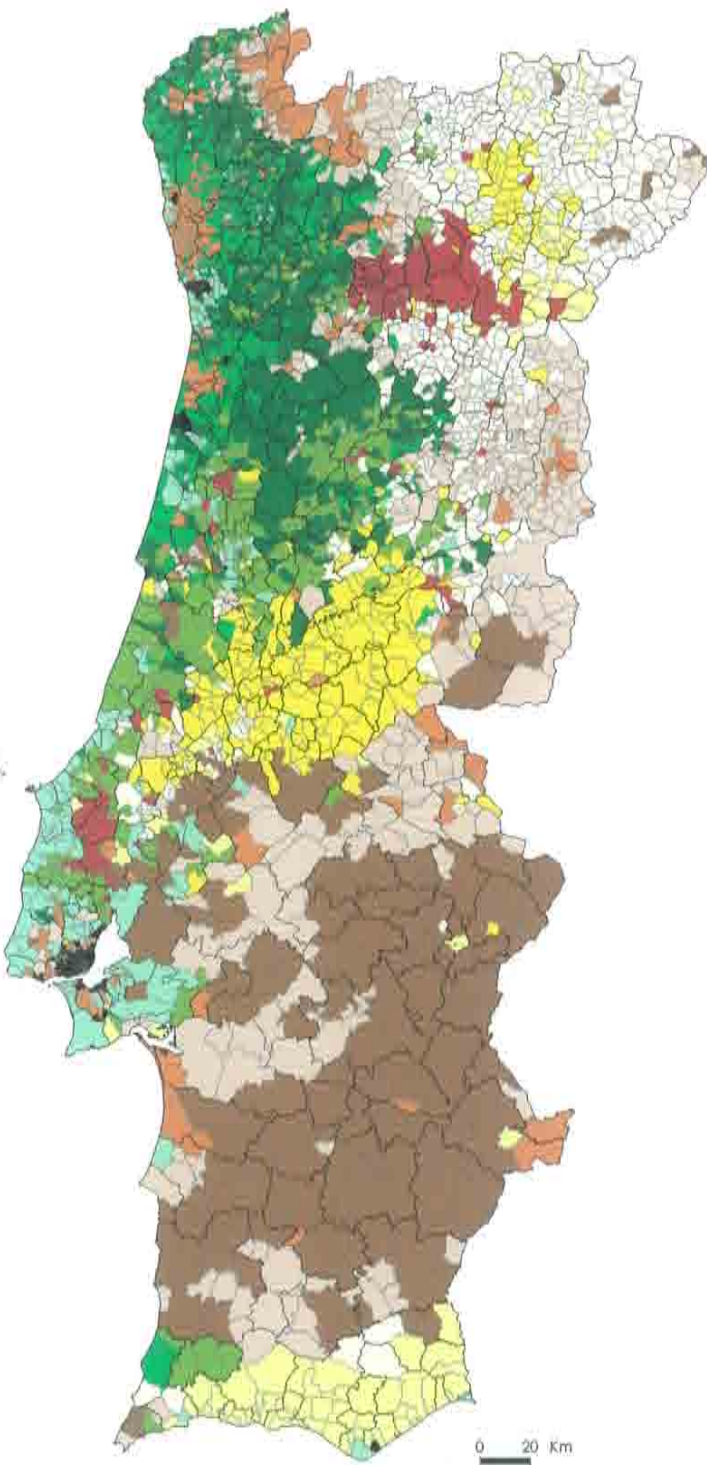
Cod. Indicador	Valor Contínua	Classe Contínua	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8		Classe 9		Classe 10		Classe 11	
				Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste	Modalidade des.	Valor-teste
8	15,1 %	nível 3	QL Cereais para Grão	nível 3	10	nível 3	6	nível 3	6	nível 1	11	nível 1	20	nível 1	20	nível 1	6	nível 2	3	nível 1	21	nível 2	31	nível 1	3
9	15,1 %	nível 3	QL Cereais para Grão	nível 4	10	nível 4	3	nível 3	8	nível 1	14	nível 1	20	nível 1	20	nível 1	7	nível 2	5	nível 1	23	nível 2	13	nível 1	12
10	14,2 %	nível 2	QL Produtos temporários e forrageiras	nível 5	20	nível 5	26	nível 2	6	nível 3	4	nível 3	20	nível 1	20	nível 1	6	nível 2	3	nível 1	7	nível 3	7	nível 1	15
11	14,2 %	nível 2	QL Produtos temporários e forrageiras	nível 4	19	nível 4	26	nível 2	6	nível 3	4	nível 3	20	nível 1	20	nível 1	4	nível 2	5	nível 1	15	nível 1	17	nível 1	15
12	5,3 %	nível 2	QL Vinha	nível 3	14	nível 2	11	nível 5	14	nível 1	17	nível 1	17	nível 1	17	nível 1	4	nível 2	5	nível 1	15	nível 1	17	nível 1	15
13	5,3 %	nível 2	QL Vinha	nível 1	9	nível 1	15	nível 1	7	nível 1	6	nível 1	15	nível 1	15	nível 1	9	nível 2	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
14	33,3 %	nível 4	QL Produtos e pastagens permanentes	nível 1	24	nível 1	21	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
15	33,3 %	nível 4	QL Produtos e pastagens permanentes	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
16	14,4 %	nível 4	QL Olival	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
17	8,4 %	nível 2	QL Olival	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
18	8,4 %	nível 2	QL Olival	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
19	1,3 %	nível 1	QL Frutos frescos	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
20	1,3 %	nível 1	QL Frutos frescos	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
21	1,2 %	nível 1	QL Batata	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
22	0,7 %	nível 2	QL Hortícolas extensivas	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
23	0,5 %	nível 1	QL Hortícolas intensivas	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
24	6,0 %	nível 2	QL Leguminosas secas para grão	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
25	6,0 %	nível 2	QL Leguminosas secas para grão	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
26	0,6 %	nível 2	QL Horto familiar	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
27	0,6 %	nível 2	QL Citrinos	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
28	2,0 %	nível 3	QL Culturas industriais	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
29	0,02 %	nível 1	QL Flores e plantas ornamentais	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9
30	0,02 %	nível 1	QL Frutos sub-tropicais	nível 1	18	nível 1	18	nível 2	7	nível 1	8	nível 1	21	nível 1	21	nível 1	9	nível 3	19	nível 1	23	nível 2	23	nível 4	9

Legenda:

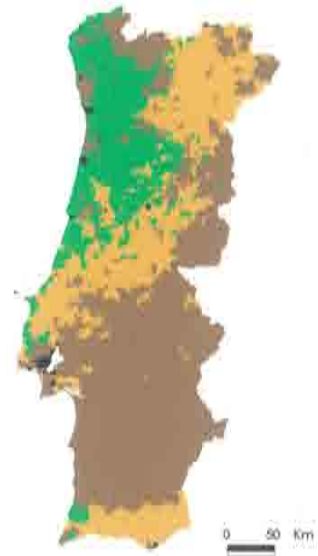
QL	Quociente de localização
QL	Sem informação
Classe mais alta	
A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2	
A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4	

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.



**Figura 1.21. Mosaico Territorial
Sistemas de Culturas**



- Policultura no Norte Atlântico
- Prados, pastagens permanentes e terras em pousio
- Produtos mediterrâneos fazem a transição
- Sem informação

- Sistema de policultura diversificado
- Prados temporários e forrageiros dominam num contexto de policultura
- Policultura com nichos de especialização na vinha e nos frutos frescos
- Hortícolas intensivas e extensivas
- Frutos frescos e frutos secos e olival
- Núcleos de especialização da vinha associam-se ao olival ou aos frutos frescos
- Forte especialização no olival num contexto em que a horta familiar tem alguma implantação
- Frutos secos e olival dominam as especializações
- Prados temporários e culturas forrageiras no litoral norte, e prados e pastagens permanentes sobretudo no interior
- Prados e pastagens permanentes dominam num contexto em que podem existir prados temporários e forrageiras
- Prados permanentes, trigo e terras em pousio
- Sem informação

Quadro Síntese 1.22. Explorações e Sistemas Agro-florestais

Cod. Indicador	Valor Confiante	Classe Confiante	Indicadores	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8	
				Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste	Modalidade	Valor-teste
2	9,8 %	nível 4	Superfície agrícola utilizada, por exploração	nível 2	74	nível 2	28	nível 2	9	nível 2	8	nível 2	13	nível 3	20	nível 0	35	nível 0	35
2	9,8 %	nível 4	Superfície agrícola utilizada, por exploração					nível 2	7					nível 4	14			nível 2	23
1	42,0 %	nível 3	Superfície agrícola utilizada (% da área da freg.)	nível 3	9	nível 4	17	nível 3	4			nível 3	8	nível 3	8	nível 3	11	nível 3	11
1	42,0 %	nível 3	Superfície agrícola utilizada (% da área da freg.)	nível 3	11	nível 3	20	nível 3	4			nível 2	17	nível 3	9	nível 4	25	nível 3	25
3	74,4 %	nível 3	Superfície agrícola utilizada (% sup. explor. agrícolas)	nível 3	9	nível 4	18	nível 3	11	nível 3	10	nível 2	26	nível 3	10	nível 3	28	nível 3	28
3	74,4 %	nível 3	Superfície agrícola utilizada (% sup. explor. agrícolas)	nível 2	13	nível 2	22	nível 3	11	nível 2	5	nível 2	7	nível 2	6	nível 2	17	nível 2	17
6	3,9 %	nível 2	Superfície agrícola não utilizada (% sup. explor. agrícolas)	nível 3	9	nível 4	22	nível 3	8	nível 2	6			nível 2	13	nível 2	12	nível 2	12
4	19,6 %	nível 3	Matias e florestas (% sup. explor. agrícolas)	nível 3	30	nível 3	25	nível 3	15	nível 2	5	nível 2	7	nível 2	6	nível 2	3	nível 2	17
4	19,6 %	nível 3	Matias e florestas (% sup. explor. agrícolas)					nível 2	12	nível 2	7	nível 2	29	nível 2	6	nível 2	14	nível 2	20
7	0,21 %	nível 3	Superfície irrigável na SAU	nível 3	9	nível 4	22	nível 3	15	nível 2	6	nível 2	13	nível 2	6	nível 2	9	nível 2	17
7	0,21 %	nível 3	Superfície irrigável na SAU					nível 4	8	nível 2	5			nível 2	13	nível 2	14	nível 2	17
8	15,1 %	nível 3	Superfície irrigável para Grão	nível 3	22	nível 3	14	nível 3	10	nível 2	4	nível 3	5	nível 2	5	nível 2	14	nível 2	17
8	15,1 %	nível 3	Superfície irrigável para Grão					nível 2	6	nível 2	3	nível 2	4	nível 2	4	nível 2	14	nível 2	17
10	14,2 %	nível 2	QL Cereais para Grão	nível 2	5	nível 3	13	nível 2	6	nível 2	3	nível 2	4	nível 2	4	nível 2	15	nível 2	19
10	14,2 %	nível 2	QL Cereais para Grão					nível 2	7	nível 2	3			nível 2	7	nível 2	14	nível 2	19
23	5,3 %	nível 2	QL Prados temporários e forrageiras	nível 2	22	nível 3	11	nível 3	10	nível 2	4	nível 3	5	nível 2	5	nível 2	8	nível 2	12
23	5,3 %	nível 2	QL Prados temporários e forrageiras					nível 2	6	nível 2	4	nível 2	4	nível 2	4	nível 2	15	nível 2	19
25	33,3 %	nível 4	QL Vinha	nível 2	24	nível 2	11	nível 2	4	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	15	nível 3	17	nível 4	28
25	33,3 %	nível 4	QL Vinha					nível 2	3	nível 2	3	nível 2	3	nível 2	3	nível 3	12	nível 4	28
16	14,4 %	nível 4	QL Prados permanentes	nível 2	23	nível 2	13	nível 2	3	nível 2	7	nível 2	3	nível 2	7	nível 2	12	nível 4	28
16	14,4 %	nível 4	QL Prados permanentes					nível 2	3	nível 2	7	nível 2	3	nível 2	7	nível 2	12	nível 4	28
11	1,2 %	nível 1	QL Pousio	nível 2	12	nível 3	13	nível 2	3	nível 2	8	nível 3	9	nível 1	3	nível 2	3	nível 2	11
11	1,2 %	nível 1	QL Pousio					nível 2	3	nível 2	8	nível 3	9	nível 1	3	nível 2	13	nível 2	23
17	0,6 %	nível 2	QL Batata	nível 2	12	nível 3	6	nível 4	11	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
17	0,6 %	nível 2	QL Batata					nível 2	11	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
17	0,6 %	nível 2	QL Hort. familiar	nível 2	13	nível 2	12	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
17	0,6 %	nível 2	QL Hort. familiar					nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
18	1,3 %	nível 1	QL Frutos frescos	nível 2	13	nível 2	12	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
18	1,3 %	nível 1	QL Frutos frescos					nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
9	6,0 %	nível 2	QL Leguminosas secas para grão	nível 2	13	nível 2	12	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
15	0,02 %	nível 1	QL Flores e plantas ornamentais	nível 2	13	nível 2	12	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
15	0,02 %	nível 1	QL Flores e plantas ornamentais					nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
19	0,6 %	nível 2	QL Cítricos	nível 2	13	nível 2	12	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
19	0,6 %	nível 2	QL Cítricos					nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
12	2,0 %	nível 3	QL Culturas industriais	nível 2	13	nível 2	12	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
12	2,0 %	nível 3	QL Culturas industriais					nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
21	2,0 %	nível 2	QL Frutos secos	nível 2	13	nível 2	12	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
21	2,0 %	nível 2	QL Frutos secos					nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
20	0,02 %	nível 1	QL Frutos sub-tropicais	nível 2	13	nível 2	12	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
20	0,02 %	nível 1	QL Frutos sub-tropicais					nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
13	0,7 %	nível 2	QL Hortícolas extensivas	nível 2	13	nível 2	12	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
13	0,7 %	nível 2	QL Hortícolas extensivas					nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
13	0,7 %	nível 2	QL Hortícolas intensivas	nível 2	13	nível 2	12	nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
13	0,7 %	nível 2	QL Hortícolas intensivas					nível 2	3	nível 2	5	nível 3	12	nível 3	8	nível 2	14	nível 2	29
14	0,5 %	nível 1	Outras superfícies (% sup. explor. agrícolas)	nível 2	30	nível 2	3	nível 2	4	nível 2	3	nível 2	11	nível 2	13	nível 2	11	nível 2	29
14	0,5 %	nível 1	Outras superfícies (% sup. explor. agrícolas)					nível 2	4	nível 2	3	nível 2	11	nível 2	13	nível 2	11	nível 2	29
6	2,1 %	nível 2		nível 2	30	nível 2	3	nível 2	4	nível 2	3	nível 2	11	nível 2	13	nível 2	11	nível 2	29

Legenda:

QL Quociente de localização

Classe mais alta

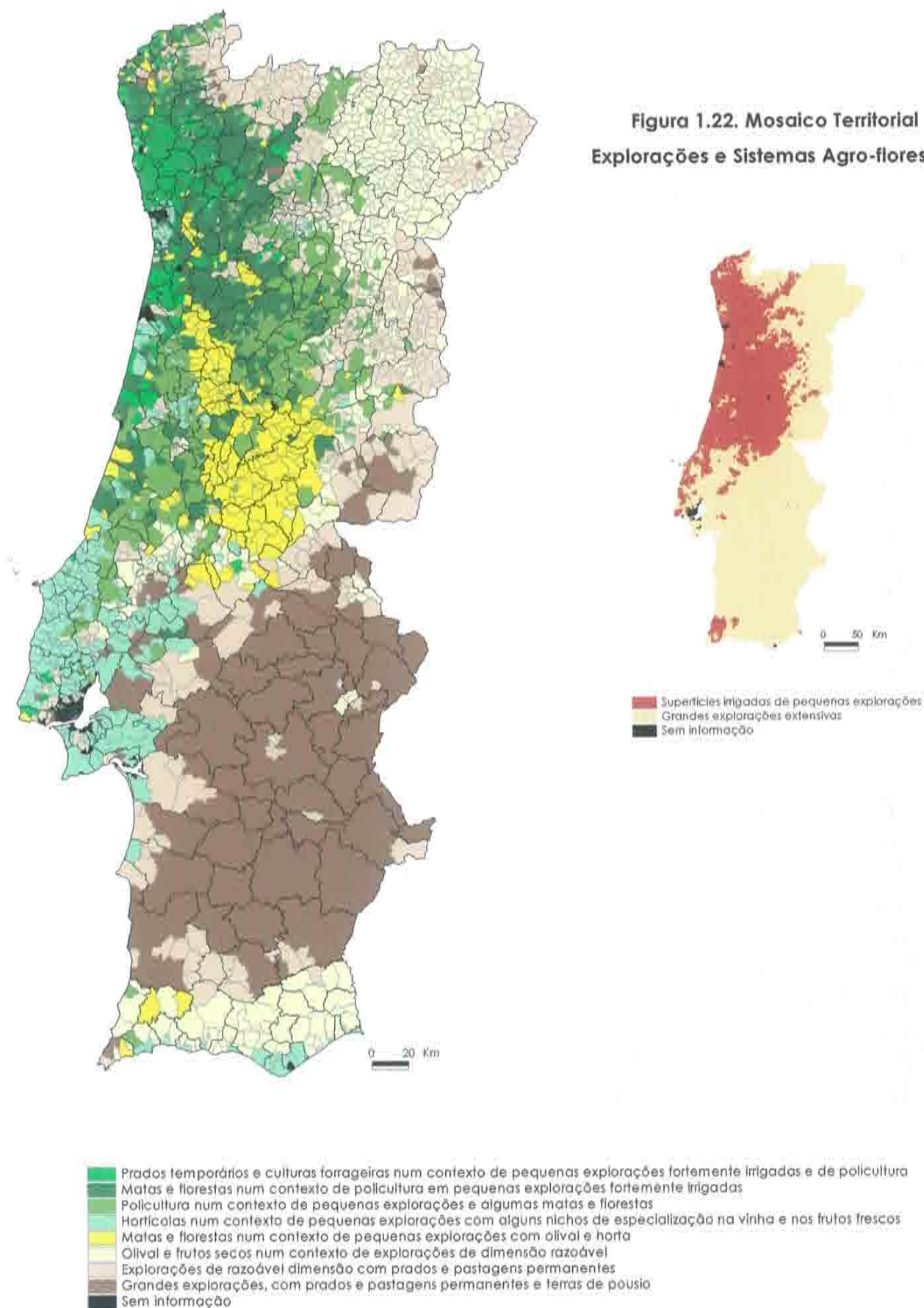
A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Nota:

A designação dos indicadores está descrita de forma mais completa na lista de indicadores.

**Figura 1.22. Mosaico Territorial
Explorações e Sistemas Agro-florestais**



Algumas conclusões:

- Há uma grande oposição entre a propriedade muito dividida e a pequena exploração parcelada do Noroeste e as grandes propriedades e explorações do Alentejo. Este contraste persiste, mantém-se há séculos, e mesmo num contexto de grandes alterações não parece dar sinais ainda de inflexão. Trata-se de um certo imobilismo da estrutura da propriedade rústica e dos ambientes geográficos muito diferenciados (clima, solos, relevo).
- Cerca de 55% do território do Continente português está integrado em explorações agrícolas. Globalmente, a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) diminuiu pouco nos últimos dez anos, mas o número de explorações decresceu 30,6% e a população agrícola perdeu 669 mil indivíduos.
- É sobretudo o Entre-o-Douro e Minho, a Beira Litoral e o Algarve que perdem mais população agrícola e SAU, fruto dos intensos processos de urbanização que afectam estas áreas. Lisboa e Vale do Tejo mantêm a SAU dentro dos mesmos parâmetros, o que traduz a afirmação de uma agricultura competitiva (para o mercado de Lisboa e para exportação).
- Nos últimos dez anos, os impactos da PAC sentiram-se nos usos do solo das explorações agrícolas: os prados e pastagens e as matas e florestas aumentaram de extensão; houve um reforço de especialização em determinados produtos, designadamente os apoiados pelo Fundo Garantia (sobretudo a produção leiteira) ou outros produtos em que Portugal apresenta uma mais valia (por exemplo, os vinhos, o azeite, alguns produtos da floresta – cortiça -, ...).
- Em termos de sistemas de culturas e de estruturas agrárias, o Continente português continua a apresentar um mosaico territorial muito diversificado e rico.

7. Conclusão

Independentemente da escala de observação, o território do Continente português revela uma diversidade espantosa: certos territórios possuem características naturais particularmente positivas, outros são favorecidos por uma localização geográfica invulgar, outros debatem-se com o abandono e o despovoamento, outros inserem-se em áreas metropolitanas densas e muito dinâmicas, outros integram-se em áreas metropolitanas difusas e policêntricas, etc. No entanto, neste *puzzle* territorial o que era *cidade* ou *campo*, ou o que era *urbano* ou *rural*, passou a ser um mosaico ou uma amálgama territorial, onde as fronteiras e os conteúdos poderão não estar bem definidos.

Esta nova territorialidade assenta em metáforas ainda por esclarecer. É verdade que as cidades e os campos não podem ser reduzidos a uma unidade, pois são verdadeiramente múltiplos. As cidades são máquinas de consumo? Sim, claramente. São centros de poder? Sim, na maioria das vezes. São nós de fluxos? Sim, certamente. São espaços de sociabilidades? Sim, com certeza. São áreas residenciais? Sim, mas não só. E os campos, são espaços de natureza? Sim, concerteza. São áreas de produção agro-florestal? Podem também ser. São espaços de sociabilidades? Sim, certamente. São espaços de tranquilidade? Sim, também.

Há um reconhecimento de que a cidade, ou o urbano, é um espaço de atravessamento de diferentes mobilidades de pessoas, bens e informação. Isto significa um reconhecimento da sua multiplicidade. E o campo, com a sua multifuncionalidade, não está também a tornar-se uma mistura? Os territórios são, sobretudo, recursos diferenciados em função de evoluções, de construções/desconstruções e de problemas/soluções. Acreditamos nas virtualidades implícitas desta mudança e na capacidade de invenção de novas formas de governança destes múltiplos espaços. Mas devemos estar atentos, porque as mudanças hoje em dia são muito rápidas e, por vezes, ultrapassam a nossa própria capacidade de leitura e de antevisão.

Muita coisa mudou nos últimos anos: o que estava fora da cidade faz hoje parte da sua área de expansão; o que antes era rural é agora uma alternativa urbano-residencial; os espaços naturais passaram a ser espaços simbólicos de usufruto da

natureza; as áreas de produção agro-florestal foram substituídas por espaços multifuncionais de difícil identificação. Há uma certa incapacidade para caracterizar e delimitar os espaços de fronteira – entre o urbano e o rural, entre a cidade e o campo, entre os espaços de trabalho e os espaços de lazer, entre as redes de amizade, as redes de trabalho e as redes dos ciber-espaços.

Introduzir na teoria geográfica estas dimensões de complexidade e diversidade do mosaico territorial permite-nos, pelo menos, mudar de uma política de nostalgia (de um passado de comunidades urbanas espacialmente compactas e de um campo com agricultura) e de passividade, para uma reflexão activa sobre o território que queremos construir, sustentada numa política de ordenamento sólida e responsável.

Não fomos à procura do *espaço vivido*, mas sobretudo do *espaço que estamos vivendo e que estamos construindo*. Assim, os espaços geográficos são apropriados e transformados pelos usos que cada um de nós, de uma forma individual ou colectiva, lhes vai reservando. O espaço geográfico, antes de ser um objecto de estudo, é o resultado de múltiplas intervenções. Nesta multiplicidade de usos temos as morfologias sociais, económicas e físicas que podem constituir recursos e problemas para o desenvolvimento do sistema urbano e do ordenamento do território.

Tendo presente esta incapacidade de definir e identificar as fronteiras entre a cidade e o campo, ou entre o urbano e o rural, temos consciência da utilidade que poderá ter a definição de uma tipologia que procure encontrar, na complexidade e na diversidade territorial, um esquema de leitura que apoie as lógicas e as orientações em matéria de ordenamento territorial. Isto não é uma contradição em relação ao que dissemos, pois não fomos à procura da definição dos conceitos já ultrapassados pelas dinâmicas dos processos e usos, mas sim de uma nova ordem que aparentemente estamos a construir.

A operacionalização, em termos de ordenamento, do **desafio da sustentabilidade** passa pelo acompanhamento dos processos de interacção e co-evolução dos diferentes sistemas que fazem parte de uma cidade ou de uma região – nomeadamente, o ambiente social, económico, construído e natural. A gestão desta interacção não deve comprometer a evolução das áreas envolventes e o bem-estar a longo prazo. A crise da cidade central, a ocupação urbana dos espaços naturais, a crescente mobilidade privada, o despovoamento das áreas rurais, as agriculturas agressivas para o ambiente, etc. podem tornar-se factores irreversíveis e então não conseguiremos acautelar os recursos essenciais para o futuro das novas gerações.

A tipologia que vamos apresentar propõe contextos diferenciados para tratar as questões do ordenamento do território. Assim, chegámos a uma macro-estrutura que levanta diferentes questões em matéria de sustentabilidade. Por isso, a principal questão que se coloca neste capítulo é: estamos a construir um território que facilita e desenvolve interacções sociais e económicas e promove o desenvolvimento sustentável a longo prazo?

Ainda que a nossa análise tenha optado por uma metodologia inter-relacional, temos consciência de que ficámos ainda aquém das necessárias abordagens analíticas para responder a esta vasta questão. O nosso compromisso vai no sentido de realizarmos uma proposta que defina uma estrutura adequada que contextualize os recursos, as questões e os problemas que se colocam ao desafio da sustentabilidade.

Síntese territorial

No território do Continente português considerámos três tipos de macro-estruturas¹²²: o mundo rural, onde os processos de urbanização se sentem nas envolventes das cidades médias e a maior parte do território tem uma forte ocupação agro-natural; as "regiões urbanas", com fortes densidades de população, emprego e funções e a sentir processos de mudança e interacção muito fortes; e as áreas de "fronteira", que simbolizam as interacções entre dinâmicas e processos nem sempre convergentes.

1. Em primeiro lugar, vamos apresentar as áreas rurais localizadas longe da área de influência dos intensos processos de urbanização, sobretudo no interior do país (figura 1.23). A sociedade urbana espalhou-se, mas uma matriz territorial rígida, com uma forte ocupação física (substrato natural), resistiu às dinâmicas em curso. Como já referimos, constatámos que perante uma multiplicidade de mutações, umas mais efémeras outras mais persistentes, emerge uma estrutura menos afectada pelo *turbilhão* dos últimos anos. Uma análise mais aprofundada permite identificar nesta extensa mancha três tipos de áreas relativamente homogéneas: as extensas explorações alentejanas com prados e pastagens permanentes e terras em pousio; a paisagem e o tipo de ocupação e uso do solo que parecem caracterizar Trás-os-Montes e o Alto Douro e a Beira Interior; e, por fim, o Pinhal Interior, sem gente e parado no tempo, com uma ocupação de matas e florestas. São áreas *rurais nas paisagens* (com uma forte ocupação agro-florestal) mas com poucos residentes a "tempo completo".

¹²² João Ferrão (2000) procura sistematizar as relações entre o mundo rural e o mundo urbano e faz uma apresentação do que lhe parecem ser as evoluções e a situação actual.

São territórios com dinâmicas populacionais regressivas ou pouco activas, que se associam a estruturas sociais envelhecidas, com níveis de instrução relativamente baixos e muito dependentes das actividades agro-florestais. As dinâmicas construtivas são fracas e a ocupação do solo é dominada pelas culturas agrícolas e pelas matas e florestas. Nestas áreas as cidades médias e os pequenos centros são importantes catalizadores de uma urbanidade a que todos temos direito (figura 1.24).

Na estrutura urbana das áreas rurais destacam-se perfeitamente as cidades de Viseu e Évora, não só pela dimensão que adquiriram nos últimos anos, mas também pelas dinâmicas que procuram manter.

A estrutura urbana de Trás-os-Montes e Alto Douro estrutura-se, sobretudo, em dois patamares, com as cidades médias (Bragança, Mirandela, Chaves, Vila Real, Peso da Régua e Lamego) a evidenciarem-se claramente. Nesta estrutura urbana, Boticas, Freixo de Espada à Cinta e Vimioso denotam uma fragilidade acrescida.

No Alentejo o sistema urbano regional está mais hierarquizado e desenvolve-se em quatro níveis, com Évora a destacar-se claramente. Em seguida aparece um conjunto de centros urbanos com dimensões e dinâmicas intermédias, designadamente, Portalegre, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Beja e Santiago do Cacém; abaixo deste patamar ainda detectamos um grupo de pequenos centros e outro de pequenas centralidades. O último representa os pequenos núcleos urbanos que nos últimos anos não resistiram à "sangria" do despovoamento envolvente, com estruturas de emprego muito frágeis e fortemente suportadas pelo emprego público e uma fraca atractividade funcional.

Na Beira Interior o eixo urbano Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco resiste e polariza as áreas rurais envolventes.

Nestas áreas as cidades médias e a rede urbana complementar podem garantir a articulação entre o ordenamento territorial e a preservação da natureza e promover uma melhor integração funcional e um reforço da coesão social. São, então, elementos fundamentais de sustentabilidade social, económica e ambiental destes vastos territórios rurais.

O aumento da disjunção do mundo rural e agrícola é cada vez mais uma realidade. No entanto, as questões inerentes ao mundo rural vão cada vez mais passar por uma solução urbana. Isto significa que os espaços rurais são espaços de procura urbana e essa dimensão é fundamental para a sua sobrevivência enquanto espaços multifuncionais.

2. Em segundo lugar, vamos abordar as "regiões urbanas". Este universo é mais contido territorialmente, mas mais diversificado internamente.

A norte temos a "região urbana" do Porto, com uma morfologia difusa, híbrida e policêntrica. Na coroa central temos um núcleo urbano consolidado, com dinâmicas construtivas que denunciam os processos de densificação e renovação da cidade tradicional. Os processos de reabilitação são pouco expressivos, ainda que os estados de degradação física do património construído sejam preocupantes. São áreas em perda populacional, mas com grande expressão de emprego, sobretudo no terciário. Densidade residencial, de emprego e de funções de comércio e serviços conjugam-se nestas freguesias centrais. Nos últimos anos, a crise da cidade tradicional (perda populacional, diminuição de emprego e degradação física) tem-se vindo a associar à crise do sector comercial central.

Em torno deste núcleo central desenvolve-se uma primeira coroa, que exprime o dinamismo e a força residencial das últimas décadas: o emprego aumentou nas periferias metropolitanas e os espaços residenciais estenderam-se; o espaço construído proliferou e os territórios agrícolas retrocederam, evidenciando os processos imobiliários em curso. Esta coroa é mais extensa para sul (Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira) do que para norte.

Coalescente a esta coroa desenvolve-se para noroeste uma extensa mancha com uma morfologia urbano-industrial rural difusa. O modelo de povoamento é disperso, as dinâmicas populacionais e construtivas são muito significativas e um perfil claramente industrial assente em níveis de instrução baixos evidencia-se. Uma população relativamente jovem e uma estrutura familiar de maiores dimensões marcam o perfil desta área. Nesta área a população e os produtores agrícolas diminuíram fortemente na década de oitenta, mas a pluriactividade e o plurirrendimento continuam a ser características que marcam e diferenciam. Prados temporários, culturas forrageiras, policultura e eventualmente matas e florestas conjugam-se com um espaço construído difuso e em relativa expansão.

Neste mosaico territorial emerge uma estrutura urbana policêntrica. O Porto, porque perdeu emprego, não se destaca suficientemente das áreas urbanas envolventes e as periferias, sobretudo Vila Nova de Gaia e Matosinhos, emergiram com uma estrutura de actividades mais diversificada e uma população residente mais forte relativamente aos anos noventa. Assim, estas três áreas urbanas formam o núcleo central desta região urbana. À sua volta desenvolve-se uma primeira coroa (Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Maia, Valongo, Gondomar, Santa Maria da Feira e Ovar) com um perfil de

actividades mais diversificado e uma morfologia urbana menos densa; uma segunda coroa inclui as áreas urbanas do tecido industrial difuso e uma terceira as pequenas centralidades da rede complementar. A norte e a oriente a região é mais estendida e a sul mais contraída. Mais a norte, Braga destaca-se com o mesmo perfil, centralizando o espaço envolvente e demonstrando um forte dinamismo construtivo, residencial e de emprego.

Concluindo, esta região urbana possui um sistema urbano policêntrico, com o Porto a mostrar dificuldades em afirmar a sua centralidade e a partilhá-la com novas centralidades metropolitanas e regionais. Uma análise das redes demonstra a fluidez da malha, a centralidade repartida entre o centro tradicional e as novas centralidades de comércio e serviços e, simultaneamente, a importância que Braga tem vindo a assumir como centralidade regional. Neste vasto e multifacetado território vários contextos de interação social, económico e ambiental surgem.

A sul destaca-se a *Região Urbana de Lisboa*. Trata-se de uma estrutura com características diferentes da anterior. Em primeiro lugar, tem uma área central consolidada mais extensa, fortemente terciarizada e em grande perda populacional. Neste núcleo residem, em termos percentuais, poucos jovens, mas em contrapartida população muito instruída. À sua volta desenvolve-se uma coroa de relativa dimensão, mais ou menos fragmentada, que anuncia as áreas urbanas mais dinâmicas, com uma estrutura demográfica marcada pelas idades potencialmente activas e níveis de instrução altos (para a média nacional). Em torno desta área desenvolve-se uma outra coroa, menos densa em termos residenciais, funcionais e de emprego.

Uma análise à estrutura urbana deste conjunto faz sobressair Lisboa com uma grande dimensão populacional, ainda que na última década tenha perdido claramente população. Lisboa continua a ser um importante centro de emprego e de funções que lhe conferem uma atractividade inigualável por qualquer outra área urbana. Associados à sua dimensão residencial e de emprego estão os níveis de instrução comparativamente altos. A margem norte do Tejo mostra um perfil mais favorável (Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Loures e Vila Franca de Xira) do que a margem sul, porque apresenta uma morfologia urbana mais densa, uma estrutura de emprego mais favorável e densidades de comércio e serviços que lhes conferem uma superior atractividade. Na margem sul, Almada e Barreiro só as únicas áreas que acompanham o perfil urbano descrito. Podemos então concluir que esta região urbana é mais densa, mais populosa e apresenta um perfil de empregados e

residentes relativamente mais favorável do que a região urbana do Porto. Em termos de densidade de construção os níveis são muito mais altos, as dinâmicas muito mais agressivas e as fragmentações sociais e ambientais potencialmente maiores, ainda que a média aparente uma situação mais favorável. As redes que esta estrutura polarizada desenvolve são muito fortes e predominantemente radioconcêntricas.

Pela concentração de construção, população, emprego e funções, as regiões urbanas são áreas privilegiadas nos processos de integração e desintegração sócio-ambiental. As mutações nos últimos anos foram muito intensas e possivelmente nem sempre foram acauteladas as necessárias complementaridades.

Derivando do que foi dito anteriormente, aparecem na "regiões urbanas" dois padrões de povoamento contrastantes, que representam arquétipos espaciais para a escala microterritorial de povoamento: um "policentrismo compacto", organizado em torno de uma multiplicidade de centros relativamente densos e diversificados; e um "policentrismo de expansão", em que o povoamento é disperso e de fraca densidade urbana, mas organizado em torno de uma multiplicidade de centralidades. A resposta, em termos gerais, ao desafio da sustentabilidade urbana é a estruturação destas vastas regiões urbanas segundo formas policêntricas, organizadas em torno de densas redes de transportes e de infra-estruturas de apoio e serviços em comum (comunicações, água, saneamento, etc.).

3. Em terceiro lugar, vamos abordar os territórios que aparentemente fazem a fronteira entre os espaços rurais e as "regiões urbanas". As características destes territórios não são homogêneas, mas podem identificar-se duas estruturas diferentes.

No Noroeste, envolvendo a "região urbana" do Porto, aparece uma franja onde dominam as matas e florestas conjugadas com a policultura desenvolvida em pequenas explorações irrigadas, com a agricultura em plena regressão e as actividades alternativas (indústria e serviços) a escassearem. As densidades são médias, as dinâmicas populacionais positivas e as estruturas sociais aparentam níveis de instrução baixos e estruturas etárias jovens.

A segunda mancha está localizada preferencialmente a sul de Aveiro e ao longo do litoral (entre as duas "regiões urbanas" e no litoral alentejano e algarvio). Visualizam-se manchas com uma significativa presença da ocupação agro-florestal "retalhadas" com "efervescências" urbanas. A fragmentação e a diversidade dos usos são sobretudo intensas no litoral entre Lisboa e Porto.

É aqui que se registam as maiores conflitualidades e concorrências na utilização dos solos. As dinâmicas urbanas procuram alastrar pelos terrenos agrícolas e os espaços de reserva natural, enquanto as explorações agrícolas têm dificuldade em resistir à pressão imobiliária envolvente.

Neste mosaico territorial relativamente fragmentado evidencia-se a cidade de Coimbra ao centro, Aveiro mais a norte e Marinha Grande, Leiria e Ourém um pouco a sul, que aparecem a estruturar uma multiplicidade de centros urbanos da rede complementar.

Resta-nos ainda o Algarve. O Algarve litoral, com elevada densidade de usos e intensas dinâmicas construtivas, deve ser observado em conjunto com as freguesias interiores (ao Barrocal, isto é, à área de transição entre o litoral e a serra), pois apresentam uma diversidade morfológica que deve ser tratada como uma unidade, num regime de reforço de complementaridade e de sistema urbano linear policêntrico.

Quadro Síntese 1.23. Mosaico Territorial: Síntese Global*

Domínios	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7		Classe 8		Classe 9		Classe 10	
	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste
Estrutura Sócio-Demográfica	3	17	3	10	3	4	5	9	7	29	8	46	9	14	10	17	12	14	13	20
Estrutura Sócio-Demográfica	2	18	4	6			4	4	6	19			5	6	9	17				
Actividades e Emprego	1	31	3	12	2	6	4	44	2	27	6	22	5	42	7	35	3	5	3	31
Actividades e Emprego	3	23							6	14							7	5		
Centralidades de Comércio e Serviços	3	14	1	7	1	5	4	2	5	18	5	14	6	13	8	21	8	8	8	9
Centralidades de Comércio e Serviços	2	11																		
Centralidades de Comércio e Serviços	4	5	3	5					4	5									6	8
Edificação e Habitação	2	32	2	4	3	4	3	10	3	16	4	12	5	17	6	13	6	5	6	20
Edificação e Habitação											3	6			8	14				
Explorações e Sistemas Agro-Florestais	6	25	8	39	5	39	3	4	2	24	1	22	4	13	4	9		5		31
Explorações e Sistemas Agro-Florestais	7	25									2	6								

Nota:

* Síntese dos domínios: Estrutura Sócio-Demográfica, Actividades e Emprego, Centralidades de Comércio e Serviços, Edificação e Habitação, Explorações e Sistemas Agro-Florestais

Legenda:

As cores atribuídas às classes deste quadro correspondem às cores das classes dos mapas dos respectivos domínios.

Valor-teste: A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

Valor-teste: A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Quadro Síntese 1.24. Sistema Urbano: Síntese Global*

Domínios	Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4		Classe 5		Classe 6		Classe 7	
	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste	Classe	Valor-teste
Estrutura sócio-demográfica	2	10	3	7	6	5	5	10	6	6	7	6		2
Estrutura sócio-demográfica			4	3	4	2								
Actividades e Emprego	1	8	2	7	4	8	5	6	6	7	7	6		2
Actividades e Emprego					3	5								
Centralidades de Comércio e Serviços	1	12	2	14	3	9			5	8	7	7	6	2
Centralidades de Comércio e Serviços					4	6							8	2
Edificação e Habitação	1	9	2	8	3	10	4	3	5	4	6	5		
Edificação e Habitação			1	3					7	4	8	3		
Edificação e Habitação									4	3				
Acessibilidade e Mobilidade	1	4	1	3			6	5	4	6	9	6	10	2
Acessibilidade e Mobilidade	2	4			3	3	5	3	7	5				
Nº Áreas Urbanas/Concelhos incluídas na classe	49		98		74		18		22		13		1	

Nota:

* Síntese dos domínios: Estrutura Sócio-Demográfica, Actividades e Emprego, Centralidades de Comércio e Serviços, Edificação e Habitação, Acessibilidade e Mobilidade

Legenda:

As cores atribuídas às classes deste quadro correspondem às cores das classes dos mapas dos respectivos domínios.

Valor-teste: A modalidade ocorre em 50% ou mais das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 2

Valor-teste: A modalidade ocorre em 25 a 50% das unidades incluídas na classe e o valor-teste é superior ou igual a 4

Em termos globais, podemos considerar no mosaico territorial dez tipos de áreas:

Culturas mediterrâneas ou prados e pastagens permanentes num contexto regressivo de baixa densidade mas grande dependências das actividades agro-florestais (classe 1)

Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Interior associam-se nas morfologias demográfica, social, económica e natural. As perdas populacionais, num contexto de baixa densidade, conjugam-se com uma população envelhecida e com baixos níveis de escolaridade. Poucas oportunidades de emprego na indústria e serviços evidenciam-se num meio em que a população residente ainda se mantém muito dependente do sector agro-florestal. As actividades agrícolas têm demonstrado tendência para regredir. Domina a baixa densidade construtiva e não há dinâmicas construtivas positivas. Em termos de ocupação do solo destacam-se as culturas mediterrâneas de frutos secos, olival e a vinha ou então os prados e as pastagens permanentes e as superfícies agrícolas não utilizadas. As explorações têm uma dimensão intermédia, no contexto nacional.

Prados e pastagens permanentes e em grandes explorações num contexto de baixa densidade populacional e actividades agrícolas em regressão (classe 2)

Destaca-se um contexto de baixas densidades onde as perdas populacionais são um pouco menos significativas que na classe anterior. A dimensão da família é pequena e a percentagem de pessoas que residem sós ou acompanhadas com outra pessoa idosa é relativamente alta. São estruturas demográficas algo envelhecidas. A densidade construtiva reflecte a fraca densidade populacional; não se registaram dinâmicas construtivas positivas nos últimos anos. As oportunidades de emprego são praticamente inexistentes e as actividades agrícolas tendem para diminuir. Em termos de substrato agro-florestal dominam as grandes explorações, com prados e pastagens permanentes ou terras em pousio.

Matas e florestas num contexto de baixa densidade populacional e actividades agrícolas em regressão (classe 3)

É uma área pouco povoada e em regressão demográfica. A população é relativamente envelhecida e as famílias são de pequena dimensão. As actividades agrícolas estão em forte regressão e as oportunidades de emprego na indústria e serviços são escassas. Além disso, possuem uma fraca acessibilidade às centralidades de comércio e serviços. Dominam as matas e florestas e eventualmente pequenas explorações de olival e hortas.

Baixa densidade populacional e construtiva num contexto de ocupação agrícola (classe 4)

Fracas densidades e dinâmicas populacionais e construtivas baixas. Uma forte presença das actividades agrícolas e pouco emprego na indústria e serviços. Um território ocupado com policultura ou usos hortícolas. São áreas onde domina a ocupação agrícola mas com densidades e estruturas sociais e económicas mais próximas das morfologias urbanas.

Matas e florestas e policultura num contexto em que as actividades agrícolas regredem e as actividades industriais emergem (classe 5)

A estrutura demográfica melhora relativamente à classe anterior. As densidades são intermédias e as dinâmicas positivas. Destacam-se a proximidade ao comércio e serviços, as actividades agrícolas em regressão ou especializações industriais em contextos agrícolas regressivos. Os níveis de instrução evidenciam estruturas sociais pouco qualificadas. Relativamente à ocupação agro-florestal, dominam as matas e florestas num contexto de pequenas explorações fortemente irrigadas e de policultura.

Indústria difusa num contexto em que as actividades e a ocupação agrícola são regressivas (classe 6)

Densidades populacionais intermédias dominam num contexto demográfico jovem e dinâmico, com estruturas familiares de dimensão razoável. Os níveis de especialização na indústria são altos e as actividades de comércio e serviço apresentam uma estrutura locativa também dispersa. As dinâmicas construtivas são razoáveis e misturam-se com os prados temporários e as culturas forrageiras, a policultura e, eventualmente, algumas matas e florestas.

Periferias metropolitanas associam-se às freguesias das áreas urbanas alentejanas (classe 7)

Nesta classe estão incluídos dois contextos sócio-demográficos diferentes: por um lado, uma estrutura populacional relativamente estável e de densidade intermédia; por outro lado, densidades e dinâmicas populacionais relativamente altas e níveis de instrução razoáveis. Em ambos os contextos destacam-se as actividades de comércio e restauração e o emprego na indústria ou serviços. Em termos de funções de comércio e serviços a oferta é razoável.

Periferia urbana muito dinâmica evidencia uma estrutura social diversificada e uma morfologia de ocupação do solo heterogénea (classe 8)

Densidades e dinâmicas populacionais altas ou muito altas num contexto demográfico com uma forte presença de pessoas em idade adulta e com níveis de instrução em geral razoáveis. A dimensão das famílias é superior às classes anteriores. Há uma elevada dinâmica e concentração de emprego no comércio, indústria e serviços. As dinâmicas construtivas são altas e eventualmente muito altas. Em termos de ocupação agrícola podemos encontrar pequenas e médias explorações de hortícolas. São as áreas que estão a registar as mudanças mais fortes (dinâmicas populacionais, de emprego e de ocupação do solo).

Tecido urbano relativamente consolidado onde dominam os residentes (classe 9)

Densidades elevadas de população residente, emprego, construção e funções (de comércio e serviços) coexistem num contexto urbano relativamente consolidado. O emprego é dominante no Terciário.

Altas densidades associam-se a elevada concentração no emprego terciário e a dinâmicas residenciais por vezes regressivas (classe 10)

Densidades altas conjugam-se com dinâmicas populacionais, por vezes, regressivas. A oferta de comércio e serviços é alta e há uma elevada concentração de emprego no sector terciário e nas áreas mais qualificadas. As dinâmicas de construção são razoáveis num contexto urbano muito denso.

Em termos globais, podemos considerar no Sistema Urbano sete tipos de áreas urbanas:

Áreas urbanas de muito pequena dimensão (classe 1)

Áreas urbanas de muito pequena dimensão e em perda ou com dinâmicas populacionais estabilizadas. As estruturas de emprego são frágeis e predominantemente dependentes do emprego público. A concentração de comércio e serviços é muito fraca e de baixa atractividade. O núcleo edificado é de pequena dimensão e não se registam dinâmicas construtivas.

Áreas urbanas de pequena dimensão (classe 2)

Áreas urbanas de pequena dimensão (cerca de 10 mil habitantes), com uma estrutura edificada também de fraca expressão e a registar dinâmicas construtivas pouco significativas. São pequenos centros de emprego e com um fraco dinamismo. A concentração de funções de comércio e serviços é pequena e a atractividade é fraca.

Áreas urbanas de dimensão e dinâmicas intermédias (classe 3)

Áreas urbanas de média dimensão (no contexto nacional), com dinâmicas populacionais positivas, razoavelmente atractivas em termos residenciais e com dinâmicas construtivas moderadas. Estes centros de comércio e serviços exercem uma razoável atractividade relativamente aos concelhos vizinhos. Em termos de emprego são áreas com uma dimensão e um dinamismo intermédios (no contexto nacional) e com uma estrutura de actividades diversificada.

Áreas urbano-industriais de dimensão intermédia com modelo de povoamento disperso (classe 4)

Áreas urbanas de média dimensão populacional, dinâmicas e com uma população jovem. São extensas e relativamente populosas (em média cerca de 40 mil habitantes), num contexto de densidades intermédias. As dinâmicas construtivas são significativas num modelo urbano relativamente difuso. Em termos de emprego, os níveis de especialização são altos na indústria e as dinâmicas são razoáveis (sobretudo nos níveis de instrução baixos).

Áreas urbanas de dimensão intermédia, com dinâmicas altas (classe 5)

Áreas urbanas de média dimensão (mais de 20 mil habitantes), com dinâmicas populacionais absolutas muito significativas e com densidades intermédias. As dinâmicas construtivas são razoáveis ou altas. O emprego tem uma estrutura de actividades diversificada e apresentou dinâmicas fortes na última década. O comércio e serviços, o emprego público e a indústria transformadora realçam-se pelos níveis de representatividade no Continente. Estas áreas concentram uma estrutura de funções centrais significativa e uma atractividade forte.

Grandes áreas urbanas residenciais e de emprego, com dinâmicas altas (classe 6)

São áreas urbanas de grande dimensão residencial (mais de 100 mil habitantes), num contexto de densidades altas e dinâmicas populacionais elevadas. A estrutura demográfica demonstra uma forte relevância da população em idade activa e com níveis de escolaridade médios ou altos. São simultaneamente grandes concentrações de emprego na indústria e nos serviços. As dinâmicas de emprego são altas e as taxas de variação são também significativas para os mais qualificados. Simultaneamente concentram um conjunto diversificado de funções de comércio e serviços. As dinâmicas de construção são elevadas e em contextos urbanos consolidados poderão ser razoáveis.

Centro metropolitano (classe 7)

Centro metropolitano de grande dimensão, denso e em grande perda populacional. É a área urbana que em termos absolutos mais perdas de habitantes sentiu na última década. Simultaneamente é o grande centro de emprego nacional. Os níveis de instrução são altos e as dinâmicas no emprego continuam a ser positivas e fortes, designadamente para os mais habilitados. O emprego público tem uma forte representatividade no emprego total. Além disso, é uma forte centralidade de comércio e serviços, que polariza designadamente as áreas urbanas envolvente.

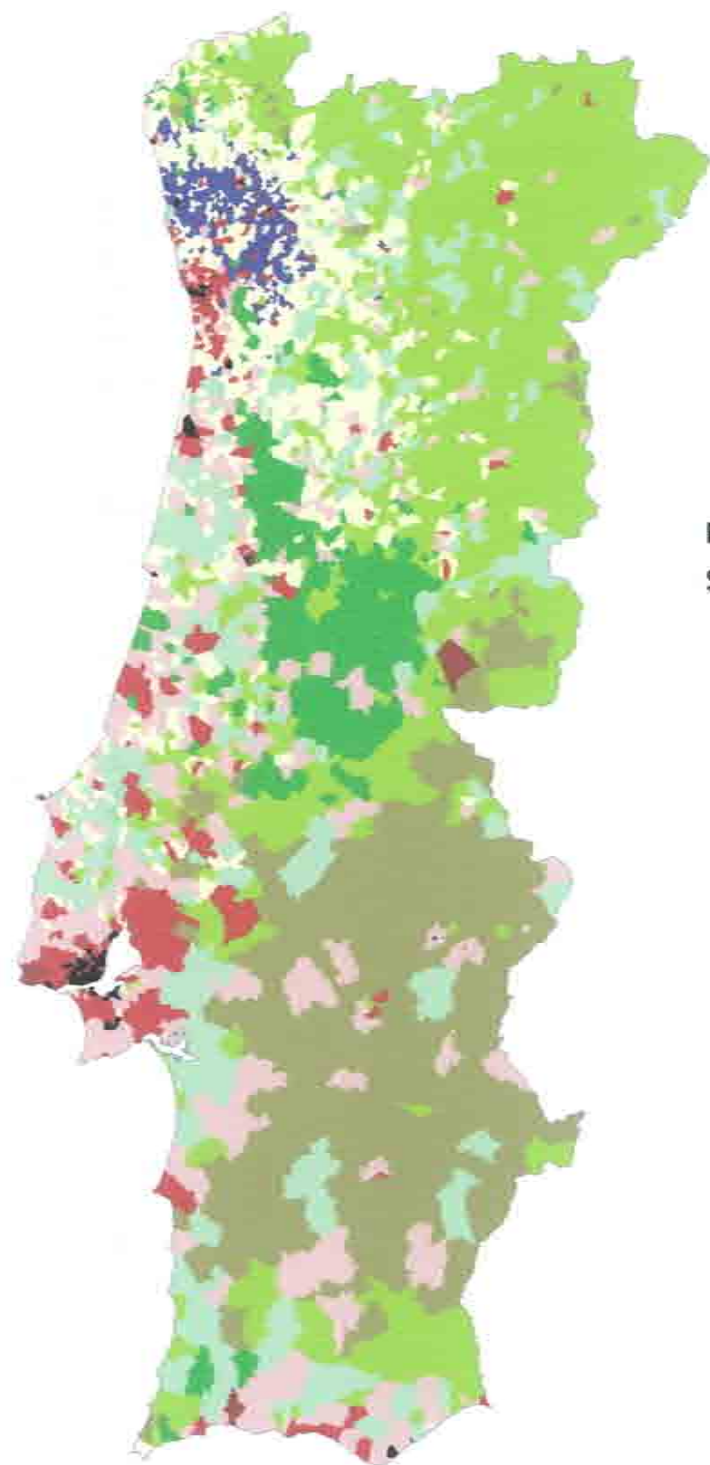


Figura 1.23. Mosaico Territorial
Síntese Global

- Culturas mediterrâneas ou prados e pastagens permanentes num contexto regressivo de baixa densidade mas grande dependências das actividades agro-florestais
- Prados e pastagens permanentes e em grandes explorações num contexto de baixa densidade populacional e actividades agrícolas em regressão
- Matas e florestas num contexto de baixa densidade populacional e actividades agrícolas em regressão
- Baixa densidade populacional e construtiva num contexto de ocupação agrícola
- Matas e florestas e policultura num contexto em que as actividades agrícolas regredem e as actividades industriais emergem
- Indústria difusa num contexto em que as actividades e a ocupação agrícola são regressivas
- Periferias metropolitanas associam-se às freguesias das áreas urbanas alentejanas
- Periferia urbana muito dinâmica evidencia uma estrutura social diversificada e uma morfologia de ocupação do solo heterogénea
- Tecido urbano relativamente consolidado onde dominam os residentes
- Altas densidades associam-se a elevada concentração no emprego terciário e a dinâmicas residenciais por vezes regressivas

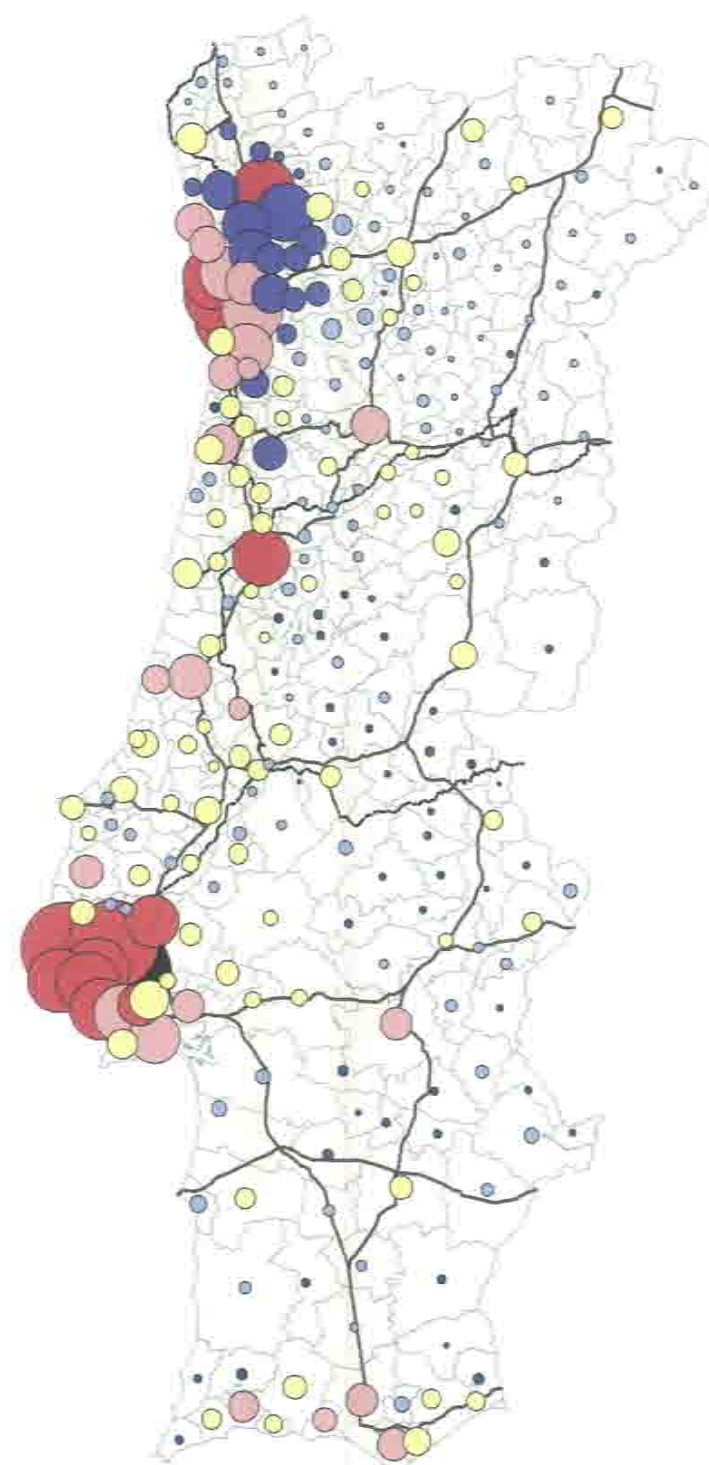
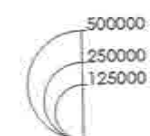


Figura 1.24. Sistema Urbano
Síntese Global

População residente
na área urbana, 2001



- Áreas urbanas de muito pequena dimensão
- Áreas urbanas de pequena dimensão
- Áreas urbanas de dimensão e dinâmicas intermédias
- Áreas urbano-industriais de dimensão intermédia com modelo de povoamento disperso
- Áreas urbanas de dimensão intermédia com dinâmicas altas
- Grandes áreas urbanas residenciais e de emprego, com dinâmicas altas
- Centro metropolitano

— Rede viária principal (existente e/ou prevista)

— Rede ferroviária internacional

0 30 Km

